



PARTE J

BANCO TOTTA & AÇORES, S. A.

Relatório n.º 6-D/2007

Sede social: Rua Áurea, 88 — 1100-063 Lisboa.
Capital social: 60 000 000 000\$.

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 1/881011; identificação de pessoa colectiva n.º 500766711; data da inscrição: 11 de Agosto de 2000.

Maria Irene Dias Emídio Palma, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica que, para efeitos de publicação que ficaram depositados na pasta respectiva os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas relativas ao exercício de 1999.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial do Lisboa (1.ª Secção), 5 de Julho de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Maria Irene Dias Emídio Palma*.

Relatório e contas de 1999

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Vice-presidente: Alberto Fernando de Paiva Amorim Pereira.

Conselho de administração:

Presidente: Eurico Silva Teixeira de Melo.

Vice-presidentes:

António Mota de Sousa Horta Osório.

D. Matias Rodriguez Enciarte.

Carlos Manuel Tavares da Silva.

Vogais:

José Carlos de Brito Sítima.

Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida.

José Luís Pinto da Silva.

José Luís Alvim Marinho.

Nuno Manuel da Silva Amado.

Eduardo José Stock da Cunha.

José Manuel Alves Elias da Costa.

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Carlos Manuel Amaral de Pinho.

Comissão executiva:

Presidente: António Mota de Sousa Horta Osório.

Vogais:

Carlos Manuel Tavares da Silva.

Nuno Manuel da Silva Amado.

Miguel de Campos Pereira de Bragança.

Eduardo José Stock da Cunha.

José Carlos de Brito Sítima.

Carlos Manuel Amaral de Pinho.

Fiscal único:

Efectivo: Alves da Cunha, A. Henriques & A. Dias — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Suplente: J. Brandão, M. Rodrigues & B. Assunção — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Secretário da sociedade:

Efectivo: Maria Eduardo Caldas Pereira Henriques.

Relatório do conselho de administração

1 — Introdução

O conselho de administração, no cumprimento do disposto do Código das Sociedades Comerciais e legislação vigente para as instituições de crédito, apresenta o relatório e contas do exercício de 1999, que inclui, para além da envolvente macroeconómica interna e externa, a análise da actividade nas diferentes áreas de negócio e das contas do BTA, individual e consolidadas, bem como a proposta de aplicação de resultados.

O relatório do conselho de administração é acompanhado do relatório e parecer do fiscal único e da certificação legal das contas e relatório do auditor externo.

2 — Enquadramento da actividade

Economia internacional

Após um ano de desaceleração económica, a economia mundial retomou, em 1999, o ritmo de crescimento evidenciado nos anos anteriores, depois de debelados os surtos de instabilidade financeira registados em vários pontos do Globo (em particular na Ásia, Rússia e, no início de 1999, no Brasil).

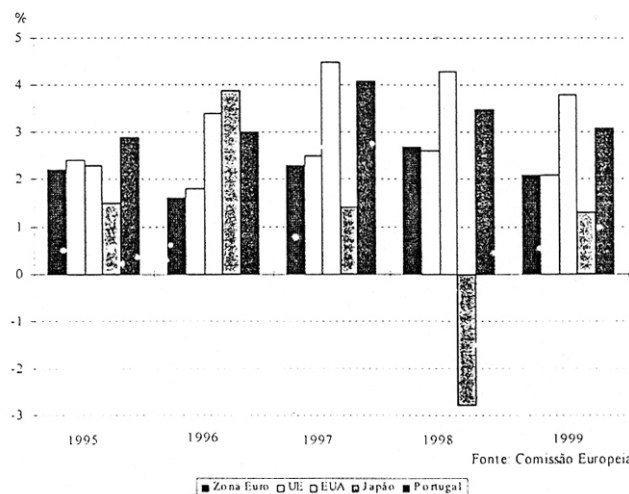
De acordo com as previsões de Outubro do Fundo Monetário Internacional, a produção mundial deverá ter crescido cerca de 3% no ano em apreço (2,5% em 1998).

Na base desta evolução encontra-se a forte recuperação das economias asiáticas em desenvolvimento e o regresso a taxas de crescimento positivas no Japão (após um decréscimo de 2,8% em 1998).

A economia norte-americana, se bem que registando uma pequena desaceleração entre 1998 e 1999 (de 4,3% para 4,2%), manteve um ritmo de crescimento vigoroso, em virtude da robustez do consumo privado.

Na União Europeia a evolução foi diversa, mantendo-se, durante o 1.º semestre de 1999, a desaceleração do crescimento registada desde o ano anterior.

Produto Interno Bruto — Taxas de crescimento

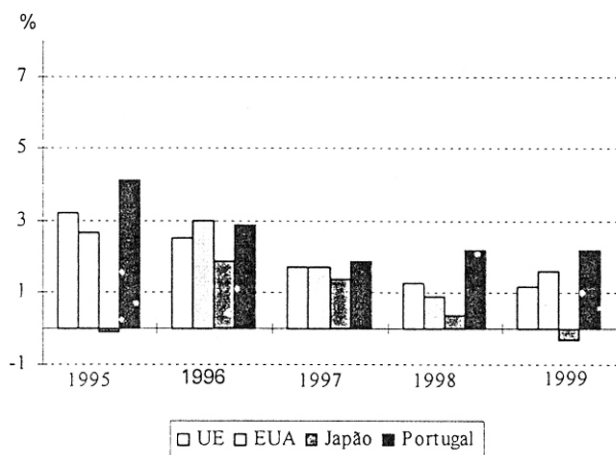


Fonte. — Comissão Europeia.

No entanto, a partir da 2.ª metade do ano, a produção deverá ter acelerado, traduzindo a melhoria do contributo externo (exportações/importações) e do nível de *stocks* (a fim de evitar possíveis rupturas de *stocks* relacionadas com o *bug* do ano 2000, a generalidade das empresas deverá ter armazenado quantidades de artigos considerados críticos superiores ao normal), mantendo-se a expansão da procura interna a um ritmo elevado.

Paralelamente, algumas pressões inflacionistas, despoletadas pelo aumento do preço dos combustíveis, fizeram-se sentir já no ano em análise.

Taxa de inflação



Fonte. — Comissão Europeia.

Analisadas individualmente, as economias dos Estados-membros continuam a apresentar divergências nos seus ciclos de crescimento: de um lado, países como a Irlanda, Espanha ou Portugal voltaram a registar taxas de crescimento elevadas, associadas, normalmente, a ritmos de incremento dos preços mais altos do que a média europeia; de outro lado, países como a Itália ou a Alemanha registaram, em 1999, desacelerações nas suas taxas de expansão. Neste último, e de acordo com as previsões de Outono publicadas pela Comissão Europeia [estas previsões são já feitas com base em valores calculados de acordo com o novo Sistema Europeu de Contas Nacionais (SEC 95), que substituiu o sistema utilizado anteriormente (SEC 79)], o crescimento real do PIB não terá ultrapassado 1,5% no ano em análise (2,2% em 1998), em consequência da forte redução na taxa de expansão das exportações entre os dois últimos anos (de 8,5% para 4,3%) e do crescimento moderado do consumo privado.

A economia francesa foi uma das que, desde meados do ano, recuperou mais rapidamente, prevendo-se que cresça cerca de 2,6% em consequência da forte expansão do investimento. A contribuição externa, que ainda foi negativa em 1999, deverá já ter uma influência positiva na evolução do PIB em 2000.

A economia espanhola, tal como a portuguesa, evoluiu, nos últimos dois anos, claramente em contraciclo, estimando-se que tenha crescido 3,6% em 1999, depois de se ter expandido a uma taxa de 4% no ano anterior. Na base desta evolução esteve o forte incremento da procura interna, alimentada pela redução das taxas de juro e pelo aumento do emprego, que mais do que compensou a contribuição negativa do sector externo.

No Reino Unido, muito embora se preveja ainda uma taxa de crescimento pouco elevada em 1999 (1,8%, que compara com 2,1% no ano anterior), registou-se já uma sensível melhoria das condições económicas desde meados desse ano, que são de molde a sustentar uma expansão mais robusta nos próximos anos.

O crescimento do preço do petróleo, que mais do que duplicou entre o início e o final do ano, bem como a desvalorização do euro face às principais divisas mundiais (tendo atingido virtualmente a paridade relativamente ao dólar desde Novembro), constituíram as principais razões para a aceleração do crescimento dos preços na zona do euro. Este crescimento, medido através do índice de preços harmonizado relativo a toda a área da União Europeia, subiu, em termos homólogos, de um valor mínimo de 0,9% no mês de Janeiro, para 1,7% no de Dezembro. As pressões altistas sobre os preços foram mais sentidas nos países em que a expansão económica foi mais vigorosa.

A política monetária foi conduzida, na Europa e nos EUA, por forma a minimizar a existência de pressões inflacionistas. Com efeito, o Federal Open Market Committee subiu por duas vezes, se bem que muito moderadamente (em 25 pontos base de cada vez), a sua taxa directora que, no final de Novembro, se passou a situar em 5,5%.

O Banco de Inglaterra procedeu a duas subidas da mesma magnitude (25 pontos base), em Setembro e em Novembro, o que elevou a sua taxa de referência para 5,5%.

Por seu turno, na área do euro, o Banco Central Europeu, que em Abril havia procedido a uma redução da taxa de juro das operações principais de refinanciamento de 50 pontos base, para 2,5%, voltou a repor esta taxa nos 3%, no início de Novembro.

O euro, que passou a ser, desde dia 1 de Janeiro, a nova moeda dos 11 países da União Europeia que se quiseram ou puderam qualificar como membros da União Monetária, começou por valer cerca de 1,179 dólares americanos a no primeiro dia útil do ano, desvalorizando-se, continuamente, até meados de Julho. A moeda europeia registou alguma recuperação entre Agosto e Outubro, para voltar a depreciar-se nos dois últimos meses do ano, situando-se a um nível de quase paridade face ao dólar. A evolução relativamente à libra foi muito similar; contra o iene, a desvalorização foi menos acentuada (permanecendo quase estável nos três primeiros meses do ano, rondando os 130 ienes/EUR), mas acelerou a partir de Setembro, terminando o ano perto dos 103 ienes/EUR.

Apesar desta evolução, é de salientar que, em 1999, o euro ultrapassou, em quase 30%, o dólar como moeda de denominação da nova dívida (pública e privada), representando as obrigações emitidas nestas duas moedas cerca de 90% das emissões totais.

No domínio das finanças públicas, a política orçamental que tem vindo a ser seguida nos EUA foi de molde a propiciar o aumento, em 1999, do *superavit* orçamental para cerca de 1,5% do PIB.

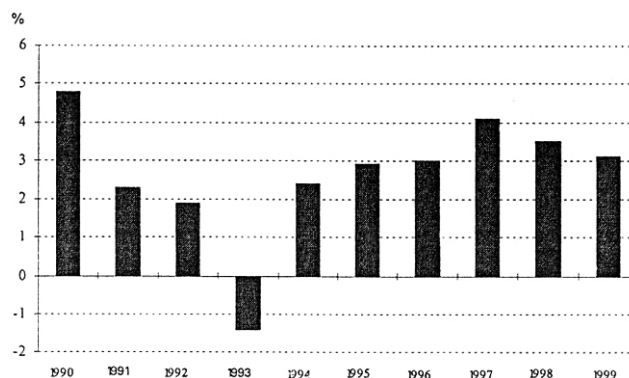
Nos países da União Europeia manteve-se, em 1999, o esforço de consolidação orçamental, assumido com a assinatura do Pacto de Crescimento e Estabilidade.

O deficit orçamental reduziu-se, assim, na Europa a 11, de 2% do PIB em 1998, para 1,6% no ano em apreço, esperando-se uma redução continuada nos próximos dois anos.

Economia portuguesa

A economia portuguesa deverá, de acordo com as previsões de Outono da Comissão Europeia, ter crescido cerca de 3,1% em 1999, o que representa uma ligeira desaceleração face à taxa de expansão registada no ano anterior (3,5%). Na base desta evolução esteve o dinamismo da procura interna, em particular do consumo privado, que mais do que compensou o contributo negativo da procura externa líquida (exportações/importações).

Produto Interno Bruto — Taxas de crescimento



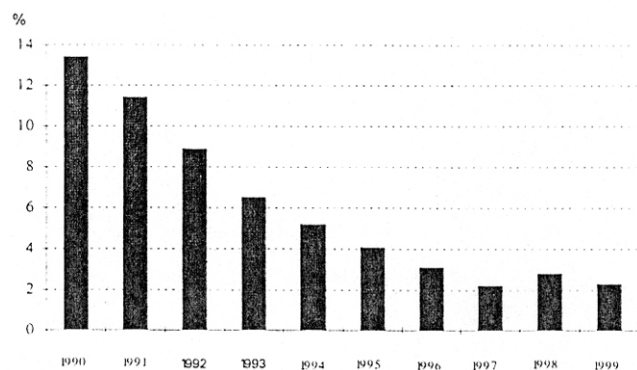
O comportamento da economia nacional ao longo do ano não foi uniforme: durante o 3.º e o 4.º trimestres registou-se um ritmo de crescimento mais acelerado do que o verificado no início do ano reflectindo a recuperação dos sectores da indústria transformadora e das obras públicas.

Muito embora o investimento continue a crescer de uma forma robusta, destacando-se o investimento em construção e em equipamento, esta rubrica regista alguma desaceleração face ao desempenho do ano anterior.

O contributo da procura externa para o crescimento da produção voltou a ser negativo em 1999 (à semelhança do que já havia acontecido nos dois anos anteriores), reflectindo o desajuste nos ciclos económicos entre Portugal e os seus principais parceiros comerciais. Com efeito, a procura de produtos nacionais ressentiu-se, desde a 2.ª metade de 1998, da desaceleração registada na generalidade dos países europeus, tendo havido apenas alguma recuperação nos últimos meses do ano. Por seu turno, as importações continuaram a crescer a um ritmo superior ao das exportações (se bem que menos elevado do que em 1998), agravando-se o desequilíbrio externo face a esse ano (que deverá subir de 3,7% do PIB para 5,5%).

A inflação, medida pela taxa de variação do índice de preços no consumidor, foi de 2,3% no ano em apreço (2,8% em 1998); em termos do índice de preços harmonizado, este indicador atingiu 2,2%. 1,1 pontos percentuais acima da média europeia (EU11) e 1,7 pontos percentuais acima do valor mais baixo verificado para este indicador entre os estados-membros (0,5%, relativo à Áustria).

Índice de Preços no Consumidor — Taxas de crescimento



O comportamento dos preços reflectiu o forte crescimento da procura interna, mas beneficiou do congelamento do preço dos combustíveis.

Muito positiva continuou a ser a evolução do desemprego, tendo a respectiva taxa baixado de 4,8% da população activa no 4.º trimestre de 1998, para 4,1% no 4.º trimestre de 1999.

De acordo com o Orçamento Rectificativo ao Orçamento do Estado para 1999, aprovado pela Assembleia da República, o *deficit* do Estado é cerca de 70 milhões de contos superior ao previsto no documento inicial, o que se traduziu num pequeno agravamento, de 1,8% para 2,0%, do seu peso em termos do PIB (2,2% em 1998).

A melhoria do peso do *deficit* orçamental no PIB ficou a dever-se, em larga medida, ao montante, superior ao esperado, arrecadado em impostos, mantendo-se o ritmo de crescimento das despesas correntes muito elevado.

O crédito interno bancário cresceu, em termos homólogos, 19,8% em Dezembro, registando alguma desaceleração face ao ritmo de expansão verificado em igual mês do ano transacto. Esta evolução espelha igual comportamento, quer do crédito concedido a empresas não financeiras, quer a particulares (que cresceram, em igual período, 24,1% e 27,8%, respectivamente). O crédito líquido ao Sector Público apresentou uma taxa de crescimento homóloga negativa no final do ano, de 77,9%, tal como já havia sucedido no ano anterior, em menor grau.

No que concerne a evolução das taxas de juro de mercado, as taxas Lisbor (apesar da introdução do curo, no dia 1 de Janeiro de 1999 e da criação da Euribor, Portugal decidiu manter publicação das taxas Lisbor), como era expectável, mantiveram quase sempre, ao longo do ano e para todos os prazos, um pequeno diferencial positivo em relação às taxas Euribor correspondentes.

As taxas de longo prazo, por seu turno, situaram-se também sempre acima das taxas equivalentes do euro, tendo-se alargado esse diferencial cerca de 10 pontos base entre o início e o final do ano.

3 — Visão global

Breve enquadramento

A actividade do Banco, durante o primeiro semestre, desenvolveu-se de acordo com as linhas estratégicas estabelecidas em anos anteriores e consubstanciadas nos projectos constantes do Plano Director Integrado, visando a homogeneização das estruturas, sistemas e procedimentos nas instituições que constituíam o universo bancário do Grupo Mundial-Confiança. No final do ano, na sequência do acordo estabelecido entre o accionista de referência do Grupo e o Banco Santander Central Hispano (BSCH), ficou definida a compra do BTA por esse Banco, que se veio a concretizar no dia 7 de Abril de 2000.

Não obstante o processo de integração no Grupo Santander Central Hispano, e as consequentes alterações nos corpos sociais se terem desenvolvido de uma forma faseada, ainda antes da sua total concretização foram tomadas iniciativas no sentido da separação dos vários órgãos de gestão de cúpula, bem como das áreas comuns das instituições.

Performance económico-financeira

No ano em análise, o activo líquido consolidado do BTA cifrou-se em 3660,3 milhões de contos, reflectindo um crescimento de 5,2% quando comparado com o ano anterior, resultante em grande medida da expansão de 26,5% verificada na actividade creditícia, nomeadamente na vertente do Crédito Imobiliário.

Os fundos próprios e equiparados elevaram-se a 283,8 milhões de contos, situando-se o *ratio* de solvabilidade em 11,05%, confortavelmente acima do mínimo exigido pelo Banco de Portugal (8%).

O Produto Bancário registou uma contracção de 10,3%, como consequência das descidas acentuadas das margens financeiras do BTA e do CPP e ainda da margem de *trading*.

O *cash-flow* consolidado ascendeu a 64 milhões de contos, inferior em 7,2% ao de 1998.

O lucro consolidado do exercício atribuível ao BTA observou uma redução de 66,5%, decorrente do esforço de provisionamento realizado no ano, com repercussões naturais ao nível de alguns indicadores, mormente no ROE depois de Impostos sobre Lucros, que se situou em 4% em 1999 contra os 12,22% registados em 1998.

O percurso para a integração no Grupo Santander Central Hispano

No dia 11 de Novembro foi assinado um acordo entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano.

O acordo contemplou a aquisição pelo Banco Santander Central Hispano, da totalidade das acções representativas da sociedade AC SGPS, S. A., Munfinac SGPS, S. A., e Mundac SGPS, S. A., e das acções representativas de 7,5% do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, acções que conferiram ao seu detentor o controlo directo e indirecto de 51,8% da Companhia de Seguros Mundial-Confiança.

Por sua vez, o BSCH e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) acordaram, na mesma data, em dar início a um processo conducente à aquisição, por esta Instituição, ou por entidade com esta em relação de domínio ou de grupo, ao BSCH, da totalidade das acções adquiridas ao accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança, acima referido, e a subsequente aquisição, por parte do BSCH, a entidades sob o controlo da CGD, da totalidade das acções representativas do capital social do Banco Totta & Açores, S. A., sob a titularidade ou controlo directo ou indirecto da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, correspondente a 94,38% do capital social do BTA, bem como das acções igualmente sob a titularidade ou controlo directo ou indirecto da mesma companhia de seguros, representativa de 70,57% do capital social do Crédito Predial Português, S. A.

Este acordo mereceu a aprovação do ministro das finanças e a ele não se opôs o Banco de Portugal nem o Instituto de Seguros de Portugal. Obteve, igualmente, a autorização da Comissão Europeia.

Tal como estava previsto no acordo foi iniciada em Dezembro de 1999 uma *due diligence* às instituições que compunham o Grupo.

A 21 de Janeiro de 2000, o BSCH indicou dois administradores não executivos para o conselho de administração do Banco Totta & Açores, tendo renunciado aos seus cargos dois administradores nomeados pelo accionista de referência.

Após ter sido conhecida a não oposição do Banco de Portugal ao acordo realizado, o presidente do conselho de administração renunciou ao seu cargo. Posteriormente, no dia 8 de Fevereiro, foram cooptados mais quatro administradores não executivos indicados pelo BSCH, o que elevou para 50% do total, menos um, o número de administradores indicados por esta instituição.

A partir de Março, iniciaram-se, com o apoio de duas empresas de consultoria, os estudos no sentido da separação dos Bancos, sendo consideradas como prioritárias as áreas de infra-estruturas tecnológicas, mercados financeiros, *marketing* e grandes empresas, passando a gestão das instituições, BTA e CPP, a nível de órgãos de cúpula (conselhos de administração e, designadamente, comités de risco e de crédito) a ser feitas separadamente do resto do antigo Grupo MC.

No dia 3 de Março, o BSCH adquiriu ao accionista de referência, a totalidade do capital social da sociedade Foggia, SGPS, S. A., tendo, por tal facto, passado a imputar-se-lhe a titularidade, directa de um número de acções correspondentes (i) a 51,8% da totalidade do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, (ii) a 53,05% da totalidade do capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor, (iii) a 94,38% da totalidade do capital social do Banco Totta & Açores e (iv) a 70,57% da totalidade do capital social do Crédito Predial Português.

Na sequência desta operação, o BSCH comunicou à CMVM, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 190.º do Código dos Valores Mobiliários, que exercia o seu direito de suspensão do dever de lançamento de Oferta Pública de Aquisição sobre a Companhia de Seguros Mundial-Confiança, o Banco Pinto & Sotto Mayor, o Banco Totta & Açores e o Crédito Predial Português, fundamentada no compromisso assumido por essa instituição de, no prazo legal, alienar à Caixa Geral de Depósitos, ou a entidade que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo e que aquela viesse a indicar, a totalidade das acções em causa.

Posteriormente, a 5 de Abril, tal como estava previsto, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) através da Parbanca, SGPS, S. A., sociedade integralmente por si detida, adquiriu à Foggia, SGPS, S. A., — de cujo capital era único titular o BSCH — a totalidade das participações atrás referidas, transmitindo-se, assim, para a CGD a titularidade indirecta de 51,8% do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A., bem como de 53,05% do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., de 94,38% do Banco Totta & Açores, S. A., e de 70,57% do Crédito Predial Português, S. A.

Por fim, no dia 7 de Abril, completou-se o processo previsto no acordo de 11 de Novembro de 1999, tendo o BSCH, S. A., directamente e através da sua participação Santusa Holding, S. L., adquirido à CGD e ao mercado uma participação qualificada correspondente a 94,68% do capital social do Banco Totta & Açores.

Na mesma data, o BTA aumentou a sua participação qualificada no Crédito Predial Português, S. A., de 58,03% para 70,66%, mediante aquisições em bolsa à Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A., ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., e ao mercado.

Com estas operações cessou a imputação que era feita ao BSCH da titularidade indirecta de um número de acções correspondentes (i) a 51,8% do total do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A. e (ii) a 53,05% da totalidade do capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., passando a imputar-se-lhe, incluindo as acções próprias na posse das próprias instituições, 95,55% da totalidade do capital social do BTA e 70,66% da totalidade do CPP.

Na 2.ª semana de Abril o conselho de administração deliberou criar uma Comissão Executiva na qual delegou todos os poderes de administração do Banco que nos termos da lei e dos estatutos são delegáveis.

No dia 18 de Abril, o BSCH, através da sua filial Santusa Holding, S. L., anunciou o lançamento de ofertas públicas de aquisição sobre as acções que ainda não controlava do BTA e do CPP, oferecendo 28,20 euros por cada acção do BTA e 14,35 euros por cada acção do CPP.

Alterações no conselho de administração

O Eng. Miguel Anacoreta Correia e o Dr. Francisco José Leite Comprido renunciaram, no dia 21 de Janeiro, aos seus cargos no conselho de administração, tendo sido cooptados, em sua substituição, o Dr. Horta Osório e o Dr. Nuno Miguel Amado, como administradores não executivos.

Posteriormente, renunciaram aos seus cargos no conselho de administração, o Luís, Champalimaud, o João Raposo de Magalhães, o Dr. Fernando Valente de Almeida e o Dr. Francisco Daun e Lorena, tendo sido cooptados, no dia 8 de Fevereiro, o Eng. Eurico Silva Teixeira de Melo, o Dr. José Manuel Elias da Costa, o Dr. Miguel Bragança e o Dr. Eduardo Stock da Cunha.

No dia 12 de Abril, o Eng. Eurico Silva Teixeira de Melo foi nomeado para presidente do conselho de administração do Banco, sendo atribuída a vice-presidência ao Dr. António Horta Osório. Na mesma data, o Dr. Carlos Amaral de Pinho foi cooptado para esse órgão.

Ainda a 12 de Abril, foi criada uma Comissão Executiva, tendo como presidente o Dr. António Horta Osório e como vogais o Dr. Nuno Manuel Amado, o Dr. Miguel de Bragança, o Dr. Eduardo Stock da Cunha, o Dr. José Carlos Sitima, o Dr. Carlos Manuel Tavares e o Dr. Carlos Amaral.

No dia 10 de Maio foi cooptado como vice-presidente do conselho de administração D. Matias Rodriguez Inciarte.

4 — Actividade do banco

Áreas de negócio

Crédito:

Enquadramento da actividade de crédito:

A actividade creditícia do BTA continuou a desenvolver-se, em 1999, num contexto fortemente concorrencial, estrategicamente enquadrada,

quer pelas vocações específicas de dois dos seus Bancos (CPP e BTSI), quer pelas empresas instrumentais especializadas em diferentes áreas de crédito.

Depois de completada a reestruturação das direcções comerciais e de *marketing*, em 1998 e no início de 1999, procedeu-se, no ano em análise, ao aprofundamento das sinergias expectáveis da especialização das várias unidades, em particular do Banco de Investimento (BTSI).

No âmbito das grandes empresas, área que foi objecto de profunda reorganização, os objectivos de actuação, em 1999, centraram-se no incremento da penetração neste segmento de mercado e, simultaneamente, na procura de operações de elevado valor acrescentado, conjugando rígidos critérios de selecção de risco com um *pricing* competitivo.

Para o segmento das médias empresas, e tendo como objectivo potenciar a complementaridade entre os Bancos de retalho e o Banco de Investimento, foi criada, em meados do ano, a direcção de Banca de Investimento — Médias Empresas, no BTSI, com equipas oriundas das direcções comerciais do BPSM e do BTA.

Ao nível do crédito especializado promoveu-se o aproveitamento das sinergias técnicas colocadas ao dispor pelas cinco unidades de negócio instrumentais do Grupo, tendo sido realizadas campanhas dirigidas a empresas (*factoring* 48 horas, *confirming* nacional e internacional e *express leasing*) e a particulares (*express leasing* e um *package standard* para aquisição de viaturas novas e usadas).

Paralelamente, foram aperfeiçoados os instrumentos de aferição do risco de crédito — a nível individual e global da carteira, tendo sido desenvolvido e aprovado, na primeira metade do ano, um projecto estratégico de risco de crédito, que tem como objectivo a uniformização de conceitos e critérios, a implementação de um sistema de avaliação de risco, *pricing* e controlo de crédito e a criação de uma base de dados única de informação de risco.

Evolução do crédito:

Em termos da actividade global, o saldo do crédito a clientes em termos brutos expandiu-se 13,8%, graças, sobretudo, ao crescimento do crédito concedido na área doméstica, cujo saldo, a despeito do contexto fortemente concorrencial, registou um aumento de 14,5%, em relação ao ano anterior.

Refira-se, a propósito, que a introdução do euro levou a uma redução da procura de títulos sem *rating* internacional, por parte dos investidores nacionais, o que, se por um lado condicionou a emissão de novos empréstimos obrigacionistas em 1999, potenciou o crescimento dos empréstimos bancários de médio/longo prazo.

Evolução da carteira de crédito

	(Em milhares de contos)		
	1997	1998	1999
Portugal	723 865	773 224	885 490
Sucursais no exterior	198 996	154 681	170 427
<i>Total</i>	922 861	927 905	1 055 917

No âmbito do crédito à habitação, canalizado para o CPP e como tal sem expressão no balanço do Banco, a rede do BTA foi responsável pela angariação de cerca de 55 milhões de contos, um montante cinco vezes superior ao angariado em 1998.

Também no que toca a produção de crédito especializado, encaminhado para as empresas instrumentais participadas, se registou um forte incremento, de 56,4% nos montantes angariados pelo Banco, que atingiram, na sua globalidade, 91 milhões de contos no final de 1999.

Distribuição do crédito:

Segmentação de clientes:

O crescimento de 14,5% da carteira de clientes, na área doméstica, em 1999, resultou sobretudo da actuação comercial do Banco no segmento das empresas, que registou um novo aumento de quota, traduzindo uma maior concentração da actividade de crédito no sector produtivo.

Para este objectivo também contribuiu a disponibilização de instrumentos de apoio específico na área do crédito às pequenas e médias empresas, designadamente linhas de crédito subjacentes a protocolos de colaboração institucional no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio e Protocolos assinados com o IFADAP, IAPMEI e com o Fundo de Turismo.

Já no final do ano, foi apresentada uma proposta de novo protocolo com o IAPMEI, aprovada em 7 de Janeiro de 2000, ao abrigo da Medida 2 do Programa Energia, e que se consubstancia numa linha de crédito passível de bonificação total de juros.

No segmento das grandes empresas, verificou-se expressivo aumento das operações activas realizadas e dos respectivos montantes, quer as realizadas sob a forma de empréstimos de médio/longo prazo, quer as concretizadas através de programas de papel comercial.

Destaque, também, para a liderança conjunta do Project Finance da Aenor, a quem foi atribuída a concessão das auto-estradas com portagens A 7 e A 11 e a liderança do financiamento à Índiaquafeira para a concessão de distribuição de água e saneamento básico em Santa Maria da Feira.

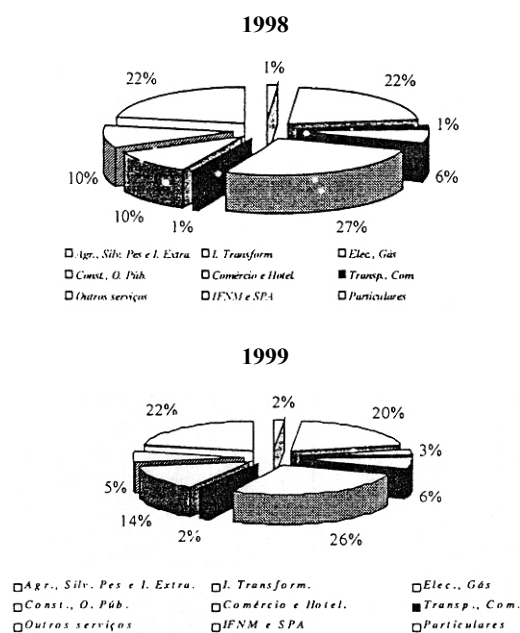
Reveste também significado, neste contexto, o forte incremento do crédito às instituições financeiras não monetárias (+ 37,7%), outorgado principalmente às sociedades instrumentais para financiamento de operações de crédito especializado, situação que assegura uma resposta mais adequada às necessidades dos clientes e mais favorável para o risco da carteira em termos consolidados.

No segmento dos particulares, o Banco privilegiou o negócio das comissões e do *cross-selling* e a captação de operações de crédito imobiliário e de crédito especializado (*leasing* e crédito automóvel), as quais, sendo registadas no balanço do CPP e de outras participadas deixam de ter efeito na evolução do saldo contabilístico deste agregado, o que condicionou a sua taxa de crescimento, determinando perda de quota no total da carteira.

Distribuição sectorial:

Sectorialmente, a distribuição do crédito continuou a reflectir a orientação das políticas de risco seguidas, no sentido de uma maior dispersão da carteira, em termos geográficos e em termos da exposição dos diversos sectores de actividade aos efeitos do agravamento da concorrência internacional, em particular no quadro da União Europeia.

Distribuição sectorial do crédito



Assim, a indústria transformadora manteve a evolução descendente dos últimos anos, resultante da perda de importância das actividades tradicionais, com relevo para os têxteis, vestuário e calçado, não inteiramente compensada pela expansão dos sectores modernos, como a química e material de transporte. Dentro da mesma linha, há também a assinalar a contenção do crescimento nos sectores do comércio, e o significativo aumento dos sectores de serviços, de electricidade, gás e água e de transportes e comunicações, em resultado do maior dinamismo e do aumento de importância destas actividades na economia.

Crédito a particulares:

No que toca a actividade de *cross-selling* vocacionada para a área de particulares, merece destaque o lançamento da campanha Express Leasing, oferecendo condições de *pricing* competitivas, que visou

reduzir o tempo de espera até à concretização das operações (realizadas directamente nos balcões do Banco) e veio possibilitar a tomada imediata de decisão sobre o crédito solicitado.

Foi, igualmente, reeditado o *package standard* de produtos para a aquisição de viaturas novas e usadas, concebido em 1998, que incorpora três opções, nas modalidades ALD, *leasing* e crédito SFAC.

No âmbito do crédito à habitação, sublinhe-se o esforço realizado, quer na angariação de operações, quer na melhoria da qualidade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, que se traduziram em expressivos aumentos.

Particular relevo merecem os produtos criados tendo em vista a protecção dos clientes numa conjuntura de subida de taxas de juro, nomeadamente os que permitem opções de taxa garantida, com taxas fixas por períodos de 5, 10 e 20 anos e os que garantem um limite máximo de subida da taxa de juro, por um período de cinco anos (produtos de taxa protegida).

Qualidade da carteira de crédito:

Enquadrado na orientação estratégica de melhoria do suporte à decisão, gestão e controlo do risco de crédito, ao nível dos riscos individuais e do risco global da carteira, foi desenvolvido e aprovado, na primeira metade do ano, um Projecto Estratégico de Risco de Crédito comum aos três bancos de retalho, que tem como objectivos fundamentais assegurar:

A harmonização instrumental da análise do risco de crédito nesses bancos, que seria concretizada até ao final de 2000, tendo em vista a uniformização de conceitos e critérios, por forma a desenvolver bases de decisão e de comparação comuns a todos os níveis de responsabilidades;

A implementação de um sistema de avaliação de risco, *pricing* e controlo de crédito para empresas clientes, que deverá incluir:

A definição de um modelo de risco, composto por um modelo baseado na análise fundamental e por um modelo científico baseado na análise discriminante, para suporte da decisão de concessão e *pricing* do crédito e susceptível de ser aceite como instrumento de afectação do capital para fins regulatórios;

Um sistema de suporte das operações-micro, comportando um modelo de determinação do capital em risco por operação, um modelo de *pricing* e modelos de avaliação de performance — RAROC/EVA;

A criação de um sistema de controlo macro, envolvendo um modelo de análise de risco de crédito da carteira e correspondente VaR e um modelo de análise de rentabilidade e valor criado.

A implementação de uma base de dados única de informação de risco, consistente com o desenvolvimento de processos de gestão e controlo do risco de crédito, centralizados e descentralizados, susceptível de disponibilizar dados coerentes para aplicação de métricas de aferição do valor criado pela rede comercial.

O processo de harmonização instrumental da análise de risco de crédito, que visa a implementação, de um modelo único de avaliação do risco, para cada segmento de clientes, registou em 1999 um apreciável grau de realização, sendo de destacar:

A conclusão do processo de implementação do Sistema de Crédito Scoring, para apreciação das propostas de crédito ao consumo e de cartões de crédito (este sistema iniciou a exploração na 2.ª metade do ano), cuja estrutura metodológica e inserção no sistema central permite estabelecer um critério objectivo e uniforme para a aceitação/rejeição das propostas apresentadas, em todos os balcões do Banco;

Este instrumento vem substituir o Modelo de Pontuação de Particulares, em uso no BTA desde 1992, permitindo uma grande melhoria da capacidade de controlar automaticamente o nível de risco tomado e a taxa de incumprimento da carteira, através da manipulação dos critérios de aceitação e rejeição das operações, em simultâneo com maior celeridade no processo de concessão de crédito e com a redução dos custos operacionais;

A implementação de um novo Modelo Interno de Notação de Risco aplicável ao segmento das sociedades comerciais com volume de negócios superior a 500 mil contos, em substituição do modelo utilizado no banco desde 1991; este novo instrumento corresponde à componente de análise fundamental do futuro modelo de Avaliação de Risco de clientes — empresas, referenciado no Sistema de Avaliação de Risco, *Pricing* e Controlo de Crédito;

Este novo Modelo assenta numa tipologia de risco mais exigente, consequência da alteração da escala de valores das classes de risco e da afinação dos critérios de avaliação, envolvendo a melhoria de consistência da informação disponível relativamente a um conjunto

de variáveis chave, bem como alterações importantes na apreciação do *management* e da qualidade dos activos/patrimónios da empresa, e na quantificação do risco financeiro e do risco sector;

A definição de um sistema de indicadores de risco aplicável ao segmento das empresas de pequena dimensão, com volume de negócios inferior a 500 mil contos, para utilização exclusiva nos balcões.

No que concerne ao Sistema de Avaliação de Risco, *Pricing* e Controlo de Crédito, que deverá ter maior desenvolvimento, depois de ser assegurada a estabilização do Modelo interno de Notação de Risco e do Sistema de Scoring para Particulares, foi iniciada a preparação de uma base de dados económicos e financeiros de clientes-empresas em situação de *default*, por sectores de actividade, com vista à criação de tabelas de mortalidade das operações e à definição de métodos estatísticos de análise do risco que deverão permitir melhorar o valor preditivo daquele instrumento.

Com a implementação efectiva deste sistema, são esperados importantes benefícios, decorrentes da melhoria do suporte à decisão, gestão e controlo do risco de crédito. No curto prazo, esses benefícios consistirão no reforço da solidez do processo de *rating* interno dos clientes, devendo gradualmente permitir uma melhor adequação do nível de provisionamento ao grau de risco da carteira e a alocação mais eficiente do capital, bem como a disponibilização de métricas para aferição do contributo dos diferentes negócios gerados pela rede comercial para a rentabilidade do Banco. É um processo que continuará a conhecer constantes aperfeiçoamentos e adaptações, tendo presente não apenas as necessidades internas de gestão do risco de crédito, como também as novas exigências do controlo prudencial, no quadro da futura revisão do *ratio* de *cooke* (rácio de solvabilidade).

No que toca a evolução dos principais indicadores, registe-se que enquanto o saldo do crédito concedido a clientes, em termos brutos, evoluiu positivamente quase 14% comparativamente a 1998, o crédito vencido a mais de 90 dias diminuiu 31% e as provisões para crédito 9,4%. Não obstante, a taxa de cobertura ao crédito vencido a mais de 90 dias por provisões passou de 107,27% para 140,83%, assentando assim a qualidade da carteira numa situação prudencialmente mais confortável.

Actividade global (Portugal e sucursais no exterior)

	(Em milhões de escudos)		
	1997	1998	1999
Carteira de crédito:			
Total	922 861	927 905	1 055 917
Crédito vencido a mais de 90 dias	45 602	48 159	33 228
Provisões para crédito	50 326	51 658	46 796
<i>Ratio</i> de crédito vencido a mais de 90 dias (percent.)	4,94	5,19	3,15
Taxas de cobert. do crédito vencido a mais de 90 dias, por provisões (percent.) ...	110,36	107,27	140,83

Para esta evolução tem contribuído o elevado esforço de actuação das áreas comerciais, jurídica e financeira, em parceria com o Gabinete de Análise do Crédito Vencido da Instituição.

Recursos

A actividade do BTA no âmbito da captação de recursos, foi desenvolvida, ao longo de 1999, de acordo com as orientações traçadas para o Grupo em que se inseria, visando a realização conjugada de dois objectivos complementares: o aprofundamento e desenvolvimento de soluções de *cross-selling* e a maximização das potencialidades da rede comercial como distribuidora dos produtos tradicionais, renovados e melhorados. Neste sentido, procurou-se a dinamização das opções de oferta, sobretudo através da introdução de elementos de qualidade e competitividade acrescidas, assentes numa maior diversificação de respostas e flexibilidade de preços.

Paralelamente a esta abordagem, direccionada para a rede tradicional, manteve-se a aposta no desenvolvimento de canais complementares, de vanguarda tecnológica, e, consequentemente, na expansão das formas de contacto com a clientela, optimizando, através da globalização, a oferta dos produtos em carteira e dos novos produtos específicos adaptados às exigências do mercado.

Foi, ainda, orientação estratégica aprofundar a segmentação na área de particulares, designadamente através do fortalecimento da actividade de *private banking*.

Com efeito, durante o ano de 1999, foi iniciado o processo de transferência de clientes, com patrimónios financeiros elevados, provenientes da rede comercial do Banco, para a direcção de *private banking*.

Simultaneamente, foram criados produtos específicos, mais adequados às necessidades deste segmento, e continuaram a ser trabalhadas as estruturas organizativas e funcionais internas, por forma a garantir a maximização da satisfação global dos clientes, tendo sempre presentes padrões de elevada qualidade, profissionalismo e segurança.

Produtos da banca de retalho:

No intuito de dinamizar a oferta dos produtos bancários tradicionais, de promover a existência de uma adequada carteira de recursos e de proporcionar um maior apoio aos balcões para a consecução dos seus objectivos, foram lançadas novas contas de poupança, destinadas a satisfazer as necessidades específicas da clientela, introduzindo maior flexibilidade, melhor remuneração, prazos de aplicação diferenciados e uma maior diversificação no plano da composição do risco.

Deste modo, a partir do mês de Junho, passaram a ser comercializados depósitos a prazo de taxa fixa, denominados Totta 3em3, oferecendo-se à clientela um instrumento seleccionado para uma melhor rendibilização das suas poupanças, para os prazos de 1, 2 e 3 anos.

No último trimestre do ano, foi lançado um depósito específico para marcar a passagem para o ano 2000, designado por DP 2000, nas modalidades de rendimento e poupança, oferecendo uma taxa de remuneração muito competitiva, relativamente ao qual a adesão da clientela ultrapassou largamente as expectativas.

Considerando a necessidade de refocalizar a política de captação de recursos, por forma a atingir segmentos mais exigentes da clientela, foram criados produtos estruturados, sem risco de capital (com capital garantido) e perspectiva de uma elevada remuneração, alternativos aos depósitos tradicionais, dos quais se destacam:

Os depósitos a prazo TottaEurostoxx50, que apresentam uma taxa de remuneração potencial máxima de 14% e mínima de 0%, indexada à valorização do índice accionista Eurostoxx50, constituído pelas 50 maiores empresas da zona euro.

As obrigações de Caixa BCF Utilities Europa 1999/2004, indexadas ao índice com o mesmo nome, que é constituído por acções de seis grandes empresas europeias dos sectores eléctrico e das telecomunicações, oferecendo uma taxa de remuneração potencial máxima de 45% e mínima de 2,5%.

A renovação do *portfolio* de produtos financeiros desenvolvidos pela Companhia de Seguros Mundial-Confiança, bem como a dinamização da distribuição desses produtos através dos canais tradicionais de venda, deram, em 1999, forte impulso à actividade de *cross selling*.

No decurso do ano, o Multiplano PPR foi substituído pelo Multiplano PPR/E — Plano de Poupança Reforma/Educação. Este novo produto, acumulando todas as vantagens associadas ao anterior PPR, é passível de ser subscrito por pessoas que pretendam aforrar para fazer face a despesas, de educação superior ou profissional, próprias ou de qualquer membro do seu agregado familiar.

Foi, também, objecto de reformulação/redenominação o produto PIR, que passou a ser conhecido por Garantia Crescente, e se caracteriza como um seguro de capitalização, apresentando-se como uma verdadeira aplicação financeira a longo prazo, que mantém a possibilidade de entregas programadas, mas oferece um prazo de aplicação mais alargado (oito anos e um dia).

Tendo em vista potenciar o crescimento na captação de recursos, aumentar o nível de comissões recebidas e garantir uma maior fidelização e satisfação da clientela, estratégia que vem sendo prosseguida nos últimos anos, foi lançado um novo produto financeiro, o Euro 2004 — seguro de capitalização concebido pela Companhia de Seguros Mundial-Confiança.

Trata-se de um produto alternativo aos depósitos a prazo, sem risco, com taxas atractivas para o longo prazo (oito anos), destinado tanto a pequenas como a grandes poupanças, que apresenta vantagens em sede de IRS e tem como especificidade a isenção de encargos, quer no vencimento, quer no resgate.

Tendo como objectivo primordial a diversificação da oferta, com vista à fidelização dos clientes no segmento da emigração, merece realce particular a Campanha Emigrante 1999, que se consubstanciou

no lançamento de um pacote alargado de soluções financeiras, das quais se destacam:

Depósitos a Prazo de Taxa Fixa 3em3 Especial Emigrante;
Produtos Estruturados indexados ao Eurostoxx 50;
Depósitos em dólares americanos.

Assistiu-se, no ano em apreço, a um incremento significativo do montante de fundos de investimento mobiliários angariados pela rede do Banco, que atingiu 159,4 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1999.

A aposta na qualidade e diferenciação dos produtos oferecidos traduziu-se numa evolução favorável do montante captado de recursos de clientes, como se pode constatar da leitura do quadro seguinte. Esta área de negócio em muito beneficiou da reformulação das características básicas dos produtos em carteira, tendo-se garantido uma maior concorrencialidade em preço e uma mais efectiva diversidade das modalidades de oferta.

	(Em milhões de contos)		
	1998	1999	Variação (percent.)
Débitos para com clientes	1 456,5	1 492,4	2,5
Débitos representados por títulos	5,5	31,9	480,0
Fundos	139,4	159,4	14,3
Outros	33,4	58,5	75,1

Outros produtos e serviços

No âmbito dos produtos com benefícios fiscais e conforme é habitual, decorreu no final do ano o lançamento de mais uma campanha promocional, que se denominou Plano Poupança Fiscal/99.

Esta campanha foi composta por um pacote de produtos base constituído por um Plano Poupança Reforma/Educação — PPR7E, com taxa mínima garantida de 3%, por uma Conta Poupança-Habitação — CPH, por um Plano Poupança Acções (UNI PPA) e por seguros de vida e acidentes. Os produtos PPR/E, CPH e PPA beneficiaram de linhas de crédito especiais para financiamento total ou parcial do investimento realizado.

Mercado monetário e cambial

Apreciação global:

Com a criação da União Monetária, no dia 1 de Janeiro de 1999, o euro tornou-se a nova moeda dos 11 países participantes, entre os quais Portugal, passando o Banco Central Europeu (BCE), instituição criada em Maio de 1998 após a extinção do Instituto Monetário Europeu, a ser o órgão responsável pela condução da política monetária única desta zona.

O BCE fixou, a 22 de Dezembro de 1998, com efeitos a partir do início do ano seguinte, as taxas de juro das operações principais de refinanciamento, da facilidade permanente de cedência de liquidez e da facilidade permanente de depósito, em 3%, 4,5% e 2%, respectivamente.

Na base dos valores fixados, esteve uma taxa de referência de 4,5% para o crescimento da massa monetária, medida pelo agregado M3, compatível com o objectivo primário do BCE de manter a inflação abaixo dos 2%.

Como medida transitória, por forma a facilitar a adaptação do sistema financeiro às novas condições de mercado, o BCE estreitou o intervalo de variação entre as duas taxas extremas, de 250 pontos base para 50, entre 4 e 21 de Janeiro.

No dia 8 de Abril, o Banco Central Europeu reduziu em 50 pontos base duas das suas taxas directoras e em 100 pontos base a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez. No entanto, face à expansão, crescentemente acima do valor previsto, da liquidez na zona euro, a autoridade monetária decidiu, no dia 4 de Novembro, repor as duas primeiras nos valores vigentes antes de 8 de Abril (3% para a taxa de juro das operações principais de refinanciamento e 2% para a de depósito), subindo em 50 pontos base a taxa de cedência permanente.

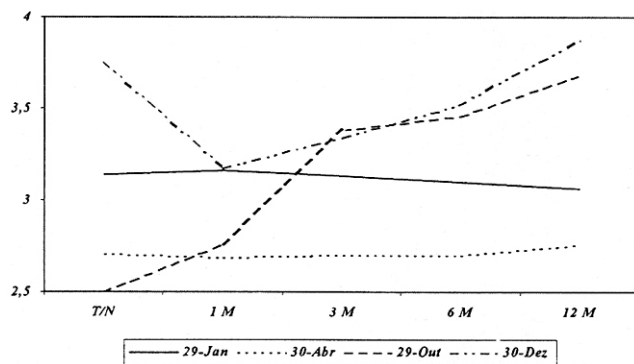
O BCE decidiu manter o valor de referência de 4,5% para o crescimento do agregado M3 no ano 2000.

As taxas de mercado de curto prazo seguiram, como seria de esperar, a trajectória das taxas directoras. No entanto, a evolução da curva de rendimentos reflectiu, desde Abril, data em que o BCE procedeu à baixa das suas taxas, e com expressão crescente até Outubro, a per-

cepção do mercado quanto a uma eventual subida dessas taxas (que se veio a concretizar em Novembro).

Com efeito, o crescimento acima do objectivo da massa monetária e a subida do preço do petróleo levaram a que a *yield curve*, que apresentou inclinação negativa nos dois primeiros meses do ano, se viesse a tornar positivamente inclinada, acentuando-se esse declive ao longo do período em análise, observando-se o diferencial máximo entre o prazo mais curto (T/N) e o mais longo (um ano) no final de Outubro (118 pontos base).

Yield curve



Contrariando as expectativas gerais, o euro desvalorizou-se quase continuamente contra as principais moedas de países terceiros.

Com efeito, em relação ao dólar o euro caiu de um valor máximo de 1,179 USD/EUR no primeiro dia útil de Janeiro para valores muito próximos da paridade, registando, pontualmente, em Dezembro, cotações abaixo desse valor. Durante o ano, a desvalorização foi contínua até Julho, registando o euro uma pequena recuperação nos três meses seguintes, para cair novamente a partir de Novembro.

Taxas de câmbio do euro



Face ao iene, a desvalorização foi mais suave na 1.ª metade do ano, acentuando-se nos últimos meses (com excepção para o mês de Setembro em que o euro registou uma pequena revalorização). Contra a libra esterlina, a evolução foi muito similar.

A actuação do BTA nos mercados monetário e cambial:

Em 1999 implementaram-se as medidas conducentes à gestão e controlo globais da tesouraria numa perspectiva integrada, apesar de cada Banco ter conservado a sua conta de liquidação no Banco de Portugal, bem como a gestão individual das reservas mínimas como corolário da manutenção da sua identidade própria.

Foi, igualmente, implementado um sistema de gestão e controlo de posições integrado, que continuou a permitir o apuramento de resultados por classes de risco/produto e por Banco.

No que toca o controlo da actividade financeira das sucursais externas, o último ano representou um evidente progresso, uma vez que se passou a dispor de informação integrada e reporte sistemático de posições, o que contribuiu para a melhoria da gestão do risco global.

No mercado cambial, como resultado da introdução do euro, registou-se uma diminuição da especulação entre divisas, conforme esperado. A actividade especulativa foi essencialmente de carácter estratégico,

tendo sido centrada nos principais pares de divisas: EUR/USD e USD/JPY.

Neste mercado, as transacções efectuadas pelo Banco atingiram, em média, 6,74 milhões de contos por dia.

No mercado monetário, a actividade do BTA traduziu-se num volume transaccionado de cerca de 75,612 mil milhões de contos, dos quais 68,045 mil milhões de contos representaram tomadas de fundos. Como *market maker* no mercado de derivados de curto prazo, transaccionados na Bolsa de Derivados do Porto (BDP), o BTA obteve uma quota de 24,3%, a mais elevada de todos os operadores. No entanto, com o nascimento do euro, assistiu-se a um reposicionamento estratégico nesta área, deslocando-se o grosso do negócio da BDP para bolsas estrangeiras, centrado, fundamentalmente, em contratos de Futuros sobre a Euribor.

A actividade de *corporate* continuou segregada por Banco, tendo sido implementados princípios conducentes a uma melhor relação grupo/clientes. Numa conjuntura de subida da taxa de juro, o BTA ofereceu serviços de cobertura de posições em taxa fixa de clientes, com a utilização de instrumentos derivados, permitindo, assim, um maior desenvolvimento nesta área de negócios.

No que concerne a gestão do risco, a evolução das taxas de juro, decrescente até ao final do 1.º semestre e ascendente a partir de Julho, ditou os ajustamentos a realizar ao balanço do Banco, com acompanhamento sistemático e rigoroso do precário, e da exposição ao risco de liquidez, na vertente estrutural.

Durante o ano de 1999 foi afinado o modelo organizacional de gestão do risco, com a constituição da Comissão de Riscos de Mercado, que se reúne com periodicidade semanal, com poderes delegados de fixação de limites de risco, mantendo-se a Comissão de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) como o órgão responsável pela definição da política de *pricing* e estruturação dos balanços, bem como pelo controlo de exposição aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

A Comissão de Riscos de Mercado acompanha e monitoriza a exposição dos bancos aos riscos de mercado, verificando a sua aplicabilidade dentro da estratégia definida pelo conselho de administração.

O modelo utilizado tem como base a segregação de funções entre a originação, medição e controlo de riscos, com especialização por factores de risco conforme proposto pelo Comité de Basileia.

Além do acompanhamento contínuo, foram avaliadas as várias possibilidades de infra-estrutura tecnológica de controlo de riscos, bem como da gestão de activos e passivos, encontrando-se pronto para implementação o projecto daí resultante, que se traduz numa significativa melhoria do modelo existente.

Mercado de capitais

Apreciação global:

Em termos globais, a evolução do mercado de capitais ao longo de 1999, ficou muito aquém do que seria previsível, face à evolução positiva da conjuntura interna e externa e à performance dos mercados financeiros da generalidade dos países desenvolvidos.

A crescente globalização dos mercados, acentuada pela introdução do euro, tem conduzido os investidores institucionais nacionais, nomeadamente os fundos de investimento e os fundos de pensões, à diversificação internacional dos seus portfólios, privilegiando a perspectiva sectorial na recomposição dos mesmos.

Por outro lado, a «promoção» do mercado português, no final de 1998, de emergente a desenvolvido, acabou por ter um impacto negativo no ano em análise, uma vez que ditou a sua saída dos índices IFC Emerging Markets e MSCI Emerging Markets onde ocupava uma posição de destaque, para ser integrado nos índices sectoriais europeus, nomeadamente nos diversos índices Eurostoxx, com um peso muito reduzido.

No mercado secundário, o valor transaccionado global cresceu 22,1%, muito abaixo dos 72,6% averbados em 1998. Na base desta expansão estiveram apenas as transacções no MEOG (Mercado Especial de Operações por Grosso), que registaram um acréscimo de 43,1%, já que o montante transaccionado na Bolsa de Valores de Lisboa decresceu cerca de 19%. Esta evolução traduziu-se num reforço do peso do MEOG nas transacções totais (passando de 66,4% em 1998, para 77,8%).

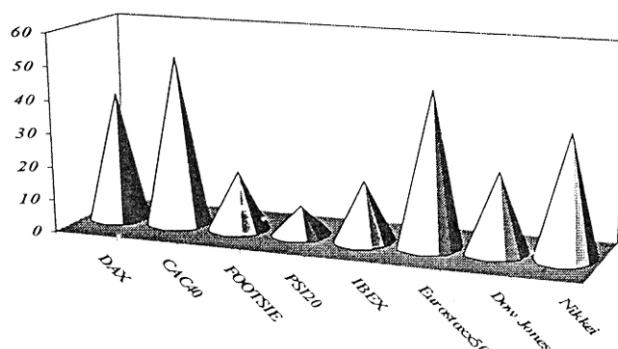
As sessões especiais de bolsa representaram apenas, em 1999, 0,4% do total (2,2% no ano anterior).

A capitalização bolsista no último dia do mês de Dezembro, atingiu 116 296 036 milhares de euros, um valor 20,2% superior ao de igual indicador no final de 1998. O *ranking* das maiores capitalizações bolsistas continuou a ser dominado por empresas dos sectores das telecomunicações (com a PT a manter o primeiro lugar em 1999), da distribuição e financeiro.

No segmento accionista, o ano saldou-se por um modesto acréscimo dos principais índices: o PSI 20 subiu, em termos homólogos, 8,7% e o BVL 30 aumentou 10,2%, acréscimo que se ficou inteiramente a dever ao desempenho da bolsa no último trimestre, que permitiu mais do que compensar as perdas acumuladas dos trimestres anteriores.

As principais bolsas mundiais registaram acréscimos muito superiores, bem como um comportamento mais uniforme, se bem que com maior incidência altista no final do ano: o índice que maior subida registou, o CAC40, cresceu 51,1%, e mesmo aquele que menos subiu, o Footsie, aumentou 17,8%.

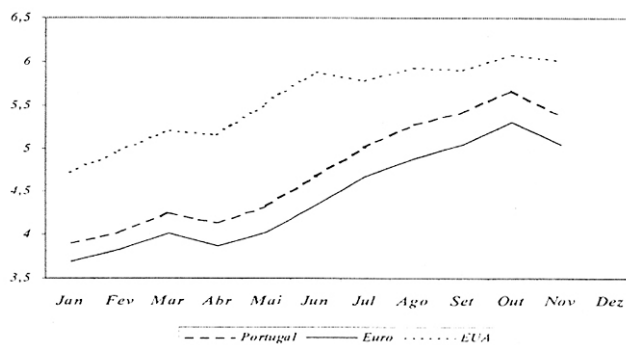
Valorização dos principais índices bolsistas — 1999



No segmento obrigacionista, a subida das taxas de juro de curto prazo reflectiu-se na evolução do índice BVL-ORF, que registou um decréscimo anual de 313 pontos base.

A taxa de rendibilidade de longo prazo das obrigações do tesouro reflectiu a evolução das perspectivas do mercado relativamente às taxas de juro de curto prazo, tendo subido consideravelmente entre o mês de Abril e o de Novembro (+ 159 pontos base no cômputo do ano). Os *yields* nacionais mantiveram-se ao longo de 1999, como seria de esperar, acima das taxas equivalentes da área do euro (calculados pelo BCE como média ponderada das taxas de rendibilidade da dívida pública dos estados-membros participantes na União Monetária), tendo o prémio de risco registado mesmo um ligeiro aumento (cerca de 10 pontos base) entre o início e o final do ano.

Taxas de rendibilidade de longo prazo — 1999



A evolução do mercado a prazo reflectiu o novo posicionamento dos investidores face ao alargamento do espaço doméstico à zona euro. Com efeito, os montantes transaccionados no ano em análise registaram uma quebra de 66,2% face a 1998, extensível a todos os contratos, mas mais acentuada nos contratos de futuros sobre a Lisboa a três meses.

Em consequência, os contratos sobre o PSI-20 assumiram o maior peso (45%) em termos dos montantes totais transaccionados.

A nível legislativo, salienta-se a publicação do Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro, que aprova o novo Código de Valores Mobiliários, o qual entrou em vigor no dia 1 de Março de 2000, e do Decreto-Lei n.º 172/99, de 20 de Maio, que regula a emissão e comercialização de *warrants* autónomos.

Tendo como objectivo a racionalização dos procedimentos e a redução dos custos, foi aprovada, no dia 20 de Dezembro, a constituição da nova sociedade gestora de bolsa, órgão que implementará o projecto de fusão das duas bolsas de valores nacionais, BVL e Bolsa de Derivados do Porto — BDP, por extinção desta última.

Refira-se, ainda, que na sequência do movimento generalizado de internacionalização/cooperação entre as principais bolsas mundiais, despoletado pela concretização da União Monetária Europeia, a BVL não só realizou acordos bilaterais com as bolsas de São Paulo e de Paris, como, a partir de Novembro, passou a estar incluída no acordo assinado pelas praças de Paris, Milão e Zurique, que envolve *cross listing*, *cross membership* e *cross partnership*.

A actuação do BTA no mercado de capitais:

Desde 1998 que o Banco Totta & Sottomayor de Investimento (BTISI), ex Banco Chemical Finance, passou a concentrar, por razões de ordem estratégica, a área do mercado primário de capitais do Grupo Mundial-Confiança, segmento em que obteve posição de destaque no universo da banca nacional. Assim sendo, foi esta instituição que assumiu o estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT), em representação e estreita colaboração com os restantes bancos do Grupo, competindo-lhe a salvaguarda dos compromissos assumidos com o Instituto de Gestão do Crédito Público.

No que toca ao mercado do papel comercial e empréstimos sindicados, a actividade do BTA foi direccionada, essencialmente, para a participação em operações organizadas pelo BTISI, tendo entrado em seis emissões no primeiro, que atingiram o montante global de 51,5 milhões de contos, com tomada firme de 5,95 milhões de contos e também em seis emissões, que envolveram 103 milhões de contos, no segundo.

No segmento accionista, o BTA foi co-líder nas OPVs da Portugal Telecom (4.ª fase de privatização), que envolveu um montante de 53,8 milhões de contos, da Brisa (3.ª fase), que movimentou 55,5 milhões de contos, da Soporcel (oferta secundária) e da PT Multimédia (oferta pública inicial) no montante de 21,6 milhões de contos.

O BTA logrou atingir níveis de colocação expressivos na generalidade das OPV em que interveio, o que contribuiu para o sucesso destas operações e para a dinamização do mercado de capitais nacional.

O Banco foi, ainda, co-líder nos aumentos de capital do Modelo Continente, no valor de 50 milhões de contos e da PT, no montante de 142,8 milhões de contos, com tomada firme na primeira destas operações.

A actividade da gestão global do risco foi também centralizada no Banco Totta & Sottomayor de Investimento. Durante o ano em análise prosseguiu-se, nesta área, a linha de acção estabelecida no ano anterior, procurando-se o crescente relacionamento com a rede de retalho na criação, cotação e gestão de produtos estruturados e a gestão do risco relacionado com as outras áreas do Banco (mercado primário, grandes empresas e *corporate finance*).

Actividade internacional

Prosseguindo as orientações estratégicas anteriormente traçadas, o Banco continuou a consolidar e a desenvolver, em 1999, a sua posição nos países lusófonos, sem descuidar a sua actividade nos outros países de implantação.

Em toda a rede exterior do Banco prosseguiram e foram, oportunamente, completadas as tarefas de adaptação dos sistemas locais à resolução do problema informático do ano 2000, não se tendo verificado qualquer anomalia na passagem do ano.

A sucursal de Londres, mantendo a sua reconhecida presença nos mercados interbancários, deu especial atenção aos serviços de apoio à comunidade portuguesa, inaugurando uma dependência no bairro de Stockwell.

Em Macau, no final de Setembro, a sucursal converteu-se numa subsidiária denominada Banco Totta Ásia, S. A., detida a 99,9% e controlada pelo Banco Totta & Açores.

Em Angola, numa conjuntura marcada pela intensificação da guerra foi, ainda assim, possível abrir novos balcões, em Lobito e Lubango, tendo sido realizados importantes investimentos na sede em Luanda e nos balcões do Porto de Luanda e de Cabinda, inaugurados no princípio de 2000.

Na Guiné-Bissau, o fim do conflito político-militar, em Maio, permitiu a reabertura, com algumas limitações, das duas unidades do Grupo, que representam, ainda, a totalidade do sector bancário do País, a sucursal do BTA e o Banco Internacional da Guiné-Bissau, participado pelo CPP. No entanto, os efeitos económicos do conflito, a persistência de uma atitude de expectativa por parte dos doadores, que ainda continuou após as eleições de 28 de Novembro, assim como o atraso da campanha de exportação de caju, não permitiram a normalização e recuperação do sector bancário e da respectiva clientela.

Em Cabo Verde, para responder ao crescimento dos clientes, nomeadamente daqueles relacionados com a emigração, decorreram os trabalhos de instalação da agência da Assomada, no centro da Ilha de Santiago, inaugurada no final de Fevereiro do corrente ano.

Em São Tomé e Príncipe, a continuada crise macroeconómica ainda não permitiu ao Banco Internacional de São Tomé e Príncipe repetir os bons resultados financeiros de anos anteriores, embora se tenha verificado alguma recuperação.

Finalmente, em Moçambique, num quadro macroeconómico favorável mas de intensa concorrência, o Banco Standard Totta de Moçambique registou um apreciável crescimento em todos os indicadores relevantes, ao mesmo tempo que completou a substituição do seu sistema informático. Há a registar, igualmente, a inauguração de um novo balcão em Maputo, a renovação da imagem da rede e a organização de alguns serviços centrais.

Durante o ano de 1999 prosseguiram as acções desenvolvidas no sentido da racionalização da rede externa dos três Bancos e, consequentemente, da redução dos seus custos, passando as delegações a usar a designação comum Totta & Sotomayor, Inc., em Newark, nos EUA, e Totta & Sottomayor Canada, no Canadá.

Tal como aconteceu em anos anteriores, efectuou-se, durante os meses de Verão, uma intensa campanha promocional, destinada ao segmento de emigrantes de férias em Portugal, que incidiu sobre o lançamento de produtos competitivos concebidos especificamente para este segmento.

A introdução do euro, no dia 1 de Janeiro de 1999, levou a que se encetassem negociações com toda a rede de correspondentes, com vista a definir critérios para domiciliacão de contas «Nostro» e «Loro», apostando-se numa elevada qualidade de serviços. Foram, ainda, implementados procedimentos tendentes ao aperfeiçoamento de sistemas operacionais, designadamente nos pagamentos *cross-border*.

Na área da avaliação do risco, cumpre salientar a reformulação do modelo para atribuição de linhas à rede de correspondentes, segundo critérios que contemplam a exposição a nível de todas as instituições do Grupo, o que resultou num controlo mais eficaz e em melhoria da gestão.

Áreas de suporte

Rede de distribuição:

Face ao elevado grau de cobertura do território nacional atingido pela rede tradicional de balcões manteve-se, em 1999, a opção estratégica de intensificar a prestação de serviços através de canais complementares, procedendo-se apenas à abertura de balcões em zonas de inequívoco interesse comercial, que preencham eventuais lacunas de cobertura, ou como forma de desconcentrar a actividade em balcões de grande dimensão.

De acordo com este princípio, o Banco abriu apenas dois novos estabelecimentos, em Barcelinhos e no Porto do Funchal. Em consequência da política de diversificação seguida pela empresa que explora o aeroporto da Portela/Lisboa (ANA), o BTA foi forçado a encerrar os três postos de câmbios que possuía nesse complexo.

No tocante à rede externa, saliente-se a abertura de dois balcões em Angola (Lubango e Lobito) e um no Reino Unido (Stockwell/Londres).

Paralelamente, continuou-se a conceber e implementar as soluções técnicas que melhor se ajustam ao conceito de serviço bancário de proximidade e à distancia, potenciando serviços de qualidade acrescida, mais próximos dos clientes, das suas preocupações e das suas necessidades reais.

Em Outubro começou a funcionar, em regime de teste e apenas para empregados, uma primeira loja do tipo das que irão ser instaladas no Metropolitano, estando-se presentemente a proceder à instalação, nas mesmas condições, de um ponto de venda dos que serão inseridos nas lojas *Select*.

Os serviços de banca telefónica anteriormente disponibilizados foram reestruturados durante o ano que decorreu, tendo sido implementado um Projecto de Call Center Unificado para as três marcas de retalho.

No final do ano, a plataforma telemática de suporte ao Totta *Phone* migrou para a nova solução. No entanto, uma vez que o serviço de banca telefónica do BTA já contemplava, para além da componente automática, o acesso via operador, nesta 1.ª fase os benefícios da referida acção apenas tiveram reflexos internos (melhoria do interface com os operadores), não se consubstanciando em novas funcionalidades disponíveis para os clientes.

Também vocacionado para o segmento de particulares, muito em especial o dos clientes residentes no estrangeiro, o Banco passou a disponibilizar, desde o início de 1999, um serviço de *homebanking* via internet, designado por «Bit-Banca interactiva», que permite a realização, em condições vantajosas, de um vasto leque de operações bancárias.

Ainda no domínio dos canais complementares de distribuição, refira-se o crescimento da rede de ATM, a despeito da substituição de 107 máquinas por serem incompatíveis com a introdução do euro e/ou com a passagem para o ano 2000.

O número de POS (terminais de ponto de venda) distribuídos pelo Banco registou um crescimento significativo em 1999 (15,1%).

Destaque, ainda, para o aumento do número de cartões portáteis do Smart Shell emitidos pelo BTA, que se cifrou em 16,4%.

Recursos humanos:

A política de gestão de recursos humanos, seguida pelo BTA em 1999, continuou a pautar-se pelas linhas de força desenvolvidas em anos anteriores, designadamente a renovação do quadro de pessoal e o aumento das competências profissionais, por forma a incrementar a capacidade de resposta aos desafios de um mercado financeiro em permanente mutação.

Globalmente, a gestão da função pessoal foi conduzida de modo a concretizarem-se quatro grandes tipos de objectivos:

Reajustamento do quadro de pessoal das diversas direcções, reduzindo-o gradualmente e reforçando o peso das áreas comerciais;

Rejuvenescimento qualitativo do efectivo, apostando na admissão de jovens com melhores qualificações académicas de base, implementando-se, simultaneamente, um processo de gestão e acompanhamento das carreiras profissionais;

Gestão equilibrada do orçamento de custos com pessoal, utilizando uma política salarial diferenciadora, consoante as performances individuais e os níveis de responsabilidade, premiando e remunerando melhor os empregados com desempenhos e resultados acima da média;

Elevação do nível de qualificação profissional dos empregados em função das opções estratégicas e de negócio do Banco, segmentando o efectivo em grupos-alvo detentores de conhecimentos e competências idênticas, fazendo uma firme aposta na descentralização do acto formativo.

Durante o ano em apreço foi desenvolvida uma nova aplicação informática de pessoal, que irá possibilitar, a partir de 2000, uma melhor gestão das principais valências da função pessoal.

Entre o final de 1998 e o de 1999 o quadro de pessoal registou a seguinte evolução:

	Efectivo global			Portugal		
	No País	No estrangeiro (a)	Total	Entradas	Saídas	Média do ano
Ano de 1998	3 709	312	4 021	81	428	3 985
Ano de 1999	3 581	331	3 912	318	447	3 754

(a) Dos quais 25 com vínculo a Portugal em 1998 e 24 em 1999.

No período de um ano, assistiu-se a uma redução de 3,5% no total de efectivos em Portugal, registando-se melhorias significativas nos principais indicadores de pessoal.

Com efeito, a idade média baixou de 42,6 anos para 41,4 anos; o número de empregados licenciados passou de 16,7% do total do efectivo para 18,4%, e o número médio de empregados por balcão baixou

de 12,9 para 12,6, sendo esta redução na rede comercial de 7,7 empregados em cada balcão para 7,4.

Cruzando as principais funções do Banco com a estrutura etária, o quadro de pessoal no país e no estrangeiro, com vínculo a Portugal, apresenta no final de 1999, comparativamente a igual período de 1998, a seguinte composição:

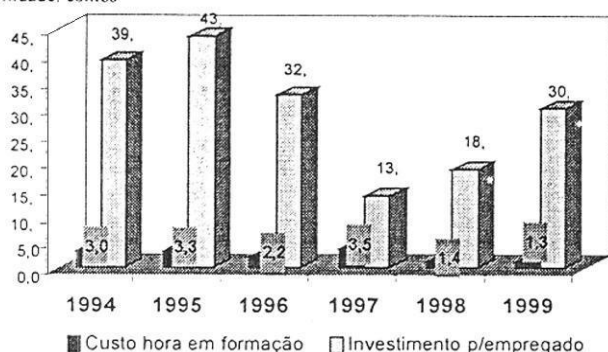
	Estrutura etária	Quadros directivos chefias	Gerências	Técnicos org. informática	Técnicos grau	Outras funções específicas	Administrativos	Auxiliares	Efectivo total em 1999	Efectivo total em 1998
Menos de 29 anos	2	—	36	17	58	—	431	8	552	403
De 30 a 39 anos	23	13	184	22	128	12	580	11	973	1 035
De 40 a 49 anos	46	33	196	35	47	27	679	44	1 107	1 198
De 50 a 59 anos	45	54	169	32	38	31	458	40	867	986
Mais de 60 anos	20	10	18	2	7	9	35	5	106	112
Total	136	110	603	108	278	79	2 183	108	3 605	3 734

No que concerne à formação profissional, registou-se, no ano em análise, um forte investimento. Constituiu política do Banco fomentar a cultura da formação contínua, em que cada colaborador se assume como o principal agente do seu próprio processo formativo, num esforço constante de actualização das competências profissionais, indispensáveis em contextos de significativas evoluções tecnológicas e de acrescidas exigências do negócio bancário.

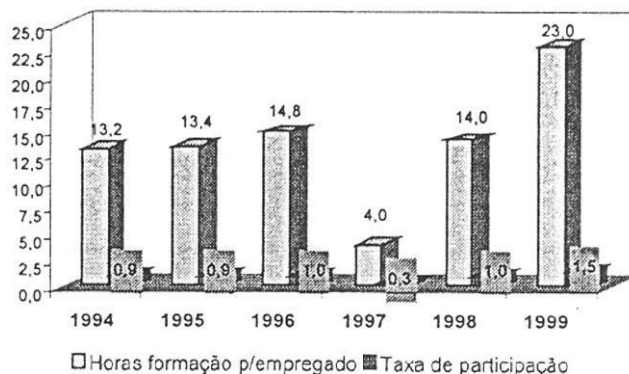
Optou-se, igualmente, pela realização de acções formativas de curta duração temporal e de forte densidade de conteúdos, capazes de fornecerem, com eficácia, resposta às necessidades geradas com o arranque da Plataforma Única de Balcões e o incremento da *cross-selling* de produtos e serviços que as sinergias do Grupo potenciaram.

Custo hora em formação/investimento por empregado

Unidade: contos



Horas de formação por empregado/percentagem de taxa de participação



Não obstante o número de horas de formação por empregado ter apresentado um aumento significativo face aos anos anteriores, o custo por hora reduziu-se cerca de 7%.

Meios tecnológicos e sistemas de informação:

A actividade desenvolvida no BTA ao longo de 1999, nas áreas dos sistemas, tecnologias de informação e comunicações, foi marcada pela continuação da reorganização e uniformização das aplicações e sistemas dos bancos que constituíam o Grupo e pelas adaptações necessárias à passagem para o ano 2000.

Os grandes projectos desenvolvidos no ano em análise, estrategicamente enquadrados num Plano a cinco anos, cuja execução se iniciou em 1997, orientaram-se numa perspectiva de criação de condições para a implantação de novas funcionalidades e de produtos ao nível do Banco, contribuindo para aumentar a sua competitividade no mercado, e podem ser agrupados em duas grandes áreas: área de infra-estruturas tecnológicas e área de desenvolvimento de sistemas aplicacionais.

Destes projectos destacam-se, pela sua relevância, os seguintes:

Área de infra-estruturas tecnológicas:

Centro de Processamento de Dados Único (CPDU):

Depois de concluída, no final de 1998, a concentração física dos centros de processamento de dados do BTA e dos restantes bancos de retalho e do Centro de Impressão e Acabamento Único; avançou-se, em 1999, para a 2.ª fase deste projecto, que consistiu na definição da arquitectura de gestão e exploração do CPDU.

Rede Única de Telecomunicações (RUT):

Este Projecto, iniciado em 1998 e terminado no ano seguinte, com a interligação, em Abril, das redes de telecomunicações internas, quer nos balcões, quer nos serviços centrais, e a integração posterior, na rede, da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, permitiu a eliminação de circuitos de telecomunicações redundantes e de barreiras à comunicação interna em termos da voz, de dados e de fax dentro das instituições do Grupo. A tecnologia implementada permite uma grande eficiência na gestão dos meios de telecomunicações, contribuindo para uma acentuada redução dos seus custos.

Reestruturação das Redes dos Edifícios Centrais (RREC):

O Projecto RREC, iniciado e concluído em 1999, teve como finalidade a reestruturação e modernização das redes locais das instituições bancárias do Grupo, garantindo, simultaneamente, a compatibilização do parque microinformático com o ano 2000 e a introdução de tecnologia comum nestas instituições.

Foram, assim, criadas todas as infra-estruturas que permitem modernizar os métodos de trabalho e de organização interna, com reflexos muito positivos nas vertentes operacionais e de custos.

Help-desk:

Este Projecto, que teve como finalidade centralizar num único órgão o atendimento e o controlo da resolução de problemas informáticos das instituições, desenvolveu-se ao longo de 1999.

Nova Plataforma de Balcões (NPB):

Criado em 1998, com o objectivo de reformular e uniformizar as soluções informáticas de suporte à actividade dos balcões dos quatro bancos, o Projecto da Nova Plataforma de Balcões foi completado, em 1999, com o *roll-out* em todos os balcões.

Área de desenvolvimento de sistemas aplicacionais:

Projecto ano 2000:

O Projecto de Adaptação ao Ano 2000, que se iniciou em 1996 e finalizou em 1999, teve como finalidade a identificação, revisão, correcção e certificação de todos os sistemas dos Bancos do Grupo que pudessem vir a ser potencialmente afectados pela transição para o ano 2000.

Sistema de Informação de Gestão (MIS):

Este Projecto, que teve início em 1998, tem como objectivo a produção de informação de gestão sistemática e sintética, por forma a auxiliar no processo de tomada de decisões e a permitir o posterior controlo do impacto dessas decisões.

Canais complementares:

No ano que decorreu foi disponibilizado aos clientes do Banco um serviço de *homebanking* para particulares através da internet, mantendo-se, para o segmento das empresas, a possibilidade de aceder aos mesmos serviços através de PC.

Ainda no âmbito dos canais complementares, destaca-se o Projecto de *Call Center*, cuja implementação visou a criação de um serviço de banca telefónica, similar para os três bancos de retalho, que oferece, para além de atendimento automático, através de IVR, atendimento

personalizado, via operador. Durante o ano de 1999 foi implementada a 1.ª fase deste Projecto.

Data *warehouse*:

Este Projecto, iniciado em 1999, tem por objectivo a criação de um «armazém de informação» de suporte às diferentes áreas de gestão, em particular à actividade comercial do Banco.

Plataforma única de cartões:

Ao longo do ano em análise foi sendo implementado um sistema único para a gestão de cartões de débito e de crédito dos Bancos do Grupo, que, para além de contemplar os cartões já existentes, serviu de suporte aos cartões lançados em 1999.

Projecto estrangeiro — uniformização:

Parametrização do EximBills/AS 400, versão multi-empresa, para tratamento de operações de estrangeiro do Banco.

Projecto Totta & Sottomayor Bank Canada:

Foi implementado um novo sistema para substituição do produto informático existente; considerado em 1997 como inadequado e de substituição obrigatória por ser incompatível com o ano 2000.

Para além dos Projectos acima mencionados foram, ainda, desenvolvidas acções em inúmeras áreas aplicacionais, algumas das quais comuns aos três Bancos e outras específicas de cada um.

Merecem breve referência, as relativas à instalação da versão 5.0 do Corona-Multi e à reformulação do sistema de cálculo de juros para contas PTE.

Na sequência do acordo realizado entre o accionista de referência, o BSCH e a CGD, iniciaram-se, no dia 1 de Março de 2000, os trabalhos de separação dos sistemas informáticos e de telecomunicações do Grupo.

Projecto ano 2000

1 — Introdução:

O Projecto de preparação para o ano 2000 nos BPSM, BTA, CPP e Banco Totta & Sottomayor de Investimento, ao qual foi atribuída prioridade máxima, teve início em Janeiro de 1996, com a escolha de parceiros (Eurociber e PROFit/Gartner Group).

Em 1997, após planeamento das diversas fases, escolha das ferramentas e definição da metodologia, iniciou-se a fase de análise de impacto global com o objectivo de determinar o nível de exposição dos quatro Bancos ao problema do ano 2000.

No decorrer desta fase foi elaborado um inventário exaustivo para cada um dos Bancos do Grupo. Este inventário contemplou todos os componentes/equipamentos passíveis de terem problemas de conformidade com o ano 2000, incluindo aplicações internas *mainframe* (Sistemas Centrais), aplicações não *mainframe* e packages (Sistemas Distribuídos), *software* de base e *hardware* (sistemas externos) e componentes tecnológicos, não informáticos, com chips embebidos (sistemas embebidos).

A estimativa do custo e do esforço necessários à implementação da solução foi efectuada através do serviço Year 2000 Executive Edge do Gartner Group. A análise dos sistemas de informação foi realizada com recurso às técnicas de *benchmarking*, as quais permitiram comparar o nível de exposição dos quatro Bancos com os níveis europeus e com o estado mundial da Banca.

Como resultado final da fase de Análise de Impacto Global, efectuada em simultâneo com a do Projecto Euro, foi obtida a estimativa do custo e recursos necessários para a implementação do Projecto.

2 — Organização, âmbito e objectivos do projecto:

O Projecto ano 2000 compreende: o Projecto de Adaptação ao ano 2000 e o Projecto do Plano de Continuidade de Negócio 2000 (PCN 2000), e um Projecto independente, mas com ligações ao primeiro, o Projecto RREC (Reestruturação de Redes em Edifícios Centrais).

O Projecto ano 2000 foi supervisionado directamente pelo conselho de administração, tendo sido controlado pela direcção de inspecção e auditoria.

2.1 — Projecto de adaptação ao ano 2000:

Este Projecto visou a identificação, revisão, correcção e certificação de todos os sistemas que pudessem vir a ter potenciais problemas com

a transição para o ano 2000. Para o efeito foi utilizada a metodologia FNSPECT (Gartner Group).

A direcção do Projecto de Adaptação foi entregue ao responsável da DGST, que controlou as alterações das aplicações *mainframe* e a coordenação das restantes actividades foi assegurada por um gabinete expressamente criado para o efeito — Gabinete de Estudos ano 2000, directamente dependente deste responsável.

Aplicações *mainframe*:

As acções desenvolvidas consistiram na análise de impacto e posterior correcção, teste e certificação das aplicações *mainframe* dos quatro Banco do Grupo, envolvendo um total de 25 000 linhas de código (53 aplicações inventariadas no BPSM, 176 no BTA e 25 no CPP). No Banco Totta & Sottomayor de Investimento a solução existente foi considerada compatível pelo fornecedor, pelo que apenas foram efectuados testes em ambiente replicado, com simulação de datas até Fevereiro de 2000, não tendo sido detectadas quaisquer anomalias.

Na sequência dos processos de certificação, foram realizados testes globais de compatibilidade ano 2000, utilizando datas nativas nos sistemas operativos. Para o efeito, constituiu-se um ambiente réplica de produção, tendo sido realizados dois ciclos de testes — um relativo apenas às aplicações centrais e um segundo às aplicações departamentais e ligações externas. Foram envolvidas todas as direcções utilizadoras e a direcção de organização.

Os testes incidiram sobre as seguintes datas críticas: fim de Dezembro de 1999, início e fim de Janeiro de 2000, início e fim de Fevereiro de 2000 e início e fim de Março de 2000.

Outras actividades:

Ficaram directamente dependentes deste órgão as seguintes actividades:

Suporte metodológico:

Apoio às diversas equipas de projecto em termos de métodos, ferramentas e *best practices*;

Definição de *standards*, métodos e técnicas a utilizar no Projecto;
Colaboração na selecção de ferramentas para as aplicações não *mainframe*.

Comunicação com clientes, Contrapartes e Parceiros:

Gestão de inquéritos sobre o Projecto ano 2000;
Acompanhamento e *reporting*.

Foram respondidas todas as cartas recebidas.

Sistemas externos:

Inventariação, verificação de conformidade e correcção e certificação de *hardware* e *software* de base;
Acompanhamento e *reporting*.

Foram inventariados e certificados 5 982 componentes.

Sistemas distribuídos:

Inventariação, verificação de conformidade e correcção e certificação de aplicações não *mainframe* e *packages*;
Acompanhamento e *reporting*.

Foram inventariados e certificados 735 componentes.

Sistemas embebidos:

Inventariação, verificação de conformidade e correcção e certificação de sistemas com chips embebidos;
Acompanhamento e *reporting*.

Todos os 531 componentes inventariados foram certificados.

Pontos no exterior:

Suporte aos projectos de compatibilização de toda a rede internacional dos Bancos do Grupo;
Acompanhamento e *reporting*.

Fornecimentos críticos:

Inventariação e *stockagem* dos fornecimentos de artigos e serviços críticos.

Acompanhamento e *reporting*:

Foram armazenados os 766 fornecimentos inventariados;
Foram obtidas todas as respostas dos fornecedores dos serviços considerados críticos.

Empresas participadas:

Suporte aos projectos de compatibilização das empresas participadas pelos Bancos do Grupo;
Acompanhamento e *reporting*.

Certificação de PCs:

Inventariação, verificação de conformidade, upgrade e certificação de PCs;
Acompanhamento e *reporting*.

Esta actividade foi englobada no âmbito do Projecto RREC.

Sistemas de interface com entidades externas:

Gestão do processo de verificação dos sistemas de interface com entidades externas e proposta de medidas correctivas;
Acompanhamento e *reporting*.

Foram realizados testes conjuntos com diversas entidades externas, nomeadamente com o Banco de Portugal (SPGT, Target), com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com a Bolsa de Valores de Lisboa, com a Bolsa de Derivados do Porto, com a SIBS, com a Visa, com a Cedel, com o Swift e com a European Banking Association.

Suporte a terceiros:

Apoio aos utilizadores na resolução do problema resultante da passagem para o ano 2000;
Acompanhamento e *reporting*.

Foi activado um sistema de informação telefónica, durante os meses de Dezembro e de Janeiro, tendo como destinatários os empregados dos Bancos e o público em geral.

Avaliação de risco clientes e bancos correspondentes:

Inventariação dos clientes e parceiros a avaliar;
Gestão do processo de verificação de conformidade com o ano 2000 dos clientes e parceiros;
Acompanhamento e *reporting*.

Dos 1992 clientes e Bancos correspondentes contactados, 0,95% foram classificados de médio risco e 11,55% de alto risco (a maior parte são Bancos que não responderam aos questionários ano 2000).

2.2 — Projecto PCN 2000:

A Comissão de Direcção deste Projecto integrou vários membros do conselho de administração, tendo este órgão coordenado unia equipa multi-disciplinar, que envolveu os responsáveis pelas várias áreas afectadas;

O Projecto teve como objectivos:

A identificação dos factores de risco ano 2000 e mapeamento com as funções críticas de negócio;

O estabelecimento de um Plano de Contingência ano 2000 orientado para a continuidade do negócio;

O apoio e acompanhamento metodológico dos Planos de Continuidade de Negócio nos pontos no exterior e nas empresas participadas;

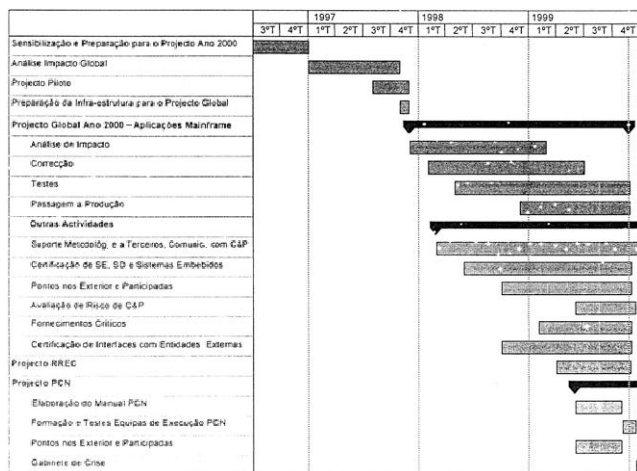
A elaboração de um manual de Procedimentos de Contingência.

2.3 — Projecto RREC:

Com o Projecto RREC, directamente dependente do conselho de administração, pretendeu-se modernizar e normalizar a plataforma de trabalho dos Serviços Centrais, otimizar a gestão das redes dos edifícios centrais, criar uma infra-estrutura que permite oferecer, a curto prazo, novos serviços aos utilizadores, facilitando o trabalho diário e melhorando a comunicação dentro do Grupo e, ainda, resolver os potenciais problemas dos postos de trabalho relativamente à transição para o ano 2000.

No âmbito deste Projecto foram instalados cerca de 3650 postos de trabalho em 39 edifícios centrais.

3 — Planeamento do projecto:



4 — Recursos e custos envolvidos:

4.1 — Recursos:

Estiveram directamente envolvidas nestes três projectos cerca de 160 pessoas, entre colaboradores internos e externos (Eurociber e PROFit/Gartner Group).

4.2 — Custos:

Os montantes envolvidos nos três Projectos, em 1998 e 1999, relativos ao BTA, foram os seguintes:

(Em milhares de contos)					
Custos em 1998	Valores orçamentados em 1999				Custos totais em 1999
	P. adaptação	PCN	RREC	Total	
522	639,5	109,7	983,7	1 732,9	1 516,2

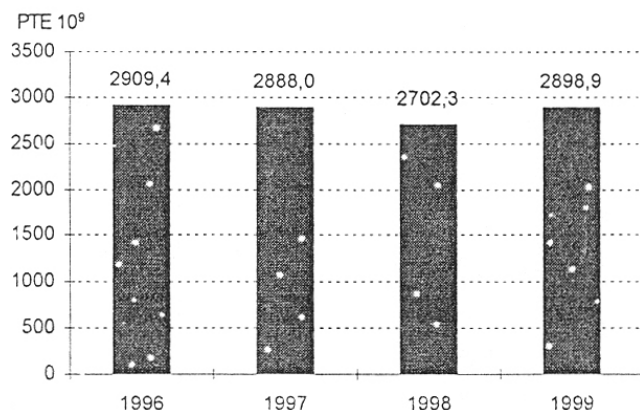
Análise económica e financeira do banco

Balanço:

O activo líquido do BTA registou, em 31 de Dezembro de 1999, um valor total de 2 898 942 mil contos, que supera em 7,3%, o montante verificado na data homóloga do ano transacto.

Por áreas geográficas de actuação, observam-se um acréscimo de 10,4% no activo de Portugal e uma redução de - 2,1% no total de activos das sucursais no exterior, explicada praticamente pela transformação da sucursal de Macau no Banco Totta Ásia, S. A. Em resultado desta evolução, as sucursais no exterior diminuíram, de 32% para 29%, a sua participação no activo global do Banco.

Activo líquido total



Considerando os saldos das principais rubricas do balanço, representativos de operações com clientes e com títulos, salientam-se as seguintes variações no último ano:

- + 15,9% em «créditos sobre clientes»;
- 8,1% nas «aplicações em títulos»;
- + 4,3% nos «débitos para com clientes» + débitos representados por títulos».

O crescimento de 15,9% observado na rubrica de créditos sobre clientes, apesar da sua expressão apreciável, foi significativamente inferior ao acréscimo médio do mercado, para o que contribuiu a canalização para o CPP do crédito à habitação angariado pelo BTA durante o ano, e processou-se de forma bastante selectiva, visando a melhoria do perfil de risco das operações em carteira, como se ilustra na análise respectiva respeitante à actividade ao Banco — áreas de negócio.

Por seu turno, a redução das aplicações em títulos resultou da alienação de alguns títulos cujo risco, especialmente de taxa de juro, se considerou desadequado e à contenção do investimento face à evolução perspectivada para as taxas de juro das obrigações.

Relativamente ao acréscimo de 4,3% nos saldos globais de recursos de clientes (débitos para com clientes + débitos representados por títulos), refira-se que esta evolução foi de algum modo moderada pelo encaminhamento das poupanças dos clientes para aplicações alternativas, relevadas fora do balanço, no âmbito da política de *cross-selling*.

Nessas aplicações são oferecidas aos clientes condições mais atractivas do ponto de vista do trinómio: rentabilidade/risco/liquidez.

No seu conjunto, os saldos de Recursos de Clientes, fora do balanço, aumentaram 26% em 1999, alcançando um valor de 217,9 milhões de contos.

Evolução da estrutura do balanço

	(Em percentagem)	
	1998	1999
Activo líquido:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1,0	2,1
Disponibilidades à vista e outros créditos sobre instituições de crédito	41,8	40,2
Créditos sobre clientes	32,9	35,5
Aplicações em títulos	16,6	14,2
Participações e partes do capital em empresas coligadas	3,8	3,8
Imobilizações	1,8	1,6
Outros activos	0,6	0,6
Contas de regularização	1,5	2,0
	100,0	100,0
Passivo e situação líquida:		
Débitos para com instituições de crédito	35,2	36,7
Débitos para com clientes: à vista	15,4	16,1
Depósitos de poupança e outros débitos a prazo	38,6	35,4
Débitos representados por títulos	0,2	1,1
Outros passivos	0,3	0,6
Contas de regularização	1,8	1,5
Provisões para riscos e encargos + fundo para riscos bancários gerais	0,5	1,0
Passivos subordinados	3,2	3,3
Capitais próprios e resultados	4,8	4,3
	100,0	100,0

Em termos de estrutura do balanço, onde não se observam alterações substanciais, de 1998 para 1999, realça-se, no lado do activo, um aumento de 2,6 pontos percentuais no peso relativo de crédito sobre clientes, a que corresponderam reduções nos pesos relativos das aplicações em instituições de crédito e nas aplicações em títulos.

No lado do passivo, assinala-se uma redução de 2,5 pontos percentuais no peso estrutural dos débitos para com clientes (à vista e a prazo), que baixa para 1,6 pontos percentuais no agregado débitos para com clientes + débitos representados por títulos, sendo praticamente compensada pelo aumento de 1,5 pontos percentuais do peso relativo dos débitos para com instituições de crédito.

Merece também uma referência o aumento apreciável da relevância estrutural de provisões para riscos e encargos + fundos para riscos bancários gerais, que compensa a perda de 0,5 ponto percentual no peso relativo de capitais próprios e resultados.

Demonstração de resultados:

Introdução:

A actividade desenvolvida pelo BTA em 1999 gerou um *cash-flow* de 35 301 milhares de contos, inferior em 7,2% ao resultado correspondente de 1998. (Inferior em 3,1%, considerando o *cash-flow* depois de impostos sobre lucros).

Para o *cash-flow* de 1999 deram contributo assinalável os resultados extraordinários, líquidos, que excederam em 7243 milhares de contos o valor líquido registado no ano precedente.

No produto bancário, verificou-se uma redução significativa, de — 14% resultante, de descidas expressivas nos valores da margem financeira e da margem de *trading*, e do não crescimento da margem de serviços, que foi acompanhada de uma redução também significativa, de — 2,3%, dos custos administrativos.

Estas evoluções evidenciam comportamentos desfavoráveis das componentes do produto bancário, mas também traduzem alterações estruturais da conta de exploração, no sentido de redução da dependência da margem financeira, de menor assunção dos riscos de crédito e controlo sustentado dos custos operativos.

Evolução das principais rubricas do resultado bruto

(Em milhões de escudos)

	1997	1998	1999	Variação em 1999 (percent.)
A) Produto bancário:				
Margem financeira (a)	55 333	54 212	47 943	— 11,6
Margem de <i>trading</i>	5 955	7 295	3 110	— 57,4
Margem de serviços	17 948	16 883	16 361	— 3,1
	<u>79 236</u>	<u>78 390</u>	<u>67 414</u>	<u>— 14,0</u>
B) Gastos gerais administrativos	41 552	42 625	41 654	— 2,3
C) <i>Cash-flow</i> de exploração (A-B)	37 684	35 765	25 760	— 28,0
D) Resultados extraordinários (líquido)	— 901	2 298	9 541	315,2
E) <i>Cash-flow</i> (C+D)	36 783	38 063	35 301	— 7,2
<i>Cash-flow</i> depois de impostos sobre lucros	<u>35 848</u>	<u>36 400</u>	<u>35 258</u>	<u>— 3,1</u>
F) <i>Ratio cost income</i> (B + dotações para amortização)/A (percentagem)	60,3	62,4	72,6	—
G) Taxas e margem médias (percentagem):				
Taxa média de juro dos activos remunerados	7,026	6,040	4,819	—
Taxa média de juro dos passivos remunerados	5,068	4,068	3,018	—
Margem financeira unitária média (b)	1,990	1,922	1,722	—
H) <i>Cash-flow</i> das sucursais exteriores:				
Valor absoluto	10 730	7 807	6 089	— 22,0
Percentagem do <i>cash-flow</i> global	29,2	20,5	17,2	—

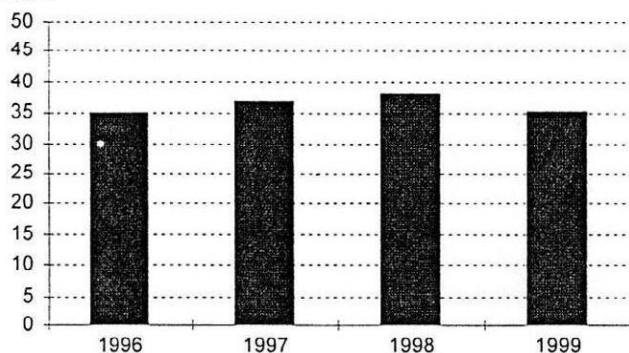
(a) Juros e proveitos equiparados – juros e custos equiparados + rendimento de títulos.

(b) Margem financeira, sem rendimento de títulos/activos remunerados médios.

O resultado do exercício, líquido de impostos sobre lucros, no montante de 1348 milhares de contos, baixou 78% em relação ao resultado do ano transacto, acusando, designadamente, o impacto da constituição de um volume considerável de provisões para riscos potenciais e o apuramento de prejuízos em operações de *trading* com títulos.

Evolução do *cash-flow*

PTE 10⁹



Margem financeira (incluindo rendimento de títulos):

A margem financeira, em valor absoluto, diminuiu 11,6% em 1999.

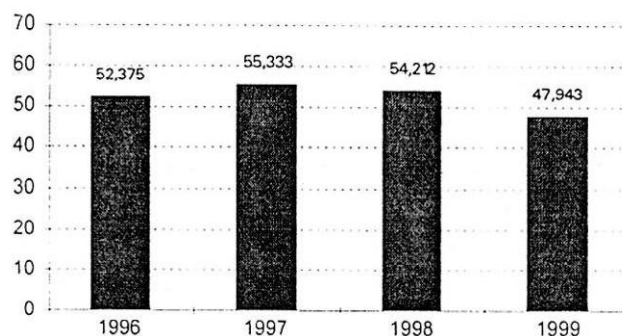
Esta redução foi influenciada determinantemente por dois factores, ambos associáveis à política de melhoria dos riscos de crédito:

Crescimento da carteira de créditos sobre clientes orientada para os sectores de menor risco, com acentuada redução nos sectores problemáticos.

Descida significativa na margem financeira unitária média (margem financeira, sem rendimento de títulos/activos remunerados médios), de 1,92% para 1,72%, que também foi influenciada pela forte concorrência persistente nos mercados de operações activas e passivas, dando continuidade a estreitamentos sucessivos das margens de intermediação, observados desde o início da década de 90.

Margem financeira

PTE 10⁹



Para a redução da margem financeira contribuiu ainda, relevantemente, o facto de todo o crédito à habitação angariado pelo BTA em 1999 ter sido encaminhado para a carteira do Crédito Predial Português (CPP), de acordo com a política de refocalização da actividade do CPP no crédito imobiliário. Este procedimento já fora iniciado no ano anterior, mas só ganhou vulto no último ano, em termos do volume de operações transferidas para o banco imobiliário.

Margem de *trading* (resultados líquidos em operações financeiras):

A margem de *trading*, para a qual concorrem essencialmente os resultados cambiais e os resultados em operações sobre títulos, alcançou um montante de 3110 milhares de contos, que é inferior em 4185 milhares de contos (— 57,4%) ao valor registado no ano de 1998.

Na rubrica de resultados cambiais foi obtido um lucro líquido de 5228 milhares de contos, sensivelmente aquém (— 12,5%) dos 5975 milhares de contos apurados no ano anterior.

A concretização da União Monetária Europeia (UME), com a participação de Portugal, a partir de 1 de Janeiro de 1999, afectou como se esperava os resultados cambiais, dado que uma parte muito considerável do negócio do Banco é denominado em euros, ou em moedas dos países membros da UME, que passaram a ter paridade fixa com o escudo.

Esta erosão dos lucros cambiais manifestou-se particularmente nas sucursais do estrangeiro, cuja participação no respectivo valor líquido global, embora se mantenha relevante, baixou de 46,5% em 1998 para 37,4% no último exercício.

Em operações sobre títulos registou-se um resultado líquido de — 1901 milhares de contos, na sequência do resultado líquido positivo, de 1 241 milhares de contos, realizado em 1998.

Margem de serviços:

Englobam-se neste título, os proveitos de comissões e outros proveitos de exploração, líquidos de comissões pagas, de outros custos de exploração e de impostos que não sejam impostos sobre lucros.

A margem de serviços, cujo montante é alimentado, no essencial, pela evolução das duas rubricas de proveitos, visto ser de pequena monta o peso relativo das três rubricas de custos, diminuiu 3,1% em relação ao valor alcançado no ano anterior.

A variação da margem de serviços que, por um lado, beneficiou de aumentos consideráveis nas comissões de *cross-selling*, ressentiu-se, no entanto, de reduções nas comissões de títulos, em consequência do comportamento menos favorável do mercado de capitais, ao longo do exercício de 1999.

Nomeadamente, as comissões de intervenção do BTA nas OPVs realizadas, apesar da participação destacada do Banco e do volume significativo de receitas auferidas, não excederam um terço das receitas correspondentes no ano anterior.

É também de referir que o preçário de comissões de importância fixa, cobráveis pela prestação de serviços à clientela, só foi actualizado, parcialmente, no final do ano.

Gastos gerais administrativos:

Apresentam uma redução global de — 2,3%, que compara com acréscimos ligeiros de 2,6% e 2,1% registados, respectivamente, em 1998 e 1997.

Para o decréscimo observado, no ano em análise, concorreram reduções de — 1,7% nos custos com pessoal e — 3,4% nos outros gastos administrativos, indiciadoras de resultados positivos das medidas implementadas com vista ao controlo dos custos de funcionamento.

Resultados extraordinários:

O valor líquido de lucros e perdas extraordinárias, 9541 milhares de contos, excedeu em 7243 milhares de contos o resultado respectivo de 1998.

Como determinantes do resultado de 1999, destacam-se uma mais-valia de 5,1 milhões de contos, obtida com a alienação da participação na SIC, e 5,9 milhões de contos de recuperação de créditos e juros vencidos que haviam sido abatidos ao activo com utilização de provisões.

Reposição e anulação de provisões:

Os valores registados nesta classe de proveitos referem-se a anulações de provisões, principalmente provisões para crédito, em virtude de recuperação dos créditos ou reforço de garantias.

Com valor significativo são também de assinalar anulações de provisões para títulos e risco-país, devidas a elevação de cotações ou redução de activos a que davam cobertura.

(Em milhares de contos)

Aplicação no <i>cash-flow</i>	1997	1998	1999
Dotações para amortizações	6 256	6 307	7 315
Dotações para provisões, menos reposições e anulações	25 213	23 966	26 595
Impostos sobre lucros	935	1 663	43
Lucro do exercício	4 379	6 127	1 348
	36 783	38 063	35 301

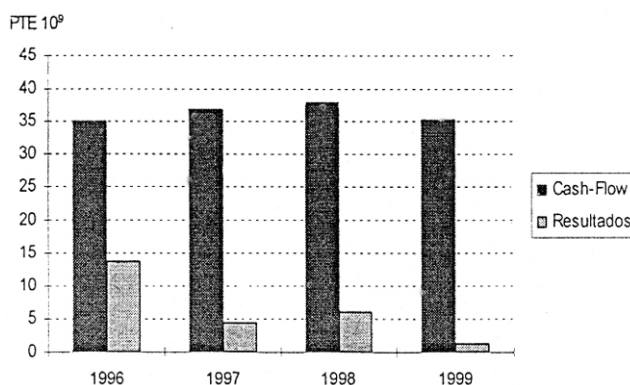
Resultado líquido:

O lucro do exercício, depois das dotações para amortizações, provisões e impostos sobre lucros, cifrou-se em 1348 milhares de contos.

Relativamente ao ano anterior, o lucro do exercício diminuiu 4779 milhares de contos (— 78%), a despeito do aumento de resultados extraordinários, redução que se explica, no essencial, com a constituição de um montante superior a 10 milhões de contos de provisões extraordinárias, para riscos gerais de crédito e contas de regularização, e com a descida dos resultados de *trading* determinada, nomeadamente, por prejuízos no *trading* de títulos.

Conforme se encontra referido nos relatórios do conselho de administração publicados em Junho e Setembro de 1999, as alterações resultantes da adaptação dos sistemas informáticos ao euro, quer do Banco quer dos nossos correspondentes, implicaram a existência de diversos movimentos em trânsito contabilístico, que foram quase completamente regularizados no decurso do ano. Embora não se prevejam efeitos na conta de exploração, decorrentes das operações de regularização residuais, superiores a 2 milhões de contos, como medida cautelar foi constituída uma provisão de 3 milhões de contos para contas de regularização.

Evolução do *cash-flow* e do resultado do exercício



5 — Actividade das empresas participadas

Crédito Predial Português

Durante o ano de 1999, o CPP esteve envolvido no processo de fusão operacional dos três bancos de retalho portugueses do Grupo, iniciado em anos anteriores.

Tal como no ano transacto, continuou-se a apostar fortemente na especialização da Instituição como Banco de Crédito Imobiliário, tendo a sua produção neste tipo de crédito mais do que duplicado comparativamente ao ano anterior, com o consequente aumento da sua quota de mercado de 7,23% nesse ano para mais de 12% no ano em apreciação.

O dinamismo verificado na actividade do Banco traduziu-se num crescimento de 23,1% no activo líquido, que atingiu 1457,5 milhões de contos, no final de 1999, para o qual contribuiu decisivamente a evolução favorável observada no crédito sobre clientes, que cresceu 40,7% face ao período homólogo do ano anterior, reflectindo assim a evolução das duas principais componentes da carteira de crédito — crédito de fomento à construção e crédito à habitação — que, no seu conjunto, ascenderam a 805,9 milhões de contos (+ 33,9% do que no exercício anterior).

Os capitais próprios e equiparados cifraram-se em 86,6 milhões de contos, acusando uma quebra de 3,3% face a 1998, situando-se o *ratio* de solvabilidade próximo dos 8%.

A intensificação da concorrência entre as instituições de crédito, verificada no mercado do Crédito Imobiliário, com as taxas de juro a situarem-se em níveis muito baixos, e a adopção de uma política de *repricing* da carteira mais consentânea com as condições de mercado, reflectiram-se na evolução da margem financeira que registou uma quebra de 9,4% relativamente a 1998, situação que associada ao agravamento das margens de *trading* e de serviços conduziu a um decréscimo de 9,7% no produto bancário.

O *cash-flow* gerado, em 1999, elevou-se a 23,2 milhões de contos, tendo diminuído quase 17% face ao ano anterior e o resultado líquido atingiu 5,9 milhões de contos, pelo que o ROE se situou em 12,76% (25,51% em 1998) e o ROA em 0,45% (0,99% em 1998).

O Fundo de Pensões elevava-se, no final do ano, a 48,4 milhões de contos, encontrando-se financiadas, nos termos do aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal, as responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, tendo sido feita uma dotação directamente a reservas de 5,508 milhões de contos sem impacto nas contas consolidadas do BTA.

(Em milhares de contos)

Principais indicadores	1998	1999	Variação (percent.)
Total do activo (líquido)	1 184 358	1 457 447	23,1
Créditos sobre clientes (a)	760 443	1 070 188	40,7
Débitos para com clientes	722 972	749 404	3,7
Cap. próprios e equiparados (b)	89 622	86 640	- 3,3
Cash-flow	27 880	23 246	- 16,7
Resultado líquido	10 799	5 900	- 45,4
Número de estabelecimentos	166	166	-
Número de empregados	2 067	2 115	2,3

(a) Líquido de provisões.

(b) Inclui: capital social, prémios de emissão, reservas, reservas de reavaliação, resultado líquido do exercício, passivos subordinados e fundo para riscos bancários gerais.

Banco Standard Totta de Moçambique

Durante o ano de 1999 foi concluída a primeira fase da implementação do novo sistema informático, com a ligação *on line* de todos os balcões da rede, a partir do mês de Novembro.

Paralelamente, promoveu-se uma reestruturação interna dos serviços e deu-se início a várias obras de melhoramento das instalações do Banco, com especial ênfase para o início das obras de remodelação do edifício da sede, em Maputo. Foi, igualmente, inaugurada uma nova agência na capital.

No domínio da formação do pessoal foram levadas a efeito acções abrangendo cerca de duas centenas de empregados do Banco, com especial relevo para a organização de um curso de formação de gerentes, realizado em Maputo, com monitores do Instituto de Formação Bancária de Portugal que, para o efeito, se deslocaram de Lisboa.

No final de 1999, o activo líquido total atingiu 2142 milhares de milhões de meticais (36 milhões de contos), que compara com um valor de 2067 milhares de milhões de meticais (28,7 milhões de contos), registando o crédito total concedido e o resultado líquido aumentos expressivos, em termos homólogos, de 83,6% e 69,9%, respectivamente.

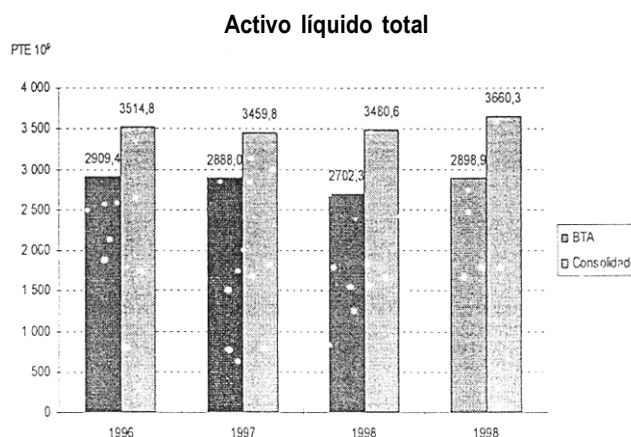
(Em milhões de meticais)

Principais indicadores	1998	1999	Variação (percent.)
Activo total (líquido)	2 066 660	2 412 448	16,7
Crédito total (líquido)	588 368	1 080 000	83,6
Depósitos totais	1 552 712	1 810 000	16,6
Capitais próprios	292 299	343 849	17,4
Resultado líquido	29 997	50 950	69,9
Número de estabelecimentos	24	25	4,2

6 — Análise económica e financeira do Banco (contas consolidadas)

Complementando a análise às contas do BTA, que dão o maior contributo para a expressão das contas consolidadas, e a apresentação (nas páginas precedentes) dos indicadores económico-financeiros mais relevantes, relativos às contas dos exercícios de 1998 e 1999, do CPP — principal empresa participada — e do Banco Standard Totta de Moçambique (consolidadas integralmente), limita-se a análise neste capítulo à apreciação, em termos gerais, das principais rubricas do balanço e da demonstração de resultados, consolidados, e à comparação com os números correspondentes do BTA.

Balanço consolidado:



O activo líquido consolidado cresceu 5,2% em 1999, elevando-se o seu total a 3660,3 milhões de contos.

Principais rubricas do balanço

(Em milhões de escudos)

	BTA 1999	Consolidado	
		1998	1999
Activo:			
Créditos sobre clientes	1 029 444	1 689 255	2 137 484
Aplicações em títulos	<u>412 151</u>	<u>537 070</u>	<u>484 378</u>
<i>Total do activo liquido</i>	<u>2 898 942</u>	<u>3 480 581</u>	<u>3 660 290</u>
Passivo:			
Débitos para com clientes	1 492 401	2 199 818	2 273 010
Situação líquida (sem interesses minoritários)	125 022	131 436	128 766

Relativamente às principais rubricas do balanço, observam-se as seguintes taxas de variação:

+ 26,5% em créditos sobre clientes:

Aumento influenciado por um acréscimo de 40,7% no saldo de Crédito do CPP, para o qual contribuiu apreciavelmente a angariação de crédito à habitação pelas redes de balcões do BTA e do BPSM.

— 9,8% nas aplicações em títulos:

Redução atribuível, designadamente, a vendas de obrigações de taxa fixa.

+ 3,3% nos débitos para com clientes:

Acréscimo moderado, que foi acompanhado por crescimentos significativos dos volumes de activos dos clientes sob gestão do Banco e das suas associadas.

— 2,0% na situação líquida (sem interesses minoritários):

Redução determinada pela descida do lucro do exercício.

No agregado capital + reservas verifica-se um acréscimo de + 5,7%.

Estrutura do balanço consolidado

(Em percentagem)

	BTA 1999	Consolidado	
		1998	1999
Activo líquido:			
Caixa e disponib. em bancos centrais	2,1	1,0	2,1
Disponib. e outros créd. sobre instituições de crédito	40,2	29,5	20,7
Créditos sobre clientes	35,5	48,5	58,4

	(Em percentagem)		
	BTA 1999	Consolidado	
		1998	1999
Aplicações em títulos	14,2	15,4	13,2
Diversos	8,0	5,6	5,6
	100,0	100,0	100,0
Passivo e situação líquida:			
Débitos para com instit. de crédito	36,7	25,7	26,1
Débitos para com clientes	51,5	63,1	62,1
Diversos	3,2	2,4	2,8
Provisões para riscos e encargos + fundo para riscos bancários gerais	1,0	0,9	1,3
Passivos subordinados	—	2,7	2,7
Interesses minoritários	3,3	1,4	1,5
Situação líquida (sem interesses minoritários)	4,3	3,8	3,5
	100,0	100,0	100,0

Principais rubricas de resultados

	(Em milhões de escudos)			
	1997	1998	1999	Variação em 1999 (percent.)
A) Produto bancário:				
Margem financeira (a)	47 943	99 561	90 632	— 9,0
Margem de <i>trading</i>	3 110	9 328	4 029	— 56,8
Margem de serviços	16 361	25 249	25 697	1,8
	67 414	134 138	120 358	— 10,3
B) Gastos gerais administrativos	41 654	66 213	66 036	— 0,3
C) <i>Cash-flow</i> de exploração (A – B)	25 760	67 925	54 322	— 20,0
D) Outros resultados:				
Resultados extraordinários (líquido)	9 541	31	7 864	
Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação (líquido)	—	1 700	1 851	8,9
	9 541	1 731	9 715	—
E) <i>Cash-flow</i> (C + D)	35 301	69 656	64 037	— 8,1
<i>Cash flow</i> depois de impostos sobre lucros	35 258	61 152	59 933	— 2,0
F) <i>Ratio cost income</i> :				
(B + dotações para amortizações)/A (percentagem)	72,6	57,2	64,7	—
G) Aplicação do <i>cash-flow</i> :				
Dotações para amortizações	7 315	10 578	11 811	11,7
Dotações para provisões, menos reposições e anulações	26 595	28 860	37 552	30,1
Impostos sobre lucros	43	8 504	4 104	— 51,7
Interesses minoritários	—	7 556	5 824	— 22,9
Lucro consolidado do exercício, atribuível ao BTA	1 348	14 158	4 746	— 66,5
	35 301	69 656	64 037	— 8,1

(a) Juros e proveitos equiparados — juros e custos equiparados + rendimento de títulos.

O produto bancário experimentou em 1999 uma contracção sensível, de — 10,3%, reflectindo descidas bastante significativas nas margens financeiras do BTA e do CPP, resultantes de reduções nas respectivas margens médias de intermediação, associáveis a uma política de reforço da segurança do crédito e ao ajustamento do *pricing* por razões concorrenciais, e também uma descida substancial da margem de *trading* imputável, principalmente, a resultados negativos em operações sobre títulos.

Em termos da estrutura deste agregado, refira-se o aumento da participação da margem de serviços (essencialmente comissões e receitas

Comparando a estrutura dos balanços de 1998 e 1999, salienta-se, com referência ao último ano, e no que respeita ao activo, um aumento considerável do peso relativo dos créditos sobre clientes, compensado por reduções do peso estrutural das aplicações em títulos e, principalmente, das aplicações em instituições de crédito.

São observáveis diferenças significativas entre a estrutura do activo do BTA e a estrutura do activo consolidado, onde é mais elevada a participação do crédito e mais reduzido o peso relativo das aplicações em instituições de crédito.

Estas diferenças são induzidas, basicamente, pela consolidação do CPP, banco especializado no crédito imobiliário.

No lado do passivo não se observam variações estruturais de amplitude considerável, sendo de destacar o aumento de 0,9% para 1,3%, no peso relativo de provisões para riscos e encargos + fundo para riscos bancários gerais.

A terminar esta breve análise da estrutura do balanço, cabe referir que o *ratio* de solvabilidade evoluiu de 13,51% em 31 de Dezembro de 1998 para 11,05% no final de 1999, mantendo um nível ainda bastante folgado em relação ao valor de referência de 8%. De acordo com as normas do BIS, o *ratio* cifrou-se em 12,48%.

Demonstração de resultados:

similares, líquidas) no produto bancário, de 18,8% em 1998, para 21,4% no último ano.

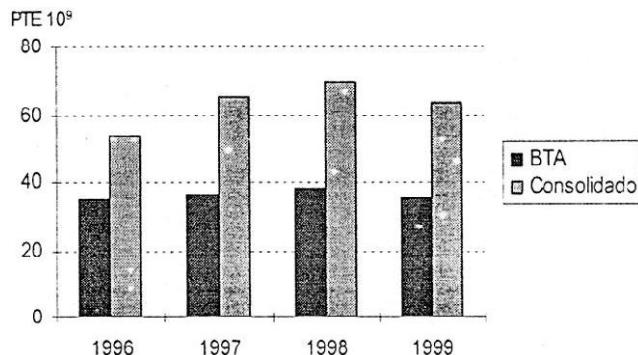
Na rubrica de gastos gerais administrativos regista-se uma descida de — 0,3%, não obstante terem aumentado em 1,8 milhões de contos os custos com pensões do CPP, por efeito de realização de reformas antecipadas e reforço do seu Fundo de Pensões.

Apesar do bom comportamento evidenciado pelos gastos gerais administrativos, o valor do *ratio cost income* subiu, de 57,2% para 64,7%, em consequência da redução do produto bancário e do aumento de 11,7% nas dotações para amortizações.

Os resultados extraordinários (líquidos) ascenderam a 7,8 milhões de contos.

Para a expressão destes resultados contribuiu com quase 2/3 a mais valia obtida na venda de uma participação financeira (cf. análise aos resultados individuais do BTA).

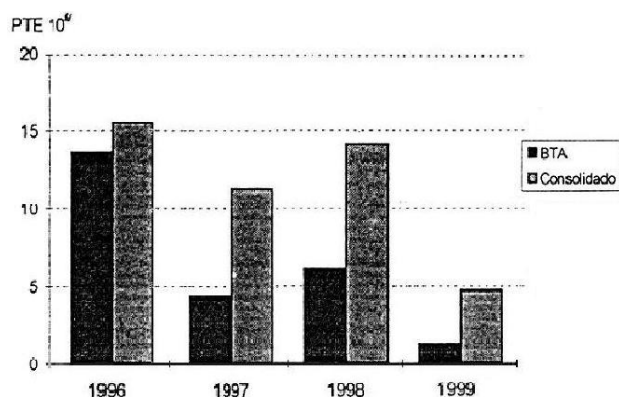
Evolução do cash-flow



No tocante ao lucro consolidado do exercício, atribuível ao BTA, observa-se uma redução de — 66,5%, que decorre, em grande parte, do esforço de provisionamento realizado em 1999.

O reforço extraordinário de provisões para riscos gerais de crédito, e para contas de regularização do BTA (cf. análise aos resultados individuais do Banco), num total da ordem dos 14 milhões de contos, determinou, naturalmente, o baixo nível do lucro consolidado do exercício, atribuível ao BTA, bem como o valor atípico correspondente, de 3,93%, registado para o ROE depois de impostos sobre os lucros. (12,22% em 1998).

Evolução do resultado do exercício



7 — Evolução das acções

Evolução das acções do BTA — indicadores

O comportamento das acções do BTA no ano de 1999 foi muito influenciado por um conjunto de acontecimentos que passamos a referir:

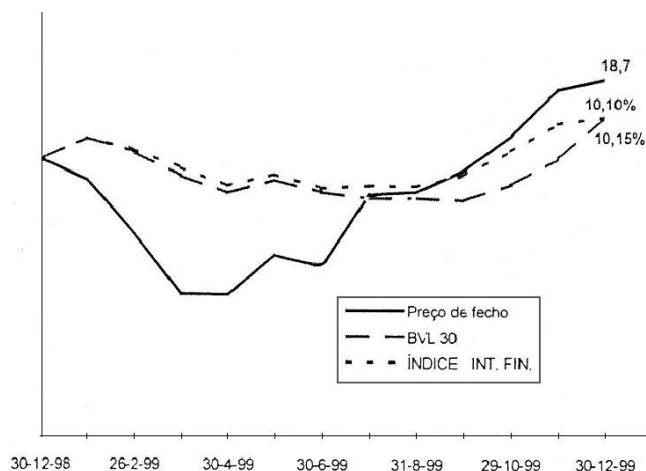
Assinatura, no dia 7 de Junho, de um acordo estratégico de parceria entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano, vetado pelo Ministro das Finanças e a que se opuseram o Instituto de Seguros de Portugal e o Banco de Portugal.

Este acordo mereceu a aprovação da Comissão Europeia.

Anúncio preliminar do lançamento de uma ordem permanente de compra das acções representativas das participações minoritárias de cerca de seis por cento do capital do Banco, pelo Banco Comercial Português, no dia 19 de Julho, ao preço de 26,136 euros por acção.

Assinatura de um novo acordo, no dia 11 de Novembro, entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano e de um acordo entre este banco e a Caixa Geral de Depósitos envolvendo as empresas do Grupo.

Evolução das cotações versus índices



Fonte. — Reuters.

Os títulos do BTA, à imagem do que se passou com os restantes bancos, apresentaram níveis elevados de volatilidade, oscilando entre um mínimo de 13,54 euros em 19 de Abril e um máximo de 25,58 euros em 17 de Novembro, para encerrarem o ano nos 24,17 euros.

Evolução mensal das cotações

	Preço mínimo	Preço médio	Preço máximo	Preço de fecho	Quantidade	Valor (euros)
Janeiro	19,25	20,37	22,45	19,50	107 744	2 194 420
Fevereiro	16,98	18,55	19,95	17,01	105 160	1 950 271
Março	13,74	15,11	17,50	14,23	87 717	1 325 472
Abril	13,54	14,08	15,48	14,21	80 525	1 133 768
Maio	14,00	15,80	17,00	16,05	118 512	1 872 699
Junho	15,52	16,35	17,45	15,52	51 665	844 589
Julho	14,52	20,75	25,00	18,85	172 110	3 570 934
Agosto	18,00	18,98	20,43	18,96	71 911	1 364 650
Setembro	18,31	19,52	20,95	20,00	107 528	2 098 507
Outubro	19,65	21,70	23,81	21,59	115 613	2 508 898
Novembro	20,50	24,08	25,58	23,80	302 234	7 276 816
Dezembro	23,10	23,61	24,36	24,17	104 892	2 476 423
Total					1 425 611	28 617 447

Fonte. — BVL e Reuters.

No quadro que se segue, pode observar-se a evolução de alguns dos principais indicadores bolsistas (PER, PCF e PBV) entre 1998 e 1999. A capitalização bolsista atingiu, em 31 de Dezembro de 1999, 290 739 milhares de contos, superior em 18,2% à de igual data do ano anterior.

Principais indicadores bolsistas	1998	1999
Valor contabilístico por acção (escudos)	2 191	2 146
Cash-flow do exerc. (milhares de escudos)	61 152 178	59 932 808
PER	17,38	61,26
PCF	4,02	4,85
PBV	1,87	2,26
Lucro líq. por acção (escudos)	236	79
Cash-flow por acção (escudos)	1 019	999
Pay-out (percentagem)	94	—
Valor de mercado (milhares de escudos)	246 000 000	290 738 996

De referir, por último, que se mantiveram as notações de *rating* atribuídas ao BTA pelas agências Fitch IBCA, Moodys e Standard and Poors, respectivamente, F1, P2 e A2 para as responsabilidades de curto prazo e A, A3 e A- para as responsabilidades de longo prazo.

Estrutura accionista

A estrutura accionista do BTA não registou alterações significativas, relativamente ao ano anterior, mantendo-se o BPSM como único accionista com participação superior a 1% do capital social do Banco a 31 de Dezembro de 1999:

Accionista	Número de acções	Percent. do cap. social
Banco Pinto & Sotto Mayor	56 626 286	94,38

No entanto, a concretização do acordo assinado a 11 de Novembro de 1999 entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano (BSCH), resultou

na mudança de controlo do BPSM para o BSCH no dia 7 de Abril do corrente ano.

8 — Proposta de aplicação de resultados

Considerando que o resultado líquido do exercício, em termos individuais, e referente ao ano de 1999, foi de 1 348 551 152\$25, e que o resultado líquido do exercício consolidado, em 1999 e atribuível ao BTA, foi de 4 745 885 704\$;

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento, do Grupo, o conselho de administração vem, nos termos do artigo 19.º dos estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

Reserva legal: 134 855 115\$;

Reservas livres: 1 213 696 037\$25.

Lisboa, 10 de Maio de 2000. — O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Anexo ao relatório anual do órgão de administração

(Publicidade de participações dos membros de administração e fiscalização)

Nos termos e para os efeitos no artigo 447.º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a listagem dos valores mobiliários movimentados e detidos por membros dos órgãos de administração e de fiscalização durante o exercício de 1999:

Descrição	Data	Quantidade	Tipo	Contrapartida/valor (euros)
Eurico Silva Teixeira de Melo — presidente do conselho de administração:				
Banco Santander Portugal, S. A.	2 646	Acções	31-12-1998	—
Banco Totta & Açores, S. A.	560	Acções	24-4-1996	—
Luísa da Veiga Gil Teixeira de Melo — cônjuge:				
Banco Santander Portugal, S. A.	267	Acções	31-12-1998	—
António Mota de Sousa Horta Osório — vice-presidente do conselho de administração:				
Banco Totta & Açores, S. A. — nominativas	100	Acções	20-3-2000	27,0
Banco Totta & Açores, S. A. — nominativas	100	Acções	24-3-2000	26,4
Banco Totta & Açores, S. A. — nominativas	100	Acções	27-3-2000	26,3
Banco Totta & Açores, S. A. — nominativas	200	Acções	30-3-2000	25,3

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1999 (actividade global)

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	59 222 008	—	59 222 008	24 220 404
2 — Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	73 313 997	—	73 313 997	87 217 594
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 096 915 469	5 223 505	1 091 691 954	1 043 586 502
4 — Créditos sobre clientes	1 055 916 707	26 472 969	1 029 443 738	888 401 831

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	388 488 189	4 357 706	384 130 483	420 099 563
a) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de emissores públicos	151 756 300	1 462 203	150 294 097	234 232 128
b) Obrigações e outros títulos de rendimento fixo — de outros emissores	236 731 889	2 895 503	233 836 386	185 867 435
(Dos quais: obrigações próprias)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	33 573 153	5 557 469	28 020 684	28 390 378
7 — Participações	15 497 392	2 525 678	12 971 714	8 294 027
8 — Partes de capital em empresas coligadas	105 302 405	6 997 960	98 304 445	95 510 632
9 — Imobilizações incorpóreas	9 429 252	6 961 301	2 467 951	2 815 876
10 — Imobilizações corpóreas	79 124 314	35 649 585	43 474 729	45 433 521
(Dos quais: imóveis)	(49 238 807)	(12 835 457)	(36 403 350)	(38 098 627)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capital próprias	2 309 989	—	2 309 989	1 826 140
13 — Outros activos	19 052 079	3 574 093	15 477 986	15 951 580
15 — Contas de regularização	58 112 571	—	58 112 571	40 561 011
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	<i>2 996 262 525</i>	<i>97 320 266</i>	<i>2 898 942 259</i>	<i>2 702 309 059</i>

PASSIVO

	1999	1998
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 065 627 862	951 735 785
a) À vista	36 052 208	60 632 893
b) A prazo ou com pré-aviso	1 029 575 654	891 102 892
2 — Débitos para com clientes	1 492 400 887	1 456 457 974
a) Depósitos de poupança	672 116 860	688 688 830
b) Outros débitos	820 284 027	767 769 144
ba) à vista	465 564 093	414 795 607
bb) A prazo	354 719 934	352 973 537
3 — Débitos representados por títulos	31 891 676	5 471 139
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	31 891 676	5 471 139
4 — Outros passivos	18 097 164	9 055 665
5 — Contas de regularização	43 062 065	48 158 361
6 — Provisões para riscos e encargos	24 972 601	12 154 810
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	24 972 601	12 154 810
6A — Fundo para riscos bancários gerais	3 000 000	2 000 000
8 — Passivos subordinados	94 867 788	87 240 661
9 — Capital subscrito	60 000 000	60 000 000
10 — Prémios de emissão	33 588 571	33 588 571
11 — Reservas	21 549 162	21 783 224
12 — Reservas de reavaliação	8 535 932	8 535 932
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	1 348 551	6 126 937
<i>Total do passivo</i>	<i>2 898 942 259</i>	<i>2 702 309 059</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	1999
1 — Passivos eventuais	403 045 012
Dos quais:	
Acertes e compromissos por endosso de efeitos redescontados	41 673
Cauções e activos dados em garantia	133 730 953

(Em milhares de escudos)

1999

2 — Compromissos	230 795 113
------------------------	-------------

Dos quais:

Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—
--	---

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Demonstração de resultados em 31 de Dezembro de 1999 (actividade global)**DÉBITO**

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
A) Custos		
1 — Juros e custos equiparados	99 887 588	124 293 044
2 — Comissões	964 532	1 396 096
3 — Prejuízos em operações financeiras	40 614 646	91 565 430
4 — Gastos gerais administrativos	41 654 501	42 625 091
a) Custos com pessoal	27 806 611	28 292 020
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(19 738 684)	(19 575 813)
(— encargos sociais)	(6 989 186)	(7 268 379)
Dos quais:		
(— com pensões)	(1 417 400)	(1 857 966)
b) Outros gastos administrativos	13 847 890	14 333 063
5 — Amortizações do exercício	7 315 176	6 307 247
6 — Outros custos de exploração	236 983	277 710
7 — Provisões para crédito vencido de cobrança duvidosa e para outros riscos	42 282 753	32 881 263
8 — Provisões para imobilizações financeiras	411 173	1 961 143
10 — Resultado da actividade corrente	—	(5 951 859)
11 — Perdas extraordinárias	5 912 358	2 325 382
13 — Impostos sobre lucros	42 972	1 663 177
14 — Outros impostos	428 927	459 585
15 — Lucro do exercício	1 348 551	6 126 937
<i>Total dos custos</i>	241 100 160	311 887 105

CRÉDITO

	1999	1998
B) Proveitos		
1 — Juros e proveitos equiparados	144 622 053	174 308 177
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixe)	(18 208 216)	(29 097 503)
2 — Rendimento de títulos	3 208 815	4 202 568
a) Rendimento de acções, de quotas e de outros títulos de rendimento variável	1 006 991	694 618
b) Rendimento de participações	1 016 861	29 851
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	1 184 963	3 478 099
3 — Comissões	12 814 941	12 170 068
4 — Lucros em operações financeiras	43 724 758	98 860 521
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	15 952 675	10 876 531

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
6 — Reposições e anul. respeitantes a correcções de valor relat. a valores mobiliários que tenham o carácter de imobiliz. financeiras, a particip. e a partes de capital em empresas coligadas	146 183	—
7 — Outros proveitos de exploração	5 176 637	6 846 018
8 — Resultado da actividade corrente	(7 721 290)	—
9 — Ganhos extraordinários	15 454 098	4 623 222
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total dos proveitos</i>	241 100 160	311 887 105

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	76 078 545	—	76 078 545	33 145 401
2 — Disponibilidades à vista sobre instit. de crédito	84 327 912	—	84 327 912	104 278 277
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	680 147 768	8 407 687	671 740 081	924 575 833
4 — Créditos sobre clientes	2 187 491 404	50 007 287	2 137 484 117	1 689 255 253
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	452 860 496	5 322 230	447 538 266	499 521 330
a) De emissores públicos	174 146 069	1 767 753	172 378 316	232 596 146
b) De outros emissores	278 714 427	3 554 477	275 159 950	206 925 184
c) Títulos próprios	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	45 229 034	8 389 345	36 839 689	37 548 942
7 — Partes de capital em empresas associadas	12 086 817	—	12 086 317	10 277 455
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consol.	—	—	—	—
9 — Outras participações financeiras	17 526 567	2 556 860	14 969 707	10 210 988
10 — Imobilizações incorpóreas	18 204 788	14 040 338	4 164 450	3 795 058
11 — Imobilizações corpóreas	135 972 357	61 166 484	74 805 873	77 950 172
(Dos quais: imóveis de serviço próprio)	(72 728 664)	(16 116 566)	(56 612 098)	(57 857 891)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—	—	—
13 — Diferenças de consolidação	—	—	—	—
14 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
15 — Acções próprias	2 309 989	—	2 309 989	1 826 140
15 — Outros Activos	35 356 417	5 151 821	30 204 596	37 593 262
17 — Contas de regularização	67 739 890	—	67 739 890	50 603 208
18 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—	—	—
19 — Interesses minoritários	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	3 815 331 984	155 042 052	3 660 289 932	3 480 581 319

PASSIVO

	1999	1998
1 — Débitos para com instituições de crédito	956 860 822	897 560 752
a) À vista	43 446 617	62 478 306
b) A prazo ou com pré-aviso	913 414 205	835 082 446
2 — Débitos para com clientes	2 273 009 748	2 199 818 218
a) Depósitos de poupança	738 476 554	760 290 474
b) Débitos à vista	682 967 964	604 832 996
c) Débitos a prazo	851 565 230	834 694 748
3 — Débitos representados por títulos	31 896 541	5 476 004
a) Obrigações em circulação	—	—
b) Outros	31 896 541	5 476 004

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
4 — Outros passivos	22 422 046	18 285 884
5 — Contas de regularização	48 535 996	52 763 758
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—
7 — Diferenças de consolidação	—	—
8 — Provisões para riscos e encargos	43 742 159	30 657 054
a) Provisões para pensões e encargos similares	2 735 953	8 991 874
b) Outras provisões	41 006 206	21 665 180
9 — Fundo para riscos bancários gerais	3 076 394	2 000 000
10 — Passivos subordinados	98 433 188	94 966 311
11 — Capital subscrito	60 000 000	60 000 000
12 — Prémios de emissão	33 588 571	33 588 571
13 — Reservas	21 896 137	15 153 560
14 — Reservas de reavaliação	8 535 932	8 535 932
15 — Resultados transitados	—	—
16 — Interesses minoritários	53 546 512	47 617 558
17 — Lucro consolidado do exercício	4 745 886	14 157 717
<i>Total do passivo</i>	<i>3 660 289 932</i>	<i>3 480 581 319</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	1999
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	457 262 575
Dos quais:	
Aceites e endossos	46 421
Garantias e avales	266 313 994
Outros	—
2 — Compromissos	404 256 327
Dos quais:	
Compromissos resultantes de operações de venda com opção de recompra	—

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Demonstração consolidada de resultados em 31 de Dezembro de 1999

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
1 — Juros e custos equiparados	109 074 034	133 471 262
2 — Comissões	2 291 111	1 429 233
3 — Prejuízos em operações financeiras	42 652 530	93 196 726
4 — Gastos gerais administrativos	66 036 011	66 212 756
a) Custos com pessoal	43 055 525	42 086 074
b) Outros gastos administrativos	22 980 486	24 126 682
5 — Amortizações do exercício	11 811 380	10 578 116
6 — Outros custos de exploração	520 313	505 731
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	56 791 355	46 469 680
8 — Provisões para imobilizações financeiras	398 334	389 332
9 — Perdas extraordinárias	12 011 413	7 905 560
10 — Impostos sobre lucros	4 104 134	8 503 542
11 — Outros impostos	713 709	1 003 194
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	5 646	7 397
13 — Interesses minoritários	5 824 335	7 555 862
14 — Lucro consolidado do exercício	4 745 886	14 157 717
<i>Total</i>	<i>316 980 241</i>	<i>391 386 108</i>

CRÉDITO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
1 — Juros e proveitos equiparados	198 380 903	232 009 592
2 — Rendimento de títulos	1 324 874	1 023 145
3 — Comissões	18 663 846	17 353 071
4 — Lucros em operações financeiras	46 681 386	102 524 229
5 — Reposições e anulações de provisões	19 638 482	17 998 530
6 — Resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação	1 356 613	1 707 072
7 — Outros proveitos de exploração	10 558 641	10 833 968
8 — Ganhos extraordinários	19 875 496	7 936 501
9 — Interesses minoritários	—	—
11 — Prejuízo consolidado do exercício	—	—
Total	316 980 241	391 386 108

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

(Em milhões de euros)

	1999		1998	
	BTA	Consolidado	BTA	Consolidado
Fluxos de caixa das actividades operacionais:				
Juros e comissões recebidas	163 742	225 484	191 105	254 220
Pagamento de juros e comissões	(100 072)	(112 434)	(133 664)	(138 569)
Pagamento ao pessoal e fornecedores	(38 760)	(60 478)	(41 250)	(63 122)
Recuperação de crédito incobrável	5 925	6 843	1 989	2 362
Contribuições para o fundo de pensões	(4 938)	(15 269)	(4 707)	(12 396)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	14 724	13 219	9 810	10 572
Resultados operacionais antes das alter. nos activos e passivos operacionais	40 621	57 365	23 283	53 067
(Aumentos)/diminuições de activos operacionais:				
Créditos sobre instituições de crédito	(49 303)	249 963	129 846	(3 616)
Alienação de imóveis recebidos em dação	458	2 555	1 426	2 579
Títulos de negociação	5	(12 779)	4 018	3 411
Créditos sobre clientes	(149 040)	(460 563)	(29 701)	(141 004)
Outros activos e contas de regularização	(7 575)	1 189	(2 291)	(1 738)
	(205 455)	(219 635)	103 298	(140 368)
Aumentos/(diminuições) de passivos operacionais:				
Débitos representados por títulos	26 421	26 421	48	48
Débitos para com clientes	35 943	78 700	(76 431)	(81 350)
Débitos para com instituições de crédito	113 892	59 300	(105 179)	97 172
Outros passivos e contas de regularização	(211)	1 327	15 783	13 427
	176 045	165 748	(165 779)	29 297
Caixa líquida das activ. operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	11 211	3 478	(39 198)	(58 004)
Impostos sobre o rendimento pagos	(5 844)	(14 410)	(592)	(4 645)
Caixa líquida das actividades operacionais	5 367	(10 932)	(39 790)	(62 649)
Fluxos de caixa das actividades de investimento:				
Dividendos recebidos	2 147	1 020	3 308	1 211
Compra de títulos de investimento	(691 577)	(711 014)	(458 235)	(500 938)
Valores recebidos na venda de títulos de investimento	725 175	768 227	541 668	602 600
Aquisição de acções próprias	(314)	(314)	(1 996)	(1 996)
Compra de participações	(8 478)	(5 957)	(154)	(403)
Venda de participações	5 938	5 956	293	293

(Em milhões de euros)

	1999		1998	
	BTA	Consolidado	BTA	Consolidado
Aquisições de imobilizações	(5 706)	(9 686)	(5 340)	(9 848)
Alienação de imobilizações	105	200	56	368
Aquisição em bolsa do CPP	—	—	(4 209)	(4 209)
Caixa líquida das actividades de investimento	27 290	48 432	75 391	87 078
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:				
Reembolso de obrigações	—	—	—	—
Remuneração paga dos títulos de participação	(29)	(622)	(39)	(725)
Dividendos pagos	(5 760)	(6 484)	(5 760)	(6 453)
Gratificações a empregados	—	—	—	—
Emissões de acções preferenciais	—	—	—	—
Remuneração paga de obrigações de caixa e passivos subordinados	(5 770)	(4 862)	(6 353)	(5 941)
Emissão de passivos subordinados	—	—	—	—
Emissão de obrigações perpétuas subordinadas	—	—	—	—
Contribuição para o fundo de pensões	—	—	—	—
Aumento de capital	—	—	—	—
Remuneração paga de acções preferenciais	—	(2 550)	—	(2 319)
Remuneração paga de certificados de depósito	—	—	—	—
Prémios de emissão	—	—	—	—
Contribuição dos minoritários no aumento de capital do CPP	—	—	—	—
Caixa líquida das actividades de financiamento	(11 559)	(14 518)	(12 152)	(15 438)
Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	21 098	22 982	23 449	8 991
Caixa e seus equivalentes no início do período	111 438	137 424	87 989	128 433
Caixa e seus equivalentes no fim do período	132 536	160 406	111 438	137 424

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 (actividade global)

(Em milhares de euros)

Natureza de espécie e títulos	Valor de 1998	Valor de 1999	Variação	
			Valor	Porcentagem
A) Títulos — negociação	2 001 494	—	— 2 001 494	— 100,0
De rendimento fixo — de emissores públicos	—	—	—	—
De dívida pública portuguesa	—	—	—	—
De rendimento variável — emitido por residentes	5 445	—	— 5 445	— 100,0
Acções	5 445	—	— 5 445	— 100,0
Títulos próprios	1 996 049	—	— 1 996 049	— 100,0
De rendimento variável — acções	1 996 049	—	— 1 996 049	— 100,0
B) Títulos — investimento	457 399 728	423 948 019	— 33 451 709	— 7,3
De rendimento fixo — de emissores públicos	237 667 122	156 266 560	— 81 400 562	— 34,2
De dívida pública portuguesa	169 784 979	127 303 608	— 42 481 371	— 25,0
De outros emissores públicos nacionais	42 282 996	18 207 039	— 24 075 957	— 56,9
De emissores públicos estrangeiros	25 599 147	10 755 913	— 14 843 234	— 58,0
De rendimento fixo — de outros emissores	194 150 053	231 793 317	37 643 264	19,4
Emitidos por residentes	111 173 357	79 765 373	— 31 407 984	— 28,3
Emitidos por não residentes	82 976 696	152 027 944	69 051 248	83,2
Por organismos internacionais	16 639 355	11 917 638	— 4 721 717	— 28,4
Por outros não residentes	66 337 341	140 110 306	73 772 965	111,2

(Em milhares de euros)

Natureza de espécie e títulos	Valor de 1998	Valor de 1999	Variação	
			Valor	Porcen- tagem
Valores de rendimento variável	25 582 553	33 578 153	7 995 600	31,3
Emitidos por residentes	25 434 381	24 034 615	— 1 399 766	— 5,5
Acções	7 768 600	6 368 835	— 1 399 765	— 18,0
Quotas	92 400	5 468 755	5 376 355	5818,6
Títulos de participação	573 780	573 780	—	—
Unidades de participação	16 999 601	11 623 246	— 5 376 355	— 31,6
Emitidos por não residentes	148 172	9 543 538	9 395 366	6340,9
Acções	148 172	9 543 538	9 395 366	6340,9
Títulos próprios	—	2 309 989	2 309 989	—
De rendimento variável — acções	—	2 309 989	2 309 989	—
Títulos subordinados	—	—	—	—
Emitidos por residentes	—	—	—	—
Emitidos por não residentes	—	—	—	—
C) Imobilizações financeiras	117 396 436	124 409 993	7 013 557	6,0
Participações	68 448 611	76 104 492	7 655 881	11,2
Em instituições de crédito no País	—	—	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro	292 602	7 795 092	7 502 490	2564,1
Em outras empresas no País	10 266 968	15 408 956	5 141 988	50,1
Em outras empresas no estrangeiro	57 889 041	52 900 444	— 4 988 597	— 8,6
Partes de capital em empresas coligadas	44 695 305	44 695 305	—	—
Em instituições de crédito no País	37 697 345	37 697 345	—	—
Em instituições de crédito no estrangeiro	—	—	—	—
Em outras empresas no País	6 997 960	6 997 960	—	—
Outras imobilizações financeiras	4 252 520	3 610 196	— 642 324	— 15,1
Total	576 797 658	548 358 012	— 28 439 646	— 4,9

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

ANEXO I

Condições dos passivos subordinados (nota n.º 20)

	Títulos de participação BTA/87	Obrigações de caixa subordinadas BTA/93	Obrigações de caixa subordinadas BTA/95	Obrigações de caixa subordinadas BTA/96												
Data emissão	14 de Setembro de 1987.	30 de Julho de 1993.	16 de Maio de 1995.	10 de Julho de 1996.												
Valor nominal	738	10 000	8 250	15 000												
Remuneração	O rendimento fixo dos títulos de particip. é determinado aplicando, a 75% do valor nominal, uma taxa de juro igual à taxa referida no art. 2.º do Dec.-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro (que substitui a taxa de referência do Banco de Portugal), fixada por aviso da Direcção-Geral da Junta de Crédito Público, em vigor no início de cada período anual de contagem de juros. O rendimento variável incide sobre 25% do valor nominal e corresponde ao produto da taxa de juro calculada nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, pela relação entre os <i>cash-flows</i> de exploração relativos ao último e penúltimo exercícios. De acordo com o estabelecido pelo Desp. 22/87-XI, de 3 de Setembro, a emissão de títulos de particip. tem como remuneração máxima 117,5% da taxa de juro calculada nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, em vigor no primeiro dia de cada período de contagem de juros, e uma remun. mínima nunca inferior a 90% dessa mesma taxa.	A taxa de juro é equival. à média aritmética simples das taxas Lisbor para o prazo de seis meses nos 10 últimos dias úteis, que antecedam o antepenúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anterior, multiplicada pelo factor 1,02 e arredondada para um dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior.	A taxa de juro é equival. à média aritmética simples das taxas Lisbor para o prazo de seis meses nos 10 últimos dias úteis, que antecedam o antepenúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anterior, multiplicada pelo factor 1,02 e arredondada para um dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior.	A taxa de juro é equival. à média aritmética simples das taxas Lisbor para o prazo de seis meses nos 10 últimos dias úteis, que antecedam o antepenúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anterior, multiplicada pelo factor 1,015 e arredondada para um dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior.												
Datas pag. de juros	Anualmente, em 1 de Julho.	Semestralm., em 1 de Fev. e 1 de Agosto.	Semestralm., em 16 de Maio e 16 de Nov.	Semestralm., em 15 de Janeiro e 15 de Junho.												
Taxa de juro em 31 de Dez. de 1999.	2,10% (a)	2,88%	3,81%	3,06%												
Reembolso	Sem prazo fixo, a partir do 10.º ano a contar da data de emissão.	Ao par de uma só vez, em 1 de Agosto de 2003.	Ao par de uma só vez, em 16 de Maio de 2005.	Ao par de uma só vez, em 15 de Julho de 2006.												
Reemb. antecipado	O BTA poderá, a partir do 10.º ano a contar da data de emissão, por sua iniciativa ou com acordo prévio, proceder ao reembolso dos títulos pelo valor nominal.	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do emprést., total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do 10.º cupão inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, com um prémio de reembolso de:	Não aplicável.	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do emprést., total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do vencimento do 11.º cupão, inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, com um prémio de reembolso de:												
		<table><tr><td>Cupão</td><td>Prémio sobre o valor nominal</td></tr><tr><td>10.º</td><td>0,100%</td></tr><tr><td>14.º</td><td></td></tr></table>	Cupão	Prémio sobre o valor nominal	10.º	0,100%	14.º			<table><tr><td>Cupões</td><td>Prémio sobre o valor nominal</td></tr><tr><td>11.º ao 14.º</td><td>0,100%</td></tr><tr><td>15.º ao 19.º</td><td>0,075%</td></tr></table>	Cupões	Prémio sobre o valor nominal	11.º ao 14.º	0,100%	15.º ao 19.º	0,075%
Cupão	Prémio sobre o valor nominal															
10.º	0,100%															
14.º																
Cupões	Prémio sobre o valor nominal															
11.º ao 14.º	0,100%															
15.º ao 19.º	0,075%															
			0,075%													

(a) Taxa de juro mínima.

	Títulos de participação CPP/88	Títulos de participação CPP/89	Obrigações de caixa subordinadas CPP/92								
Data emissão	28 de Novembro de 1988.	6 de Novembro de 1989.	15 de Julho de 1992.								
Valor nominal	5 000	7 500	15 000								
Remuneração	Parte fixa: sobre 70% do valor nominal, aplica-se uma taxa de juro correspondente à taxa referida no artigo 2.º do Dec.-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, fixada pela Direcção-Geral da Junta de Crédito Público, em vigor no início de cada período de contagem de juros, acrescida de 5%. Parte variável: incide sobre 30% do valor nominal e é calculada com base numa taxa de juro igual ao produto da taxa de referência pelo quociente entre os resultados do CPP no exercício anterior ao seu vencimento e os do exercício precedente. Limites: a remuneração variável não poderá exceder 140% nem ser inferior a 80% da taxa de referência utilizada no cálculo da remuneração fixa.	Parte fixa: sobre 70% do valor nominal, aplica-se uma taxa de juro correspondente à taxa referida no artigo 2.º do Dec.-Lei n.º 1/94, de 4 de Janeiro, fixada pela Direcção-Geral da Junta de Crédito Público, em vigor no início de cada período de contagem de juros, acrescida de 5%. Parte variável: incide sobre 30% do valor nominal e é calculada com base numa taxa de juro igual ao produto da taxa de referência pelo quociente entre os resultados do CPP no exercício anterior ao seu vencimento e os do exercício precedente. Limites: a remuneração variável não poderá exceder 130% nem ser inferior a 110% da taxa de referência utilizada no cálculo da remuneração fixa.	A taxa de juro é equival. à taxa base anual, calculada e divulgada pelo Banco de Portugal, reportada ao antepenúltimo dia útil do semestre anterior, multiplicada pelo factor 1,07 e arredondada para um dezasseis avos de ponto percentual imediatamente superior.								
Datas pagamento de juros	Anualmente, em 1 de Novembro.	Anualmente, em 1 de Junho.	Semestralmente, em 15 de Janeiro e 15 de Julho.								
Taxa de juro em 31 de Dezembro de 1999.	Parte fixa — 1,8%; Parte variável — 0,6%	Parte fixa — 1,9%; Parte variável — 1%	2,88%								
Reembolso	Sem prazo fixo, a partir ao 10.º ano de vida do título.	Sem prazo fixo, a partir do 10.º ano de vida do título.	De uma só vez em 15 de Julho de 2002.								
Reemb. antecipado	A partir do 10.º ano de vida do título.	A partir do 10.º ano de vida do título.	O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por opção do CPP (<i>call option</i>), no vencimento dos 12.º, 14.º, 16.º e 18.º cupões. No caso de ser exercida opção de reembolso antecipado, as obrigações serão pagas acima do valor nominal, como segue: <table><tr><td>No 12.º cupão (15-7-1998)</td><td>100,100%</td></tr><tr><td>No 14.º cupão (15-7-1999)</td><td>100,075%</td></tr><tr><td>No 16.º cupão (15-7-2000)</td><td>100,050%</td></tr><tr><td>No 18.º cupão (15-7-2001)</td><td>100,025%</td></tr></table>	No 12.º cupão (15-7-1998)	100,100%	No 14.º cupão (15-7-1999)	100,075%	No 16.º cupão (15-7-2000)	100,050%	No 18.º cupão (15-7-2001)	100,025%
No 12.º cupão (15-7-1998)	100,100%										
No 14.º cupão (15-7-1999)	100,075%										
No 16.º cupão (15-7-2000)	100,050%										
No 18.º cupão (15-7-2001)	100,025%										

Obrigações perpétuas subordinadas(Tops) BTA

Obrigações perpétuas subordinadas(Tops) CPP

Data de emissão	26 de Novembro de 1997.	26 de Novembro de 1997.
Valor nominal	6 000	6 000
Remuneração	A taxa de juro nominal será determinada da seguinte forma: até ao 10.º ano (entre o 2.º e o 20.º cupão, inclusive) de vida, a taxa de juro será a Lisbor para o prazo de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anterior, acrescida de 0,4 de ponto percentual. Entre o 10.º e o 20.º ano de vida (entre o 21.º e o 40.º cupão inclusive), a taxa de juro corresponderá à Lisbor para o prazo de seis meses, registada no penúltimo dia útil, inclusive, anterior ao início de cada período de juros, adicionada de 0,9 de ponto percentual.	A taxa de juro nominal será determinada da seguinte forma: até ao 10.º ano (entre o 2.º e o 20.º cupão, inclusive) de vida, a taxa de juro será a Lisbor para o prazo de seis meses, em vigor no penúltimo dia útil do período semestral de contagem de juros anterior, acrescida de 0,4 de ponto percentual. Entre o 10.º e o 20.º ano de vida (entre o 21.º e o 40.º cupão inclusive), a taxa de juro corresponderá à Lisbor para o prazo de seis meses, registada no penúltimo dia útil, inclusive, anterior ao início de cada período de juros, adicionada de 0,9 de ponto percentual.

	Obrigações perpétuas subordinadas(Tops) BTA	Obrigações perpétuas subordinadas(Tops) CPP
	A partir do 20.º ano de vida (41.º cupão inclusive) a taxa de juro corresponderá à Lisboa para o prazo de seis meses, registada no penúltimo dia útil, inclusive, anterior ao início de cada período de juros, adicionada de um quarto de ponto percentual.	A partir do 20.º ano de vida (41.º cupão inclusive) a taxa de juro corresponderá à Lisboa para o prazo de seis meses, registada no penúltimo dia útil, inclusive, anterior ao início de cada período de juros, adicionada de um quarto de ponto percentual.
Datas pagamento de juros	Semestralmente, em 4 de Junho e 4 de Dezembro.	Semestralmente, em 4 de Junho e 4 de Dezembro.
Taxa de juro em 31 de Dezembro de 1999.	3,95%	3,95%
Reembolso	Tratam-se de obrigações perpétuas.	Tratam-se de obrigações perpétuas.
Reembolso antecipado	O BTA poderá efectuar o reembolso antecipado (<i>call-option</i>), total ou parcial do empréstimo, neste caso por redução ao valor nominal, a partir do vencimento do 20.º cupão, inclusive, e em qualquer vencimento de cada cupão seguinte, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.	O CPP poderá efectuar o reembolso antecipado (<i>call-option</i>), total ou parcial do empréstimo, neste caso por redução ao valor nominal, a partir do vencimento do 20.º cupão, inclusive, e em qualquer vencimento de cada cupão seguinte, mediante autorização prévia do Banco de Portugal.

O Conselho de Administração: Eurico Silva Teixeira de Melo, presidente — António Mota de Sousa Horta Osório, vice-presidente — D. Matias Rodriguez Enciarte, vice-presidente — Carlos Manuel Tavares da Silva, vice-presidente — José Carlos de Brito Sitima, vogal — Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida, vogal — José Luís Pinto da Silva, vogal — José Luís Alvim Marinho, vogal — Nuno Manuel da Silva Amado, vogal — Eduardo José Stock da Cunha, vogal — José Manuel Alves Elias da Costa, vogal — Miguel de Campos Pereira de Bragança, vogal — Carlos Manuel Amaral de Pinho, vogal.

Anexo às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de Dezembro de 1999 e 1998

(Montantes em milhões de escudos, excepto quando expressamente indicado)

1 — Resumo do grupo, bases de apresentação e princípios de consolidação:

1.1 — Resumo do Grupo:

O Banco Totta & Açores, S. A. (Banco ou BTA) é um banco comercial, tendo sido constituído em 1970. O Banco está autorizado a operar de acordo com as normas aplicáveis à actividade bancária em Portugal e de acordo com as normas dos bancos centrais dos países onde as suas sucursais e agências se encontram estabelecidas.

O BTA dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os sectores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco, em conjunto com o Crédito Predial Português, S. A. (CPP), tem uma rede nacional de 449 balcões e postos de câmbio (447 em 31 de Dezembro de 1998). Dispõe também de escritórios de representação em Caracas, Montreal, Joanesburgo, Amesterdão, Roterdão e Paris, de sucursais em Londres, Luxemburgo, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e Ilhas Cayman, de agências em Nova Iorque, Diekirch (Luxemburgo) e Kinaxixi (Angola), de uma sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira e de filiais em Newark, Naugatuck, Massachussets, San José e São Paulo. Durante o exercício de 1999, a sucursal do Banco em Macau foi transformada em banco de direito local, com a denominação de Banco Totta Ásia, S. A.

O BTA detém ainda um conjunto de participações em empresas subsidiárias e associadas. São consideradas empresas subsidiárias aquelas cuja percentagem de participação exceda 50% do seu capital social e sejam controladas pelo BTA, podendo desta forma ser consideradas, em conjunto, uma unidade de decisão. As empresas associadas são investimentos de carácter duradouro cuja percentagem de participação se situe entre 20% e 50% do seu capital social e em relação às quais não existe uma relação de domínio mas apenas de complementaridade face as actividades do Banco.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a estrutura do Grupo de empresas subsidiárias e associadas e os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras individuais dessas empresas, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação directa (percentagem)		Participação efectiva (percentagem)		Activo líquido		Situação líquida		Resultado líquido		Actividade	Método de consol. em 1999
	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998		
Crédito Predial Português	58,03	58,03	58,03	58,03	1 457 447	1 184 358	53 064	56 122	5 900	10 799	Bancária	(a)
Totta & Açores International	100,00	100,00	100,00	100,00	493 431	567 069	—	—	—	—	Bancária	(a)
Totta & Açores Financing	100,00	100,00	100,00	100,00	30 632	26 458	29 945	25 783	—	—	Bancária	(a)
Pinto Totta International Finance	50,00	50,00	50,00	50,00	51 527	44 366	43 901	42 966	—	—	Bancária	(b)
Banco Standard Totta de Moçambique	55,32	55,32	55,32	55,32	35 053	28 914	5 028	4 074	638	534	Bancária	(a)
Banco Totta & Sottomayor de Investim.	—	—	46,46	44,62	247 201	232 441	36 460	34 494	2 656	2 150	Bancária	(b)
Banco Totta Ásia	99,91	—	99,92	—	20 552	—	2 527	—	34	—	Bancária	(a)
Totta & Açores Brasil	99,00	99,00	99,00	99,00	23	80	21	75	(37)	2	Captação de fundos	(a)
Totta & Sottomayor. Inc. — Connecticut	50,00	100,00	50,00	100,00	2	3	3	3	(1)	(1)	Captação de fundos	(b)
Totta & Sottomayor. Inc. — Newark	50,00	100,00	50,00	100,00	148	130	94	89	(10)	(5)	Captação de fundos	(b)
Chemical, SGPS	50,00	50,00	50,00	50,00	26 715	25 480	5 921	4 957	964	208	Gestão de participações sociais	(b)
MC — Gestão de Empresas de Crédito	—	—	50,00	50,00	6 481	6 488	758	703	56	163	Gestão de participações sociais	(b)
MC — Gestão de Activos	—	—	50,00	50,00	2 910	2 683	1 524	1 197	587	590	Gestão de participações sociais	(b)
Totta & Açores Finance Ireland	100,00	100,00	100,00	100,00	7 628	8 134	7 611	3 080	93	542	Gestão de investimentos	(a)
Totta Ireland	100,00	100,00	100,00	100,00	52 457	52 032	52 067	51 815	1 015	1 621	Gestão de investimentos	(a)
MC — Fundos	—	—	50,00	50,00	1 688	1 605	1 151	934	415	384	Gestão de fundos mobiliários	(b)
Plurifundos	—	—	50,00	50,00	824	872	813	844	(7)	28	Gestão de fundos mobiliários	(b)
Sifta	—	—	45,00	45,00	401	405	397	406	(2)	8	Gestão de fundos mobiliários	(b)
Tottafimo	—	—	48,97	48,97	136	121	126	111	15	8	Gestão de fundos imobiliários	(b)
MC — Imovest	—	—	42,65	42,65	807	811	762	745	146	166	Gestão de fundos imobiliários	(a)
Tottagest	—	—	46,70	46,70	62	129	62	72	(2)	10	Gestão de patrimónios	(b)
MC — Geste	—	—	50,00	50,00	435	285	277	187	112	25	Gestão de patrimónios	(b)
Totta Leasing	—	—	—	50,00	—	39 574	—	1 328	—	254	Leasing mobiliário	—
MC — Leasing	—	—	50,00	50,00	36 910	37 032	3 648	2 025	295	293	Leasing mobiliário	(b)
MC — Loc	—	—	50,00	50,00	53 540	38 058	2 795	2 595	201	383	Leasing imobiliário	(b)
MC — Factor	—	—	50,00	50,00	37 283	30 386	1 550	1 317	233	108	Factoring	(b)
MC — Sfác	—	—	50,00	50,00	1 004	627	512	571	(59)	(47)	Financiam. de aquis. a crédito	(b)
MC — Rent	—	—	15,86	15,86	12 525	9 206	411	367	44	15	Aluguer de veículos	(b)
MC — Pensões	25,00	25,00	39,51	39,51	434	325	252	214	47	10	Gestão de fundos de pensões	(b)
Totta Finance	—	—	50,00	50,00	1 794	603	662	594	63	(4)	Consultoria financeira	(b)
MC — Corretagem	—	—	49,50	49,50	3 698	3 436	909	1 257	409	947	Corretagem	(b)
Mermul	—	—	58,03	58,03	186	347	(6)	14	(20)	2	Gestão de propriedades	(a)
Totta Urbe	100,00	100,00	100,00	100,00	4 018	6 140	(2 723)	(2 478)	(245)	(3 941)	Gestão de propriedades	(a)
Siemca	—	—	50,00	50,00	229	264	159	163	(1)	2	Intermed. no merc. monetário	(b)
Eurociber	25,00	25,00	25,00	25,00	1 677	1 274	596	586	312	302	Comerc. de equip. e prod. de software	(b)
Tottatur	46,51	46,51	46,51	46,51	18	19	6	7	(1)	(16)	Agência de viagens	(b)

(a) Integral.

(b) Equity. complementaridade face às actividades do Banco.

As alterações verificadas durante o exercício de 1999 ao nível das empresas subsidiárias e associadas foram as seguintes:

Por escritura pública de 17 de Maio de 1999, realizou-se uma fusão por incorporação mediante a transferência global do património da TottaLeasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., para a MC — Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S. A., extinguindo-se a sociedade incorporada e transmitindo-se a universalidade dos seus direitos e obrigações para a incorporante. Esta fusão produziu efeitos contabilísticos a partir de 1 de Janeiro de 1999;

Em 30 de Setembro de 1999, após obtenção das autorizações necessárias, a sucursal de Macau do Banco transformou-se em banco de direito

local, tendo dado origem ao Banco Totta Ásia, S. A., o qual adquiriu todos os direitos e obrigações da sucursal. O capital do novo banco foi realizado através da transferência da totalidade dos activos e passivos da extinta sucursal, aos respectivos valores contabilísticos, passando o BTA a deter 99,91% do capital do novo banco;

Alienação de 50% do capital do Totta & Açores, Inc. — Newark e Totta & Açores, Inc. — Connecticut ao Banco Pinto e Sotto Mayor, S. A. (BPSM);

Aumento do capital do Totta Ireland, Plc. em 819 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA.

Durante o exercício de 1999, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Denominação anterior	Denominação actual
Sociedade Gestora de Imovest, S. A.	MC — Imovest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A.
Banco Chemical Finance, S. A.	Banco Totta & SottoMayor de Investimentos, S. A.
Totta & Açores, Inc. — Newark	Totta & SottoMayor, Inc. — Newark
Totta & Açores, Inc. — Connecticut	Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut

Durante o exercício de 1998, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em Janeiro de 1998, na sequência da oferta pública geral de aquisição de acções do CPP anunciada em 29 de Julho de 1997 pelo BTA, BPSM e Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A. (Mundial-Confiança), o Banco adquiriu 2 338 628 acções, tendo aumentado a sua participação no capital social do CPP em 7,09%;

Aquisição pelo CPP de 22,5% do capital da sociedade gestora de Imovest, S. A., tendo 5% sido adquirido à Companhia de Seguros Império, S. A., 12,5% ao Crédit Lyonnais Portugal, S. A. e 5% ao Deutsche Bank de Investimento, S. A.;

Aquisição pela MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., em Maio de 1998, de 100% do capital da Evifina, SFAC, S. A., à Rentequipa — Comércio e Aluguer de Bens de Serviço, S. A.;

Aquisição, em Março de 1998, de 9% do capital da Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., ao D. Juan Belloso Garrido;

Aquisição pela MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGFS, S. A., em Maio de 1998, de 10% do capital da MC — Rent, Aluguer de Longa Duração, S. A. à Compta, SGPS, S. A.;

Aumento de capital da MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., no montante de 600 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pela Chemical, SGPS, S. A.;

Aquisição em Novembro de 1998, pela Chemical, SGPS, S. A., das seguintes sociedades detidas pela TottaGespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.:

TottaFinance — Sociedade Financeira, S. A.;
Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.;
MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A. e as seguintes empresas participadas por esta sociedade:

MC — Rent, Aluguer de Longa Duração, S. A.;
MC — Fundos, Soc. Gestora de Fundos de Invest. Mobiliário, S. A.;
Tottagest — Sociedade de Gestão de Patrimónios, S. A.;
Sifta — Sociedade de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântica, S. A.;
MC — Geste, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.;
Plurifundos — Soc. Gestora de Fundos de Invest. Mobiliário, S. A.;
MC — Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Aumento do capital do Totta Ireland, Plc. em 10 000 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA;

Alienação, em Julho de 1998, da totalidade das acções representativas do capital social da TottaDealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., ao Banco de Negócios Argentaria.

Durante o exercício de 1998, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Denominação anterior	Denominação actual
DECA, SGPS, S. A.	MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A.
Tottafundos, S. A.	MC — Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.
Sottogest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.	MC — Geste, Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.
Tottarent — Sociedade de Aluguer de Veículos, S. A.	MC — Rent, Aluguer de Longa Duração, S. A.
Tottapensões — Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S. A.	MC — Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.
Petropar, SGPS, S. A.	MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A.
Tottafactor — Soc. Intern. de Aquis. de Créditos, S. A.	MC — Factor, Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A.
CFI — Comp. Financ. Internac. Soc. Corretora, S. A.	MC — Corretagem, Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A.
Evifina, SFAC, S. A.	MC — SFAC, Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A.
Tottaimo — Soc. de Loc. Financeira Imobiliária, S. A.	MC Loc — Sociedade de Locação Financeira, S. A.
Sottoleasing — Soc. de Locação Financeira, S. A.	MC — Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S. A.

1.2 — Bases de apresentação das contas:

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras das sucursais e agências são agregadas com as da sede, o que representa a sua actividade global (ou actividade individual). Os saldos dos respectivos balanços e demonstrações de resultados, incluindo activos fixos, situação líquida e resultados, são convertidos para escudos com base no câmbio médio indicativo do Banco de Portugal à data do balanço. Todos os saldos e transacções importantes entre a sede, sucursais e agências foram eliminados no processo de combinação das respectivas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras do Banco e das empresas subsidiárias e associadas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, estão pendentes de aprovação pelas correspondentes assembleias gerais de accionistas. No entanto, o conselho de administração do Banco admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

1.3 — Princípios de consolidação:

A consolidação das contas das empresas subsidiárias e das participadas maioritariamente por estas: foi efectuada pelo método de integração global. Os saldos e as transacções (e os correspondentes proventos e custos) entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

A consolidação das contas das empresas associadas foi efectuada de acordo com o método da equivalência patrimonial (*equity method*). Segundo este método, o valor das participações financeiras é ajustado

com base na percentagem do capital, reservas, resultados e diferenças de consolidação positivas, correspondente à participação efectiva do BTA no capital dessas empresas.

O registo das participações na Chemical — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., no Totta & SottoMayor, Inc. — Newark, no Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut e no Pinto Totta International Finance, Ltd. pelo método da equivalência patrimonial deve-se ao facto do BTA não controlar a sua gestão.

Os valores de *trespasse* (*goodwill*), decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data da compra, são totalmente amortizados no ano de aquisição por contrapartida de reservas.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do BTA e das empresas subsidiárias e associadas, na proporção da participação respectiva, após os ajustamentos de consolidação (nota n.º 22).

As demonstrações financeiras das empresas associadas relativamente às quais existe a intenção de proceder à sua alienação ou que, de algum modo, a respectiva consolidação prejudique o objectivo de dar uma imagem fiel do património, da situação financeira e dos resultados do Banco, são excluídas da consolidação.

As participações que não são objecto de consolidação, pelo método da integração global ou por equivalência patrimonial, registam-se de acordo com o critério definido na nota n.º 2 alínea f).

2 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios*. — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Porém, quando uma operação se encontra registada em crédito vencido, os respectivos juros apenas são registados como proveitos no momento da sua cobrança.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea h) abaixo.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados*. — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas e de taxa de juro (*swaps*):

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo

contratado são amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos *swaps* de cobertura são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração de resultados.

De acordo com a Instrução n.º 6/98, de 15 de Maio, do Banco de Portugal, os contratos de *swap* de negociação são reavaliados mensalmente com base no diferencial actualizado dos fluxos futuros de pagamentos e recebimentos. O montante apurado na reavaliação é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Forward rate agreements (FRAs):

Os FRAs de negociação são reavaliados mensalmente com base na taxa de juro de mercado aplicável ao período compreendido entre as datas de liquidação e de vencimento das operações. O ganho ou perda em cada operação é determinado na data da reavaliação, pela aplicação do diferencial entre a taxa de juro de mercado e a taxa de juro contratada, ao valor teórico da operação. As diferenças positivas ou negativas resultantes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

O Banco mantém posições próprias em contratos de futuros e actua também como intermediário em operações dos seus clientes. As posições do Banco em aberto são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais ao seu valor nominal.

As posições próprias são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os resultados da valorização diária das posições dos clientes são reflectidos nas respectivas contas correntes, a débito ou a crédito, consoante se tratem de prejuízos ou lucros.

Os activos dados em penhor pelo Banco à Bolsa de Derivados do Porto, como garantia do cumprimento dos seus contratos, bem como os activos recebidos de clientes para garantia do cumprimento de contratos de futuros, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

O Banco detém contratos de opções de cobertura em aberto, os quais são registados pelo seu valor contratual em rubricas extrapatrimoniais. Os prémios pagos nos contratos de cobertura são registados em custos diferidos e relevados em resultados durante o período de vida do elemento coberto.

c) Provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco-país e riscos gerais de crédito:

De acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal, o Banco e as empresas subsidiárias e associadas constituem as seguintes provisões para riscos de crédito:

i) Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento, e da existência ou não de garantias.

ii) Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

De acordo com o aviso n.º 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedem 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e

juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

iii) Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Em Outubro de 1998, o Banco de Portugal agravou as percentagens a aplicar a alguns países e territórios, mas permitiu que as instituições de crédito reconhecessem o impacto do agravamento relativamente aos activos já detidos em 30 de Setembro de 1998 de forma escalonada ao longo de um período de seis meses.

O Banco adoptou o regime transitório, pelo que em 31 de Dezembro de 1998 a parte ainda não provisionada ascendia a 266 milhões de escudos.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

iv) Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido e garantias e avals prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco e das empresas subsidiárias e associadas.

Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem genérica de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals prestados.

No que se refere ao crédito ao consumo é aplicada uma percentagem de 1,5%.

Esta rubrica inclui ainda provisões específicas para fazer face ao risco de realização da carteira de crédito e a outros activos.

d) Provisões para outros riscos:

i) Para riscos de flutuação de câmbios:

Esta provisão destina-se essencialmente a fazer face à desvalorização cambial do capital afecto à sucursal de Angola do BTA.

ii) Provisão para outros riscos e encargos:

Destina-se a suportar os potenciais encargos decorrentes de processos judiciais em curso, impostos diferidos passivos e contingências fiscais.

Esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

iii) Fundo para riscos bancários gerais:

Destina-se à cobertura de riscos de natureza geral. Em 31 de Dezembro de 1999 destinava-se essencialmente a fazer face a eventuais perdas que possam vir a ser identificadas quando da conclusão da análise das contas de regularização, a qual no final do exercício estava ainda em curso.

Esta provisão não é fiscalmente aceite como custo.

e) Aplicações em títulos:

Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliadas com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados da demonstração de resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As menos-valias potenciais decorrentes da valorização de acções e outros títulos de rendimento variável são integralmente provisionadas.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

Os bilhetes do tesouro e o papel comercial emitido a valor descontado encontram-se registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica de receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto que o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registadas ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são integralmente provisionadas.

Acções próprias:

As acções próprias detidas pelo Banco são registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal. As eventuais menos-valias potenciais decorrentes da sua valorização à cotação de mercado são integralmente provisionadas.

Em 31 de Dezembro de 1999 as acções próprias encontram-se registadas na carteira de investimento.

f) Participações, partes de capital em empresas coligadas e associadas e outras participações financeiras:

Demonstrações financeiras individuais:

Participações:

Esta rubrica inclui as participações em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, sendo registadas ao custo de aquisição. As menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica corresponde às participações em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição. Sempre que se estimem

perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

Demonstrações financeiras consolidadas:

Partes de capital em empresas associadas:

Esta rubrica inclui as participações em empresas associadas que são registadas pelo método da equivalência patrimonial. O seu valor corresponde à percentagem de participação efectiva do BTA no capital, reservas, resultados e diferenças de consolidação positivas dessas empresas.

Outras participações financeiras:

Esta rubrica inclui as participações em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 20% e aquelas cuja participação se situe entre 20% e 50% do capital das participadas e que não sejam valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. Estas participações encontram-se registadas ao custo de aquisição e sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização são constituídas as respectivas provisões.

g) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 5190 milhões de escudos (nota n.º 22). Ao abrigo da Directriz Contabilística n.º 16 — reavaliação de activos imobilizados tangíveis — o valor líquido resultante desta reavaliação só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. O Banco e as suas subsidiárias e associadas utilizam as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4-8
Mobiliário e material	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Instalações interiores	5-10
Equipamento de segurança	8-10
Material de transporte	4-5

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo Banco não é aceite como custo para efeitos fiscais. De acordo com a prática vigente em Portugal o Banco não regista os impostos diferidos que resultam desta situação.

As imobilizações incorpóreas correspondem, principalmente, a gastos incorridos com projectos de desenvolvimento, nomeadamente, nas áreas de melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação, a *software* e a despesas com alteração dos estatutos do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes em três anos.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

h) *Pensões de reforma e sobrevivência.* — O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os seus trabalhadores estão inscritos na segurança social, as responsabilidades do Banco com pensões consistem no pagamento de complementos.

Para o efeito, constituiu em 1988 um fundo de pensões.

Os trabalhadores do CPP não estão inscritos na segurança social. Desta forma, o CPP é responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACTV, dispondo também de um fundo de pensões.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

O Banco de Portugal, através do aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro, estabeleceu um quadro regulamentar de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como do respectivo financiamento. Os aspectos com mais impacto a nível do Banco, são os seguintes:

i) *Obrigatoriedade de financiamento integral no final de cada exercício do valor actual das pensões em pagamento (reformas e reformas antecipadas);*

ii) *As contribuições extraordinárias efectuadas até 1999 para cobertura integral do acréscimo das responsabilidades relativas a reformas antecipadas, podem ser relevadas como custo no prazo máximo de 10 anos, a contar da data efectiva da reforma, não podendo porém ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.*

Em 1998 o Banco passou a utilizar esta faculdade de diferimento do custo relativo às contribuições efectuadas para o Fundo de Pensões necessárias para financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas. O CPP adopta igualmente este critério contabilístico.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, são registadas em contas de regularização do activo (nota n.º 13).

iii) *O financiamento integral do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma ocorresse após 31 de Dezembro de 1997, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais, calculado para o número de anos resultante do diferencial entre a idade média previsível de reforma e a idade média da população coberta, com um máximo de 20 anos, contactados a partir de 31 de Dezembro de 1994.*

O BTA tem estas responsabilidades integralmente financiadas e dispõe de uma provisão no balanço consolidado para fazer face à insuficiência de cobertura a nível do CPP, a qual é ajustada à medida que este banco recupera essa insuficiência.

iv) *Todas as responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo geradas após 31 de Dezembro de 1994 deverão ser financiadas no exercício a que se referem. Caso seja necessário efectuar dotações para os Fundos de Pensões, estas são relevadas como custo.*

Na nota n.º 24 é apresentado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, no que se refere ao BTA e ao CPP.

Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

i) *Impostos sobre lucros.* — O Banco e as empresas subsidiárias e associadas são tributados individualmente e estão sujeitos ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do BTA são integradas nas contas da Sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC do Banco nos termos do artigo 73.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal. Porém, as sucursais financeiras exteriores na Região Autónoma da Madeira do BTA e do CPP beneficiam, ao abrigo do artigo 41.º do estatuto dos benefícios fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Nos casos em que existem diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais, até 31 de Dezembro de 1997 e apenas a nível das demonstrações financeiras consolidadas, foram considerados os resultados contabilísticos e calculados os respectivos impostos diferidos. A partir do exercício de 1998 não foram registados impostos diferidos, nomeadamente os decorrentes do aumento da participação no CPP.

j) *Locação financeira:*

O Banco regista as operações de locação financeira de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital.

Os juros suportados são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

Como locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de juros e proventos equiparados.

k) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito.* — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor nominal.

l) *Fundo de garantia de depósitos.* — Em Novembro de 1994 foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das instituições de crédito. A contribuição inicial para o fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e de títulos

de depósito, tendo sido amortizada por duodécimos num período de 60 meses que terminou no exercício de 1999 (nota n.º 13).

Ao abrigo do seu aviso n.º 4/96, de 20 de Setembro, o Banco de Portugal passou a fixar anualmente o limite (entre 0% e 75%) da contribuição anual a entregar ao Fundo de Garantia de Depósitos, até ao qual as instituições de crédito podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento que o Fundo o solicite, no todo ou em parte. Nos exercícios de 1999 e 1993, o BTA e o CPP assumiram o referido compromisso irrevogável relativamente a 60% e 40% da contribuição anual, respectivamente (nota n.º 23).

m) *Despesas com custo diferido.* — De acordo com a Carta Circular n.º 32/98/DSBRE, de 23 de Novembro de 1993, o Banco de Portugal veio permitir que os encargos suportados com a introdução do euro fossem relevados como despesas com custo diferido, desde que a respectiva imputação a resultados ocorra até ao final do exercício de 2001. O Banco utilizou esta faculdade e, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os montantes diferidos ascendiam 250 milhões de escudos e 501 milhões de escudos, respectivamente (nota n.º 13).

3 — Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Caixa	25 773	20 285	38 958	27 412
Depósitos à ordem:				
No Banco de Portugal	32 223	3 935	35 894	5 734
Em bancos centrais no estrangeiro	1 226	—	1 226	—
	59 222	24 220	76 078	33 146

De acordo com o Regulamento n.º 2 818/98, de 1 de Dezembro de 1998, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos estados-membros participantes, estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona euro e todos os depósitos com clientes inferiores a dois anos. A esta base é

aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100 000 euro. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

4 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Cheques a cobrar	40 776	43 562	51 138	53 710
Depósitos à ordem:				
Em instituições no estrangeiro	11 503	34 833	16 791	41 498
Em instituições no País	18 771	1 277	14 119	1 522
Em bancos centrais no estrangeiro	—	7 545	—	7 545
Outras disponibilidades	2 264	1	2 280	3
	73 314	87 218	84 328	104 278

Em 1999 o Banco reclassificou os depósitos à ordem em Bancos Centrais no estrangeiro para a rubrica de caixa e disponibilidades em Bancos Centrais.

5 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Depósitos com pré-aviso e a prazo:				
Em instituições no estrangeiro	482 933	503 714	313 396	201 318
Em instituições no País	73 800	152 993	73 800	116 348
Títulos de depósito no Banco de Portugal (Série B)	75 374	88 603	107 611	126 518
Mercado monetário interbancário	336 551	151 000	64 997	129 000
Mercado interbancário de títulos	—	—	—	6 480

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Desconto, redesconto e outros empréstimos	2 119	497	8 405	120 736
Operações de compra com acordo de revenda	1 381	154	1 331	—
Outras aplicações	120 870	146 486	105 924	224 037
	1 093 028	1 043 447	675 464	924 437
Crédito vencido	3 887	4 165	4 684	5 224
	1 096 915	1 047 612	680 148	929 661
Provisões para crédito vencido e risco-país (nota n.º 27):				
Crédito vencido	(3 692)	(3 502)	(4 150)	(4 222)
Risco-país	(1 531)	(524)	(4 258)	(863)
	(5 223)	(4 026)	(8 408)	(5 085)
	1 091 682	1 043 586	671 740	924 576

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as provisões para crédito vencido e risco-país têm o seguinte detalhe:

	BTA									
	1999					1998				
	Montante	Garantias	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão	Montante	Garantias	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão
Angola	5 366	(561)	4 805	99,5	4 782	4 467	(349)	4 118	92,5	3 810
Jugoslávia	387	—	387	100,0	387	—	—	—	—	—
Rússia	54	—	54	100,0	54	—	—	—	—	—
Arábia Saudita	—	—	—	—	—	2 062	—	2 062	10,0	206
Bermuda	—	—	—	—	—	36	—	36	25,0	10
	5 807	(561)	5 246		5 223	6 565	(349)	6 216		4 026
	Consolidado									
	1999					1998				
	Montante	Garantias	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão	Montante	Garantias	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão
Angola	6 203	(561)	5 642	99	5 595	5 187	(349)	4 838	94	4 530
Guiné-bissau	2 916	(231)	2 685	88	2 372	339	—	339	100	339
Jugoslávia	387	—	387	100	387	—	—	—	—	—
Rússia	54	—	54	100	54	—	—	—	—	—
Arábia Saudita	—	—	—	—	—	2 062	—	2 062	10	206
Bermuda	—	—	—	—	—	36	—	36	25	10
	9 560	(792)	8 768		8 408	7 624	(349)	7 275		5 085

Em 1998 a quase totalidade da exposição relativa à Guiné-Bissau encontrava-se registada em créditos sobre clientes.

Os títulos de depósito (Série B) vencem juros a uma taxa revista trimestralmente e têm vencimento até 2004. Em 31 de Dezembro de 1999, a taxa de juro anual destes títulos era de 2,5% (3,4% em 31 de Dezembro de 1998).

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as aplicações no mercado monetário interbancário ao nível das contas individuais venciam juros a uma taxa média anual de 3,36% e 3,64%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os prazos residuais dos outros créditos sobre instituições de crédito, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	853 479	739 183	557 710	565 310
De três meses a um ano	155 521	217 821	48 139	240 358
De um a cinco anos	44 258	41 265	29 466	65 748
Mais de cinco anos	39 770	45 178	40 149	53 021
	1 093 028	1 043 447	675 464	924 437

6 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Crédito interno:				
Descontos comerciais	80 314	86 270	93 807	99 536
Créditos em conta corrente	304 128	209 886	446 437	305 889
Outros créditos titulados por efeitos	84 457	81 715	99 385	92 011
Descobertos em depósitos à ordem	87 763	108 629	117 594	114 866
Fomento à habitação e construção	52 606	60 127	783 397	641 841
Outros créditos	260 128	214 437	373 715	251 369
	869 396	761 064	1 914 335	1 505 512
Crédito ao exterior	150 680	115 496	203 245	163 692
	1 020 076	876 560	2 117 580	1 669 204
Crédito e juros vencidos	35 841	51 345	69 911	83 088
	1 055 917	927 905	2 187 491	1 752 292
Provisão para crédito e juros vencidos	(25 645)	(37 396)	(47 904)	(57 507)
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	(196)	(472)	(1 320)	(2 018)
Provisão para risco-país	(632)	(1 635)	(783)	(3 512)
	(26 473)	(39 503)	(50 007)	(63 037)
	1 029 444	888 402	2 137 484	1 689 255

O movimento nas provisões para crédito e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa e risco-país, durante os exercícios de 1999 e 1998, é apresentado na nota n.º 27.

Além destas provisões, o Banco dispõe das seguintes provisões para riscos de crédito:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Provisões para riscos gerais de crédito:				
Provisão genérica para crédito concedido	8 583	7 550	19 677	15 859
Provisão genérica para crédito por assinatura	2 582	2 227	3 028	2 643
Provisão para riscos específicos	9 157	1 578	12 485	1 578
	20 322	11 355	35 190	20 080

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os créditos ao exterior incluem empréstimos a países que se encontram sujeitos a acordos de reescalonamento de dívidas e empréstimos a países considerados de risco, com o seguinte detalhe:

	BTA					
	1999			1998		
	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão
Chile	1 583	10	157	1 974	8	150
República Checa	989	10	99	2 140	10	214
Índia	855	25	214	859	25	215
Qatar	665	10	67	859	10	86
Israel	599	10	60	515	10	51
Angola	55	64	35	23	100	23
Guiné-Bissau	—	—	—	227	100	227
Malásia	—	—	—	515	17	90
China	—	—	—	350	10	35
Jugoslávia	—	—	—	333	100	333
Tailândia	—	—	—	398	25	99
Oman	—	—	—	172	10	17
Argélia	—	—	—	83	58	48
Rússia	—	—	—	47	100	47
	4 746		632	8 495		1 635

	Consolidado						
	1999			1998			
	Exposição	Taxa de provisão (percent.)	Provisão	Crédito concebido	Garantias	Exposição	Taxa de provisão (percent.)
Chile	1 583	10	157	1 974	—	1 974	8
República Checa	989	10	100	2 140	—	2 140	10
Índia	855	25	215	859	—	859	25
Qatar	665	10	68	859	—	859	10
Israel	599	10	61	515	—	515	10
Guiné-Bissau	199	54	107	2 306	(203)	2 103	100
Argélia	81	50	40	83	—	83	58
Angola	55	64	35	24	—	24	100
Malásia	—	—	—	515	—	515	17
China	—	—	—	350	—	350	10
Jugoslávia	—	—	—	333	—	333	100
Tailândia	—	—	—	398	—	398	25
Oman	—	—	—	172	—	172	10
Rússia	—	—	—	47	—	47	100
	5 026		783	10 575	(203)	10 372	
							3 512

Em 31 de Dezembro de 1998, as provisões para risco-país estavam a ser constituídas de acordo com o regime transitório permitido pelo Banco de Portugal [nota n.º 2 alínea c) iii)], ascendendo o montante ainda por provisionar a 87 milhões de escudos.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os prazos residuais dos créditos sobre clientes, excluindo o crédito vencido, apresentavam a seguinte estrutura:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	428 828	352 573	501 325	416 708
De três meses a um ano	193 215	167 920	359 561	257 124
De um a cinco anos	167 078	147 738	297 119	222 958
Mais de cinco anos	230 955	208 329	959 575	772 414
	1 020 076	876 560	2 117 580	1 669 204

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a composição da carteira de créditos sobre clientes do BTA por sectores de actividade, é a seguinte:

	1999				1998	
	Vivo	Vencido	Total	Percent.	Total	Percent.
Agricultura e silvicultura	9 960	68	10 028	1,13	7 329	0,95
Pescas	647	605	1 252	0,14	1 104	0,14
Indústrias extractivas	2 552	46	2 598	0,29	2 581	0,33
Indústrias transformadoras:						
Alimentação, bebidas e tabaco	19 415	3 442	22 857	2,58	22 554	2,92
Têxteis, vestuário e couro	51 630	8 993	60 623	6,85	59 914	7,75
Madeira e cortiça	14 850	1 532	16 382	1,85	16 341	2,11
Papel, gráficas e editoriais	6 871	359	7 230	0,82	7 623	0,99
Indústria química	19 622	86	19 708	2,23	14 607	1,89
Produtos minerais não metálicos	14 208	229	14 437	1,63	10 931	1,41
Metalurgia	9 325	1 046	10 371	1,17	11 250	1,45
Máquinas e material de transporte	27 823	565	28 388	3,21	23 357	3,02
Electricidade, água e gás	22 787	—	22 787	2,57	8 281	1,07
Construção e obras públicas	51 609	1 630	53 239	6,01	46 346	5,99
Comércio e hotelaria:						
Comércio por grosso	80 069	3 390	83 459	9,43	75 948	9,82
Comércio de retalho	138 056	3 791	141 847	16,02	118 993	15,39
Restaurantes e hotéis	11 676	309	11 985	1,35	10 940	1,41
Transportes e comunicações	14 019	181	14 200	1,60	7 355	0,95
Instituições financeiras não monetárias	34 377	—	34 377	3,88	60 767	7,86
Sector público administrativo	12 989	—	12 989	1,47	15 094	1,95
Outras empresas de serviços	38 802	510	39 312	4,44	60 895	7,88
Crédito a particulares	189 039	6 604	195 643	22,09	171 186	22,14
Crédito ao exterior	15 296	1 000	16 296	1,84	66	0,01
Outros créditos	65 400	82	65 482	7,40	19 762	2,57
<i>Total de créditos sobre clientes</i>	<i>851 022</i>	<i>34 468</i>	<i>885 490</i>	<i>100,00</i>	<i>773 224</i>	<i>100,00</i>
Créditos sobre clientes — sucursais	169 054	1 373	170 427		154 681	
	1 020 076	35 841	1 055 917		927 905	

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a composição da carteira consolidada de créditos sobre clientes por sectores de actividade, é a seguinte:

	1999				1998	
	Vivo	Vencido	Total	Percent.	Total	Percent.
Agricultura e silvicultura	12 878	177	13 055	0,65	10 471	0,66
Pescas	902	692	1 594	0,08	1 601	0,10
Indústrias extractivas	3 108	60	3 168	0,16	3 177	0,20
Indústrias transformadoras:						
Alimentação, bebidas e tabaco	21 834	3 917	25 751	1,28	28 605	1,79
Têxteis, vestuário e couro	55 390	9 782	65 172	3,23	67 085	4,20
Madeira e cortiça	17 138	2 463	19 601	0,97	20 835	1,30
Papel, gráficas e editoriais	8 119	544	8 663	0,43	10 380	0,65
Indústria química	20 090	94	20 184	1,00	15 891	0,99
Produtos minerais não metálicos	15 808	544	16 352	0,81	31 166	1,95
Metalurgia	12 359	1 834	14 193	0,70	15 121	0,95
Máquinas e material de transporte	29 648	644	30 292	1,50	26 081	1,63
Químicas e farmacêuticas	8 575	143	8 718	0,43	2 311	0,14
Electricidade, água e gás	23 132	—	23 132	1,15	8 770	0,55
Construção e obras públicas	169 070	4 041	173 111	8,58	129 269	8,09
Comércio e hotelaria:						
Comércio por grosso	96 311	5 359	101 670	5,04	95 608	5,98
Comércio de retalho	146 986	4 607	151 593	7,52	132 057	3,27
Restaurantes e hotéis	14 257	379	14 636	0,73	14 310	0,90
Transportes e comunicações	19 001	511	19 512	0,97	15 392	0,96
Instituições financeiras não monetárias	55 018	1	55 019	2,73	63 424	3,97
Sector público administrativo	13 951	8	13 959	0,69	16 095	1,01
Outras empresas de serviços	71 061	1 140	72 201	3,58	111 377	6,97
Crédito a particulares	997 931	27 545	1 025 476	50,84	751 074	47,01
Crédito ao exterior	67 862	3 716	71 576	3,55	3 906	0,25
Outros créditos	68 097	337	68 434	3,38	23 605	1,48
<i>Total de créditos sobre clientes</i>	<i>1 948 526</i>	<i>68 538</i>	<i>2 017 064</i>	<i>100,00</i>	<i>1 597 611</i>	<i>100,00</i>
Créditos sobre clientes — sucursais	169 054	1 373	170 427		154 681	
	2 117 580	69 911	2 187 491		1 752 292	

7 — Aplicações em títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos nacionais:				
Títulos da dívida pública	127 304	—	145 019	145 019
Bilhetes do tesouro e outros títulos de curto prazo	—	—	24 766	24 766
Obrigações de empresas públicas nacionais	17 207	—	41 283	41 283
De emissores públicos estrangeiros	7 245	—	24 215	24 215
	151 756	—	235 283	235 283
Provisões acumuladas	(1 462)	—	(1 051)	(1 051)
	150 294	—	234 232	234 232
De outros emissores:				
Outras obrigações	236 732	—	188 923	188 923
Provisões acumuladas	(2 896)	—	(3 056)	(3 056)
	233 836	—	185 867	185 867
Ações e outros títulos de rendimento variável:				
Ações	15 912	5	16 007	16 012
Unidades de participação	16 999	—	16 999	16 999
Outros títulos	667	—	667	667
	33 578	5	33 673	33 678
Provisões acumuladas	(5 557)	—	(5 287)	(5 287)
	28 021	5	28 386	28 391
<i>Total de aplicações em títulos</i>	<i>412 151</i>	<i>5</i>	<i>448 485</i>	<i>448 490</i>

	Consolidado					
	1999			1998		
	Negociação	Investimento	Total	Negociação	Investimento	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:						
De emissores públicos nacionais:						
Títulos da dívida pública	1 029	148 592	149 621	370	194 750	195 120
Bilhetes do Tesouro e outros tit. de curto prazo	—	—	—	—	32 822	32 822
Obrigações de empresas públicas nacionais	—	17 207	17 207	—	41 647	41 647
De emissores públicos estrangeiros	—	7 318	7 318	—	24 250	24 250
Provisões acumuladas	1 029	173 117	174 146	370	293 469	293 639
	—	(1 768)	(1 768)	—	(1 243)	(1 243)
	1 029	171 349	172 378	370	292 226	292 596
De outros emissores:						
Outras obrigações	—	278 714	278 714	—	209 981	209 981
Provisões acumuladas	—	(3 554)	(3 554)	—	(3 056)	(3 056)
	—	275 160	275 160	—	206 925	206 925
Ações e outros títulos de rendimento variável:						
Ações	—	19 008	19 008	—	19 358	19 358
Unidades de participação	—	25 539	25 539	—	25 558	25 558
Outros títulos	—	682	682	—	682	682
Provisões acumuladas	—	45 229	45 229	—	45 598	45 598
	—	(8 389)	(8 389)	—	(8 049)	(8 049)
	—	36 840	36 840	—	37 549	37 549
Total de aplicações em títulos	1 029	483 349	484 378	370	536 700	537 070

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as unidades de participação em fundos de investimento apresentam o seguinte detalhe:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Em fundos geridos por sociedades do Grupo BPSM:				
Imosotto — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.:				
Fundo Aberto de Investimento Imobiliário Imosotto — Acumulação	4 000	4 000	7 749	7 749
MC — Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.	3 080	3 080	3 180	3 180
Tottafimo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S. A.	2 684	2 684	2 684	2 684
MC — Imovest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	1 495	1 495	2 637	2 655
	11 259	11 259	16 250	16 268
Em fundos geridos por outras sociedades:				
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital	5 376	5 376	8 217	8 217
Outros	364	364	1 072	1 073
	16 999	16 999	25 539	25 558

A carteira do Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação é na sua quase totalidade constituída por imóveis adquiridos ao BPSM. O Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital resultou da conversão da dívida da Lisnave, tendo sido constituído essencialmente com base em imóveis e terrenos utilizados pela Lisnave na zona da Margueira.

A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado (cotação em bolsa de valores) dos títulos de investimento, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, pode ser resumida como segue:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
Títulos da dívida pública:				
Custo de aquisição	127 304	145 019	148 592	194 750
Provisões constituídas	(1 294)	(429)	(1 592)	(514)

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Valor de balanço	126 010	144 590	147 000	194 236
Mais-valias potenciais	246	634	660	1 887
Valor de mercado	126 256	145 224	147 660	196 123
Obrigações de empresas públicas nacionais:				
Custo de aquisição	17 207	41 283	17 207	41 647
Provisões constituídas	(7)	(39)	(7)	(146)
Valor de balanço	17 200	41 244	17 200	41 501
Mais-valias potenciais	20	7	20	7
Valor de mercado	17 220	41 251	17 220	41 508
De emissores públicos estrangeiros:				
Custo de aquisição	7 245	24 215	7 318	24 250
Provisões constituídas	(161)	(583)	(169)	(583)
Valor de balanço	7 084	23 632	7 149	23 667
Mais-valias potenciais	3	197	3	197
Valor de mercado	7 087	23 829	7 152	23 864
De outros emissores:				
Custo de aquisição	236 732	188 923	278 714	209 981
Provisões constituídas para menos-valias	(2 696)	(2 552)	(3 194)	(2 552)
Valor de balanço	234 036	186 371	275 520	207 429
Mais-valias potenciais	302	474	302	474
Valor de mercado	234 338	186 845	275 822	207 903
Provisões constituídas para risco-país	(200)	(504)	(360)	(504)
	234 138	186 341	275 462	207 399
Ações e outros títulos de rendimento variável:				
Custo de aquisição	33 578	33 673	45 229	45 598
Provisões constituídas	(5 557)	(5 287)	(8 389)	(8 049)
Valor de balanço	28 021	28 386	36 840	37 549
Mais-valias potenciais	990	37	1 071	120
Valor de mercado	29 011	28 423	37 911	37 669

Em 31 de Dezembro de 1998, as obrigações e outros títulos de rendimento fixo de emissores públicos estrangeiros incluem títulos representativos de dívida de países com acordos de reescalonamento, parte dos quais garantidos por obrigações a 30 anos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes títulos apresentavam a seguinte distribuição por país:

	Valor nominal	Menos-valias	Valor de mercado
México	1 840	(406)	1 434
Filipinas	55	(8)	47
Bósnia	169	(158)	11
	2 064	(572)	1 492

Os títulos do México foram alienados no exercício de 1999.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os títulos de rendimento fixo de outros emissores incluem títulos sujeitos à constituição de provisões para risco-país, com o seguinte detalhe:

	BTA							Consolidado		
	1999			1998				1999		
	Valor de aquisição	Taxa de provisão (percent.)	Provisões	Valor de aquisição	Valor de mercado	Taxa de provisão (percent.)	Provisões	Valor de aquisição	Taxa de provisão (percent.)	Provisões
Brasil	1 250	10,0	125	—	—	—	—	1 250	10,0	125
Hungria	749	10,0	75	—	—	—	—	749	10,0	75
Hong-Kong	—	—	—	2 610	2 533	6,1	154	—	—	—
Singapura	—	—	—	1 202	n. c.	9,9	119	998	10,0	100
Coreia do Sul	—	—	—	515	n. c.	17,5	90	—	—	—
Malásia	—	—	—	515	n. c.	17,5	90	—	—	—
Taiwan	—	—	—	515	n. c.	10,0	51	599	10,0	60
	1 999		200	5 357	2 533		504	3 596		360

n. c. — Não cotados.

Em 31 de Dezembro de 1998, as provisões para risco-país estavam a ser constituídas de acordo com o regime transitório permitido pelo Banco de Portugal [nota n.º 2 alínea c) iii)], ascendendo o montante ainda não provisionado a 179 milhões de escudos.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os títulos de rendimento fixo de emissores públicos venciam juros às seguintes taxas médias anuais, calculadas sobre o valor nominal e ponderadas com base no valor de balanço dos títulos nas respectivas datas:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
De emissores públicos nacionais:				
Títulos da dívida pública	3,27	4,04	3,62	4,74
Bilhetes do tesouro e outros títulos de curto prazo	—	4,41	—	4,44
Obrigações de empresas públicas nacionais	3,66	3,71	3,66	3,71
De emissores públicos estrangeiros	4,32	5,15	4,34	5,15

O movimento durante os exercícios de 1999 e 1998 nas provisões para menos-valias em títulos de rendimento fixo e variável é apresentado na nota n.º 27.

8 — Participações e partes de capital em empresas coligadas

Participações:

Esta rubrica do balanço individual tem a seguinte composição:

	1999		1998	
	Particip. directa (percent.)	Valor	Particip. directa (percent.)	Valor
Finpetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	24,84	5 431	24,84	5 431
Impresa — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	11,90	5 938	—	—
OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado, S. A.	19,74	1 373	19,74	1 373
Gestisol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	9,00	846	9,00	846
Sic — Sociedade Independente de Comunicação, S. A.	—	—	6,25	813
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	6,78	292	6,78	292
Global — Companhia de Seguros, S. A.	7,77	265	7,77	265
Global — Companhia de Seguros Vida, S. A.	9,68	220	9,68	220
Totta & Açores Brasil, Ltd.	—	—	99,00	173
Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, Leia.	25,00	150	25,00	150
PME Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	1,82	127	1,82	127
PME Capital — SociedadePort. de Capital Risco, S. A.	1,82	113	1,82	113
FRIE PME Capital Retex	2,40	77	2,40	77
FRIE PME Investimentos Retex	2,16	77	2,16	77
FRIE PME Investimentos	1,42	75	1,42	75
Totta & Açores, Inc. — Newark	—	—	100,00	101
SIH — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	20,00	100	20,00	100
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	30,00	75	30,00	75
SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.	3,00	75	3,00	75
Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A.	25,00	71	25,00	71
MC Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.	25,00	50	25,00	50
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	8,80	44	8,80	44
Tottatur — Viagens e Turismo, S. A.	46,51	23	46,51	23
Outras		75		64
		15 497		10 635
Provisões constituídas		(2 525)		(2 341)
		12 972		8 294

A Finpetro é uma sociedade gestora de participações sociais e tem por principal objecto financiar a Petrocontrol, SGPS, S. A. (Petrocontrol), na qual detém uma participação de 98,79%, no âmbito da participação desta no capital da Galp — Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S. A. (Galp, SGPS, S. A.).

Em Janeiro de 2000 a Petrocontrol assinou um contrato com a AgipPetroli, S.p.A. e a EDP — Electricidade de Portugal, S. A., tendo em vista a alienação da sua participação de 33,34% no capital da Galp, SGPS, S. A.

Perspectiva-se a realização de uma mais-valia nesta operação, a qual não está ainda totalmente quantificada.

A OPCA é uma sociedade de construção que tem como principal actividade a execução de obras públicas e de construção civil, operando não só no território nacional, como também em Macau, Moçambique e Angola.

Em Novembro de 1999, foi celebrado um acordo que prevê a alienação desta participação por um escudo.

A Impresa é uma sociedade gestora de participações sociais, que participa no capital da Controljornal — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. e da Soimcom — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., a qual por sua vez participa no capital da SIC — Sociedade Independente de Comunicação, S. A.

A SIC foi constituída em 23 de Julho de 1987 e tem como objecto social a prestação de serviços de produção e difusão de programas de rádio e televisão.

Durante o exercício de 1999, o Banco alienou a participação nesta empresa tendo realizado uma mais-valia de 5125 milhões de escudos (nota n.º 26).

A Gestisol foi constituída em 8 de Março de 1991 e tem por actividade principal a gestão de participações sociais em outras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O movimento durante os exercícios de 1999 e 1998 na provisão para participações é apresentado na nota n.º 27.

Estas provisões destinam-se a fazer face a perdas potenciais na realização das seguintes participações:

	1999	1998
OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado, S. A.	1 373	1 373
Gestisol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	846	846
Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, Lda.	120	64
SIH — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	85	58
PME Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	42	—
PME Capital — Sociedade Port. de Capital Risco, S. A.	22	—
Tottatur — Viagens e Turismo, S. A.	13	—
FRIE PME Investimentos	11	—
FRIE PME Investimentos Retex	9	—
FRIE PME Capital Retex	4	—
	<u>2 525</u>	<u>2 341</u>

Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica do balanço individual tem a seguinte composição:

	1999		1998	
	Particip. directa (percent.)	Valor	Particip. directa (percent.)	Valor
Crédito Predial Português, S. A.	58,03	30 778	58,03	30 778
Totta Ireland, Plc.	100,00	50 912	100,00	50 093
Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	100,00	7 502	100,00	7 502
TottaUrbe — Empresa de Administração e Construções, S. A.	100,00	6 998	100,00	6 998
Chemical, SGPS, S. A.	50,00	6 919	50,00	6 919
Banco Totta Ásia, S. A.	99,91	1 721	—	—
Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L.	55,32	204	55,32	204
Totta & Açores Brasil, Ltd.	99,00	200	—	—
Totta & SottoMayor, Inc. — Newark	50,00	50	—	—
Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut	50,00	3	—	—
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	9	100,00	9
Pinto Totta International Finance, Ltd.	50,00	5	50,00	5
Outros	—	2	—	1
		<u>105 303</u>		<u>102 509</u>
Provisões constituídas		<u>(6 998)</u>		<u>(6 998)</u>
		<u>98 305</u>		<u>95 511</u>

Com a transformação em 30 de Setembro de 1999, da sucursal de Macau em banco de direito local, o BTA passou a deter 99,91% do seu capital.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as provisões destinam-se a fazer face a perdas estimadas a nível da participação na TottaUrbe.

O movimento durante os exercícios de 1999 e 1998 nas provisões para partes de capital em empresas coligadas é apresentado na nota n.º 27.

9 — Partes de capital em empresas associadas e outras participações financeiras:

Partes de capital em empresas associadas:

Esta rubrica do balanço consolidado tem a seguinte composição:

	1999		1998	
	Particip. directa (percent.)	Valor	Particip. directa (percent.)	Valor
Chemical, SGPS, S. A.	50,00	11 702	50,00	9 955
Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A.	25,00	149	25,00	147
MC — Pensões, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.	39,51	126	39,51	107
TottaFimo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	48,97	62	48,97	54
Totta & SottoMayor, Inc. — Newark	50,00	33	—	—
Pinto Totta International Finance, Ltd.	50,00	5	50,00	5
TottaTur — Viagens e Turismo, S. A.	46,51	3	46,51	3
Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut	50,00	1	—	—
Outros		6		6
		<u>12 087</u>		<u>10 277</u>

Outras participações financeiras:

Esta rubrica do balanço consolidado tem a seguinte composição:

	1999		1998	
	Particip. directa (percent.)	Valor	Particip. directa (percent.)	Valor
Finpetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	24,84	5 431	24,84	5 431
Impresa — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	11,90	5 938	—	—
INH — Instituto Nacional de Habitação	2,90	1 586	2,90	1 586
OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado, S. A.	19,74	1 373	19,74	1 373
Gestisol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	9,00	846	9,00	846
SIC — Sociedade Independente de Comunicação, S. A.	—	—	6,25	813
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	10,84	630	10,84	630
Global — Companhia de Seguros, S. A.	7,77	265	7,77	265
Global — Companhia de Seguros Vida, S. A.	9,68	220	9,68	220
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	13,22	158	13,22	158
Fundos Europolis	—	—	19,75	201
Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, L.ª	25,00	150	25,00	150
PME Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	1,82	127	1,82	127
PME Capital — Sociedade Port. de Capital Risco, S. A.	1,82	113	1,82	113
FRIE PME Capital Retex	2,40	77	2,40	77
FRIE PME Investimentos Retex	2,16	77	2,16	77
FRIE PME Investimentos	1,42	75	1,42	75
SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A.	4,16	125	4,16	125
SIH, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	20,00	100	20,00	100
Banco Internacional de São Tomé e Príncipe	30,00	75	30,00	75
Banco Internacional da Guiné-Bissau	28,43	37	28,43	37
Outras		123		120
		17 526		12 599
Provisões constituídas		(2 557)		(2 388)
		14 969		10 211

O movimento durante os exercícios de 1999 e 1998 nas provisões para outras participações financeiras é apresentado na nota n.º 27. Estas provisões destinam-se a fazer face a perdas potenciais na realização das seguintes participações:

	1999	1998
OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado, S. A.	1 373	1 373
Gestisol — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	846	846
Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, L.ª	120	64
SIH, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.	85	58
PME Investimentos — Sociedade de Investimentos, S. A.	42	—
PME Capital — Sociedade Port. de Capital Risco, S. A.	22	—
Banco Internacional da Guiné-Bissau	37	37
FRIE PME Investimentos	11	—
FRIE PME Investimentos Retex	9	—
FRIE PME Capital Retex	4	—
Outras	8	10
	2 557	2 388

10 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA					
	1999			1998		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Custos plurianuais	6 582	(5 041)	1 541	4 832	(2 919)	1 913
Software	2 469	(1 590)	879	1 582	(980)	602
Trespases	320	(308)	12	320	(201)	119
Despesas de estabelecimento	41	(22)	19	59	(19)	40
Imobilizado em curso	17	—	17	142	—	142
	9 429	(6 961)	2 468	6 935	(4 119)	2 816

	Consolidado					
	1999			1998		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Custos plurianuais	7 234	(5 413)	1 821	4 995	(3 066)	1 929
Software	5 033	(3 387)	1 646	3 035	(2 134)	901
Despesas de investigação e desenvolvimento	3 025	(2 559)	466	2 381	(1 956)	425
Trespases	320	(308)	12	320	(201)	119
Despesas de estabelecimento	2 578	(2 373)	205	2 363	(2 080)	283
Imobilizado em curso	15	—	15	139	—	139
	18 205	(14 040)	4 165	13 233	(9 437)	3 796

A rubrica de custos plurianuais inclui, essencialmente, gastos incorridos com trabalhos de consultadoria, nomeadamente no que se refere a novos sistemas de informação e despesas com alterações de estatutos.

Os movimentos nas imobilizações incorpóreas durante os exercícios de 1998 e 1999 podem ser resumidos como segue:

	BTA		Consolidado	
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor bruto	Amortiz. acumul.
Saldos em 31 de Dezembro de 1997	8 902	5 771	14 407	9 762
Adições	1 746	2 065	2 521	3 407
Abates	(3 680)	(3 680)	(3 680)	(3 680)
Outros	(33)	(37)	(15)	(52)
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	6 935	4 119	13 233	9 437
Adições	2 642	2 944	4 276	4 511
Abates	(199)	(181)	(10)	(10)
Transferências	16	6	646	6
Outros	35	73	60	96
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	9 429	6 961	18 205	14 040

Ao nível das demonstrações financeiras individuais os abates incluem 188 milhões de escudos de valor bruto e 171 milhões de escudos de amortizações acumuladas referentes à transferência do imobilizado da sucursal de Macau para a subsidiária Banco Totta Ásia, S. A.

11 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA					
	1999			1998		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	40 153	(7 355)	32 798	40 343	(6 518)	33 825
Despesas em edifícios arrendados	9 036	(5 480)	3 556	8 905	(4 711)	4 194
Outros imóveis	50	—	50	83	(4)	79
	49 239	(12 835)	36 404	49 331	(11 233)	38 098
Equipamento:						
Equipamento informático	13 461	(10 693)	2 768	12 167	(9 352)	2 815
Mobiliário e material	5 342	(4 947)	395	5 378	(4 759)	619
Máquinas e ferramentas	1 539	(1 411)	128	1 520	(1 353)	167
Instalações interiores	6 635	(3 607)	3 028	5 862	(2 994)	2 868
Equipamento de segurança	2 087	(1 673)	414	1 996	(1 498)	498
Material de transporte	482	(448)	34	515	(451)	64
Outro equipamento	11	(4)	7	6	(6)	—
Em curso	80	—	80	82	—	82
	29 637	(22 783)	6 854	27 526	(20 413)	7 113
Outras imobilizações:						
Património artístico	214	—	214	210	—	210
Imobilizado em locação financeira — equipamento	34	(32)	2	34	(22)	12
	248	(32)	216	244	(22)	222
	79 124	(35 650)	43 474	77 101	(31 668)	45 433

	Consolidado					
	1999			1998		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	72 729	(16 116)	56 613	72 494	(14 636)	57 858
Despesas em edifícios arrendados	13 809	(8 830)	4 979	13 584	(7 601)	5 983
Outros imóveis	1 944	(235)	1 709	2 036	(222)	1 814
	<u>88 482</u>	<u>(25 181)</u>	<u>63 301</u>	<u>88 114</u>	<u>(22 459)</u>	<u>65 655</u>
Equipamento:						
Equipamento informático	21 270	(17 023)	4 247	18 833	(14 626)	4 207
Mobiliário e material	7 526	(6 655)	871	7 485	(6 307)	1 178
Máquinas e ferramentas	2 570	(2 363)	207	2 530	(2 239)	291
Instalações interiores	11 244	(6 226)	5 018	9 946	(5 079)	4 867
Equipamento de segurança	3 317	(2 835)	482	3 196	(2 562)	634
Material de transporte	935	(771)	164	889	(738)	151
Outro equipamento	30	(16)	14	22	(15)	7
Em curso	205	—	205	622	—	622
	<u>47 097</u>	<u>(35 889)</u>	<u>11 208</u>	<u>43 523</u>	<u>(31 566)</u>	<u>11 957</u>
Outras imobilizações:						
Património artístico	287	—	287	279	—	279
Imobilizado em locação financeira — equipamento	106	(97)	9	211	(152)	59
	<u>393</u>	<u>(97)</u>	<u>296</u>	<u>490</u>	<u>(152)</u>	<u>338</u>
	<u>135 972</u>	<u>(61 167)</u>	<u>74 805</u>	<u>132 127</u>	<u>(54 177)</u>	<u>77 950</u>

Os imóveis de serviço próprio do BTA incluem imobilizado em curso nos montantes de 83 milhões de escudos e 708 milhões de escudos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, respectivamente (113 milhões de escudos e 880 milhões de escudos no balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 e 1998).

Os movimentos nas imobilizações corpóreas durante os exercícios de 1998 e 1999 podem ser resumidos como segue:

	BTA		Consolidado	
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor bruto	Amortiz. acumul.
Saldos em 31 de Dezembro de 1997	66 280	26 006	112 949	44 181
Adições	4 157	4 242	6 742	7 171
Abates	(219)	(118)	(658)	(292)
Reavaliação:				
BTA (nota n.º 22)	6 863	1 673	6 863	1 673
CPP	—	—	6 357	1 697
Outros	20	(135)	(126)	(253)
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	<u>77 101</u>	<u>31 668</u>	<u>132 127</u>	<u>54 177</u>
Adições	3 064	4 371	5 409	7 300
Abates	(830)	(425)	(924)	(415)
Transferências	(16)	(6)	(646)	(6)
Outros	(195)	42	6	111
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	<u>79 124</u>	<u>35 650</u>	<u>135 972</u>	<u>61 167</u>

Ao nível das demonstrações financeiras individuais os abates incluem 536 milhões de escudos de valor bruto e 252 milhões de escudos de amortizações acumuladas referentes à transferência do imobilizado da sucursal de Macau para a subsidiária Banco Totta Ásia, S. A.

12 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor bruto	Amortiz. acumul.
Imóveis recebidos em dação em cumprimento	9 512	9 870	15 047	15 083
Existências de imóveis	—	—	1 052	3 984
Impostos diferidos	—	—	495	1 690
IRC a recuperar	—	32	1 429	46

	BTA		Consolidado	
	Valor bruto	Amortiz. acumul.	Valor bruto	Amortiz. acumul.
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	569	398	718	527
Bonificações a receber do Estado Português	132	118	7 089	11 045
Devedores por operações sobre futuros e opções	15	145	15	145
Outras imobilizações financeiras	3 610	4 253	4 439	5 178
Adiantamentos aos ACEs	564	552	—	—
Comissões a receber	1 646	—	785	—
Aplicações por recuperação de créditos:				
Equipamento	30	130	30	130
Outras	519	520	524	702
Outras disponibilidades	299	930	303	933
Devedores diversos	2 156	1 334	3 431	3 052
	19 052	18 282	35 357	42 515
Provisão para outras aplicações (nota n.º 27)	(3 574)	(2 330)	(5 151)	(4 922)
	15 478	15 952	30 206	37 593

Em 31 de Dezembro de 1999 o IRC a recuperar no consolidado inclui 1305 milhões de escudos de pagamentos por conta efectuados pelo CPP.

A rubrica de bonificações a receber do Estado Português em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, ao nível das demonstrações financeiras consolidadas, corresponde às bonificações de juros relativas a prestações de empréstimos à habitação, calculadas de acordo com as disposições legais aplicáveis, e decompõe-se como segue:

	1999	1998
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2 892	2 197
Bonificações processadas e não reclamadas, por não estarem vencidas	4 168	4 142
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	29	4 706
	7 089	11 045

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as existências de imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos imóveis que integram a carteira de existências da TottaUrbe — Empresa de Administração e Construção, S. A.

A provisão para outras aplicações inclui um montante de 277 milhões de escudos e 1236 milhões de escudos, respectivamente, para fazer face a perdas na realização destes imóveis.

As outras imobilizações financeiras, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, têm a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Finpetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (suprimentos)	2 794	3 574	2 794	3 574
OPCA — Obras Públicas e Cimento Armado, S. A. (suprimentos)	291	291	291	291
Aenor — Auto-Estradas do Norte, S. A.	137	—	137	—
Burgo, S. A. (suprimentos)	—	—	746	746
SIH — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A. (suprimentos)	332	332	332	332
Benim, S. A. (suprimentos)	—	—	82	179
Outras	56	56	57	56
	3 610	4 253	4 439	5 178

Em 31 de Dezembro de 1999, a provisão para outras aplicações inclui um montante de 227 milhões de escudos para outras imobilizações financeiras.

Durante os exercícios de 1998 e 1999, o movimento nos impostos diferidos do balanço consolidado foi o seguinte:

Saldo em 31 de Dezembro de 1997	3 659
Abate dos impostos diferidos relativos aos accionistas minoritários do CPP [3659 milhões de escudos * (1 – 50,94%)] (nota n.º 19)	(1 795)
Efeito fiscal da recuperação da insuficiência relativa a pensões de reforma, nas contas individuais do CPP (911 milhões de escudos * 37,4% * 50,94%)	(174)
Saldo em 31 de Dezembro de 1998	1 690
Efeito fiscal da recuperação da insuficiência relativa a pensões de reforma, nas contas individuais do CPP (6273 milhões de escudos * 37,4% * 50,94%)	(1 195)
Saldo em 31 de Dezembro de 1999	495

No cálculo do *goodwill* relativo à aquisição em 1998 de 7,09% do capital do CPP não foram considerados impostos diferidos. Face a esta alteração de política, o Banco procedeu também ao abate dos impostos diferidos correspondentes à participação dos accionistas minoritários no capital do CPP.

13 — Contas de regularização — activo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Proveitos a receber	28 650	25 962	29 457	27 954
Contribuição inicial para o Fundo de Garantia de Depósitos [nota n.º 2 alínea l)]	—	363	—	533
Operações com títulos a regularizar	—	966	—	966
Despesas com custo diferido:				
Reformas antecipadas (nota n.º 24):				
De 1999	4 227	—	6 543	—
De 1998	3 767	4 237	9 348	10 522
De 1996	—	—	985	1 150
Prémio de opções	874	189	874	189
Encargos com o euro [nota n.º 2 alínea m)]	250	501	250	501
Outras	558	448	2 462	1 192
Impostos a recuperar (nota n.º 28)	4 658	—	4 658	—
Proveitos e custos em suspenso [nota n.º 2 alínea b)]	724	820	613	880
Flutuação de valores	90	504	90	427
Reavaliação de FRAs [nota n.º 2 alínea b)]	104	89	104	89
Reavaliação <i>swaps</i> [nota n.º 2 alínea b)]	294	—	294	—
Economato	221	231	336	326
Outros	13 695	6 251	11 726	6 074
	58 112	40 561	67 740	50 603

A flutuação de valores encontra-se provisionada no âmbito da provisão para riscos de flutuação de câmbios.

Em 31 de Dezembro de 1999, o Banco constituiu uma provisão no montante de 3000 milhões de escudos a nível do Fundo para riscos bancários gerais, destinada a fazer face a eventuais perdas em contas de regularização.

14 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
À vista:				
Depósitos à ordem:				
De instituições no estrangeiro	13 304	53 474	18 298	53 889
De Bancos centrais	14 868	1 797	14 868	1 797
De instituições no País	7 880	5 362	10 280	6 792
	36 052	60 633	43 446	62 478
A prazo ou com pré-aviso:				
Recursos do mercado monetário interbancário:				
De instituições no País	284 714	120 123	329 923	171 273
Empréstimos obtidos junto do Banco de Portugal	113 493	13 500	134 440	16 300
Depósitos a prazo e outros recursos:				
De instituições no estrangeiro	549 723	605 682	359 688	416 064
De instituições no País	81 645	151 798	89 363	231 445
	1 029 575	891 103	913 414	835 082

A rubrica de débitos para com instituições de crédito a prazo ou com pré-aviso, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, apresentava a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses (inclui pré-aviso)	951 403	718 471	814 654	632 772
De três meses a um ano	78 172	172 632	97 964	201 454
De um a cinco anos	—	—	—	4
Mais de cinco anos	—	—	796	852
	1 029 575	891 103	913 414	835 082

15 — Débitos para com clientes:

Esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com o prazo residual das respectivas operações:

	BTA			
	Depósitos de poupança		Outros débitos a prazo	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	303 797	311 287	264 293	266 739
De três meses a um ano	364 287	373 270	90 286	86 124
De um a cinco anos	4 033	4 132	141	110
	<u>672 117</u>	<u>688 689</u>	<u>354 720</u>	<u>352 973</u>
	Consolidado			
	Depósitos de poupança		Outros débitos a prazo	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	337 895	311 287	571 938	357 532
De três meses a um ano	396 461	435 626	273 363	382 587
De um a cinco anos	4 121	13 377	5 764	94 576
	<u>738 477</u>	<u>760 290</u>	<u>851 565</u>	<u>834 695</u>

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a rubrica de outros débitos a prazo inclui as contas margem dos clientes relativas às operações de Futuros em que o BTA é intermediário. Nestas datas o seu saldo ascendia a 35 milhões de escudos e 191 milhões de escudos, a nível individual e consolidado.

16 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Certificados de depósito	31 892	5 471	31 896	5 476

Em 31 de Dezembro de 1999, o saldo desta rubrica corresponde à emissão de certificados de depósito pelas sucursais do Banco na Madeira, Londres e no Luxemburgo. Nesta data eram remunerados a taxas de juro anuais de 12,5%, 5,87% e 3,30%, respectivamente.

17 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Credores por valores a liquidar	15 426	5 756	18 153	8 848
Retenção de impostos na fonte	986	1 476	1 806	2 437
Impostos sobre lucros a pagar	11	1 077	126	5 323
Fornecedores	992	56	1 378	683
Conta a pagar ao Fundo de Pensões (nota n.º 24)	—	—	—	49
Outros	682	691	959	946
	<u>18 097</u>	<u>9 056</u>	<u>22 422</u>	<u>18 286</u>

18 — Contas de regularização — passivo:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Custos a pagar:				
Juros	25 767	20 809	27 911	23 698
Férias e subsídio de férias	2 795	2 788	4 146	4 143
Prémios a pagar a colaboradores (nota n.º 24)	983	912	1 665	1 512
Outros	544	326	1 327	567
	<u>30 089</u>	<u>24 835</u>	<u>35 049</u>	<u>29 920</u>
Receitas com proveito diferido	1 269	2 237	1 552	2 535
Valores a regularizar com bancos e clientes	8 540	18 263	10 829	18 929
Reavaliação dos <i>swaps</i> de taxa de juro [nota n.º 2 alínea b)]	—	1 112	—	1 112
Outras	3 164	1 710	1 106	267
	<u>43 062</u>	<u>48 157</u>	<u>48 536</u>	<u>52 763</u>

19 — Interesses minoritários:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, tem a seguinte distribuição por entidade:

	1999	1998
Totta & Açores Financing (acções preferenciais)	29 962	25 800
Crédito Predial Português, S. A.	21 193	19 844
Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L.	2 246	1 820
Outras	146	154
	<u>53 547</u>	<u>47 618</u>

A variação nos interesses minoritários durante os exercícios de 1998 e 1999, pode ser resumida como segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 1997	48 389
Abates dos impostos diferidos relativos ao CPP (nota n.º 12)	(1 795)
Efeito do aumento da participação do BTA no CPP (7,09%)	(2 453)
Efeito da variação da situação líquida do CPP no exercício de 1998:	
Distribuição de dividendos	(693)
Reavaliação do imobilizado	1 956
Utilização da reserva de refocalização	(868)
Resultado do exercício	4 571
Efeito da recuperação de insuficiências relativas a pensões de reforma, nas contas individuais do CPP [911 milhões de escudos * (1 – 58,03%)]	382
Efeito cambial do Totta & Açores Financing	(1 725)
Outros	(146)
Saldo em 31 de Dezembro de 1998	<u>47 618</u>
Efeito da variação da situação líquida do CPP no exercício de 1999:	
Distribuição de dividendos	(693)
Variação patrimonial negativa	(2 312)
Utilização da reserva de refocalização	(755)
Resultado do exercício	2 476
Efeito da recuperação da insuficiência relativa a pensões de reforma, nas contas individuais do CPP [6273 milhões de escudos * (1 – 58,03%)]	2 633
Efeito cambial do Totta & Açores Financing	4 162
Efeito do Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L.	426
Outros	(8)
Saldo em 31 de Dezembro de 1999	<u>53 547</u>

20 — Passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Títulos de participação BTA/87	738	738	738	738
Obrigações BTA/93	10 000	10 000	10 000	10 000
Obrigações BTA/95	8 250	8 250	8 250	8 250
Obrigações BTA/96	15 000	15 000	15 000	15 000
Recursos do Totta & Açores Financing (TAF)	29 934	25 774	—	—
Recursos do Pinto Totta International Finance (PTIF)	24 946	21 479	24 946	21 479
Títulos de participação CPP/88	—	—	5 000	5 000
Títulos de participação CPP/89	—	—	7 500	7 500
Obrigações CPP/92	—	—	15 000	15 000
Obrigações Perpétuas Subordinadas BTA	6 000	6 000	6 000	6 000'
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP	—	—	6 000	6 000
	<u>94 868</u>	<u>87 241</u>	<u>98 434</u>	<u>94 967</u>

O Totta & Açores Financing (TAF) é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman e com um capital social de 50 000 dólares norte-americanos. Esta sociedade procedeu a emissão de 6 000 000 de acções preferenciais sem direito de voto com um valor unitário de 25 dólares norte-americanos cada, integralmente subscritas e realizadas por terceiros. Aos titulares destas acções, o BTA garante um dividendo correspondente a uma remuneração anual nominal de 8,875%, pago trimestralmente. O TAF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das

acções preferenciais a partir de 11 de Outubro de 2006 ao preço de 25 dólares norte-americanos por acção, acrescido do dividendo mensua-lizado desde o último pagamento efectuado. Dado o Banco de Portugal ter autorizado, através de carta datada de 12 de Dezembro de 1996, que estes recursos fossem considerados para efeitos de cálculo dos fundos próprios, o BTA procedeu à sua classificação nesta rubrica.

O Pinto Totta International Finance (PTIF) é uma sociedade com sede nas Ilhas Cayman e com um capital social de 50 000 dólares

norte americanos, detido em partes iguais pelo BTA e pelo BPSM. Esta sociedade procedeu à emissão de 250 000 acções preferenciais sem direito de voto, com um valor unitário de 1000 dólares norte americanos cada, integralmente subscritas e realizadas por terceiros, sendo a liquidação dos respectivos dividendos e o seu reembolso garantidos conjuntamente pelos dois bancos. Aos titulares destas acções é assegurado um dividendo que corresponde a uma remuneração anual de 7,77%, fixada por um período de 10 anos, paga semestralmente. A partir de Agosto de 2007, a remuneração destas acções corresponderá à taxa Libor (seis meses) do dólar norte-americano, acrescida de 2,75%. O PTIF pode proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais, mediante autorização do Banco de Portugal, a partir de Agosto de 2007 ao preço de 1000 dólares norte americanos por acção, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.

Dado o Banco de Portugal ter autorizado que estes recursos fossem considerados para efeitos de cálculo dos fundos próprios, o BTA procedeu à sua reclassificação para esta rubrica. Nas contas consolidadas este montante não foi registado em interesses minoritários, uma vez que esta entidade é consolidada pelo método da equivalência patrimonial.

As condições dos restantes passivos subordinados encontram-se detalhadas no anexo I.

21 — Capital:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o capital do Banco está representado por 60 000 000 de acções com um valor nominal de 1000\$ cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Nestas datas, os principais accionistas do Banco eram os seguintes:

	(Em percentagem)	
	1999	1998
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	94,38	94,38
Banco Totta & Açores, S. A. — acções próprias	0,91	0,74
Banco Mello, S. A.	0,43	—
State Street Bank and Trust Co.	0,28	0,48
Chase Manhattan Bank	—	0,07
Outros	4,00	4,33
	100,00	100,00

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o Banco detinha 544 862 e 445 400 acções próprias com um custo de aquisição de 2310 milhões de escudos e 1996 milhões de escudos, respectivamente. Nestas datas, o valor de mercado destas acções ascendia a 2640 milhões de escudos e a 1826 milhões de escudos, respectivamente. Em 1998 a diferença face ao valor de mercado foi provisionada. Numa avaliação patrimonial as acções próprias deverão ser reduzidas ao valor da situação líquida.

22 — Reservas e lucro do exercício:

O movimento nas rubricas de reservas durante os exercícios de 1998 e 1999 e a distribuição do lucro líquido dos exercícios de 1997 e 1998, no que se refere às demonstrações financeiras individuais, apresentam o seguinte detalhe:

	BTA				
	Reservas			Reservas de reavaliação	Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 1997	12 868	24 233	37 101	3 346	4 379
Distribuição do lucro do exercício de 1997 e de reservas:					
Distribuição de dividendos a accionistas	—	(3 000)	(3 000)	—	(2 760)
Transferências para reservas	438	1 181	1 619	—	(1 619)
Registo de provisões por utilização de reservas (nota n.º 27)	—	(14 252)	(14 252)	—	—
Reposição de provisões por reservas (nota n.º 27)	—	1 496	1 496	—	—
Utilização da reserva especial para a refocalização estratégica	—	(1 181)	(1 181)	—	—
Reavaliação do imobilizado (nota n.º 11)	—	—	—	5 190	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	6 127
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	13 306	8 477	21 783	8 536	6 127
Distribuição do lucro do exercício de 1998 e de reservas:					
Distribuição de dividendos a accionistas	—	(1 427)	(1 427)	—	(4 333)
Transferências para reservas	613	1 181	1 794	—	(1 794)
Reposição de provisões por reservas (nota n.º 27)	—	580	580	—	—
Utilização da reserva especial para a refocalização estratégica	—	(1 181)	(1 181)	—	—
Lucro do exercício	—	—	—	—	1 348
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	13 919	7 630	21 549	8 536	1 348

O movimento nas reservas a nível das demonstrações financeiras consolidadas, durante os exercícios de 1998 e 1999, foi o seguinte:

	Consolidado				
	Reservas			Reservas de reavaliação	Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 1997	12 868	10 759	23 627	3 346	11 446
Distribuição do lucro consolidado de 1997 e de reservas:					
Distribuição de dividendos a accionistas	—	(3 000)	(3 000)	—	(2 760)
Transferências para reservas	438	8 248	8 686	—	(8 686)
Registo de provisões por utilização de reservas (nota n.º 27)	—	(14 252)	(14 252)	—	—
Reposição de provisões por reservas (nota n.º 27)	—	1 496	1 496	—	—
Reavaliação do imobilizado:					
BTA (nota n.º 11).....	—	—	—	5 190	—
CPP	—	2 704	2 704	—	—
Banco Chemical	—	383	383	—	—

	Consolidado				
	Reservas			Reservas de reavaliação	Lucro do exercício
	Legal	Outras	Total		
Utilização da reserva especial para a refocalização estratégica:					
BTA	—	(1 181)	(1 181)	—	—
CPP	—	(1 200)	(1 200)	—	—
Goodwill na aquisição de 7,09% do CPP	—	(1 759)	(1 759)	—	—
Goodwill na integração do Totta & Açores Brasil, Ltd.	—	(101)	(101)	—	—
Outros	—	(250)	(250)	—	—
Lucro consolidado do exercício	—	—	—	—	14 153
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	13 306	1 847	15 153	8 536	14 158
Distribuição do lucro consolidado de 1998 e de reservas:					
Distribuição de dividendos a accionistas	—	(1 427)	(1 427)	—	(4 333)
Transferências para reservas	613	9 212	9 825	—	(9 825)
Reposição de provisões por reservas (nota n.º 27)	—	580	580	—	—
Utilização da reserva especial para a refocalização estratégica:					
BTA	—	(1 181)	(1 181)	—	—
CPP	—	(1 045)	(1 045)	—	—
Outros	—	(9)	(9)	—	—
Lucro consolidado do exercício	—	—	—	—	4 746
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	13 919	7 977	21 896	8 536	4 746

Em 1999 o CPP efectuou uma contribuição para o Fundo de Pensões por contrapartida de reservas, no montante de 5508 milhões de escudos. Este efeito foi anulado nas contas consolidadas do BTA, uma vez que já dispunha de provisões para fazer face à insuficiência de cobertura das responsabilidades com pensões do CPP.

Atendendo à insuficiência de provisões para a carteira de crédito e outros activos existente em 31 de Dezembro de 1997, durante o 1.º semestre de 1998 o BTA obteve autorização do Banco de Portugal para a constituição de provisões adicionais no montante de 14 252 milhões de escudos, por contrapartida directa de reservas. Durante os exercícios de 1999 e 1998 foram recuperados alguns destes créditos, tendo as respectivas provisões sido igualmente anuladas por contrapartida de reservas. Estas reposições ascenderam a 580 milhões de escudos e a 1496 milhões de escudos, respectivamente.

O BTA efectuou um pedido de informação vinculativa à Direcção-Geral dos Impostos relativo à aceitação como custo fiscal da variação patrimonial negativa acima referida, tendo este sido aceite relativamente a um montante de 13 959 milhões de escudos.

Considerando a necessidade extraordinária de preparar o Grupo para os desafios da introdução do euro e da passagem do milénio, bem como para a sua reorganização estratégica, na distribuição do lucro líquido de 1998 as assembleias gerais do BTA e do CPP destinaram 1181 milhões de escudos e 2068 milhões de escudos, respectivamente, à criação de uma reserva especial para a refocalização estratégica (1181 milhões de escudos e 2500 milhões de escudos em 1997 no que se refere ao BTA e CPP).

O BTA, durante os exercícios de 1999 e 1998, utilizou essa reserva na sua totalidade, ou seja 1181 milhões de escudos em cada ano. A utilização desta reserva pelo CPP ascendeu a 1800 milhões de escudos e 2068 milhões de escudos em 1999 e 1998, respectivamente (1045 milhões de escudos e 1200 milhões de escudos considerando a percentagem efectiva do BTA). Estas utilizações de reservas foram contabilizadas por contrapartida da rubrica de ganhos extraordinários (nota n.º 26), tendo esta metodologia de registo sido comunicada à entidade de supervisão quando foi usada pela primeira vez, relativamente às contas do exercício de 1998.

Reserva legal:

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, o Banco constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva a 10% do resultado líquido do exercício, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação:

Provêm das reavaliações do imobilizado efectuadas pelo BTA ao abrigo das disposições legais e destinam-se à cobertura de prejuízos acumulados ou a aumentar o capital [nota n.º 2 alínea g)].

Reservas consolidadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as reservas legais das empresas que consolidam pelo método de integração global, que ascendiam a 2367 milhões de escudos e 1663 milhões de escudos, encontram-se incluídas nas outras reservas.

Nos exercícios de 1999 e 1998, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como segue:

	Percentagem do BTA	
	1999	1998
Lucro do exercício do BTA	1 348	6 127
Lucro/(prejuízo) líquido:		
CPP	3 423	6 266
Chemical, SGPS	1 748	1 622
Banco Standard Totta de Moçambique	353	295
Totta & Açores Finance Ireland (TAFIL)	93	542
Totta Ireland, Plc.	1 015	1 621
Eurociber	78	76
MC — Imovest	62	71
Totta Urbe	(245)	(3 941)
Anulação dos dividendos recebidos	(962)	(951)
Anulação dos dividendos do TAFIL e do Totta Ireland, Plc.	(1 085)	(2 158)
Anulação da mensal. dos dividendos do TAFIL e Totta Ireland, Plc. relativo a Dezembro	(100)	(200)
Recup. da insuficiência de provisões para pensões no CPP, liq. do efeito dos impostos diferidos	(751)	355
Reposição de provisões constituídas a nível individual por já se encontrarem registadas nas contas consolidadas	—	4 498
Anulação da mais-valia obtida na alienação da TottaDealer	—	(66)
Constit. de provis. para o Banco Totta Ásia, S. A.	(195)	—
Result. das restantes empresas do Grupo e outros	(36)	1
Lucro consolidado do exercício	4 746	14 158

23 — Rubricas extrapatrimoniais:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Passivos eventuais:				
Garantias e avales prestados	236 135	238 504	266 314	255 659
Créditos documentários abertos	29 021	20 528	31 364	22 622
Fianças e indemnizações	4 034	35 675	14 690	46 250
Activos dados em garantia:				
Operações de venda com acordo de recompra	82 211	—	82 211	—
Banco de Portugal	50 000	50 000	60 000	60 000
Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos [nota n.º 2, alínea I)]	1 499	712	2 264	1 115
Outros	20	20	20	20
Aceites e endossos	42	30	46	30
Outros	83	—	354	—
	<u>403 045</u>	<u>345 469</u>	<u>457 263</u>	<u>395 696</u>
Compromissos:				
Linhas de crédito revogáveis	125 062	82 610	125 061	82 610
Facilidades de descobertos em conta	17 594	364	17 593	364
Compromissos irrevogáveis	88 139	56 054	261 602	162 976
Outros	—	712	—	4 180
	<u>230 795</u>	<u>139 740</u>	<u>404 256</u>	<u>250 130</u>

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a rubrica de activos dados em garantia corresponde aos títulos de depósito — Série B dados em penhor ao Banco de Portugal como garantia do bom funcionamento do SPGT — Sistema de Processamento de Grandes Transacções e aos títulos da dívida pública dados como garantia nas operações de venda com acordo de recompra. Nestas datas, esta rubrica inclui ainda os valores não pagos da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos [nota n.º 2 alínea I)].

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as linhas de crédito revogáveis do BTA incluem as linhas não utilizadas do cartão «Totta-Gold» que, nestas datas, ascendiam a 55 590 milhões de escudos e 30 312 milhões de escudos, respectivamente.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Operações cambiais a prazo (<i>forward</i>):				
Compras	201 374	696 801	201 374	697 079
Vendas	199 060	708 813	199 060	709 055
Operações <i>swap</i> de moeda:				
Compras	33 396	264 842	33 396	264 842
Vendas	33 386	265 209	33 386	265 209
Operações <i>swap</i> de taxa de juro:				
Compras	457 790	159 693	464 823	162 506
Vendas	457 456	159 430	464 489	162 243
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):				
De taxa de juro	43 671	93 406	43 671	93 406
De cotações	287	225	287	225
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs) (posições compradoras e vendedoras):				
De cobertura	—	5 057	—	5 057
De negociação	763 847	3 688 967	763 847	3 688 967
Opções de moeda:				
Compradas	755	6 105	2 733	6 105
Vendidas	700	3 634	2 678	3 634
Opções de taxa de juro:				
Compradas	2 534	3 846	2 534	5 095
Outras opções:				
Compradas	20 050	—	20 050	—

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Contratos de garantia de taxa de juro:				
Sobre taxas activas <i>caps</i>	9 022	—	9 022	—
Sobre taxas passivas <i>caps</i>	18 043	—	18 043	—
Depósito e guarda de valores	1 831 803	887 596	1 909 172	958 614
Valores recebidos para cobrança	50 715	33 293	86 783	34 354

No decurso da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de

moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou notional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume de operações.

24 — Custos com pessoal e pensões de reforma:

A rubrica de custos com pessoal tem a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Salários e vencimentos:				
Órgãos de direcção e fiscalização	540	422	950	808
Empregados	19 199	19 154	28 483	28 627
	<u>19 739</u>	<u>19 576</u>	<u>29 433</u>	<u>29 435</u>
Encargos sociais:				
Amortização de reformas antecipadas:				
Ano 1999	470	—	734	—
Ano 1998	470	470	1 174	1 174
Ano 1996	—	—	165	—
Contribuições para fundos de pensões	241	—	1 614	—
Outros custos com pensões	—	348	—	380
Pensões pagas	236	1 050	243	1 050
Custos com a segurança social	3 655	3 792	3 733	3 884
SAMS	1 109	1 106	1 699	1 679
Caixa e abono de família	—	—	847	881
Outros encargos sociais	808	502	1 422	1 186
	<u>6 989</u>	<u>7 268</u>	<u>11 631</u>	<u>10 234</u>
Outros custos com o pessoal:				
Prémios a colaboradores:				
A pagar (nota n.º 18)	983	912	1 665	1 512
Pagos	—	427	—	721
Outros	96	109	327	184
	<u>1 079</u>	<u>1 448</u>	<u>1 992</u>	<u>2 417</u>
	<u>27 807</u>	<u>28 292</u>	<u>43 056</u>	<u>42 086</u>

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o quadro de pessoal do BTA pode ser resumido como segue:

	Habilitações literárias							
	Licenciados		Curso médio		Outros		Total	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Com funções específicas de enquadramento:								
Direcção	135	138	8	8	63	63	206	209
Chefias e gerência	97	100	14	21	571	640	682	761
Técnicos informáticos	54	54	8	6	102	101	164	161
Outros técnicos	164	176	11	13	83	77	258	266
Sem funções específicas de enquadramento:								
Comerciais	72	44	58	44	1 551	1 551	1 681	1 639
Administrativos	35	25	18	18	561	650	614	693
	<u>557</u>	<u>537</u>	<u>117</u>	<u>110</u>	<u>2 931</u>	<u>3 082</u>	<u>3 605</u>	<u>3 729</u>

Em 1999 há ainda a considerar a existência de 327 colaboradores no estrangeiro, dos quais 299 nas sucursais e agências, 15 nos escritórios de representação e 13 nas filiais (306 colaboradores em 1998).

Das empresas subsidiárias e associadas do BTA, a mais representativa em termos de número de empregados é o CPP, que durante os exercícios de 1999 e 1998, manteve o seguinte número médio de colaboradores:

	1999	1998
Direcção	89	95
Chefias e gerentes	417	447
Administrativos e técnicos	1 601	1 698
	2 107	2 240

Pensões de Reforma do BTA e CPP:

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BTA e CPP relativos a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A.

As responsabilidades por pensões em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Estimativa das responsabilidades:				
Empregados no activo	1 564	1 482	17 880	17 213
Reformados e pensionistas	15 586	15 933	5 756	5 017
Reformados antecipadamente	23 015	18 023	27 410	23 578
	40 165	35 438	51 046	45 808
Cobertura das responsabilidades:				
Valores patrimoniais dos Fundos, fornecidos pelas entidades gestoras	40 405	35 426	48 447	36 924
Provisões para pensões constit. a nível das contas consol. do BTA (nota n.º 27)	—	—	2 599	8 872
Conta a pagar ao fundo de pensões (nota n.º 17)	—	—	—	49
	40 405	35 426	51 046	45 845
Despesas com custo diferido (nota n.º 13)	7 994	4 237	8 882	7 435

O Banco e o CPP utilizaram a faculdade permitida pelo aviso n.º 6/95, do Banco de Portugal, de 21 de Setembro, tendo registado em custos diferidos as contribuições que foi necessário efectuar para os fundos de pensões de forma a financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrentes de reformas antecipadas.

O CPP já tinha também usado esta possibilidade de diferimento em 1996. Estas despesas são amortizadas num período de aproximadamente 10 anos e, em 31 de Dezembro de 1999, apresentam o seguinte detalhe:

	BTA	CPP
Contrib. efectuadas para os Fundos de Pensões:		
Em 1999	4 697	2 580
Em 1998	4 707	6 989
Em 1996	—	1 645
	9 404	11 214
Amortiz. das desp. com custo diferido em 1999:		
Reformas antecipadas de 1999	(470)	(264)
Reformas antecipadas de 1998	(470)	(704)
Reformas antecipadas de 1996	—	(165)
	(940)	(1 133)
Amortizações das despesas com custo diferido efectuadas em anos anteriores	(470)	(1 199)
Despesas com custo diferido em 31 de Dezembro de 1999	7 994	8 882

Em 1998 a parte correspondente ao financiamento das reformas antecipadas efectuadas em 1996 pelo CPP (165 milhões de escudos) foi registada na rubrica de perdas extraordinárias.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas na determinação das responsabilidades por pensões, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, são as seguintes:

(Em percentagem)	
BTA e CPP	
Método actuarial	Projected Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa de rendimento do Fundo	6
Taxa de crescimento salarial	3
Taxa de crescimento das pensões	2

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Em 1998 o BTA solicitou um estudo do nível de aceitação das reformas antecipadas pela segurança social nos últimos anos.

Com base nos resultados deste estudo, passou a considerar-se que a segurança social apenas aceita antes da idade normal de reforma 20% das reformas antecipadas efectuadas pelo BTA.

No estudo actuarial efectuado com referência a 31 de Dezembro de 1999 aquela percentagem foi reduzida para 10%.

Em 1999 as pensões relativas aos colaboradores reformados antecipadamente passaram a ser pagas pelo Fundo de Pensões, de acordo com os resultados dos estudos.

Assim, durante 1999, o Banco suportou directamente apenas 20% do valor das pensões que seriam da responsabilidade da segurança social (10% a partir de 31 de Dezembro de 1999).

O movimento nos fundos de pensões durante os exercícios de 1998 e 1999, foi o seguinte:

	BTA	CPP
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 1997	29 151	27 370
Contribuições:		
Dos bancos	4 707	7 689
Dos empregados	20	5
Rendimento líquido do Fundo	3 873	3 461
Pensões pagas	(2 325)	(1 601)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 1998	35 426	36 924
Contribuições:		
Dos bancos	4 938	10 331
Dos empregados	38	17
Rendimento líquido do Fundo	3 476	3 395
Pensões pagas	(3 473)	(2 215)
Outros	—	(5)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 1999	40 405	48 447

25 — Outros custos e proveitos de exploração:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Outros custos de exploração:				
Quotas e donativos	105	94	205	170
Outros	132	184	315	336
	237	278	520	506
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços diversos	3 209	3 990	5 594	6 024
Reembolso de despesas	1 739	2 668	3 399	4 070
Outros	229	188	1 566	740
	5 177	6 846	10 559	10 834

26 — Perdas e ganhos extraordinários:

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Perdas extraordinárias:				
Juros e comissões de exercícios anteriores	2 577	1 105	3 227	1 694
Créditos incobráveis	1 560	—	2 050	—
Cobertura das responsabilidades com pensões	—	—	777	749
Liquidação adicional de impostos (nota n.º 28)	—	—	221	1 087
Menos-valias na realização de valores imobilizados	364	112	372	124
Menos-valias na venda de participadas	—	91	—	91
Indemnizações por incumprimento de contratos	352	—	734	—
Fundo de Pensões de Administradores	—	476	—	476
Variação da produção da TottaUrbe	—	—	2 920	2 362
Valores roubados	169	—	176	—
Outras perdas extraordinárias	890	541	1 534	1 322
	5 912	2 325	12 011	7 905
Ganhos extraordinários:				
Juros e comissões de exercícios anteriores	2 639	1 225	3 289	1 476
Mais-valia na alienação da participação na SIC (nota n.º 8)	5 125	—	5 125	—
Recuperação de créditos incobráveis	5 925	1 989	6 843	2 362
Utilização da reserva de refocalização (nota n.º 22)	1 181	1 181	2 981	3 249
Mais-valias na venda de imóveis e títulos	41	126	57	125
Outros ganhos extraordinários	543	102	1 580	725
	15 454	4 623	19 875	7 937

27 — Movimento nas provisões:

O movimento nas provisões, durante os exercícios de 1999 e 1998, foi o seguinte:

	BTA (1999)								
	Saldos em 31 de Dezembro de 1998	Reforços	Reposições e anulações	Reposições por reservas	Utilizações	Abates (a)	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldos em 31 de Dezembro de 1999
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instituições de crédito (nota n.º 5)	4 026	1 999	(1 559)	—	—	—	468	289	5 223
Crédito e juros vencidos (nota n.º 6)	37 396	13 305	(2 991)	(580)	(20 949)	(794)	82	176	25 645
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 6)	472	140	(384)	—	—	(31)	—	(1)	196
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 6)	1 635	763	(1 832)	—	—	(40)	(119)	225	632
Menos-valias em títulos (nota n.º 7)	9 394	3 237	(2 230)	—	—	(394)	(229)	137	9 915
Ações próprias	170	—	—	—	—	—	(170)	—	—
Outras aplicações (nota n.º 12)	2 330	1 343	(87)	—	(197)	—	81	104	3 574
Riscos gerais de crédito (nota n.º 6)	11 355	15 420	(6 152)	—	—	(90)	(32)	(179)	20 322
Riscos de flutuação de câmbios	800	1 678	(518)	—	(79)	—	—	(428)	1 453
Outros riscos e encargos	—	1 398	—	—	—	—	1 800	—	3 198
Fundo para riscos bancários gerais	2 000	3 000	(200)	—	—	—	(1 800)	—	3 000
	<u>69 578</u>	<u>42 283</u>	<u>(15 953)</u>	<u>(580)</u>	<u>(21 225)</u>	<u>(1 349)</u>	<u>81</u>	<u>323</u>	<u>73 158</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 8)	<u>9 339</u>	<u>411</u>	<u>(146)</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(81)</u>	<u>—</u>	<u>9 523</u>
	<u>78 917</u>	<u>42 694</u>	<u>(16 099)</u>	<u>(580)</u>	<u>(21 225)</u>	<u>(1 349)</u>	<u>—</u>	<u>323</u>	<u>82 681</u>

(a) Com a transformação da sucursal de Macau em banco de direito local, as provisões existentes na sucursal foram transferidas para a subsidiária, Banco Totta Ásia, S. A.

	BTA (1998)								
	Saldos em 31 de Dezembro de 1997	Reforços	Reposições e anulações	Reforços por reservas	Reposições por reservas	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldos em 31 de Dezembro de 1998
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instituições de crédito (nota n.º 5)	3 241	3 136	(2 540)	—	—	—	189	—	4 026
Crédito e juros vencidos (nota n.º 6)	36 594	14 135	(653)	11 119	(1 488)	(22 058)	(206)	(47)	37 396
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 6)	1 434	662	(570)	(1 277)	—	—	168	55	472
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 6)	1 994	3 305	(825)	—	—	(2 509)	(216)	(114)	1 635
Menos-valias em títulos (nota n.º 7)	20 517	4 266	(3 737)	1 825	(8)	(12 825)	(334)	(310)	9 394
Ações próprias	—	244	(74)	—	—	—	—	—	170
Outras aplicações (nota n.º 12)	1 824	—	—	853	—	(659)	356	(44)	2 330
Riscos gerais de crédito (nota n.º 6)	9 624	3 753	(1 746)	(189)	—	—	189	(276)	11 355
Riscos de flutuação de câmbios	680	1 380	(732)	—	—	(92)	—	(436)	800
Fundo para riscos bancários gerais	—	2 000	—	—	—	—	—	—	2 000
	<u>75 908</u>	<u>32 881</u>	<u>(10 877)</u>	<u>12 331</u>	<u>(1 496)</u>	<u>(38 143)</u>	<u>146</u>	<u>(1 172)</u>	<u>69 578</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 8)	<u>5 603</u>	<u>1 961</u>	<u>—</u>	<u>1 921</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(146)</u>	<u>—</u>	<u>9 339</u>
	<u>81 511</u>	<u>34 842</u>	<u>(10 877)</u>	<u>14 252</u>	<u>(1 496)</u>	<u>(38 143)</u>	<u>—</u>	<u>(1 172)</u>	<u>78 917</u>

Consolidado (1999)								
	Saldos em 31 de Dezembro de 1998	Reforços	Reposições e anulações	Reposições por reservas	Utilizações	Transferências	Diferenças de câmbio	Saldos em 31 de Dezembro de 1999
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instituições de crédito (nota n.º 5)	5 085	2 167	(1 559)	—	—	2 265	450	8 408
Crédito e juros vencidos (nota n.º 6)	57 507	19 161	(3 295)	(580)	(25 796)	527	380	47 904
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 6)	2 018	140	(915)	—	—	77	—	1 320
Risco-país — créd. ao exterior (nota n.º 6)	3 512	779	(1 836)	—	—	(1 898)	226	783
Menos-valias em títulos (nota n.º 7)	12 348	4 018	(2 412)	—	(53)	(246)	56	13 711
Ações próprias	170	—	—	—	—	(170)	—	—
Outras aplicações (nota n.º 12)	4 922	1 547	(1 451)	—	(197)	149	181	5 151
Pensões e encargos similares	8 992	9	(765)	—	(5 508)	—	8	2 736
Riscos gerais de crédito (nota n.º 6)	20 080	22 408	(6 657)	—	—	(478)	(163)	35 190
Riscos de flutuação de câmbios	885	1 678	(518)	—	(79)	—	(428)	1 538
Outros riscos e encargos	700	1 808	—	—	—	1 770	—	4 278
Fundo para riscos bancários gerais	2 000	3 076	(230)	—	—	(1 770)	—	3 076
	<u>118 219</u>	<u>56 791</u>	<u>(19 638)</u>	<u>(580)</u>	<u>(31 633)</u>	<u>226</u>	<u>710</u>	<u>124 095</u>
Imobilizações financeiras (nota n.º 9)	<u>2 388</u>	<u>398</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>(226)</u>	<u>(3)</u>	<u>2 557</u>
	<u>120 607</u>	<u>57 189</u>	<u>(19 638)</u>	<u>(580)</u>	<u>(31 633)</u>	<u>—</u>	<u>707</u>	<u>126 652</u>

	Consolidado (1998)								Saldo em 31 de Dezembro de 1998
	Saldo em 31 de Dezembro de 1997	Reforços	Reposi- ções e anulações	Reforços por reservas	Reposi- ções por reservas	Utili- zações	Transfe- rências	Diferenças de câmbio	
Crédito vencido e risco-país — aplicações em instituições de crédito (nota n.º 5)	3 241	3 136	(2 540)	—	—	—	1 151	97	5 085
Crédito e juros vencidos (nota n.º 6)	57 526	22 156	(938)	11 119	(1 488)	(30 394)	(119)	(355)	57 507
Créditos de cobrança duvidosa (nota n.º 6)	5 250	662	(1 554)	(1 277)	—	—	(1 251)	188	2 018
Risco-país — cred. ao exterior (nota n.º 6)	3 441	5 187	(1 782)	—	—	(2 509)	(711)	(114)	3 512
Menos-valias em títulos (nota n.º 7)	25 469	4 794	(4 053)	1 825	(8)	(15 035)	(334)	(310)	12 348
Acções próprias	—	244	(74)	—	—	—	—	—	170
Outras aplicações (nota n.º 12)	6 099	2 015	(2 919)	853	—	(767)	(26)	(333)	4 922
Pensões e encargos similares	9 882	31	(911)	—	—	—	—	(10)	8 992
Riscos gerais de crédito (nota n.º 6)	16 707	4 775	(1 904)	(189)	—	—	982	(291)	20 080
Riscos de flutuação de câmbios	660	1 466	(732)	—	—	(92)	—	(437)	885
Outros riscos e encargos	—	4	—	—	—	—	696	—	700
Fundo para riscos bancários gerais	505	2 000	(505)	—	—	—	—	—	2 000
	128 800	46 470	(17 912)	12 331	(1 496)	(48 797)	388	(1 565)	118 219
Imobilizações financeiras (nota n.º 9)	552	389	(86)	1 921	—	—	(388)	—	2 388
	129 352	46 859	(17 998)	14 252	(1 496)	(48 797)	—	(1 565)	120 607

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a provisão para pensões e encargos similares nas contas consolidadas inclui 2599 milhões de escudos e 8872 milhões de escudos para fazer face a responsabilidades do CPP.

28 — Impostos:

A carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do período adicionando aquela dotação, foi a seguinte:

	BTA		Consolidado	
	1999	1998	1999	1998
Dotações para impostos sobre lucros	43	1 663	4 104	8 504
Lucro do período adicionado à dotação para impostos sobre lucros e interesses minoritários ...	1 391	7 790	11 989	27 899
Carga fiscal (percentagem)	3,09	21,3	34,23	30,48

Os interesses minoritários considerados excluem os relativos ao TAF nos montantes de 2686 milhões de escudos e 2319 milhões de escudos em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o BTA tinha prejuízos fiscais reportáveis no que se refere à sua actividade em Portugal nos montantes de 11 300 milhões de escudos e 2600 milhões de escudos, aproximadamente, motivo pelo qual a carga fiscal é significativamente inferior à que resultaria da aplicação da taxa normal de IRC e Derrama (37,4%).

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as provisões tributadas a nível do BTA ascendem a cerca de 16 000 milhões de escudos e 2000 milhões de escudos, respectivamente.

Para os prejuízos fiscais contribuíram, principalmente, a actividade isenta desenvolvida através das sucursais financeiras exteriores na Região Autónoma da Madeira, os benefícios fiscais relativos a dividendos recebidos e as variações patrimoniais negativas relativas a provisões e à utilização da reserva de refocalização. Nas contas individuais do BTA as variações patrimoniais negativas líquidas, dedutíveis fiscalmente em 1999 e 1998, ascenderam a 601 milhões de escudos e 13 644 milhões de escudos, respectivamente.

As autoridades fiscais têm a faculdade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos até ao exercício de 1997), podendo resultar dessa revisão, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios de 1995 a 1999.

No que se refere aos exercícios de 1994 a 1998, inclusive, o Banco foi sujeito às verificações tributárias em sede de IRC e Imposto do Selo. Em resultado destas verificações, a Direcção-Geral dos Impostos questionou um conjunto de procedimentos adoptados pelo Banco relativamente a estes impostos.

IRC:

No que respeita aos exercícios de 1994 a 1996, inclusive, encontrando-se o Banco numa situação de pagamento de IRC, as correcções efectuadas pelas autoridades fiscais implicaram liquidações adicionais deste imposto. A natureza das correcções efectuadas respeita, essencialmente, a provisões não aceites pelas autoridades fiscais por

ter sido considerado que excediam os limites mínimos exigidos pelo aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal e a questões relacionadas com os procedimentos da sucursal financeira exterior da Zona Franca da Madeira. O Banco pagou as correspondentes liquidações adicionais de IRC, referentes aos exercícios acima indicados, sendo que, relativamente aos exercícios de 1994 e 1995, aderiu ao Plano Mateus, pagando apenas de 20% dos respectivos juros compensatórios.

Não obstante ter procedido aos pagamentos, o Banco deduziu reclamações graciosas para a maioria das situações corrigidas pelas autoridades fiscais, num montante de 4252 milhões de escudos.

	Montante liquidado	Montante pago (nota n.º 13)	Montante reclamado
1994:			
IRC	2 680	2 680	2 403
Juros compensatórios	1 603	322	289
1995:			
IRC	122	122	26
Juros compensatórios	46	9	2
1996:			
IRC	1 232	1 232	1 239
Juros compensatórios	293	293	293
	5 976	4 658	4 252

Relativamente aos exercícios de 1997 e 1998, o Banco encontra-se numa situação de prejuízo fiscal em sede de IRC, pelo que as correcções recebidas traduzem-se numa diminuição dos prejuízos fiscais reportáveis. Estas correcções estão relacionadas essencialmente com imposto referente às Sucursais do Banco, variações patrimoniais positivas e provisões consideradas superiores ao mínimo imposto pelo aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

	Montante liquidado
Utilização de prejuízos:	
1997	1 936
1998	514
	2 450

As correcções relativas aos exercícios de 1997 e 1998 foram recebidas no exercício de 2000, não tendo à data, o Banco deduzido ainda reclamação graciosa sobre as mesmas.

Imposto do Selo:

O Banco recebeu correcções em sede de imposto do selo, referentes aos exercícios de 1994, 1995 e 1996 no decorrer do exercício de 1999.

Para a totalidade das liquidações recebidas, o Banco aderiu ao Plano Mateus.

Em 31 de Janeiro de 2000, o Banco pagou a totalidade das liquidações e 20% dos respectivos juros compensatórios. À data, o Banco já apresentou reclamação graciosa para a totalidade do montante liquidado e respectivos fins.

	Montante liquidado	Montante pago	Montante reclamado
1994:			
Imposto do Selo	226	226	226
Juros compensatórios	196	39	39
1995:			
Imposto do selo	218	218	218
Juros compensatórios	133	27	27

1996:

	Montante liquidado	Montante pago	Montante reclamado
Imposto do selo	6	6	6
Juros compensatórios	2	—	—
	781	516	516

Para fazer face ao diferencial entre os valores reclamados e os pagos, bem como às correcções do imposto do selo não pagas a 31 de Dezembro de 1999 e a outras contingências, o Banco tem constituída uma provisão de 2400 milhões de escudos.

No que se refere ao CPP, as autoridades fiscais analisaram, em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e imposto do selo, a situação tributária referente aos exercícios de 1993 a 1998, inclusive.

Em consequência da verificação tributária dos exercícios de 1993 e 1996, o CPP foi notificado de liquidações adicionais de IRC e de IVA em 1998 e 1999, nos montantes de 1087 milhões de escudos e 221 milhões de escudos, respectivamente. O CPP procedeu ao pagamento destas liquidações e ao reconhecimento do custo em perdas extraordinários, embora tenha contestado pelas vias legais parte significativa das mesmas.

No que respeita aos exercícios de 1997 e 1998, inclusive, o CPP recebeu no início de 2000, liquidações adicionais de IRC, as quais se traduzem num potencial valor a pagar. Para fazer face a estas liquidações, o CPP registou uma provisão de 410 milhões de escudos.

Adicionalmente, na opinião do conselho de administração do Banco, não é previsível que qualquer outra liquidação adicional, relativamente aos exercícios de 1995 a 1999, seja significativa para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

29 — Transacções com empresas subsidiárias e associadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os principais saldos mantidos pelo BTA com as empresas do Grupo, podem ser resumidos como segue:

	1999							
	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Obrigações e outros títulos de rendim. fixo	Débitos para com instit. de crédito	Depós. à ordem	Depós. a prazo	Juros e proveitos equipar.	Juros e custos equipar.
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	28 219	—	—	64 616	119	—	709	1 416
Crédito Predial Português, S. A.	302 176	1 875	—	127 790	674	—	4 455	1 689
Banco Totta & SottoMayor de Investimentos, S. A.	18 043	—	—	6 306	30	—	1 742	57
Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L.	—	—	3 329	191	—	—	—	92
Banco Totta Ásia, S. A.	2 559	—	—	717	2	—	61	9
Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	—	—	—	—	11	—	—	18
Totta & Açores Financing, Ltd.	660	—	—	—	121	—	—	—
Totta & Açores International, Ltd.	318 746	—	—	295 464	—	—	17 594	15 626
Totta Ireland, Plc.	—	—	—	9 120	1	—	—	121
Pinto Totta International Finance, Ltd.	—	—	—	—	88	—	—	—
Tottaube — Empresa de Admin. e Construções, S. A.	—	5 500	—	—	242	319	—	6
MC-Loc — Soc. de Locação Financeira, S. A.	8 749	1 111	4 803	—	—	—	440	—
MC-Factor — Soc. Intern. de Aquis. de Créditos, S. A.	16 070	600	3 536	—	1	—	416	—
Tottafinance — Sociedade Financeira, S. A.	—	1 068	—	—	4	—	8	—
Tottafimo — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	—	—	—	—	116	—	—	3
MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A.	—	373	—	—	—	—	13	—
MC-Fundos — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A.	—	—	—	—	28	331	—	9
MC-Leasing — Soc. de Locação Financeira, S. A.	21 653	1 350	1 750	—	—	—	898	—
MC-Geste — Soc. Gestora de Patrimónios, S. A.	—	—	—	—	2	—	—	—
Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.	—	—	—	—	10	—	—	—
TottaServiços — Soc. Corretora de Seguro, L.ª	—	—	—	—	33	—	—	—
Sifta — Soc. de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântico, S. A.	—	—	—	—	8	390	—	11
MC-SFAC — Soc. Financ. para Aquis. a Crédito, S. A.	—	781	—	—	—	—	8	—
MC-Corretagem — Soc. Corretora de Valores Mobiliários, S. A.	—	—	—	—	374	—	—	—
Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A.	—	—	—	—	178	—	—	2
MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A.	—	278	—	—	—	—	12	—
MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.	—	4 735	—	—	—	—	92	—
MC-Pensões — Soc. Gest. de Fundos de Pensões, S. A.	—	—	—	—	—	345	—	4
TottaGeste — Soc. Gestão Patrimónios, S. A.	—	—	—	—	5	49	—	2

	1998						
	Outros créditos sobre instit. de crédito	Crédito concedido	Obrigações e outros títulos de rendim. fixo	Débitos para com instit. de crédito	Depós. à ordem	Juros e proveitos equipar.	Juros e custos equipar.
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	23 803	—	—	35 028	—	1 213	990
Crédito Predial Português, S. A.	69 051	—	—	57 623	28	2 923	1 843
Banco Totta & SottoMayor de Investimentos, S. A.	57 309	—	—	—	16	2 928	426
Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L. ...	—	—	—	1 575	49	—	90
Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	—	—	—	—	820	—	2
Totta & Açores Financing, Ltd.	650	—	—	25 774	28	—	2 319
Totta & Açores International, Ltd.	343 479	—	—	308 648	187	20 003	18 353
Totta Ireland, Plc.	—	—	—	75	1 658	—	10
Pinto Totta International Finance, Ltd.	—	—	—	21 479	9	—	1 683
Tottaube — Empresa de Admin. e Construções, S. A.	—	6 417	—	—	14	384	2
MC-Loc — Soc. de Locação Financeira, S. A.	3 189	1 194	4 803	—	—	595	—
Tottaleasing — Soc. de Loc. Finan. Mobiliária, S. A.	13 361	1 537	—	—	—	883	1
Tottafinance — Soc. Financeira, S. A.	—	—	—	—	13	—	—
Tottafimo — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A.	—	—	—	—	99	—	5
MC-Factor — Soc. Intern. de Aquis. de Créditos, S. A.	10 906	600	3 536	—	1	477	—
MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A.	251	264	—	—	—	25	—
MC-Fundos — Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A.	—	—	—	—	576	—	15
MC-Leasing — Soc. de Locação Financeira, S. A.	—	—	1 750	—	—	169	—
MC-Geste — Soc. Gestora de Patrimónios, S. A.	—	—	—	—	108	—	2
Sifta — Soc. de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlân- tico, S. A.	—	—	—	—	8	—	3
MC-SFAC — Soc. Financ. para Aquis. a Crédito, S. A.	—	—	—	—	27	—	8
MC-Corretagem — Soc. Corretora de Valores Mobi- liários, S. A.	—	—	—	—	80	—	—
Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A.	—	—	—	—	23	—	1

30 — Eventos subsequentes:

Na sequência do acordo celebrado em 11 de Novembro de 1999 entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano (BSCH), em 3 de Março de 2000 o BSCH adquiriu o controlo indirecto de 51,8% das acções representativas do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A. (Mundial-Confiança). Esta participação indirecta na Mundial-Confiança, implica igualmente a titularidade indirecta de 53,05% do capital do BPSM, 94,38% do capital do BTA e 70,57% do capital do CPP.

Como resultado do acordo celebrado igualmente em 11 de Novembro de 1999 entre o BSCH e a Caixa Geral de Depósitos, S. A. (CGD), em 5 de Abril de 2000 a CGD, através da Parbanca — SGPS, S. A., adquiriu ao BSCH a titularidade indirecta de 51,8% do capital da Mundial-Confiança e das suas participadas.

Posteriormente, no dia 7 de Abril de 2000 o BSCH, através da sua participada Santusa Holding, SL, adquiriu ao BPSM uma participação qualificada correspondente a 94,68% do capital social do BTA. Considerando as acções próprias detidas pelo Banco, a percentagem de participação corresponde a 95,6%.

Na mesma data, o BTA aumentou a sua participação qualificada no CPP de 58,03% para 70,66%, mediante aquisições em bolsa à Mundial-Confiança, ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A. e ao mercado. O custo de aquisição deste aumento de participação ascendeu a 11 996 milhões de escudos.

Em virtude da tomada de participação qualificada no BTA e no CPP, o BSCH informou que irá, oportunamente e em conformidade com a lei, proceder ao lançamento de oferta pública de aquisição sobre as acções na titularidade dos accionistas minoritários dos dois bancos.

Em 14 de Abril de 2000, o BTA celebrou um contrato com o BPSM segundo o qual irá vender a sua participação indirecta no que se refere ao Banco Totta & SottoMayor de Investimentos, S. A. e à MC-Corretagem — Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A. e irá adquirir as partes de capital de que não é titular no que se refere às seguintes empresas:

MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A.
 MC-Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.
 Sifta — Sociedade de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântica, S. A.
 Plurifundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.
 MC-Geste — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.

Tottagest — Sociedade de Gestão de Patrimónios, S. A.
 MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.
 Tottafinance — Sociedade Financeira, S. A.
 MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A.
 MC-Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A.
 MC Loc — Sociedade de Locação Financeira, S. A.
 MC-Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A.
 MC-SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A.
 MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.
 Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.
 Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A.

O conselho de administração não estima realizar quaisquer perdas relevantes nas participações que irá alienar.

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal.

Anexo às contas anuais em 31 de Dezembro de 1999 (base individual)

Introdução:

As demonstrações financeiras do Banco Totta & Açores, S. A., foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, processados de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo n.º 1 do artigo 115.º do Regime Geral das instituições de crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As contas integram as operações decorrentes da actividade em Portugal, sucursal de Londres, Luxemburgo, Angola, Guiné Bissau, Cabo Verde e Ilhas Cayman, sucursal Financeira Exterior da Madeira, Agência de Nova Iorque e sucursal de Macau, esta última até 30 de Setembro, data em que foi transformada em banco de direito local, denominado

Banco Totta Ásia, S. A. Todos os saldos recíprocos foram eliminados no processo de integração das respectivas demonstrações financeiras.

1 — Eventos ocorridos durante o exercício que podem influenciar a análise comparativa dos exercícios:

Durante o exercício de 1999, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em 30 de Setembro a sucursal de Macau foi transformada em banco de direito local, denominado Banco Totta Ásia, S. A., o qual adquiriu todos os direitos e obrigações da sucursal. Em consequência desta transformação, o capital próprio do novo banco foi realizado através da transferência da totalidade dos activos e passivos da extinta sucursal, aos respectivos valores contabilísticos, passando o BTA a deter 99,91% do capital do novo banco;

Aumento do capital do Totta Ireland Plc, em 818 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA;

Alienação de 300 acções do Banco Chemical Finance, S. A., e 50% do capital do Totta & Açores, Inc. — Newark e Totta & Açores, Inc. — Connecticut ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.

Durante o exercício de 1999, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Banco Chemical Kinance, S. A., tem como denominação actual Banco Totta & SottoMayor de Investimentos, S. A.;

Totta & Açores, Inc. — Newark, tem como denominação actual Totta & SottoMayor, Inc. — Newark;

Totta & Açores, Inc. — Connecticut, tem como denominação actual Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut.

Os resultados do exercício de 1999 foram influenciados por constituição de provisões e por outras situações com a seguinte afectação (milhões de escudos):

	BTA
Dotações de provisões para crédito vencido e créditos de cobrança duvidosa, líquidas de reposições	12 192
Provisões para riscos gerais de crédito, liq. de reposições	9 268
Provisões para riscos bancários gerais, liq. de reposições	2 800
Provisões para depreciação de títulos, liq. de reposições	720
Provisões para outras aplicações, liq. de reposições	1 256
Provisões para risco-país, líquidas de reposições	— 2 464
Provisões para imobiliz. financeiras, liq. de reposições	265
Provisões diversas, líquidas de reposições	2 558
Prémios a colaboradores	983
	27 578

As provisões para títulos de investimento referem-se a menos-valias apuradas na reavaliação destes activos.

Durante o exercício de 1998, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em Janeiro de 1998, na sequência da oferta pública geral de aquisição de acções do CPP anunciada em 29 de Julho de 1997 pelo BTA, BPSM e Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A. o Banco adquiriu 2 338 628 acções, tendo aumentado a sua participação no capital social do CPP em 7,09%;

Aquisição, em Março de 1998, de 9% do capital da Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., ao D. Juan Bellosso Garrido;

Aumento do capital do Totta Ireland Plc, em 10 000 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA;

Alienação, em Julho de 1998, da totalidade das acções representativas do capital social da Totta Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., ao Banco de Negócios Argentaria.

Durante o exercício de 1998, foi alterada a denominação social da seguinte empresa:

TOTTAPensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., tem como denominação actual, MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Inclusão de novas empresas no perímetro de Consolidação: Totta & Açores Brasil, Ltda.; Totta & Açores Inc. e Totta & Açores Ct Inc.

Os resultados do exercício de 1998 foram influenciados por constituição de provisões e por outras situações com a seguinte afectação (milhões de escudos):

	BTA
Dotações de provisões para crédito vencido de cobrança duvidosa, líquidas de reposições e créditos	15 868
Provisões para imobilizações financeiras	1 961
Provisões para risco-país	1 317
Provisões diversas	4 819
Prémios a colaboradores	912
	24 877

As provisões para títulos de investimento referem-se a menos-valias apuradas na reavaliação destes activos.

As provisões para imobilizações financeiras referem-se essencialmente a uma provisão de 1815 milhões de escudos relativa à participação na TOTTAURbe.

O acréscimo de provisões para risco-país está influenciado pelas alterações introduzidas pela Carta n.º 5638/98 DSBRE do Banco de Portugal de 31 de Outubro de 1998, tendo o BTA aproveitado o regime transitório.

2 — Mapas financeiros apresentados:

Não existem quaisquer situações de ambiguidade, relativamente à relevação contabilística.

3 — Resumo dos principais critérios contabilísticos:

Os principais critérios contabilísticos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea g) abaixo.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em escudos ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação.

Todos os controlos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença eiv.re os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas e de taxa de juro (*swaps*):

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos *swaps* de cobertura são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração de resultados.

De acordo com a Instrução n.º 6/98, de 15 de Maio, do Banco de Portugal, em 1999 os contratos de *swap* de negociação são reavaliados mensalmente com base no diferencial actualizado dos fluxos futuros de pagamentos e recebimentos. O montante apurado na reavaliação é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Até à entrada em vigor da referida instrução, a periodificação de juros dos *swaps* era reflectida nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras.

Forward rate agreements (FRAs):

Os FRAs de negociação são reavaliados mensalmente com base numa taxa de juro de mercado aplicável ao período compreendido entre a data de liquidação e a data de vencimento das operações. O ganho ou perda em cada operação é determinado na data de reavaliação, pela aplicação do diferencial entre a taxa de juro de mercado e a taxa de juro contratada, ao valor teórico da operação. As diferenças positivas ou negativas resultantes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

O Banco mantém posições próprias em contratos de futuros e actua também como intermediário em operações dos seus clientes. Tanto as posições do Banco em aberto como as dos clientes são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais ao seu valor nominal.

As posições próprias são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os resultados da valorização diária das posições dos clientes são reflectidos nas respectivas contas correntes, a débito ou a crédito, consoante se tratem de prejuízos ou lucros.

Os activos dados em penhor pelo Banco à Bolsa de Derivados do Porto, como garantia do cumprimento dos seus contratos, bem como os activos recebidos de clientes para garantia do cumprimento de contratos de futuros, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

c) Provisões para créditos e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco-país, riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais. — De acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal, o Banco e as empresas subsidiárias e associadas constituem as seguintes provisões para riscos de crédito:

Provisões para créditos e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas de crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento, e da existência ou não de garantias.

De acordo com o disposto no aviso n.º 2/99, de 26 de Janeiro, emitido pelo Banco de Portugal, para efeitos da constituição de provisões para crédito ao consumo vencido integrável na classe I, a percentagem aplicar deixará de ser 1% para passar a ser 1,5%.

Provisões para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com

o aviso n.º 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em moeda de capital e juros excedam 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados-membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Com efeito a partir de Outubro de 1998, o Banco de Portugal veio agravar as percentagens a aplicar a alguns países e territórios. Foi ainda definido um regime transitório, segundo o qual as instituições de crédito poderiam reconhecer o impacto deste agravamento relativamente aos activos já detidos em 30 de Setembro de 1998, de forma escalonada ao longo de um período de seis meses.

O Banco adoptou o regime transitório, pelo que em 31 de Dezembro de 1998 a parte ainda não provisionada ascendia a 266 milhões de escudos.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança de crédito concedido, e garantias e avals prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco.

Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem genérica de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals prestados.

De acordo com o disposto no aviso n.º 2/99, de 26 de Janeiro, emitido pelo Banco de Portugal, a percentagem aplicar ao crédito ao consumo deixará de ser 1% para passar a ser 1,5%.

Em 31 de Dezembro de 1999, o banco tem ainda constituído uma provisão para outros riscos e encargos, para fazer face a processos judiciais em curso e eventuais correcções fiscais, ascendendo a 3198 milhões de escudos.

Fundo para riscos bancários gerais:

Destina-se a fazer face a riscos de natureza geral e a eventuais contingências, não sendo fiscalmente aceite como custo. Em 31 de Dezembro de 1999, esta provisão ascendia a 3000 milhões de escudos.

d) Aplicações em títulos. — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliadas com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados da demonstração de resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As menos-valias potenciais decorrentes da valorização de acções e outros títulos de rendimento variável são integralmente provisionadas.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

Os bilhetes do Tesouro e o papel comercial emitido a valor descontado encontram-se registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos. Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica de receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto que o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são integralmente provisionadas.

Acções próprias:

As acções próprias detidas pelo Banco são registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal. As eventuais menos-valias potenciais decorrentes da sua valorização à cotação de mercado são integralmente provisionadas.

e) Participações, partes de capital em empresas coligadas:

Participações:

Esta rubrica inclui as participações em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 50%, sendo registadas ao custo de aquisição. As menos-valias potenciais são integralmente provisionadas.

Partes de capital em empresas coligadas:

Esta rubrica corresponde às participações em empresas subsidiárias, as quais são registadas ao custo de aquisição. Sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões.

f) *Imobilizações corpóreas e incorpóreas.* — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 5190 milhões de escudos. Ao abrigo da

Directriz Contabilística n.º 16 — Reavaliação de Activos Imobilizados Tangíveis — o valor líquido resultante desta reavaliação só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Durante o exercício de 1999, o BTA não procedeu à reavaliação do seu activo imobilizado corpóreo.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. O Banco utiliza as taxas máximas fiscalmente aceites como custo.

Estas taxas correspondem aos seguintes anos de vida útil:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4-8
Mobiliário e material	8- 10
Máquinas e ferramentas	5-8
Instalações interiores	5-10
Equipamento de segurança	8- 10
Material de transporte	4-5

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo Banco não é aceite como custo para efeitos fiscais.

As imobilizações incorpóreas correspondem, principalmente, a gastos incorridos com projectos de desenvolvimento, nomeadamente, nas áreas de melhoria de processos e implementação de novos sistemas de informação, bem como a despesas com aumentos de capital, alteração dos estatutos do Banco e *software*. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes em três anos.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões para as menos-valias potenciais apuradas quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

g) *Pensões de reforma e sobrevivência.* — O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. Estando os seus trabalhadores inscritos na segurança social, as responsabilidades do Banco com pensões consistem no pagamento de complementos. Para o efeito, constituiu em 1988 um Fundo de Pensões.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

O Banco de Portugal, através do aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro, estabeleceu um quadro regulamentar de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como do respectivo financiamento. Os aspectos com maior impacto a nível do Banco, são os seguintes:

Obrigatoriedade de financiamento integral no final de cada exercício do valor actual das pensões em pagamento (reformas e reformas antecipadas);

As contribuições extraordinárias efectuadas até 1999 para cobertura integral do acréscimo das responsabilidades relativas a reformas antecipadas, podem ser relevadas como custo no prazo máximo de 10 anos, a contar da data efectiva da reforma, não podendo porém ser ultrapassado o quarto exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.

Em 1998 o Banco passou a utilizar esta faculdade de diferimento do custo relativo às contribuições efectuadas para o Fundo de Pensões necessárias para financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, são registadas em Contas de regularização de activo.

O financiamento integral do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma ocorra depois de 31 de Dezembro de 1997, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais, calculado para o número de anos resultante do diferencial entre a idade média previsível de reforma

e a idade média da população coberta, com um máximo de 20 anos, contados a partir de 31 de Dezembro de 1994.

O BTA tem estas responsabilidades integralmente financiadas.

Todas as responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo geradas após 31 de Dezembro de 1994 deverão ser financiadas no exercício a que se referem. Caso seja necessário efectuar dotações para o Fundo de Pensões, estas são relevadas como custo.

Na nota n.º 24 encontra-se evidenciado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, no que se refere ao BTA. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Medico Social (SAMS).

h) Imposto sobre lucros. — O Banco e as empresas subsidiárias e associadas são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do BTA são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas.

Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC do Banco nos termos do artigo 73.º do respectivo código e dos acordos de dupla tributação celebrados por Portugal. Porém, a sucursal financeira exterior na Região Autónoma da Madeira do BTA beneficia, ao abrigo do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

i) Locação financeira. — O Banco regista as operações de locação financeira de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se às correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

Como locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de juros e proveitos equiparados.

j) Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor nominal.

k) Fundo de Garantia de Depósitos. — Em Novembro de 1994 foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das instituições de crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e de títulos de depósito e está a ser amortizada por duodécimos num período de 60 meses que terminou no exercício de 1999.

Ao abrigo do aviso n.º 4/96 de 20 de Setembro, do Banco de Portugal, este passou a fixar anualmente o limite (entre 0% e 75%) da contribuição anual a entregar ao Fundo de Garantia de Depósitos, até ao qual as instituições de crédito podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento que o Fundo o solicite, no todo ou em parte. Nos exercícios de 1999 e 1998 o BTA assumiu o referido compromisso irrevogável relativamente a 60% e 40% da contribuição anual, respectivamente.

l) Despesas com custo diferido. — De acordo com a Carta Circular n.º 32/98/DSBRE, de 23 de Novembro de 1998, o Banco de Portugal, veio permitir que os encargos suportados com a introdução do euro pudessem ser relevados como despesas com custo diferido, desde que a respectiva imputação a resultados ocorra até ao final do exercício de 2001.

O Banco utilizou esta faculdade tendo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 o montante de 250 milhões de escudos e 501 milhões de escudos, respectivamente, diferidos.

4 — Critérios valorimétricos:

Não se verificam derrogações dos critérios valorimétricos definidos no plano de contas em vigor.

5 — Diferenças de avaliação:

A avaliação efectuada no balanço não difere, das avaliações que têm por base o último preço de mercado, conhecido antes da data de encerramento do balanço.

6 — Participações e partes do capital em empresas coligadas:

A estrutura do Grupo de empresas em que o banco detém uma participação superior a 20%, pode ser resumida da seguinte forma:

Sector imobiliário:

Tottaurb — Empresa de Administração e Construções, S. A., com sede na Avenida da República, 43, 3.º e 4.º, foi constituída em 13 de Fevereiro de 1964, com a denominação de EMACO — Empresa de Administração e Construções, S. A., tendo sido alterada a sua denominação em 14 de Outubro de 1991. Dedicar-se à compra e construção de imóveis para revenda, urbanização e venda de terrenos e administração de propriedades.

Sector financeiro:

Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., no final do ano de 1992, o Banco adquiriu, através da Bolsa, uma percentagem do capital de Crédito Predial Português aquando da reprivatização do mesmo. A sociedade com sede na Rua Augusta, 237; tem por objecto o exercício da actividade bancária, mas no âmbito da sua actividade como estabelecimento especial de crédito, a sociedade exercia as funções resultantes da sua natureza de instituição especializada em crédito imobiliário através da intervenção no fomento da construção civil e obras públicas e outras operações imobiliárias.

Chemical — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com sede em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, 33, foi constituída em 14 de Maio de 1993, tem um capital social de 1 400 000 contos e tem por actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L., com sede na Praça 25 de Junho, 1.º, Maputo, Moçambique, foi constituída em 2 de Julho de 1966 e tem por objecto exclusivo o exercício da actividade bancária nomeadamente a realização de operações cambiais e de crédito a médio e longo prazo. O principal accionista é o Banco Totta & Açores, S. A., com 55,3% do capital social.

Totta & Açores International, Ltd., com sede em New York, 590, Fifth Avenue, New York, 10036 USA 0215, EUA, foi constituído em 12 de Outubro de 1993, ao abrigo da legislação vigente nas Ilhas Cayman, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária.

Totta & Açores Finance Ireland, Limited, com sede em IFSC House, Custom House Quay, Dublin 1, Ireland, foi constituído em 19 de Julho de 1996, tem por objecto a realização de investimento em valores mobiliários.

Totta & Açores Financing, Limited, com sede nas Ilhas Cayman, Grand Cayman, George Town, PO Box 309, tem o seu capital social representado por 6 000 000 de acções preferenciais com o valor de 25 dólares cada, integralmente subscrito e realizado, foi constituída em 3 de Novembro de 1995, tem por objecto social o exercício da actividade financeira.

Pinto Totta International Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, foi constituída em 10 de Julho de 1997. Tem um capital social de 50 000 dólares, detido em partes iguais pelo Banco Totta & Açores, S. A. e pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., tem por objecto social o exercício da actividade financeira.

Totta Ireland, PLC (Public Limited Company), com sede em West Block Building, IFSC, Dublin 1, Ireland, foi constituída em 3 de Dezembro de 1997, tem por objecto o exercício da actividade financeira.

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, com sede na Praça da Independência, Caixa Postal 536, São Tomé e Príncipe é detido pelo BTA em 30% e tem por objecto o exercício da actividade bancária, foi constituído em 3 de Março de 1993.

Totta & Sottomayor — Inc., Newark, com sede, 46, Ferry Street, Newark, New Jersey, N. J. 07105, EUA, é detido em 50% pelo BTA, foi constituída em 19 de Outubro de 1989.

Totta & Sottomayor CT Inc. Connec., com sede em 215 Church Street, Naugatuck, CT 06770, USA, é detido em 50% pelo BTA, foi constituída em 5 de Novembro de 1991.

Totta Nominees/London, com sede em 68, Cannon Street, London, é detido em 100% pelo BTA.

Totta & Açores (Brasil), Ltda., com sede na Av. Paulista, 1274, 14.º, S. Paulo, Brasil data de constituição em 22 de Julho de 1996, é uma filial do BTA, S. A., é detido em 99% por este.

Banco Totta Ásia, S. A., com sede em Macau, na Av. da Praia Grande, 429, Centro Comercial Praia Grande, 21.º, foi constituído em 30 de Setembro de 1999, e tem como objecto o exercício da actividade bancária.

Outras:

MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., com sede na Rua Basílio Teles, 35, 7.º, foi constituída por escritura em 6 de Novembro de 1995, sob a denominação de TottaPensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., tendo adoptado a denominação actual por escritura em 26 de Junho de 1998 e tem por objecto social a instituição, gestão, administração e representação de um ou mais fundos de pensões.

Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., com sede na Rua Laura Alves, 12, 3.º, foi constituída em 17 de Julho de 1992, e tem por objecto a comercialização de equipamentos e produtos de *software* e da respectiva assistência técnica, assim como a sua produção, consultadoria e formação, importação e exportação de serviços e produtos relacionados.

Tottatur — Viagens e Turismo, S. A., com sede em Lisboa, Rua Ivone Silva, 6, C, foi constituída por escritura em 17 de Julho de

1992, e tem por objecto o exercício das actividades próprias das agências de viagem e turismo, incluindo os serviços complementares permitidos por lei.

Finpetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, foi constituída em 13 de Fevereiro de 1992, tem por principal objecto financiar a Petrocontrol, SGPS, S. A., no âmbito da participação desta no capital da Petrogal — Petróleos de Portugal, S. A.

Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, L.ª, foi constituída em 30 de Julho de 1973, foi adquirida pelo BTA, o qual detém 25% do capital social, por liquidação de financiamentos a terceiros e tem por objecto principal a compra, venda e arrendamento de prédios ou partes destes, a urbanização de terrenos, a indústria hoteleira ou similares e a construção de edifícios de qualquer género.

SIH — Sociedade de Investimento Hoteleiro, SGPS, S. A., com sede na rua Fernão Mendes Pinto, 46, 1400 Lisboa, foi constituída em 9 de Julho de 1992 e por objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, podendo prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades participadas com as quais celebre contratos de subordinação, o BTA detém 20% do capital social.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações Financeiras das sociedades anteriormente indicadas em 31 de Dezembro de 1999 são:

	Participação efectiva (percent.)	Total do activo	Situação líquida	Resultado líquido	Reavaliação das participações
Mc-Pensões	25,00	431 973	251 578	46 593	62 895
TOTTAUrbe	100,00	4 018 271	(2 722 964)	(245 014)	—
Crédito Predial Português	58,03	1 457 447 446	53 064 151	5 900 090	—
Eurociber	25,00	1 677 393	596 089	311 984	149 022
TOTTATur	46,51	17 582	5 954	(665)	2 769
Banco Standard Totta Moçambique, S. A. R. L.	55,32	35 053 340	5 028 160	638 306	—
Totta & Açores Internacional, Ltd.	100,00	493 431 281	200	—	—
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	30 631 555	29 944 578	—	—
Totta Ireland, PLC	100,00	52 457 224	52 066 710	1 014 590	—
Pinto Totta Internacional Finance, Ltd.	50,00	51 526 967	49 900 978	—	4 631
Totta & Açores Brasil, Ltda.	99,00	22 453	21 040	(37 330)	—
Totta & Sottomayor, Inc — Newark	50,00	147 747	94 013	(9 799)	32 841
Totta & Sottomayor, Ct. Inc — Connecticut	50,00	2 444	2 443	(874)	769
Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	100,00	7 627 596	7 610 668	92 844	—
Banco Totta Ásia, S. A.	99,92	20 552 414	2 526 163	33 633	—
Chemical — SGPS, S. A. (base consolidada)	50,00	439 771 131	23 404 917	3 495 170	11 702 459

7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

No ano de 2000 vencem-se as seguintes obrigações e outros títulos de rendimento fixo, constantes da rubrica 5 do activo (milhares de escudos):

	Títulos	
	Negociação	Investimento
Dívida pública portuguesa:		
Obrigações do Tesouro	—	1 001 861
De outros residentes:		
Obrigações de caixa	—	2 466 000
Outras obrigações	—	2 083 130
Outros títulos	—	9 163 260
De organismos financeiros internacionais:		
Obrigações do Tesouro	—	100 868
<i>Total</i>	—	14 815 119

8 — Créditos sobre empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o montante dos créditos sobre as empresas referidas no ponto 6 (excluídas as coligadas) encontra-se registado na seguinte rubrica do activo (milhares de escudos):

	1999	1998
Rubrica 2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	6 923	348 380
Rubrica 3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	67 176 230	95 016 104
Rubrica 4 — Créditos sobre clientes	9 238 951	3 594 595
Rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10 089 000	10 089 000

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o montante dos créditos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, sobre empresas coligadas, participadas directa ou indirectamente, são os seguintes (milhares de escudos):

	1999	1998
Rubrica 2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	6 807 527	394 638
Rubrica 3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	625 357 069	413 179 376
Rubrica 4 — Créditos sobre clientes	5 500 000	6 417 300
Rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—

10 — Inventário da carteira de títulos:

Em modelo apropriado, figura o detalhe da carteira de títulos e de participações financeiras que integram as rubricas 5, 6, 7 e 8 do activo. Comparativamente com o inventário detalhado, a rubrica 5 apresenta um valor superior em 428 312 milhares de escudos relativo a crédito e juros vencidos — Títulos de rendimento fixo.

11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Os movimentos e saldos do activo imobilizado, constam no modelo apropriado.

12 — Activos com carácter subordinado:

No balanço do BTA à data de 31 de Dezembro de 1999, existem títulos com carácter subordinado, incluídos na rubrica 5 do balanço.

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 1999 e de 1998, os activos cedidos com acordo de recompra firma apresentam o seguinte detalhe:

	1999	1998
Títulos de depósito	31 280 332	13 500 000
Obrigações do Tesouro	82 212 227	—
Títulos	—	35 492 090
<i>Total</i>	113 492 559	48 992 090

Nas mesmas datas, estas operações foram reflectidos nas seguintes contas do passivo:

	1999	1998
Débitos para com instituições de crédito	113 492 559	13 500 000
Débitos para com clientes	—	35 492 090
<i>Total</i>	113 492 559	48 992 090

14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes — Prazos residuais:

Os montantes dos créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo, desdobrados em função da sua duração residual (prazo que falta para o vencimento), são os seguintes (milhares de escudos):

Prazos	Créditos sobre instituições de crédito		Créditos sobre clientes	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	853 479 231	739 190 110	428 828 116	352 573 254
De três meses a um ano	155 521 581	217 821 154	193 214 486	167 919 790
De um ano a cinco anos	44 257 566	41 265 271	167 077 789	147 738 500
Mais de cinco anos	39 770 000	45 177 700	230 955 110	208 328 610
Duração indeterminada	—	—	—	—
	1 093 028 376	1 043 454 235	1 020 075 501	876 560 154
Créditos vencidos	3 887 091	4 157 899	35 841 205	51 344 966
<i>Total</i>	1 096 915 469	1 047 612 134	1 055 916 707	927 905 120

15 — Imobilizações corpóreas e imobilizações financeiras:

a) Reavaliações do exercício:

Durante o primeiro trimestre de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o BTA procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor líquido em 5190 milhões de escudos.

Em 1999 não foi efectuada qualquer reavaliação do imobilizado.

	Saldo no início do exercício	Reavaliações efectuadas	Transferência para capital	Saldo no fim do exercício
Imobilizações corpóreas	8 535 932	—	—	8 535 932
Imobilizações financeiras	—	—	—	—

b) Valor contabilístico das imobilizações corpóreas e financeiras:

O valor das imobilizações corpóreas que já foram objecto de reavaliação, ventilado pelo custo histórico, reavaliações efectuadas e amortizações acumuladas, apresenta-se assim (milhões de escudos):

	Custo histórico	Reavaliações efectuadas	Amortiz. acumul.
Imobilizações corpóreas	48 417	19 612	29 468
Imobilizações financeiras	—	—	—

Uma parte (40%) do acréscimo da amortização resultante das reavaliações registadas pelo Banco, não é aceite como custo para efeitos fiscais.

c) Não foram efectuadas quaisquer amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

16 — Imobilizações incorpóreas:

	1999	1998
Custos plurianuais	6 582 347	4 832 483
Despesas de investig. e desenvolvim.:		
<i>Software</i>	2 469 329	1 581 498
Trespases	320 228	320 228
Despesas de estabelecimento	20 654	59 354
Outras	19 265	267
Imobilizado em curso	17 429	141 303
<i>Total bruto</i>	9 429 252	6 935 133
Amortização acumulada	(6 961 301)	(4 119 257)
<i>Total líquido</i>	2 467 951	2 815 876

Prazos	Depósitos de poupança		Outros débitos		Débitos a prazo	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Até três meses	303 796 821	311 287 351	729 857 324	681 535 126	264 293 231	266 739 519
De três meses a um ano	364 287 338	373 269 346	90 286 198	86 123 938	90 286 198	86 123 938
De um ano a cinco anos	4 032 701	4 132 133	140 505	110 080	140 505	110 080
Mais de cinco anos	—	—	—	—	—	—
Duração indeterminada	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	672 116 860	688 688 830	820 284 027	767 769 144	354 719 934	352 973 537

3.b) Débitos representados por títulos:

Prazos	Outros	
	1999	1998
Até três meses	6 935 284	471 139
De três meses a um ano	19 956 392	—
De um ano a cinco anos	5 000 000	5 000 000
Mais de cinco anos	—	—
Duração indeterminada	—	—
<i>Total</i>	31 891 676	5 471 139

19 — Obrigações em circulação:

O BTA não tem obrigações em circulação, pelo que este ponto não lhe é aplicável.

20 — Débitos perante empresas participadas:

Os montantes dos débitos sobre as empresas referidas no ponto 6 (excluídas as coligadas) desdobram-se pelas seguintes rubricas do passivo (milhares de escudos):

	1999	1998
Rubrica 1 — Débitos para com instituições de crédito	6 348 211	17 909
Rubrica 2 — Débitos para com clientes	1 339 442	1 330 646
Rubrica 3 — Débitos representados por títulos	—	—
Rubrica 8 — Passivos subordinados	24 945 500	21 478 625

A rubrica de custos plurianuais inclui, essencialmente, gastos incorridos com trabalhos de consultadoria, nomeadamente no que se refere a novos sistemas de informação, e despesas com os aumentos de capital e alterações de estatutos.

17 — Correções no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal:

Não há correções introduzidas no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — Débitos para com instituições de crédito e clientes — Prazos residuais:

Os montantes das rubricas e sub-rubricas 1.b), 2.a), 2.bb) e 3.b) do passivo em 1999 e 1998, desdobrados em função da sua duração residual, são os seguintes (milhares de escudos):

1-b) Débitos sobre instituições de crédito — a prazo ou com pré-aviso:

Prazos	1999	1998
Até três meses	951 403 576	718 471 385
De três meses a um ano	78 172 078	172 631 507
De um ano a cinco anos	—	—
Mais de cinco anos	—	—
Duração indeterminada	—	—
<i>Total</i>	1 029 575 654	891 102 892

2-a); b); bb) Débitos para com clientes:

21 — Débitos perante empresas coligadas:

O montante dos débitos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo, sobre empresas coligadas, participadas directa ou indirectamente, são os seguintes (milhares de escudos):

	1999	1998
Rubrica 1 — Débitos para com instituições	438 588 231	368 743 114
Rubrica 2 — Débitos para com clientes	540 029	107 485
Rubrica 3 — Débitos representados por títulos	—	—
Rubrica 8 — Passivos subordinados	29 934 600	25 774 350

22 — Passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Data de emissão	Prazo	Valor nominal	Pagamento de juros	Montante
Títulos de participação BTA/87	14-9-1987	10	1 000	Anualmente em 1 de Julho	737 686
Obrigações BTA/93	30-7-1993	5	1 000	Semestralm. em 1 de Fevereiro e 1 de Agosto	10 000 000
Obrigações BTA/95 Caixa Subordinada	16-5-1995	10	10 000	Semestralm. em Maio e Novembro	8 250 000
Obrigações BTA/96	10-7-1996	10	1 000	Semestralm. em 15 de Janeiro e de Junho	15 000 000
Obrigações Perp. Subordinadas BTA	26-11-1997	Perpétua	1 000	Semestral e postecipadam. em 4 de Junho e 4 de Dez. de cada ano, vencendo-se o 1.º cupão em 4 de Junho de 1998	6 000 000
Recursos do Pinto Totta Internacional Finance — PTIF.			USD 25	Semestralmente	24 945 500
Recursos do Totta & Açores Financing — TAF.			USD 1 000	Trimestralmente	29 934 600
<i>Total</i>					94 867 786

Descrição	Condições de vencimento antecipado	Condições de subordinação
Recursos PTIF	O PTIF poderá proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais mediante autorização do Banco de Portugal, a partir de Agosto de 2007 ao valor nominal, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.	—
Recursos TAF	O TAF poderá proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais mediante autorização do Banco de Portugal, a partir de Outubro de 2006 ao valor nominal, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.	—
Obrigações BTA/93	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do 10.º cupão inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, com um prémio de reembolso de 0,100% no 10.º cupão e 0,075% no 14.º cupão.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.
Obrigações BTA/95	Não aplicável.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.
Obrigações BTA/96	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do 11.º cupão inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, com um prémio de reembolso de 0,100% no 11.º ao 14.º cupões e 0,075% do 15.º ao 19.º cupões.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.

Descrição	Condições de vencimento antecipado	Condições de subordinação
Obrigações Perp. Subordinadas BTA	—	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accion. da sociedade.
Títulos de Participação BTA/87	O BTA poderá, a partir do 10.º ano a contar da data de emissão, por sua iniciativa ou com acordo prévio, proceder ao reembolso dos títulos pelo valor nominal.	—

Esta rubrica regista os títulos de participação, criados pelo Decreto-Lei n.º 321/85, de 5 de Agosto, cujo rendimento é composto por uma parte fixa e uma parte variável, e obrigações subordinadas cujas condições obedecem ao disposto no aviso n.º 9/90, de 5 de Julho, do Ministério das Finanças.

De acordo com o plano contabilístico estabelecido para o sector bancário em Portugal, estes títulos são considerados parte integral dos fundos próprios das instituições emitentes.

23 — Compromissos:

Os compromissos assumidos pelo Banco encontram-se relevados em contas extrapatrimoniais têm a seguinte composição (milhares de escudos):

	1999	1998
Passivos eventuais:		
Garantias e avals prestados	236 135 304	238 503 673
Crédito documentários abertos	29 021 243	20 528 676
Fianças e indemnizações	4 034 018	35 674 989
Activos dados em garantia:		
Banco de Portugal	132 212 227	50 000 000
Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos	1 499 000	712 000
Outros	19 726	19 726
Contas crédito <i>stand by</i>	81 821	—
Aceites e endossos	41 673	30 211
Outros	—	—
Total	403 045 012	345 469 275
Compromissos:		
Linhas de crédito revogáveis	125 061 703	82 609 997
Linhas de crédito irrevogáveis	66 540 016	56 054 208
Facilidades de descobertos em conta	17 594 003	364 181
Operações a prazo	20 079 426	—
Resp. prazo cont. anuais p/ Fundo Garantia de Depósitos	1 499 000	712 000
Outros	20 965	—
Total	230 795 113	139 740 386

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a rubrica de activos dados em garantia corresponde essencialmente aos títulos de depósito — Série B dados em penhor ao Banco de Portugal como garantia do bom funcionamento do SPGT — Sistema de Processamento de Grandes Transacções e em 1999, obrigações do tesouro dadas em garantia de operações com acordo de recompra. Nestas datas, esta rubrica inclui ainda os 60% e 40% não pagos da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as linhas de crédito revogáveis do BTA incluem, principalmente, as linhas não utilizadas do cartão Totta-Gold que, nestas datas, ascendiam a 55 590 milhões de escudos e 30 312 milhões de escudos, respectivamente.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais (milhões de escudos):

	1999	1998
Operações cambiais a prazo (<i>forward</i>):		
Compras	201 374	696 801
Vendas	199 060	708 813
Operações <i>swap</i> de moeda:		
Compras	33 396	264 842
Vendas	33 386	265 209
Operações <i>swap</i> de taxa de juro:		
Compras	457 790	159 693
Vendas	457 456	159 430

	1999	1998
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):		
De taxa de juro	43 671	93 406
De cotações	287	225
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs) (posições compradoras e vendedoras):		
De cobertura	—	5 057
De negociação	763 847	3 668 967
Opções de moeda:		
Compradas	755	6 105
Vendas	700	3 634
Opções de taxas de juro:		
Compradas	2 534	3 846
Vendas		
Opções de cotações:		
Compradas	20 050	—
Vendas		
Depósito e guarda de valores	1 831 803	887 596
Valores recebidos para cobrança	50 715	33 293

No decurso da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco. Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou nacional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume de operações.

24 — Pensões de reforma:

Relativamente ao pessoal do Banco, e em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos, vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, cres-

cente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Considerando que os empregados do Banco se encontram abrangidos pela legislação geral da segurança social, o Banco suportará, na generalidade dos casos, apenas os complementos que, adicionados aos montantes pagos pela segurança social, cubram as prestações fixadas no Acordo Colectivo de Trabalho.

Em 1988, o Banco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 396/86 de 25 de Novembro, criou um fundo de pensões. Actualmente, este fundo destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco relativamente a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência que ocorram após 31 de Dezembro de 1988.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BTA relativos a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A.

As responsabilidades por pensões em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, assim como a respectiva cobertura o seguinte detalhe, em milhares de escudos:

	1999	1998
Estimativas das responsabilidades:		
Empregados no activo	1 564 329	1 482 268
Reformados e pensionistas	15 585 134	15 932 792
Reformados antecipadamente	23 015 265	18 022 637
<i>Total</i>	40 164 728	35 437 697

O valor patrimonial do Fundo, destinado a cobrir as responsabilidades acima mencionadas, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 são, em milhares de escudos:

	1999	1998
Cobertura das responsabilidades:		
Valores patrimoniais dos fundos, fornecidos pelas entidades gestoras	40 405 071	35 425 642
Conta a pagar ao Fundo de Pensões	—	—
Valor registado na conta extrapatrimonial	—	—
<i>Total</i>	40 405 071	35 425 642
Despesas com custo diferido	7 994 274	4 236 612

Em 1998 o Banco utilizou a faculdade permitida pelo aviso n.º 6/95, do Banco de Portugal, de 21 de Setembro, tendo registado em custos diferidos as contribuições que foi necessário efectuar para os fundos de pensões de forma a financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrentes as reformas antecipadas.

Estas despesas são amortizadas num período de, aproximadamente, 10 anos e, em 31 de Dezembro de 1999, apresentam o seguinte detalhe em milhares de escudos:

	BTA	Empregados
Contribuições efectuadas para os fundos de pensões:		
Em 1999	4 698 219	37 746
Em 1998	4 707 347	20 195
	<u>9 405 566</u>	<u>—</u>
Amortização das despesas com custo diferido em 1999:		
Reformas antecipadas de 1999	469 822	—
Reformas antecipadas de 1998	470 735	—
	<u>940 557</u>	<u>—</u>
Amortização das despesas com custo diferido efectuadas em anos anteriores	<u>470 735</u>	<u>—</u>
Despesas com custo diferido em 31 de Dezembro de 1999	<u>7 994 274</u>	<u>—</u>

Na determinação das responsabilidades por serviços passados dos empregados do activo e dos já reformados com referência a 31 de Dezembro de 1999 e 1998 foram efectuados estudos actuariais por entidades especializadas e independentes:

As hipóteses e bases técnicas utilizadas foram as seguintes (em percentagem):

	1999
Método actuarial	<i>Projected Unit Method</i>
Tábua de mortalidade	TV 73/77
Taxa de crescimento das pensões	2

	1999
Taxa de crescimento dos salários	3
Taxa de rendimento do Fundo	6

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Na determinação das responsabilidades do BTA em 31 de Dezembro de 1997, relativas a reformas antecipadas efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1993 e que ainda aguardavam a respectiva aceitação por parte da segurança social, o estudo actuarial considera apenas o pagamento de complementos de pensões, no pressuposto de que a segurança social irá aceitar essas reformas antecipadas.

Em 1998 foi efectuado um estudo do nível de aceitação das reformas antecipadas pela segurança social nos últimos anos.

Com base nos resultados deste estudo passou a considerar-se que a segurança social apenas aceita antes da idade normal de reforma 20% das reformas antecipadas efectuadas pelo BTA.

No estudo actuarial efectuado com referência a 31 de Dezembro de 1999 aquela% foi reduzida para 10%.

O movimento ocorrido no fundo de pensões do BTA, durante os exercícios de 1999 e 1998, foi o seguinte, em milhares de escudos:

	1999	1998
Valor patrim. no início do período	35 425 642	29 151 075
Contribuições	4 975 872	4 727 542
Rendimento líquido do Fundo	3 475 800	3 872 233
Pensões pagas	<u>— 3 472 243</u>	<u>— 2 325 208</u>
Valor patrim. no início do período	40 405 071	35 425 642

25 — Provisões:

O BTA apresenta no seu balanço as provisões abaixo indicadas, que respeitam integralmente os mínimos exigidos pelo aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho (milhares de escudos):

Descrição	Saldo do exercício anterior	Reforços	Reposições e anulações	Movimento		Transferências	Diferença de câmbio e outras	Saldo do exercício
				Por reservas	Utilizações			
Para crédito de cobr. duvidosa e crédito vencido	41 849 516	15 643 682	(3 451 679)	(579 993)	(20 948 895)	(1 969 419)	(582 246)	29 960 966
Crédito de cobrança duvidosa	471 700	139 745	(383 909)	—	—	—	(31 161)	196 375
Aplicações em instituições de crédito no País	—	—	—	—	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito no estrang.	—	—	—	—	—	—	—	—
Crédito interno	471 700	91 678	(367 003)	—	—	—	—	196 375
Crédito ao exterior	—	48 067	(16 906)	—	—	—	(31 161)	—
Títulos	—	—	—	—	—	—	—	—
Devedores e outras aplic.	—	—	—	—	—	—	—	—
Crédito vencido	41 377 816	15 503 937	(3 067 770)	(579 993)	(20 948 895)	(1 969 413)	(551 085)	29 764 591
Aplicações em instituições de crédito no País	—	—	—	—	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito no estrang.	3 502 518	1 960 127	—	—	—	(2 001 878)	231 716	3 692 483
Crédito interno	36 138 194	11 096 028	(2 276 797)	(579 993)	(20 948 895)	50 000	87 687	23 566 224
Crédito ao exterior	1 258 792	2 208 469	(714 303)	—	—	32 459	(707 842)	2 077 572
Títulos	478 312	239 313	(76 667)	—	—	(50 000)	(162 646)	428 312
Outros créditos vencidos ...	—	—	—	—	—	—	—	—
Depreciação de títulos	8 581 062	2 873 266	(2 152 761)	—	—	(21)	(14 625)	9 286 921
Negociação	169 909	555 414	—	—	—	(725 323)	—	—
Investimento	8 411 153	2 317 852	(2 152 761)	—	—	725 302	(14 625)	9 286 921
Risco-país	2 661 818	927 293	(3 390 604)	—	—	2 001 880	163 375	2 363 762
Aplicações em instituições de crédito no estrang.	523 114	39 307	(1 558 753)	—	—	2 469 939	57 414	1 531 021
Crédito ao exterior	1 634 603	762 986	(1 831 851)	—	—	(118 611)	185 672	632 799
Títulos	504 101	125 000	—	—	—	(349 448)	(79 711)	199 942

Descrição	Saldo do exercício anterior	Reforços	Reposições e anulações	Movimento		Transfe-rências	Diferença de câmbio e outras	Saldo do do exercício
				Por reservas	Utilizações			
Outras aplicações	2 183 359	1 342 833	(87 314)	—	(197 000)	—	104 803	3 347 281
Imobilizações financeiras	9 485 440	411 173	(146 183)	—	—	20	—	9 750 450
Riscos gerais de crédito	11 355 190	15 420 105	(6 152 447)	—	—	(32 430)	(267 488)	20 322 900
Riscos de flut. de câmbios	799 620	1 677 573	(517 870)	—	(79 193)	—	(428 428)	1 451 702
Pensões de reforma e sobreav.	—	—	—	—	—	—	—	—
Para outros riscos e encargos	—	1 398 000	—	—	—	1 800 000	—	3 198 000
Riscos bancários gerais	2 000 000	3 000 000	(200 000)	—	—	(1 800 000)	—	3 000 000
<i>Total</i>	<i>78 916 605</i>	<i>42 693 925</i>	<i>(16 098 858)</i>	<i>(579 993)</i>	<i>(21 225 088)</i>	<i>—</i>	<i>(1 024 609)</i>	<i>82 681 982</i>

26 — Títulos de negociação e investimento e imobilizações financeiras:

O critério utilizado para distinguir os títulos de negociação daqueles que constituem investimentos e imobilizações financeiras baseou-se na intenção da compra.

Títulos de negociação:

São considerados títulos negociáveis aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder seis meses.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de retenção por um período superior a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

Imobilizações financeiras:

Nestas rubricas são registadas as participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro. São registadas todas as quotas e as participadas que atinjam 20% do capital social das empresas participadas.

26. a) Não existem operações dos títulos de vencimento que tenham sido alienados ou transferidos para títulos de investimento ou títulos de negociação antes da data do respectivo vencimento.

27 — Despesas com custo diferido, proveitos a receber, receitas com proveito diferido e custos a pagar:

Saldos das seguintes contas em 31 de Dezembro (milhares de escudos):

	1999	1998
Despesas com custo diferido	9 676 756	5 618 731
Proveitos a receber	28 650 270	25 962 078
Receitas com proveito diferido	1 269 212	2 237 388
Custos a pagar	30 088 650	24 836 117

28 — Escalonamento dos rendimentos de títulos:

Os montantes abaixo detalhados encontram-se expressos em milhares de escudos.

a) Os montantes ainda não imputados a resultados e respeitantes a:

	1999	1998
Títulos emitidos por valor inferior ao valor de reembolso	—	179 000
Títulos de Investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	59 831 492	1 323 000
Títulos de Investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	102 161 099	—

b) A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado (cotação na bolsa de valores) dos títulos de investimento, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, pode ser resumida como se segue:

	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De dívida pública portuguesa		
Custo de aquisição	127 303 608	145 018 991
Provisões constituídas	1 294 769	429 216
Valor do balanço	126 008 839	144 589 775
Mais-valias potenciais	246 413	634 132
Valor de mercado	126 255 252	145 223 907
De outros emissores públicos nacionais:		
Custo de aquisição	17 207 039	41 282 996
Provisões constituídas	6 639	38 692
Valor do balanço	17 200 400	41 244 304
Mais-valias potenciais	20 104	6 558
Valor de mercado	17 220 504	41 250 862

	1999	1998
De emissores públicos estrangeiros:		
Custo de aquisição	7 245 653	24 214 646
Provisões constituídas	160 681	582 597
Valor do balanço	7 084 972	23 632 049
Mais-valias potenciais	2 824	197 574
Valor de mercado	7 087 796	23 829 623
De outros emissores:		
Custo de aquisição	236 731 889	188 922 899
Provisões constituídas	2 695 616	2 551 704
Valor do balanço	234 036 273	186 371 195
Mais-valias potenciais	302 058	474 479
Valor de mercado	234 338 331	186 845 674
Acções e outros títulos de rendimento variável:		
Emitidos por residentes:		
Custo de aquisição	24 034 615	25 434 381
Provisões constituídas	5 409 314	5 139 081
Valor do balanço	18 625 301	20 295 300
Mais-valias potenciais	989 649	37 327
Valor de mercado	19 614 950	20 332 627
Emitidos por não residentes:		
Custo de aquisição	9 543 538	8 237 304
Provisões constituídas	148 155	148 172
Valor do balanço	9 395 383	8 089 632
Mais-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	9 395 383	8 089 632
Títulos próprios:		
Custo de aquisição	2 309 989	—
Provisões constituídas	—	—
Valor do balanço	2 309 989	—
Mais-valias potenciais	330 222	—
Valor de mercado	2 640 211	—

c) Diferenças entre o valor de balanço e de mercado (cotação na Bolsa de Valores) para os títulos de negociação:

	1999	1998
Emitidos por residentes:		
Valor de balanço	—	5 445
Mais-valias potenciais	—	—
Menos-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	—	5 445
Emitidos por não residentes:		
Valor de balanço	—	—
Mais-valias potenciais	—	—
Menos-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	—	—
Títulos próprios:		
Valor de balanço	—	1 996 049
Mais-valias potenciais	—	—
Menos-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	—	1 996 049

29 — Capital subscrito, reservas e resultados:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital subscrito, reservas e resultados durante o exercício de 1999, foi a seguinte (milhares de escudos):

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Capital subscrito	60 000 000	—	—	60 000 000
Prémios de emissão	33 588 571	—	—	33 588 571

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Reservas	21 783 224	2 373 679	2 607 741	21 549 162
Reservas de	8 535 932	—	—	8 535 932
Reavaliação	—	—	—	—
Resultados líquidos:				
1998	6 126 937	—	6 126 937	—
1999	1 348 551	—	1 348 551	—
<i>Total</i>	130 034 664	3 722 230	8 734 678	125 022 216

O capital do Banco Totta & Açores, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, está representado por 60 000 000 de acções, com o valor nominal de 1000\$ cada, estando totalmente subscrito e realizado.

Considerando a necessidade extraordinária de preparar o Grupo para os desafios da introdução do euro e a passagem do milénio, bem como para a sua reorganização estratégica, na distribuição do lucro líquido de 1998 e 1997 a assembleia geral do BTA destinou 1181 milhões de escudos à criação de uma reserva especial de refocalização estratégica. Durante o exercício de 1999 e 1998 o Banco utilizou essa reserva na sua totalidade. Esta utilização de reservas foi contabilizada por contrapartida de ganhos extraordinários.

Em 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o BTA procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor líquido em 5190 milhões de escudos. O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliação foi registado na rubrica de reservas de reavaliação.

Atendendo à insuficiência de provisões para a carteira de crédito e outros activos existentes em 31 de Dezembro de 1997, durante o

primeiro semestre de 1998 o BTA obteve autorização do Banco de Portugal para a constituição de provisões adicionais no montante de 14 252 milhões de escudos, por contrapartida directa de reservas. Durante o exercício de 1999 e 1998 foram recuperados alguns desses créditos, tendo as respectivas provisões sido igualmente anuladas por contrapartida de reservas.

Estas reposições ascenderam a 580 milhões de escudos e 1496 milhões de escudos, respectivamente.

30 — Partes de capital que confirmam direitos especiais:

Não existem em 31 de Dezembro de 1999, partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis e de títulos e direitos similares, que confirmam direitos especiais.

31 — Outros activos e outros passivos:

Na rubrica 13 do activo (outros activos) figuram os seguintes valores (milhares de escudos):

	1999	1998
Outros activos:		
Ouro	504 389	345 939
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	64 496	51 783
Outras disponibilidades:		
Vales de correio	113 707	344 399
Cupões e títulos sorteados	387	269
Outras	184 569	586 324
Devedores:		
Por bonificações a receber	182 852	229 774
Por IRC a recuperar	109 117	32 390
Devedores diversos	4 204 409	1 773 011
Aplicações por recuperação de créditos:		
Imóveis	9 512 167	9 870 412
Equipamento	30 344	129 645
Outras	519 394	519 394
Devedores por operações sobre futuros e operações	15 036	144 750
Outras aplicações	1 106	1 110
Outras imobilizações financeiras	3 610 196	4 252 522
<i>Total bruto</i>	19 052 079	18 281 722
Provisões acumuladas	(3 574 093)	(2 330 142)
<i>Total</i>	15 477 986	15 951 580

Por sua vez na rubrica 4 do passivo (outros passivos) estão incluídos:

	1999	1998
Outros passivos:		
Fornecedores	992 153	53 687
Credores:		
Por valores a liquidar	575 722	323 790
Outros	14 850 758	5 431 781
Imposto sobre lucros a pagar	10 508	1 076 687
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	130 442	67 560
Retenção de impostos na fonte	986 355	1 476 211
Contribuições para a segurança social	403 924	439 040

	1999	1998
Cobranças por conta de terceiros	17 937	15 944
Juros e dividendos a pagar	24 134	24 259
Contribuições para os SAMS	101 625	73 986
Outras exigibilidades	3 610	72 720
<i>Total</i>	18 097 168	9 055 665

32 — Fundos administrados por conta de outrem:

O Banco não administrava fundos, em 31 de Dezembro de 1999, no seu nome próprio, que sejam por conta de outrem, incluindo fundos de investimento.

33 — Operações a prazo não vencidas à data do balanço:

É o seguinte o desdobramento das operações não vencidas no final do exercício (milhões de escudos):

	Compra	Venda
Operações cambiais a prazo	201 374	199 060
Operações <i>swap</i> :		
<i>Swap</i> de moeda	33 396	33 386
<i>Swap</i> às taxa de juro	457 790	457 456
Contratos de opções:		
Opções de moeda	755	700
Opções de taxa de juro	2 534	—
Contratos a prazo de taxa de juro (FRA)	—	763 847

Relativamente a estas operações, a sua efectivação teve em vista fundamentalmente a cobertura dos eleitos das flutuações das taxas de juro e taxas de câmbio.

As rubricas A3 e B4 da demonstração de resultados tinham a seguinte composição em 31 de Dezembro de 1999 e 1998:

	1999	1998
Lucros em operações financeiras:		
Diferença de reavaliação posição cambial	34 036 339	85 970 118
Diferença reavaliação aplicação títulos	856 383	4 000 952
Lucros e proveitos em operações extrapatrimoniais	8 598 937	8 852 062
Outros	233 099	37 389
<i>Total</i>	43 724 758	98 860 521
Prejuízos em operações financeiras:		
Diferença de reavaliação posição cambial	28 807 814	79 994 885
Diferença reavaliação aplicação títulos	2 757 550	2 760 287
Custos e prejuízos em operações extrapatrimoniais	8 793 286	8 796 293
Outros	255 996	13 965
<i>Total</i>	40 614 646	91 565 430

34 — Quadro de pessoal:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o quadro de pessoal pode ser resumido como se segue:

	1999	1998
Com funções específicas de enquadramento:		
Direcção	206	209
Chefias e gerência	682	761
Técnicos informáticos	164	161
Outros técnicos	258	266
Sem funções específicas de enquadramento:		
Comerciais	1 574	1 497
Administrativos	614	693
Outros	107	142
<i>Total</i>	3 605	3 729

	Licenciados		Curso médio		Outros	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Com funções específicas de enquadramento:						
Direcção	135	138	8	8	63	63
Chefias e gerência	97	100	14	21	571	640
Técnicos informáticos	54	54	8	6	102	101
Outros técnicos	164	176	11	13	83	77
Sem funções específicas de enquadramento:						
Comerciais	72	44	58	39	1 444	1 414
Administrativos	35	25	18	18	561	650
Outros	—	—	—	5	107	137
<i>Total</i>	557	537	117	110	2 931	3 082

Este total reflecte o número de efectivos do BTA em Portugal, havendo que adicionar 327 em relação a 1999 (dos quais 299 nas sucursais e agências; 15 nos escritórios de representação e 13 nas filiais) e 306 em relação a 1998, respectivamente, nas sucursais do estrangeiro.

35 — Órgãos de administração e de fiscalização:

Relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, o montante das remunerações atribuídas em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 foi de 539 976 milhares de escudos e 422 280 milhares de escudos, respectivamente, com o detalhe seguinte :

	1999	1998
Remunerações atribuídas no exercício:		
Administração	533 181	413 452
Fiscalização	6 795	8 828
<i>Total</i>	539 976	422 280

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para com os antigos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

36 — Serviços de gestão e representação prestados a terceiros:

O Banco presta alguns serviços de gestão e de representação a terceiros, nomeadamente, na área de gestão de carteiras, mas os proveitos daí resultantes não têm dimensão significativa.

37 — Operações em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 1999 os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, representavam, aproximadamente, 34,3% e 34,4% do valor global do activo e do passivo do Banco, correspondendo a 996 223 e 992 239 (milhões de escudos):

2

38 — Proveitos:

Os proveitos registados nas rubricas B1, B2, B3, B4 e B7 da demonstração de resultados, ventilados por mercados geográficos, são os constantes do mapa abaixo:

	Ásia		Europa		
	Macau	Portugal	Off-shore	Londres	Luxemburgo
B1) Juros e proveitos equiparados	1 784 489	88 746 570	20 846 994	22 916 074	409 118
B2) Rendimento de títulos	—	3 208 815	—	—	—
B3) Comissões	32 373	11 981 995	4 027	200 141	71 058
B4) Lucros em operações financeiras	23 283	37 720 331	2 514 347	847 825	3 153
B7) Outros proveitos de exploração	2 460	4 964 843	330	43 078	19
	África			América	
	Bissau	Luanda	Praia	Nova Iorque	G. Cayman
B1) Juros e proveitos equiparados	70 008	384 192	125 181	8 175 958	1 163 469
B2) Rendimento de títulos	—	—	—	—	—
B3) Comissões	40 863	287 949	38 253	158 275	7
B4) Lucros em operações financeiras	158 889	2 398 664	40 434	17 486	346
B7) Outros proveitos de exploração	6 796	135 331	15 982	7 798	—
<i>Total</i>					
B1) Juros e proveitos equiparados	144 622 053				
B2) Rendimento de títulos	3 208 815				
B3) Comissões	12 814 941				
B4) Lucros em operações financeiras	43 724 758				
B7) Outros proveitos de exploração	5 176 637				

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

As principais componentes das seguintes rubricas de custos e proveitos são, em milhares de escudos:

	1999	1998
A) Custos:		
Rubrica 6 — Outros custos de exploração:		
Quotizações e donativo	105 094	93 869
Outros	131 889	183 841
	<u>236 983</u>	<u>277 710</u>

	1999	1998
Rubrica 11 — Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na venda de valores imobilizados	364 832	111 614
Outras perdas de exercícios anteriores	2 696 288	2 163 390
Indemnizações por incumprimento de contratos	8 500	—
Valores roubados	169 467	—
Outras perdas extraordinárias	2 673 271	50 378
	<u>5 912 358</u>	<u>2 325 382</u>
B) Proveitos:		
Rubrica 7 — Outros proveitos de exploração:		
Proveitos de prestação de serviços	3 209 210	3 989 992
Reembolso de despesas	1 739 046	2 668 527
Outros	228 381	187 499
	<u>5 176 637</u>	<u>6 846 018</u>
Rubrica 9 — Ganhos extraordinários:		
Outros ganhos de exercícios anteriores	2 773 251	1 252 137
Recuperação de juros no âmbito de reestruturação de dívidas	714	10 303
Mais-valias na realização de valores imobilizados	5 171 562	126 662
Recuperação de créditos incobráveis	5 925 195	1 327 863
Utilização da reserva de refocalização	1 180 992	1 181 000
Outros ganhos extraordinários	402 384	725 257
	<u>15 454 098</u>	<u>4 623 222</u>

40 — Passivos subordinados:

Durante o exercício de 1999, foram registados como encargos do exercício 5 760 299 milhares de escudos e pagos encargos no valor de 5 799 190 milhares de escudos.

Os encargos suportados no exercício são desdobrados a seguir (milhares de escudos):

Descrição	Juros pagos	Custos imputados
Títulos de participação:		
Emissão de 14 de Setembro de 1987	28 832	23 852
Obrigações de caixa subordinadas:		
Emissão de 30 de Julho de 1993	378 125	326 042
Emissão de 16 de Junho de 1995	281 016	279 727
Emissão de 10 de Julho de 1996	595 313	492 396
Obrigações perpétuas subordinadas (TOPS):		
Emissão de 26 de Novembro de 1997	213 186	212 673
Acções preferenciais:		
Emissão do TAF — aplicação no BTA em 31 de Dezembro de 1996	2 550 376	2 558 781
Emissão do PTIF — aplicação no BTA em 1 de Agosto de 1997	1 752 344	1 866 829

41 — Carga fiscal:

A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios é a seguinte:

	1999	1998	1997
Provisão para imposto	42 972	1 663 177	934 892
Imposto a receber	109 117	32 390	—
Imposto sobre rendim. a pagar	10 508	1 076 687	860 100

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o Banco tem registada uma provisão sobre lucros a pagar no montante de 42 972 milhares de escudos e 1 663 177 milhares de escudos, respectivamente. O montante dos impostos correspondentes aos exercícios de 1999 e 1998 representam 3,1% e 21,3%, respectivamente, dos resultados antes de impostos. Estas taxas reduzidas de impostos resultam, principalmente, do regime especial de tributação de partes dos seus rendimentos e da

utilização de reporte de prejuízos fiscais transitados de exercícios anteriores.

42 — Incidência do imposto sobre rendimentos:

O imposto sobre lucros estimado para 1999, incidiu sobre as seguintes rubricas de resultados do exercício (milhares de escudos):

Resultados correntes	42 972
Resultados extraordinários	—

43 — Consolidação das contas do Banco noutra instituição:

As contas do Banco Totta & Açores, S. A., são incluídas nas contas consolidadas do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., com sede na Rua do Ouro, 28, Lisboa.

44 — Empresas filiais noutros estados membros da UE:

O Banco Totta & Açores, S. A., não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-Membros da Comunidade Europeia, dispensadas da fiscalização e da publicação de demonstração de resultados.

45 — Operações de locação financeira:

Os montantes de locação financeira, com indicação da rubrica onde estão contabilizadas, são as seguintes (milhares de escudos):

	1999	1998
Rubrica 4 — Crédito sobre clientes	—	—
Rubrica 10 — Imobiliz. corpóreas (brutas)	33 922	33 922
Amortizações acumuladas	32 328	22 260

46 — O BTA não tem montantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas e de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação (*netting across transactions*) a que refere a parte final do ponto 1.3 do Cap. II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Resultados sobre empresas coligadas e participadas:

O montante dos resultados, incluídos nas rubricas A1, A2, e A4 e B1, B3 e B7, sobre empresas coligadas, participadas directa ou indirectamente, são os seguintes (milhares de escudos):

	1999	1998
--	------	------

A) Custos:

Rubrica 1 — Juros e custos equiparados	87 906	2 146 478
Rubrica 2 — Comissões	324 613	546 431
Rubrica 3 — Gastos gerais administrat.	419 774	104 196

B) Proveitos:

Rubrica 1 — Juros e proveitos equipar.	3 577 243	4 925 929
Rubrica 2 — Comissões	1 308 794	1 214 134
Rubrica 3 — Outros proveitos de explor.	551	634

48 — Outras informações:

Na sequência do acordo celebrado em 11 de Novembro de 1999 entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano (BSCH), em 3 de Março de 2000 o BSCH adquiriu o controlo indirecto de 51,8% das acções representativas do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A. (Mundial-Confiança). Esta participação indirecta na Mundial-Confiança, implica igualmente a titularidade indirecta de 53,05% do capital do BPSM, 94,38% do capital do BTA e 70,57% do capital do CPP.

Como resultado do acordo celebrado igualmente em 11 de Novembro de 1999 entre o BSCH e a Caixa Geral de Depósitos, S. A (CGD), em 5 de Abril de 2000 a CGD, através da Parbanca, SGPS, S. A., adquiriu ao BSCH a titularidade indirecta de 51,8% do capital da Mundial-Confiança e das suas participadas.

Posteriormente no dia 7 de abril de 2000 o BSCH, através da sua participada Santusa Holding, SL, adquiriu ao BPSM uma participação qualificada correspondente a 94,68% do capital social do BTA. Considerando as acções próprias detidas pelo Banco, a percentagem de participação corresponde a 95,55%.

Na mesma data, o BTA aumentou a sua participação qualificada no CPP de 58,03% para 70,66%, mediante aquisições em bolsa à Mundial-Confiança, ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A e ao mercado.

Em virtude da tomada de participação qualificada no BTA e no CPP, o BSCH informou que irá oportunamente e em conformidade com a lei, proceder ao lançamento da oferta pública de aquisição sobre as acções na titularidade dos accionistas minoritários dos dois bancos.

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal. — O Director da Contabilidade, (*Assinatura ilegível*).

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 1999 (actividade global)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	(Em escudos)	
					Valor de balanço	
A) Títulos de negociação						
B) Títulos de investimento						
Títulos de rendimento fixo — Emitido por residentes:						
De dívida pública portuguesa:						
A médio e a longo prazos:						
Obr. Tes. 95/01 OTRV (EUR)	4 955 562 295	0,01	2,01	9 920 797 401 29	9 946 827 703,49	
Obr. Tes. 95/05 FEV/2005 (EUR)	1 496 393 691	0,01	2,49	3 975 000 000,31	3 731 824 913,34	
Obr. Tes. 96/02 OTRV (EUR)	16 418 037 630	0,01	2,01	32 805 312 989,86	32 982 707 450,66	
Obr. Tes. 96/03 OTRV (EUR)	23 390 530 889	0,01	2,00	46 639 052 527,57	46 875 883 064,94	
Obr. Tes. 97/00 MAR/2000 (EUR)	498 797 929	0,01	2,01	1 005 100 063,47	1 001 861 294,80	
Obr. Tes. 97/02 MAR/2002 (EUR)	498 797 897	0,01	2,09	1 027 499 999,52	1 044 418 080,07	
Obr. Tes. 97/04 OTRV (EUR)	10 141 539 021	0,01	2,00	20 142 505 616,12	20 260 492 352,52	
Obr. Tes. 98/03 ABR/2003 (EUR)	2 033 800 000	0,01	2,09	4 080 257 098,04	4 255 401 060,18	
Obr. Tes. 99/04 AGO/2004 (EUR)	2 047 500 000	0,01	2,02	3 870 891 419,85	4 130 845 821,75	
OBR TES 99/09 JUL/2009 (EUR)	1 535 600 000	0,01	1,95	2 719 944 506,53	2 990 743 037,95	
Consolidado 1940 PT	11 958	2 000,00	1 810 55	17 937 000,00	21 650 526,00	

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Consolidado 1941 PT	7 286	1 000,00	854,62	5 068 870,20	6 226 774,10
Consolidado 1942 PT	52 784	1 000,00	829,08	39 830 806,40	43 761 910,00
Consolidado 1943 PT	13 759	1 000,00	796,85	6 053 960,00	10 963 893,00
<i>Soma</i>				<u>126 255 252 259,15</u>	<u>127 303 607 882,80</u>
Outros em. públicos nacionais — Emitidos por residentes:					
A médio e a longo prazos:					
Caminhos de Ferro/95/2005 TV	8 150 141	1 000,00	999,38	8 092 239 317,00	8 145 051 317,00
Câmara Municipal de Lisboa/2019	3 000 000	5,00	1 002,41	3 007 230 000,00	3 007 230 000,00
Câmara Municipal de Oeiras/93	19 000	1 000,00	1 000,00	18 933 500,00	19 000 000,00
Câmara Municipal da Maia/97	1 750 000	1 000,00	1 000,00	1 750 000 000,00	1 750 000 000,00
Governo Regional dos Açores/93 — 3.ª emissão	10 000	1 000,00	1 000,00	9 970 000,00	10 000 000,00
Governo Regional dos Açores/94 — 1.ª série	10 000	1 000,00	1 000,00	9 800 000,00	10 000 000,00
Governo Regional dos Açores/95 — 1.ª série	790 000	1 000,00	1 000,00	784 470 000,00	790 000 002,40
Governo Regional dos Açores/95 — 2.ª série	1 210 000	1 000,00	1 000,00	1 210 000 000,00	1 210 000 000,00
Governo Regional dos Açores	1	—	1 000 000 000,00	1 002 500 000,00	1 000 000 000,00
Região Autónoma da Madeira/90/2002 — Série A	5 184 364	419,00	437,04	2 280 860 941,80	2 265 757 293,50
<i>Soma</i>				<u>18 166 003 758,80</u>	<u>18 207 038 612,90</u>
Emitentes públicos estrangeiros — Obrigações:					
A médio e a longo prazos:					
Bosnia & Herzegovina	1	—	105 579 964,00	4 751 098,11	105 579 964,00
Bosnia & Herzegovina	1	—	63 347 977,00	6 334 798,15	63 347 977,00
City of New York	1	—	551 615 674,00	550 607 237,21	551 615 674,00
Hellenic Republic	1	—	750 037 152,00	749 775 000,47	750 037 152,00
Hellenic Republic	1	—	585 460 608,00	585 460 608,00	585 460 608,00
Hellenic Republic	1	—	1 030 450 976,00	1 030 450 976,00	1 030 450 976,00
Province Quebec	1	—	98/942 763,00	985 869 163,00	987 942 763,00
FHLMC 1603	1	—	274 902 211,57	274 902 211,57	274 902 211,57
FHLMC 1607	1	—	238 480 204,00	240 119 801,92	238 480 204,00
FHLMC 1611	1	—	332 175 883,79	336 639 731,47	332 175 883,79
FHLMC 1634	1	—	279 049 949,87	259 865 263,32	279 049 949,87
FHLMC 1635	1	—	411 359 887,74	414 316 827,61	411 359 887,74
FHLMC 1637	1	—	83 615 522,26	83 929 037,31	83 615 522,26
FHLMC 1640	1	—	105 665 149,67	104 113 339,96	105 665 149,67
FHLMC 1641	1	—	241 146 558,72	243 256 548,95	241 146 558,72
FHLMC 1718	1	—	360 055 773,63	361 968 794,18	360 055 773,63
FHLMC G1	1	—	222 125 913,79	218 863 640,99	222 125 913,79
FNMA 93-50	1	—	80 022 771,47	80 447 842,80	80 022 771,47
FNMA 93-84	1	—	235 184 364,49	236 801 252,07	235 184 364,49
FNMA 93-105	1	—	136 343 325,99	136 897 315,67	136 343 325,99
FNMA 93-166	1	—	106 288 986,75	106 753 970,89	106 288 986,75
FNMA 93-172	1	—	292 520 121,11	291 057 516,52	292 520 121,11
FNMA 93-207	1	—	191 635 726,76	192 803 379,12	191 635 726,76
FNMA 93-220	1	—	510 754 384,48	499 972 293,14	500 754 384,48

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
FNMA 93-231	1	—	418 933 142,19	421 813 249,92	418 933 142,19
Reino da Suécia	500	—	999 353,86	500 000 000,00	499 676 928,00
City of New York	1	—	997 820 027,87	995 325 477,80	997 820 027,87
B. T. República de Cabo Verde	1	—	673 721 266,00	673 721 266,00	673 721 266,00
<i>Soma</i>				10 586 907 642,15	10 755 913 234,15
De outros residentes — Outras obrigações:					
A médio e a longo prazos:					
Amorim Inv. Part. SGPS OB/98	28 000 000	1 000,00	1 000,00	28 000 000 000,00	28 000 000 000,00
APAJP— ASS P. AD J Port/94	1 500 000	1 000,00	1 000,00	1 500 900 000,00	1 499 999 957,30
Ateneu C. Porto s/ juro (Ob)	100	1 000,00	1 000,00	100 000,00	100 000,00
Brisa/95 — 1.ª emissão	738 821	1 000,00	1 000,00	738 821 000,00	738 821 016,50
Centralcer/96 — 1.ª emissão	1 800 003	778,00	778,00	1 401 802 736,33	1 400 402 548 20
Cipan/89 (taxa fixa)	49 800	909,10	909,11	45 273 533,50	45 273 533,50
EDP — 25.ª emissão — Obrig/98	1 000 000	1 000,00	1 000,00	999 000 000,00	1 000 000 000,00
ESLI — Parques Est. Lx/95	100 000	1 000 00	1 000,00	99 600 000,00	100 000 000,00
Est Jer. Martins/96 (ex. warrants)	2	8 200,00	8 199,95	15 334,00	16 399,90
F. Ramada, S. A./96	150 000	1 000,00	1 000,00	150 000 000,00	150 000 000,00
Fab. Malhas Iver OP/95	20 000	1 000,00	1 000,00	20 000 000,00	20 000 000,00
Imoloc — Inv. Imobiliário/98	180 000	875,00	875,00	157 500 000,00	157 500 000,00
Labor. Atral./89 (taxa fixa)	10 000	765,29	765,28	7 652 794,80	7 652 794,80
Lisnave/91 — Série B	143 000	558,26	558,26	80 956 000,00	82 622 318,00
Mc Factor — Ob. Perp. Subordinadas	600 000	1 000,00	1 000,00	600 000 000,00	600 000 000,00
Mod. Continente/95, SGPS	1 324 797	1 000,00	1 000,00	1 324 664 520,30	1 324 797 041,60
Papéis Inapa/95	2 000 000	249,68	249,68	499 359 230,50	499 359 230,50
Papelaria Fernandes/95	500 000	250,00	250,00	125 000 000,00	125 000 000,00
Petrocontrol/95 (ob.)	5 950 000	1 322,11	1 322,11	7 866 554 500,00	7 866 554 500,00
Polimaia/94	50 000	400,00	400,00	20 000 000,00	20 000 000,00
Polimaia/89 — Série C	10 000	800,00	800,00	8 000 000,00	8 000 000,00
Polo Segurities/95/02	772	10 000 000,00	9 974 016,98	7 699 941 105,90	7 699 941 105,90
Portucel Florestal/95	500 000	500,00	500,00	250 000 000,00	250 000 000,00
Portucel Viana/95	500 000	500,00	500,00	250 000 000,00	250 000 000,00
Quintas & Quintas — Ob/98	550 000	1 000,00	1 000,00	550 000 000,00	550 000 000,00
Reditus/91	30 000	1 000,00	1 000,00	30 000 000,00	30 000 000,00
SDP — Soc. Dist. Papeu95	500 000	250,00	250,00	125 000 000,00	125 000 000,00
Sopete/87 — Série B	240	700,00	700,00	168 000,00	168 000,00
Transportes Luís Correia/88 (ob.)	49 450	337,67	337,67	16 697 781,40	16 697 781,40
UIF/1999-2004	12 500	1 000,00	200 482,00	2 506 025 000,00	2 506 025 000,00
Unifer/87	31 000	400,00	989,80	30 683 800,00	30 683 800,00
Modelos	1	—	299 975 369,00	299 999 999,56	299 975 369,00
Petrogal Petrol	1	—	500 000 001,00	500 000 001,00	500 000 001,00
Caixa Económica Montepio Geral/2002	1	—	1 001 366 901,00	998 877 076,44	1 001 366 901,00
Caixa Económica Montepio Geral/2004	1	—	1 000 599 380,00	996 427 801,20	1 000 599 380,00
<i>Soma</i>				57 899 020 214,93	57 906 556 678,60
Obrigações de caixa				—	52 598 590 027,60

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
B. Chemical Utilities Europa 99/04	337 330	10 000,00	10 000,00	3 219 076 000,00	3 373 300 000,00
B. Chemical C. G. PSI 20 (Ob. Cx) 1	2 800	10 000,00	10 045,64	28 127 785,00	28 127 785,00
B. Chemical C. G. PSI 20 (Ob. Cx) 2	950	10 000,00	9 840,83	9 348 788,00	9 348 788,00
B. Chemical R. M. PSI 20 (Ob. Cx)	1 550	10 000,00	10 179,87	15 778 793,30	15 778 793,30
Credifin/98 1.ª emissão 2.ª série (Ob. Cx)	50 000	10 000,00	10 000,00	500 000 000,00	500 000 000,00
Credifin/98 1.ª emissão — 2.ª série	50 000	10 000,00	10 000,00	500 000 000,00	500 000 000,00
MC Factor Ob. Caixa Subordinada	22 000	10 000,00	10 000,00	220 000 000,00	220 000 000,00
Mcfactor Ob. Cx /98	200 000	10 000,00	10 000,00	2 000 000 000,00	2 000 000 000,00
Montepio Geral Ob/Cx/98	20 000	10 000,00	10 000,00	200 000 000,00	200 000 000,00
Sottoleasing/97 2.ª emissão — 1.ª série (Ob. Cx)	90 000	10 000,00	10 000,00	900 000 000,00	900 000 000,00
Sottoleasing/97 2.ª emissão — 2.ª série (Ob. Cx)	85 000	10 000,00	10 000,00	850 000 000,00	850 000 000,00
Tottafactor/97 (Ob. Cx)	71 800	10 000,00	10 000,00	716 000 000,00	716 000 000,00
Tottaimo/98 2.ª emissão — Série B (Ob. Cx)	200 000	10 000,00	10 000,00	2 000 000 000,00	2 000 000 000,00
Tottaimo/98 Ob. Caixa Subordinada	130 000	10 000,00	10 000,00	1 300 000 000,00	1 300 000 000,00
Tottaimo/98 (Ob. Cx)	150 300	10 000,00	10 000,00	1 503 000 000,00	1 503 000 000,00
<i>Soma</i>				13 961 331 366,30	14 115 555 366,30
Emitidos por não residentes:					
Org. fin. internacionais:					
BEI 93/2000	100 000	1 000,00	1 010 14	111 700 000,00	101 013 541,20
Morgan G Trust/97-07 CUP 0	300 000	1 000,00	1 002,12	300 635 222,00	300 635 222,00
Banco Bradesco 98/2001	5 000	—	99 885 79	499 428 928 50	499 428 928,50
BEI 95/2000 — Taxa variável	1 800 000	—	999,78	1 600 000 000,00	1 799 596 210,00
BEI 95/2000 — Taxa fixa	2 000	—	1 040,83	2 097 500,00	2 081 657,00
BEI 96/2001 — Taxa variável	5 465 000	—	1 000,22	5 465 000 000,00	5 400 194 939,00
BEI 90/2006 — Taxa variável	1 200 000	—	1 000 00	1 207 200 000,00	1 200 000 000,00
BEI 07/2002 — Taxa fixa	5 000	—	99 904,77	500 250 000,00	499 523 828,00
BEI 97/2005 — Taxa variável	1 500	—	999 262,49	1 500 000 000,00	1 498 893 730,00
CECA 95/2002	400 000	—	1 001,18	400 000 000,00	400 471 829,00
EUROFIMA 95/2005	150 000	—	998,65	150 000 000,00	149 798 226,00
<i>Soma</i>				11 942 311 650,50	11 917 638 110,70
Outras obrigações:					
Ford Motor/99	5 000	1 000,00	198 677,35	993 386 746,24	993 386 746,24
DSL Bank 99/01	30 000	1 000,00	200 096,07	5 997 036 164,50	6 002 882 164,50
Hypobk Essen 99/01	20 000	1 000,00	200 310,16	4 004 644 117,03	4 006 203 117,03
Rheinboden HYP 99/02	20 000	1 000,00	200 206,34	4 001 528 474,95	4 004 126 724,95
Hypobk Essen 99/02	2 000	10 000,00	1 022 885,97	2 045 771 946,22	2 045 771 946,22
Rheinboden HYP 97/02	5 000	10 000,00	1 024 176,90	5 117 563 241,49	5 120 884 491,49
Wurttemberg Hypobk 96/02	10 000	1 000,00	102 412,56	1 023 129 135,64	1 024 125 635,64
Advance Bank Austrália	1	—	997 276 998,00	995 984 971,85	997 276 998,00
Advance Bank Austrália	1	—	997 183 181,00	995 241 187,82	997 183 181,00
Anz Banking Group	1	—	1 995 130 721,00	1 994 442 671,71	1 995 130 721,00
Bank America Corp	1	—	2 732 045 906,00	2 729 915 962,40	2 732 045 906,00
Bank of America NA	1	—	992 274 519,00	989 733 687,68	992 274 519,00
Bank of Westren Austrália	1	—	994 045 261,00	993 185 911,77	994 045 261,00
BCA Monte di Pachi di Sierra	1	—	1 990 486 565,00	1 989 524 773,26	1 990 486 565,00

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BCA Monte di Pachi di Sierra	1	—	2 004 018 072,00	1 999 714 842,00	2 004 018 072,00
BCA Pop Brescia	1	—	996 296 265,00	994 287 465,00	996 296 265,00
BCA Pop Novara	1	—	600 890 869,00	599 039 811,55	600 890 869,00
BCA Pop Novara	1	—	400 285 508,00	399 359 874,80	400 285 508,00
BCO di Napoli	1	—	1 000 263 350,00	999 097 741,89	1 000 263 350,00
BCP Finance Bank	1	—	1 001 099 050,00	999 899 669,89	1 001 099 050,00
Bear Sterns	1	—	199 999 999,00	199 800 000,00	199 999 999,00
Bear Sterns	1	—	997 445 654,00	995 745 261,84	997 445 654,00
British Gas Finance	1	—	479 598 726,00	476 306 989,62	479 598 726,00
Cam Global Finance	1	—	1 000 050 303,00	997 946 786,12	1 000 050 303,00
Christiana Bank	1	—	992 915 028,00	952 915 028,00	992 915 028,00
Chryster Fin. Corp.	1	—	1 980 467 119,00	1 979 300 719,00	1 980 467 119,00
Citicorp	1	—	500 000 001,00	500 000 001,00	500 000 001,00
Dean Witter Disc	1	—	997 808 928,00	997 355 328,00	997 808 928,00
Deutsche Apotheke	1	—	996 395 738,00	993 216 895 S0	996 395 738,00
Eurostate SRA	1	—	149 811 929,00	150 749 999,23	149 811 929,00
First Security BK Utah	1	—	501 261 115,00	500 157 288,97	501 261 115,00
First Union Corp	1	—	1 995 640 056,00	1 983 119 479,72	1 995 640 056,00
First USA Bank	1	—	996 811 868,00	994 547 877,80	996 811 868,00
Fleet National Bank	1	—	996 315 579,00	993 442 195,77	996 315 579,00
Fleet National Bank	1	—	1 493 649 334,00	1 492 477 102,00	1 493 649 334,00
Ford Credit Europe	1	—	1 002 410 000,00	946 475 522,00	1 002 410 000,00
Goldman Sachs Group	1	—	499 999 999,00	500 749 998,06	499 999 999,00
Iberola Int	1	—	717 533 733,00	720 403 868,61	717 533 733,00
Irish Permanenttrespury	1	—	599 261 784,00	599 401 083,60	599 261 784,00
Islandsbanki	1	—	995 239 759,00	993 828 747,76	995 239 759,00
Keybank NA	1	—	997 526 330,00	996 223 515,83	997 526 330,00
Lehman Bros Holding Inc	1	—	993 827 363,00	986 345 097,55	993 827 363,00
Merrill Lynch	1	—	992 943 260,00	991 647 260,00	992 943 260,00
Morgan Stanley Group	1	—	993 967 850,00	992 153 450,00	993 967 850,00
National Bank of Canada	1	—	299 291 378,00	299 346 008,36	299 291 378,00
National Bank of Canada	1	—	398 523 701,00	398 329 755,13	398 523 701,00
National Bank of Hungary	1	—	749 418 890,00	772 276 167,39	749 418 890,00
National Power Co	1	—	1 612 367 405,00	1 708 786 975 65	1 612 367 405,00
Nova n.º 1	1	—	1 025 709 804,00	1 025 048 189,56	1 025 709 804,00
Painwebber Group	1	—	999 431 511,00	997 820 027,87	999 431 511,00
Pastor Intl Finance	1	—	995 449 303,00	989 707 867,65	995 449 303,00
Pegasus Capital	1	—	997 820 028,00	997 820 028,00	997 820 028,00
Polo Securities	1	—	999 185 760,00	1 000 000 000,00	999 185 760,00
Prime Target	1	—	996 555 808,00	1 001 013 051,96	996 555 808,00
BCA Carige	1	—	2 000 293 791,00	1 998 693 054,72	2 000 293 791,00
Rose Funding	1	—	74 836 502 00	74 814 051,14	74 836 502,00
Salomon Smith Barney Hold	1	—	997 820 028,00	993 245 547,76	997 820 028,00
SNS Bank Nederland	1	—	994 868 622,00	993 569 547,76	994 868 622,00
SNS Bank Nederland	1	—	1 609 036 953,00	1 607 814 441,67	1 609 036 953,00
St. George Bank	1	—	492 342 291,00	492 199 348,96	492 342 291,00
Suncorp Metway	1	—	993 072 983,00	992 424 983,00	993 072 983,00
Sveriges Allmana	1	—	796 074 778,00	796 074 778,00	796 074 778,00
Union Europeene	1	—	1 002 204 589 00	1 001 207 108,00	1 002 204 589,00

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
US Bank NA	1	—	996 453 336,00	993 854 567,79	996 453 336 00
Banca Intesa	1	—	1 999 465 484 00	1 998 823 672 40	1 909 465 484,00
BCO Mello	1	—	1 000 427 212,00	1 000 405 180,00	1 000 427 212 00
BGB Finance Irland	1	—	2 003,108 783,00	2 002 013 252,00	2 003 108 783 00
Cassa di Risparmio Bologna	1	—	999 131 149,00	995 817 908,01	999 131 149,00
Bankboston Corp	1	—	588 347 55 1 63	594 501 172,00	588 347 554,63
Bankers Trust	1	—	386 473 717,64	986 082 473,64	986 173 217,64
Bear Sterns Mortagl Sec	1	—	997 820 027,87	997 820 027,87	997 820 027,87
Countryside	1	—	978 495 646,52	977 649 034,52	978 495 646,52
Dole Food Company	1	—	598 495 047,05	598 692 016,72	598 495 047,05
Donald LJ — N. York	1	—	996 348 442,89	991 246 991,70	996 348 442 89
Finova Capital	1	—	997 820 027,87	997 820 027,87	997 820 027,87
Hilton Hotel Corp	1	—	997 820 027,87	995 215 067,87	997 820 027,87
Lehman Brothers	1	—	655 348 038,34	653 504 026,60	655 348 038,34
MBNA — Bank USA	1	—	993 435 806,23	984 076 045,65	993 435 806,23
Nipsco Capital Mark	1	—	598 692 016,72	598 301 272,72	598 692 016,72
Donald LJ — N. York	1	—	1 956 491 784,33	1 995 640 055,74	1 956 491 784,33
Transfinancial	1	—	399 128 011,15	399 128 011,15	399 128 011,15
Household	1	—	989 321 395,13	986 000 071,13	989 321 395,13
Instituto Bancário	1	—	1 005 802 588,09	1 005 802 588,09	1 005 802 588,09
Heller Financial	1	—	1 091 365 655,48	1 091 365 655,48	1 091 365 655,48
Homeside Lending	1	—	997 820 027,87	996 517 547,87	997 820 027,87
Lehman Brothers	1	—	297 005 920,83	296 079 948,49	297 005 920,83
General Motors	1	—	994 479 326,42	993 176 846,42	994 479 326,42
Key Bank	1	—	1 995 640 055,74	1 994 473 655,74	1 995 640 055,74
US Bank	1	—	1 991 751 351,53	1 988 087 915,66	1 991 751 351,53
First Union	1	—	1 995 640 055,74	1 995 640 055,74	1 995 640 055,74
Firststar	1	—	1 994 631 060,13	1 992 677 340,13	1 994 631 060,13
Fleet Financial	1	—	497 894 831,84	496 922 831,84	497 894 831,84
PNC	1	—	1 995 640 055,74	1 993 035 095,74	1 995 640 055,74
Fleet Financial	1	—	994 407 483,38	993 046 683,38	994 407 483,38
FCC Chicago	1	—	794 208 265,57	791 164 576,18	794 208 265,57
FCC Chicago	1	—	198 809 653,63	197 884 967,55	198 809 653,63
Banco Mello	1	—	1 003 844 931,06	1 003 790 982,92	1 003 844 931,06
Bankers Trust NY/94	320 000	—	996,63	320 000 000,00	318 922 428,00
ESRA/95	250 000	—	1 000,00	250 000 000,00	250 000 000,00
Ford Credit Europe/96	12 500	—	99 915,20	1 250 000 000,00	1 248 940 061,00
Ico-Int Cred of Esp/95	1 500 000	—	1 000,00	1 500 000 000,00	1 500 000 000,00
Izasa 96/2000	250 000	—	998,52	250 000 000,00	249 629 284,00
Lehman Brothers/98	2 500	—	99 950,31	248 250 000,00	249 875 783,00
General Motors	8 000	—	125 009,43	950 124 230,54	1 000 075 464,34
HFC Bank 99/04	50	—	19 984 253,14	996 195 058,00	999 212 656,93
Lehman Brothers 2002	1	—	398 741 655,23	396 334 115,07	398 741 655,23
Lehman Brothers 2000	1	—	399 048 983,80	393 489 406,33	399 048 983,80
Mazda Motor Corporation	1	—	585 460 524,03	593 949 777,26	585 460 524,03
<i>Soma</i>				124 706 588 981,87	124 785 333 782,69

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Títulos de rendimento variável — Emitidos por residentes:					
Acções:					
A. Silva & Silva, S. A., SGPS	10 941	1 000,00	1 025,72	11 779 080,60	11 222 374,80
A. Silva & Silva, S. A. s/ voto	12 306	1 000,00	1 025,72	15 690 150,00	12 622 485,10
B. Chemical (acções)	3 000	1 000,00	1 650,00	4 950 000,00	4 950 000,00
BSV Máq. Automáticas, S. A. Caut	3 774	1 000,00	1 000,00	—	3 774 000,00
Beira Vouga	9	1 000,00	0,11	1,00	1,00
CPC — Imobiliária (acções)	51 650	1 000,00	5 000,00	—	258 250 000,00
CASA HIPÓLITO, SA (acções)	11 385	1 000,00	1 000,00	—	11 385 000,00
Centro Est. Ad. Desenv. (acções)	50	1 000,00	1 000,00	—	50 000,00
CERPAR — SGPS, S. A. (acções)	125 000	1 000,00	1 000,00	125 000 000,00	125 000 000,00
Comp. Fia T. Alcobaça (acções)	82 491	1 000,00	974,27	—	80 368 500,00
Comp. Fia. Tec. Fafe (acções)	48	1 000,00	833,33	—	40 000,00
Comp. P. P. Cavaleiros (acções)	128 923	1 000,00	1 275,19	—	164 400 838,40
Coop. Cons. S. Miguel (acções)	100	100,00	100 00	—	10 000,00
DCI — Des. Com. Intern. (acções)	10 000	1 000,00	1 000,00	—	10 000 000,00
D. Pedro — Invest. Turísticos (acções)	1 400	1 000,00	1 891,93	2 596 244,00	2 648 705,00
Douro — Gest. Prom. Imob., S. A. (acções)	61	1 000,00	99,84	6 090,00	6 090,00
EMAPE — E. Agro P. Benavente (acções)	5 500	1 000,00	1 636,36	—	9 000 000,00
Emp. Imob F. Nova, S. A. (acções)	220 000	1 000,00	2 219,42	351 686 038,30	488 273 038,30
Emp. Cinematogr S. Pedro (acções)	50	1 000,00	1 000 00	—	50 000,00
Ensinus, S. A. (acções)	10 000	1 000,00	2 001,00	12 824 000,00	20 010 000,00
Estamparia Império (acções)	45 578	1 000,00	2 651,60	—	120 854 830,00
Fábricas V. da Gama (acções)	24	1 000,00	500,00	12 000,00	12 000,00
Fafer (acções)	14 718	1 000,00	4 500,00	16 982 524,40	66 231 000,00
Fiandeira Mirense (acções)	2 100	1 000,00	95 24	200 000,00	200 000,00
Finangeste (acções)	4 900	1 000,00	4 000 00	6 571 000,00	19 600 000,00
FITOR — C. Port. de Têxteis (acções)	68 815	1 000,00	2 370 30	13 796 031,20	163 111 885,00
Fomento — Soc. Gest. (acções) Nom.	76	1 000,00	699,49	53 161,30	53 161,30
Fomento — Soc. Gest. (acções) Pt	140	1 000,00	699 49	97 928,70	97 928,70
Fundínio (acções)	22 409	1 000,00	1 000 00	7 574 000,00	22 409 000,00
FUNFAP — Fundação Port (acções)	50 000	1 000,00	1 000,00	50 000 000,00	50 000 000,00
Gestão — Agro-Pecuária (acções)	9	1 000,00	756,74	6 810,70	6 810,70
Grutas Mira d'Aire (acções)	720	1 000,00	250 00	180 000,00	180 000,00
Hotal — Soc. I. H. Sul Port. (acções)	2 700	1 000,00	1 640,50	3 309 341,60	4 429 341,60
IFM Indústrias, S. A. (acções)	24 090	1 000,00	1 000 00	—	24 090 000,00
INCAL — Ind. Com. Alim. (acções)	62	227 00	227 00	—	14 074,00
INICA — Soc. Min. Industriais (acções)	100	1 000,00	1 000 00	—	100 000,00
Interhotel (acções) Cau	200 715	1 000,00	1 397,78	—	280 554 912,00
Interhotel (acções) Nom	2 000	1 000,00	1 397,77	—	2 795 534,00
Interhotel (acções) Pt	6 664	1 000,00	1 174,72	—	7 828 354,00
Jotocar — Ind. Móbil. (acções)	40	1 000,00	1 000,00	—	40 000,00
Júpiter	5	1 000,00	0,20	1,00	1,00
Lameirinho — Ind. Têxt. (acções)	21 376	1 000 00	2 342,63	34 284 111,36	50 076 100,00
Lisnave (acções)	71 703	1 000,00	9 986,26	44 563 414,50	716 044 771,00
Matur — Soc. E. T. Madeira (acções)	17 098	1 000,00	2 400,82	13 398 262,80	41 049 262,80
Nova Vouga — Ind. Alim. (acções)	33 484	1 000,00	1 000,00	—	33 484 000,00
O Trabalho — C. Seg., S. A. (acções)	1 976	1 000,00	16 123,48	31 860 000,00	31 860 000,00
Penta Publicidade (acções)	500	1 000,00	1 000,00	—	500 000,00

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Persuinos, S. A. (acções) Pt	10 212	1 000,00	2 585,44	26 402 475,60	26 402 475,60
Pirites Alentejanas (acções)	829 251	1 000,00	1 000,00	64 504 417,00	829 251 000,00
Portugália — C. T. Aéreos (acções) Nom	50 000	1 000,00	1 416,67	51 195 400,00	70 833 400,00
Portugália — C. T. Aéreos (acções)	70 000	1 000,00	1 416,67	71 673 600,00	99 166 600,00
Procapital (acções) Nom	198 333	1 000,00	1 697,91	—	336 752 184,00
Procapital (acções) Pt	258 000	1 000 00	1 697,91	—	438 061 596,60
Retur	1	1 000,00	1,00	1,00	1,00
Ricardo Gallo (acções)	19 651	1 000,00	1 419,83	27 901 000,00	27 901 000,00
Riguadiana Pt	1 000	1 000,00	1 000,75	592 748,90	1 000 748,90
Riguadiana Cau	29 000	1 000,00	1 000,75	5 666 720,00	29 021 720,00
SPE — S. Port. Empreend. (acções)	699	1 000,00	1 852,86	—	1 295 152,00
STE — Serv. Tel. Electr. (acções)	24 855	1 000,00	2 900,00	—	72 079 500,00
Sacor Marítima (acções)	5 648	1 000,00	2 500,00	8 718 817,60	14 120 000,00
Salvador Caetano — Com. Aut. (acções)	1	1 000,00	666,70	701,70	665,70
Situlpico — S. Inv. T. Pico (acções)	1 000	1 000,00	1 000,00	—	1 000 000,00
Soc. Const. ERG — Cau	2 052	1 000,00	1 635,26	—	3 355 562,10
Soc. Const. ERG — Pt	16 845	1 000,00	1 635,26	—	27 545 984,70
Soc. Imob. Urb. Parque (acções)	90	1 000,00	1 000,00	90 000,00	90 000,00
Soc. P. Electrometal. (acções)	23 530	1 000,00	2 945,75	—	69 313 577,30
Soc. Tex. L. Correia (acções)	19 901	1 000,00	1 884,33	—	37 500 000,00
Sodera — Soc. D. R. Alentejo (acções)	1 950	5 000,00	3 333,33	3 617 000,00	6 500 000,00
Somec (acções)	39 966	1 000,00	4 729,03	5 914 968,00	189 000 457,00
Sopragol — Soc. I. P. Agr. (acções)	42 000	1 000,00	29,81	29 387 400,00	1 252 035,40
Soset — Soc. D. R. P. Setúbal (acções)	22 500	1 000,00	1 000,00	22 500 000,00	22 500 000,00
Sotranco (acções)	195 895	1 000,00	1 449,49	9 202 000,00	283 948 000,00
Telgecom (acções)	175 996	1 000,00	4 259,51	—	751 415 936,40
Têxteis Atma, Sa (acções)	154 024	1 000,00	544,34	83 841 245,40	83 841 245,40
Têxteis Lopes Costa (acções)	8 972	1 000,00	2 000,00	—	17 944 000,00
Unifa	7	1 000,00	0,14	1,00	1,00
Valbopan, S. A. (acções)	54 658	1 000,00	1 000,00	10 083 000,00	54 658 000,00
Vilatêxtil (acções)	35 400	1 000,00	1 000,00	11 961 000,00	35 400 000,00
<i>Soma</i>				<u>1 180 672 687,66</u>	<u>6 368 834 842,80</u>
Quotas:					
Fun N. I. Margueira CAP (fundos)	5 376 355	1 000,00	1 000,00	5 376 355 000,00	5 376 355 000,00
Porticentro — SCG Tur. (quotas)	1	—	92 400 000,00	—	92 400 000,00
<i>Soma</i>				<u>5 376 355 000,00</u>	<u>5 468 755 000,00</u>
Títulos de participação:					
Banco ESCL 89 (T. Part)	3	1 000,00	1 000,00	3 075,00	3 000,00
Banco PSM /86 (T. Part)	147 520	1 000,00	999,00	145 867 775,00	147 372 480,00
Banco PSM /87 (T. Part)	196 950	1 000,00	1 057,26	194 980 500,00	208 227 320,00
Crédito PP /88 (T. Part)	41 979	1 000,00	990,00	41 349 315,00	41 559 210,00
UNIÃO B. POHT /87 (T Part)	166 700	1 000,00	1 059,49	165 033 000,00	176 617 598,00
Euro Paroues (U Pari)	50 000	1 000,00	1 000,00	15 136 000,00	50 000 000,00
FUN I Imob. Tottafimo (U Pari)	2 396 000	1 000,00	1 120,34	2 684 334 140,00	2 681 334 140,00
Imopolis (U. PART)	199 900	1 000,00	1 000,00	164 317 800,00	199 900 000,00

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Imosotto Acumulação — UP'S	4 000 000	1 000,00	1 000,00	4 000 000 000,00	4 000 000 000,00
Imovest (U. Part)	875 000	1 000,00	1 709,00	1 594 250 000,00	1 495 375 000,00
Maxirent (U. Part)	99 020	1 000,00	1 147,36	115 140 456,00	113 611 597,70
Uni Carteira Misto (U Part)	150 000	1 000,00	1 003,95	179 460 000,00	150 592 500,00
Uni Carteira Prot (U Part)	150 000	1 000,00	1 006,65	172 185 000,00	150 997 500,00
Uniacções Int.	625 000	1 000,00	1 018,57	998 725 000,00	636 606 250,00
Unibanca (UP)	250 000	1 000,00	1 044,99	299 555 000,00	261 247 500,00
Unibonds (UP)	625 000	1 000,00	1 004,9	635 100 000,00	628 068 750,00
Uniglobal 1 (UP)	500 00	1 000 00	997,85	512 950 000,00	498 925 000,00
Uniprivat (UP)	500 00	1 000,00	995,58	673 930 000,00	497 790 000,00
Unitelecom (UP)	250 00	1 000,00	1 023,15	465 605 000,00	255 797 500,00
<i>Soma</i>				13 057 922 062,00	12 197 025 345,70
Outros valores — Papel comercial:					
EEM 21.ª emissão	100	10 000 000,00	10 000 000,00	1 000 000 000,00	1 000 000 000,00
EEM 26.ª emissão	44	10 000 000,00	10 000 000,00	437 500 000,00	437 500 000,00
Emp. (Fab. C. R. João Mel)	—	—	—	500 000 000,00	500 000 000,00
Fab. Torr. Azeites 3.ª emissão	50	10 000 000,00	10 000 000,00	500 000 000,00	500 000 000,00
Fisipe 14.ª emissão	40	10 000 000,00	10 000 000,00	400 000 000,00	400 000 000,00
Ind. Jomar 18.ª emissão	41	10 000 000,00	10 000 000,00	410 000 000,00	410 000 000,00
Lisgráfica 11.ª emissão	50	10 000 000,00	10 000 000,00	500 000 000,00	500 000 000 00
Lusol 3.ª emissão	50	10 000 000,00	10 000 000,00	500 000 000,00	500 000 000,00
MC Rent 9.ª emissão	70	10 000 000,00	10 000 000,00	700 000 000,00	700 000 000,00
Somincor 2.ª emissão	33	10 000 000,00	10 000 000,00	333 000 000,00	333 000 000,00
CIN 129.ª emissão	6	50 000,00	10 391 650,33	62 349 902,00	62 349 902,00
EDA 5.ª emissão	63	50 000,00	9 944 543,65	626 506 250,00	626 506 250,00
FIPAR 7.ª emissão	15	49 880,00	10 000 042,16	150 000 632,40	150 000 632,40
Ricardo Galo 17.ª emissão	12	50 000,00	10 024 100,00	120 289 200,00	120 289 200,00
TMG 25.ª emissão	150	50 000,00	10 024 100,00	1 503 615 000,00	1 503 615 000,00
<i>Soma</i>				7 743 260 984,40	7 743 260 984,40
Emitidos por não residentes:					
Obrigações de caixa:					
Banco Itaú Europa (ob cx) EUR	250 000	10,00	2 004,82	501 205 000,00	501 205 000,00
Banco Totta & Sotto Mayor Inv.	322 989	5,00	1 002,41	323 767 403,49	323 767 403,49
<i>Soma</i>				824 972 403 49	824 972 403,49
Acções:					
Comp. Diam. Angola (acções)	76 040	500,00	1 948 38	—	148 154 564,30
Espirito Santo Int. Holding, S. A.	1 831 485	—	5 129,93	9 395 383 558,68	9 395 383 558,68
<i>Soma</i>				9 395 383 558,68	9 543 538 122,98
Certificados de depósito:					
Banque AIG	1		14 500 000 000,00	12 765 233 960,00	14 500 000 000,00
<i>Soma</i>				12 765 233 960,00	14 500 000 000,00

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Títulos próprios:					
Banco Totta & Açores (acções)	544 862	1 000,00	4 239,59	2 640 210 550,30	2 309 988 789,60
<i>Soma</i>				2 640 210 550,30	2 309 988 789,60
<i>Total títulos de investimento</i>				416 501 427 080,24	423 948 019 157,11
D) Imobilizações financeiras:					
Participações					
Em instituições de crédito no estrangeiro:					
Banco Int. S. Tome e Príncipe	3 763 800	1 000,00	19,95	—	75 081 240,00
Banco St. Totta Moçambique	19 239 457	5 000,00	10,59	—	203 741,826,80
Banco Totta Açores Int.	1	1 000,00	149 671,00	—	149 671,00
Pinto Totta Int. Finance Ltd.	25 000	185,00	185,24	—	4 630 975,00
T. A. Finance Ireland Ltd.	2 500 000	100,00	3 001,00	—	7 502 489 215,00
Totta Açores Finance	1		8 998 700,00	—	8 998 700,00
<i>Soma</i>				—	7 795 091 627,80
Em outras empresas no País:					
Acções:					
Aenor — Auto-Estradas Norte, S. A.	374 854	2,00	2,00	—	751 515,00
Eurociber Portugal	17 500	1 000,00	4 070,29	—	71 230 000,50
Finpetro — SGPS, S. A. s/ voto	534 124	1 000,00	1 002,20	—	535 299 262,60
Finpetro — SGPS, S. A.	4 885 216	1 000,00	1 002,21	—	4 895 995 475,20
Frie Ipe Capital	120 000	1 000,00	200,00	—	24 000 000,00
Frie PME Capital Retex	120 000	1 000,00	642,24	—	77 068 666,00
Frie — Sulpedip	75 000	1 000,00	1 000,00	—	75 000 000,00
Gestisol — Soc. G. Part. Sociais	135 000	1 000,00	6267,72	—	846 141 569,00
Global Comp. Seguros, S. A.	252 685	1 000,00	1 049,42	—	265 172 452,00
Global Vida	174 166	1 000,00	1 260 78	—	219 584 421,00
Impresa, SGPS	2 900 702	200,48	2 046,92	—	5 937 508 477,00
Margueira — Soc. G. F. Inv. Imob.	6 127	1 000,00	1 000 00	—	6 127 000 00
Mc Pensões	50 000	1 000,00	1 000,00	—	50 000 000,00
OPCA	987 507	1 000,00	1 389,87	—	1 372 507 000,00
Operanor — Op. Man. Auto-Estradas	667	200,48	200,48	—	133 722,00
PME INV — Soc. Investimento	100 000	1 000,00	1 267,99	—	126 799 463,00
PME-Capital — Soc. P. Cap. Risco	100 000	1 000,00	1 134,73	—	113 473 082,20
Previsão — Soc. G. F. Pensões	15 000	1 000,00	1 000,00	—	15 000 000,00
SIH — Soc. Inv. Hoteleiros	100 000	1 000,00	1 000,00	—	100 000 000,00
SPGM — Soc. Investimento	7 310	10 000,00	10 000,00	—	73 100 000,00
SIBS — Soc. Int. Serviços	334 062	1 000,00	872,98	—	291 630 219,90
Sulpedip Retex	120 000	1 000,00	642,24	—	77 068 666,00
Tottatur	23 255	1 000,00	1 000,00	—	23 255 002,50
Unicre Cau	104 474	1 000,00	291,48	—	30 452 471,00
Unicre Nom	45 136	1 000,00	291,50	—	13 157 068,50
Soc. Interb. Sist. Pagamentos	10 000	1 000,00	1 818,20	—	18 181 999,00
<i>Soma</i>				—	15 258 637 532,40

(Em escudos)					
Natureza e espécie dos títulos	Quan- tidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Quotas:					
Aeroplan — Soc. Const. Aeroportos	1	—	96 000,00	—	96 000,00
Sulferias — Soc. Imob. do Algarve	2	—	75 111 215,00	—	150 222 430,00
<i>Soma</i>				—	150 318 430,00
Em outras empresas no estrangeiro:					
BTA Brasil, LTD	990 000	2 097,87	202,40	—	200 379 180,63
BTA — North Amer. Cap. Corp.	1 000	1,00	3 988,88	—	3 988 875,00
CO Operative Soc. Swift	92	5 000,00	101 505,80	—	9 338 533,50
Totta — Nominees/London	100	1,00	72,38	—	7 237,50
Totta & Sottomayor Ct. Inc. Connect.	50	1,00	66 034,00	—	3 301 700,00
Totta & Sottomayor Inc. Newark USD	50	1,00	1 008 059,17	—	50 402 958,50
Totta Ireland Plc, Dublin	1 282 747	103,90	39 689,95	—	50 912 165 321,00
Chapaqua Holdings	1	—	19 956,00	—	19 956,00
Banco Totta Ásia	99 910	1 000,00	17 223,90	—	1 720 840 348,00
<i>Soma</i>				—	52 900 444 110,13
Partes de capital em empresas coligadas:					
Em instituições de crédito no país:					
Chemical, SGPS, S. A.	700 000	1 000,00	9 884,48	—	6 919 133 215,00
Crédito Predial Português	19 148 492	1 000,00	1 607,34	—	30 778 212 243,70
<i>Soma</i>				—	37 697 345 458,70
Totta Urbe Cau	4 932 000	1 000,00	1 350,44	—	6 660 359 800,00
Totta Urbe Pt	250 000	1 000,00	1 350,40	—	337 600 000,50
<i>Soma</i>				—	6 997 959 800,50
Outras imobilizações financeiras:					
Cauções					26 966 688,20
Prestações suplementares capital					428 363 785,00
Contractos suprimientos					3 125 054 373,00
Outras				—	29 810 746,10
<i>Soma</i>				—	3 610 195 592,30
<i>Total imobilizações financeiras</i>				—	124 409 992 551,83
<i>Total geral</i>				—	548 358 011 708,95

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal. — O Director da Contabilidade, (*Assinatura ilegível.*)

Anexo as contas anuais consolidadas em 31 de Dezembro de 1999

1) A informação do anexo das contas individuais, aplicável sob a forma consolidada:

1. 1 — Apresentação e âmbito da consolidação:

As contas consolidadas apresentadas foram elaboradas em obediência às orientações constantes do Decreto-Lei n.º 36/92, de 28 de Março e das instruções do Banco de Portugal transmitidas em anexo à circular, série A, n.º 235, de 22 de Abril de 1992 e reflectem a situação patrimonial consolidada em 31 de Dezembro de 1999.

Foram objecto de consolidação integral as contas das chamadas empresas filiais do sector financeiro e filiais auxiliares.

No processo de consolidação, os saldos entre cada uma das empresas foram eliminados e o registo das participações sociais foi substituído pelos elementos, activos e passivos, de balanço.

Sob o ponto de vista da comparação entre as várias rubricas das contas da empresa-mãe e das contas consolidadas, verificam-se diferenças significativas, sendo a explicitação dos montantes correspondentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, efectuada em anexo comum, também apresentado.

Eventos ocorridos durante o exercício que podem influenciar a análise comparativa dos exercícios.

Durante o exercício de 1999, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em 30 de Setembro a sucursal de Macau foi transformada em banco de direito local, denominado Banco Totta Ásia, S. A., o qual adquiriu todos os direitos e obrigações da sucursal. Em consequência desta transformação, o capital próprio do novo banco foi realizado através da transferência da totalidade dos activos e passivos da extinta sucursal, aos respectivos valores contabilísticos, passando o BTA a deter 99,91% do capital do novo banco;

Por escritura pública de 17 de Maio de 1999, realizou-se uma fusão por incorporação mediante a transferência global de património da sociedade Tottaleasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., para a Sociedade MC Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A. Extinguindo-se a sociedade incorporada e transmitindo-se a universalidade dos seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante;

Aumento do capital do Totta Ireland Plc, em 818 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA;

Alienação de 300 acções do Banco Chemical Finance, S. A. e, 50% do capital do Totta & Açores, Inc. — Nevark e Totta & Açores, Inc. — Connecticut ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.

Durante o exercício de 1999, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Sociedade Gestora de Imovest — Fundo de Investimentos Imobiliários, tem como denominação actual MC-Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A.;

Banco Chemical Finance, S. A., tem como denominação actual Banco Totta & SottoMayor de Investimentos, S. A.;

Totta & Açores, Inc. — Newark, tem como denominação actual Totta & SottoMayor, Inc. — Newark;

Totta & Açores, Inc. — Connecticut, tem como denominação actual Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut;

Durante o exercício de 1998, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em Janeiro de 1998, na sequência da oferta pública geral de aquisição de acções do CPP anunciada em 29 de Julho de 1997 pelo BTA, BPSM e Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A., o Banco adquiriu 2 338 628 acções, tendo aumentado a sua participação no capital social do CPP em 7,09%;

Aquisição pelo CPP de 22,5% do capital da Sociedade Gestora de Imovest, S. A., tendo 5% sido adquirido à Companhia de Seguros Império, S. A., 12,5% ao Credit Lyonnais Portugal, S. A. e 5% ao Deutsche Bank de Investimento, S. A.;

Aquisição pela MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., em Maio de 1998, de 100% do capital da Evifma, SFAC, S. A., à Rentequipa — Comércio e Aluguer de Bens de Serviço, S. A.;

Aquisição, em Março de 1998, de 9% do capital da Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., ao D. Juan Bellosso Garrido;

Aquisição pela MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., em Maio de 1998, de 10% do capital da MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A. à Compta, SGPS, S. A.;

Aumento de capital da MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., no montante de 600 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pela Chemical, SGPS, S. A.;

Aquisição em Novembro de 1998, pela Chemical, SGPS, S. A., das seguintes sociedades detidas pela TottaFGespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.:

Totta Finance — Sociedade Financeira, S. A.;

Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.;

MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A. e as seguintes empresas participadas por esta sociedade:

MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.;

MC-Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.;

TottaGest — Sociedade de Gestão de Patrimónios, S. A.;

Sifta — Sociedade de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântica, S. A.;

MC-Geste — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.;

Plurifundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A.;

MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

Aumento do capital do Totta Ireland, PLC, em 10 000 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA;

Alienação, em Julho de 1998, da totalidade das acções representativas do capital social da Totta Dealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., ao Banco de Negócios Argentaria.

Durante o exercício de 1998, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Deca, SGPS, S. A., tem como denominação actual MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A.;

TottaFundos, S. A., alterou a sua denominação social para MC — Fundos, Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.;

SottoGest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., actualmente tem a denominação de MC-Geste — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.;

TOTTARent — Sociedade de Aluguer de Veículos, S. A., alterou a sua denominação para MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.

TOTTAPensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., tem como denominação actual, MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Petropar, SGPS, S. A., alterou a sua denominação para MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A.;

TOTTA Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A., alterou a sua denominação para MC-Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A.;

CFI — Companhia Financeira Internacional, Sociedade Corretora, S. A., alterou para MC-Corretagem — Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A.;

Evifina, SFAC, S. A., alterou a sua denominação para MC-SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A.;

TOTTA Imo — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., alterou a sua denominação para MC-Loc — Sociedade de Locação Financeira, S. A.;

SottoLeasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., tem como denominação actual MC-Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A.;

Inclusão de novas empresas no perímetro de consolidação: Totta & Açores Brasil Ltd., Totta & Açores Inc. e Totta & Açores Ct. Inc.

1.2 — Mapas financeiros apresentados:

Não existem quaisquer situações de ambiguidade, relativamente à relevação contabilística.

1.3 — Resumo dos principais critérios contabilísticos:

Os principais critérios contabilísticos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) *Especialização de exercícios.* — Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados.

Os custos com pensões são registados de acordo com o descrito na alínea g) abaixo.

b) *Transacções em moeda estrangeira e operações com produtos derivados.* — Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em escudos ao câmbio de *fixing* da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial.

A definição de posição cambial e os procedimentos para a respectiva reavaliação são os seguintes:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista numa moeda corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos nessa moeda, acrescido dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação.

A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios de *fixing* do dia. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras, respectivamente.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação.

A diferença entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas, e os contravalores às taxas contratadas, é registada em contas de regularização do activo ou passivo como proveitos e custos em suspenso, por contrapartida de proveitos ou custos nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, respectivamente.

Operações de permuta de divisas e de taxa de juro (*swaps*):

As operações *swap* de divisas não são consideradas na reavaliação das posições cambiais à vista e a prazo. Os prémios ou descontos resultantes da diferença entre o câmbio à vista e o câmbio a prazo contratado são amortizados durante o período de vida da operação, sendo reconhecido o respectivo custo ou proveito.

Os contratos de *swap* de taxa de juro, de negociação e de cobertura, são registados pelo valor teórico das operações em rubricas extrapatrimoniais.

Os juros a receber e a pagar relativos aos *swaps* de cobertura são reconhecidos em contas de regularização do activo e do passivo, respectivamente, por contrapartida das rubricas de juros da demonstração de resultados.

De acordo com a instrução n.º 6/98, de 15 de Maio, do Banco de Portugal, em 1998 os contratos de *swap* de negociação são reavaliados mensalmente com base no diferencial atualizado dos fluxos futuros de pagamentos e recebimentos. O montante apurado na reavaliação é relevado em resultados, nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Até à entrada em vigor da referida instrução, a periodificação de juros dos *swaps* era reflectida nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras.

Forward rate agreements (FRAs):

Os FRAs de negociação são reavaliados mensalmente com base numa taxa de juro de mercado aplicável ao período compreendido entre a data de liquidação e a data de vencimento das operações. O ganho ou perda em cada operação é determinado na data de reavaliação, pela aplicação do diferencial entre a taxa de juro de mercado e a taxa de juro contratada, ao valor teórico da operação. As diferenças positivas ou negativas resultantes desta reavaliação são relevadas como proveito ou custo, por contrapartida de contas de regularização do activo ou do passivo.

Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (futuros):

O Banco mantém posições próprias em contratos de futuros e actua também como intermediário em operações dos seus clientes. Tanto as posições do Banco em aberto como as dos clientes são reflectidas em rubricas extrapatrimoniais ao seu valor nominal.

As posições próprias são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou poten-

ciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas de lucros e prejuízos em operações financeiras. Os resultados da valorização diária das posições dos clientes são reflectidos nas respectivas contas correntes, a débito ou a crédito, consoante se tratem de prejuízos ou lucros.

Os activos dados em penhor pelo Banco à Bolsa de Derivados do Porto, como garantia do cumprimento dos seus contratos, bem como os activos recebidos de clientes para garantia do cumprimento de contratos de futuros, são registados em rubricas extrapatrimoniais pelo seu valor nominal.

c) *Provisões para créditos e juros vencidos, créditos de cobrança duvidosa, risco-país, riscos gerais de crédito e fundo para riscos bancários gerais.* — De acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, emitido pelo Banco de Portugal, o Banco e as empresas subsidiárias e associadas constituem as seguintes provisões para riscos de crédito:

Provisões para créditos e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas de crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento, e da existência ou não de garantias.

De acordo com o disposto no aviso n.º 2/99, de 26 de Janeiro, emitido pelo Banco de Portugal, para efeitos da constituição de provisões para crédito ao consumo vencido integrável na classe I, a percentagem aplicar deixará de ser 1% para passar a ser 1,5%.

Provisões para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. De acordo com o aviso n.º 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

O capital vincendo relativo a operações de crédito em que se verifique que as prestações em mora de capital e juros excedam 25% do capital em dívida acrescido dos juros vencidos;

As prestações vincendas de todos os créditos concedidos a um mesmo cliente, quando o valor global das prestações vencidas de capital e juros relativas a esse cliente represente pelo menos 25% do total do capital em dívida acrescido dos juros vencidos.

Os créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base na percentagem indicada pelo Banco de Portugal, a qual corresponde a 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido, relativamente a cada cliente nesta situação.

Provisão para risco-país:

Destina-se a fazer face aos problemas de realização dos activos financeiros e extrapatrimoniais sobre residentes de países considerados de risco, pelo Banco de Portugal, qualquer que seja o instrumento utilizado ou a natureza da contraparte, com excepção:

Dos domiciliados em sucursal estabelecida nesse país, expressos e pagáveis na moeda desse país, na medida em que estejam cobertos por recursos denominados nessa moeda;

Das participações financeiras;

Das operações com sucursais de instituições de crédito de um país considerado de risco, desde que estabelecidas em Estados membros da União Europeia;

Dos que se encontrem garantidos por entidades indicadas no n.º 1 do artigo 15.º do aviso acima referido, desde que a garantia abranja o risco de transferência;

Das operações de financiamento de comércio externo de curto prazo, que cumpram as condições definidas pelo Banco de Portugal.

As necessidades de provisões são determinadas por aplicação das percentagens fixadas em instruções e cartas circulares do Banco de Portugal, que classificam os países e territórios segundo grupos de risco.

Com efeito a partir de Outubro de 1998, o Banco de Portugal veio agravar as percentagens a aplicar a alguns países e territórios. Foi ainda definido um regime transitório, segundo o qual as instituições de crédito poderiam reconhecer o impacto deste agravamento relativamente aos activos já detidos em 30 de Setembro de 1998, de forma escalonada ao longo de um período de seis meses.

O Banco adoptou o regime transitório, pelo que em 31 de Dezembro de 1998 a parte ainda não provisionada ascendia a 266 milhões de escudos.

Uma vez que se trata de uma provisão específica, no balanço do Banco esta provisão encontra-se classificada nas várias rubricas contabilísticas em que se encontram registados os activos que se enquadram na definição de risco-país.

Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, e destina-se a fazer face a riscos de cobrança de crédito concedido, e garantias e avals prestados, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco e das empresas subsidiárias e associadas.

Esta provisão é calculada por aplicação de uma percentagem genérica de 1% à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avals prestados.

De acordo com o disposto no aviso n.º 2/99, de 26 de Janeiro, emitido pelo Banco de Portugal, a percentagem aplicar ao crédito ao consumo deixará de ser 1% para passar a ser 1,5%.

Esta rubrica inclui ainda provisões específicas para fazer face ao risco de realização de créditos e outros activos.

Em 31 de Dezembro de 1999, o banco e as empresas subsidiárias e associadas têm ainda constituído uma provisão para outros riscos e encargos, para fazer face a processos judiciais em curso e eventuais correcções fiscais, ascendendo a 3603 milhões de escudos.

Fundo para riscos bancários gerais:

Destina-se a fazer face a riscos de natureza geral e a eventuais contingências, não sendo fiscalmente aceite como custo. Em 31 de Dezembro de 1999, esta provisão ascendia a 3076 milhões de escudos.

d) Aplicações em títulos. — Os investimentos em valores mobiliários encontram-se valorizados da seguinte forma:

Títulos de negociação:

São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda num prazo que não poderá exceder seis meses.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo cotados são registados ao custo de aquisição e reavaliadas com base na sua cotação de mercado, acrescida dos juros decorridos e não cobrados. Os resultados da reavaliação são registados como custo ou proveito nas rubricas de prejuízos e lucros em operações financeiras e os juros são reflectidos em juros e proveitos equiparados da demonstração de resultados.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo não cotados, encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor estimado de realização, dos dois o menor, acrescido dos juros decorridos e não cobrados.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição e valorizados com base na cotação de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado. A diferença entre o custo de aquisição e o valor dos títulos, de acordo com o critério valorimétrico definido, é registada em contas de regularização do activo ou do passivo, consoante se tratem de perdas ou ganhos potenciais. As menos-valias potenciais decorrentes da valorização de acções e outros títulos de rendimento variável são integralmente provisionadas.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com fins de retenção por períodos superiores a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

Os bilhetes do Tesouro e o papel comercial emitido a valor descontado encontram-se registados ao valor nominal. A diferença entre este e o custo de aquisição, que constitui a remuneração do Banco, é reconhecida contabilisticamente como proveito ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos.

Os juros antecipados são registados em contas de regularização do passivo, na rubrica de receitas com proveito diferido.

Os restantes títulos de rendimento fixo, emitidos com base no valor nominal, são registados ao custo de aquisição. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o seu valor nominal, que corresponde ao prémio ou desconto verificado por ocasião da compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento.

Os juros decorridos relativos a estes títulos são contabilizados na rubrica de contas de regularização do activo como proveitos a receber, enquanto que o valor dos títulos com capitalização de juros incorpora a periodificação dos mesmos em cada vencimento.

As acções e outros títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição.

As menos-valias apuradas na valorização dos títulos de investimento ao respectivo valor de mercado (ou presumível de mercado, no caso dos títulos não cotados) são integralmente provisionadas.

Acções próprias:

As acções próprias detidas pelo Banco são registadas no activo ao custo de aquisição, conforme disposto pelo Banco de Portugal. As eventuais menos-valias potenciais decorrentes da sua valorização à cotação de mercado são integralmente provisionadas.

e) Participações, partes de capital em empresas coligadas e outras participações financeiras:

Partes de capital em empresas associadas:

Esta rubrica inclui as participações em empresas associadas que são registadas pelo método da equivalência patrimonial. O seu valor corresponde à percentagem de participação efectiva do BTA no capital, reservas, resultados e diferenças de consolidação positivas dessas empresas.

Outras imobilizações financeiras:

Esta rubrica inclui as participações em empresas cuja percentagem do capital detido seja inferior a 20% e aquelas cuja participação se situe entre 20% e 50% do capital das participadas e que não sejam valorizadas pelo método da equivalência patrimonial. Estas participações encontram-se registadas ao custo de aquisição e sempre que se estimem perdas permanentes no seu valor de realização são constituídas as respectivas provisões.

f) Imobilizações corpóreas e incorpóreas. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao custo, reavaliado ao abrigo das disposições legais aplicáveis.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado na rubrica de reservas de reavaliação. Parte destas reservas foram incorporadas no capital do Banco.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o BTA e o CPP reavaliaram o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em, aproximadamente, 5190 milhões de escudos e 4660 milhões de escudos, respectivamente. Ao abrigo da directriz contabilística n.º 16 — Reavaliação de activos imobilizados tangíveis — o valor líquido resultante desta reavaliação só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

Durante o exercício de 1999, o BTA não procedeu à reavaliação do seu imobilizado corpóreo.

A depreciação é calculada com base no método das quotas constantes. O Banco e as suas subsidiárias e associadas utilizam as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, com excepção do CPP que nos exercícios de 1993 a 1996, utilizou a taxa máxima no que se refere às despesas em edifícios arrendados e as taxas mínimas para as demais imobilizações corpóreas. Estas taxas correspondem aos seguintes anos de vida útil:

	Anos de vida útil
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4-8
Mobiliário e material	8-10
Máquinas e ferramentas	5-8
Instalações interiores	5-10
Equipamento de segurança	8-10
Material de transporte	4-5

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações que resultam das reavaliações registadas pelo Banco não é aceite como custo para efeitos fiscais.

As imobilizações incorpóreas correspondem, principalmente, a gastos incorridos com projectos de desenvolvimento, nomeadamente, nas áreas de melhoria de processos e implementação de novos sistemas

de informação, bem como a despesas com aumentos de capital, alteração dos estatutos do Banco e *software*. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes em três anos, excepto no que se refere ao CPP que, nos exercícios de 1993 a 1996, considerou um período de seis anos.

Os imóveis recebidos em dação em cumprimento de créditos vencidos são registados na rubrica de outros activos pelo valor total da dívida extinta, não sendo reavaliados nem amortizados. Contudo, nos termos do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, são constituídas provisões para as menos-valias potenciais apuradas quando o valor esperado de realização é inferior ao valor contabilístico. Estes imóveis são mantidos no activo até serem vendidos.

g) *Pensões de reforma e sobrevivência*. — O Banco subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o sector bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. Estando os seus trabalhadores inscritos na segurança social, as responsabilidades do Banco com pensões consistem no pagamento de complementos. Para o efeito, constituiu em 1988 um fundo de pensões.

Os trabalhadores do CPP não estão inscritos na segurança social. Desta forma, o CPP é responsável pelo pagamento integral das pensões previstas no ACTV, dispondo também de um fundo de pensões.

As pensões pagas são função do tempo de serviço prestado pelos trabalhadores e da respectiva retribuição à data da reforma, sendo actualizadas anualmente com base nas remunerações vigentes para o pessoal no activo.

O Banco de Portugal, através do aviso n.º 6/95, de 21 de Setembro, estabeleceu um quadro regulamentar de cálculo das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência, bem como do respectivo financiamento. Os aspectos com maior impacto a nível do Banco, são os seguintes:

Obrigatoriedade de financiamento integral no final de cada exercício do valor actual das pensões em pagamento (reformas e reformas antecipadas);

As contribuições extraordinárias efectuadas até 1999 para cobertura integral do acréscimo das responsabilidades relativas a reformas antecipadas, podem ser relevadas como custo no prazo máximo de 10 anos, a contar da data efectiva da reforma, não podendo porém ser ultrapassado o 4.º exercício seguinte ao do ano em que presumivelmente a reforma ocorreria.

Em 1998 o Banco passou a utilizar esta faculdade de diferimento do custo relativo às contribuições efectuadas para o fundo de pensões necessárias para financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrente de reformas antecipadas. O CPP adoptou igualmente este critério contabilístico no exercício de 1998 e usou também esta faculdade em 1996.

As contribuições efectuadas que ainda não foram relevadas como custo, são registadas em contas de regularização de activo.

O financiamento integral do valor actual das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, cuja data presumível de reforma ocorra depois de 31 de Dezembro de 1997, pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais, calculado para o número de anos resultante do diferencial entre a idade média previsível de reforma e a idade média da população coberta, com um máximo de 20 anos, contados a partir de 31 de Dezembro de 1994.

O BTA tem estas responsabilidades integralmente financiadas e dispõe de uma provisão no balanço consolidado para fazer face à insuficiência de cobertura a nível do CPP, a qual é ajustada à medida que este banco recupera essa insuficiência.

Todas as responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo geradas após 31 de Dezembro de 1994 deverão ser financiadas no exercício a que se referem.

Caso seja necessário efectuar dotações para o fundo de pensões, estas são relevadas como custo.

Na nota n.º 1.24 encontra-se evidenciado o nível de cobertura das responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 1998 e 1997, no que se refere ao BTA e ao CPP. Estas responsabilidades não incluem os encargos com os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS).

h) *Imposto sobre lucros*. — O Banco e as empresas subsidiárias e associadas são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do BTA são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados das sucursais são ainda

sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC do Banco nos termos do artigo 73.º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal. Porém, as sucursais financeiras exteriores na Região Autónoma da Madeira do BTA e do CPP beneficiam, ao abrigo do artigo 41.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011.

Nos casos em que existem diferenças temporárias significativas entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais, até 31 de Dezembro de 1997 e apenas a nível das demonstrações financeiras consolidadas, foram considerados os resultados contabilísticos e calculados os respectivos impostos diferidos.

Nos exercícios de 1999 e 1998 não foram registados impostos diferidos, nomeadamente os decorrentes do aumento da participação no CPP.

i) *Locação financeira*. — O Banco regista as operações de locação financeira de acordo com os seguintes critérios:

Como locatário:

Os activos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se às correspondentes amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital.

Os juros suportados são registados na rubrica de juros e custos equiparados.

Como locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, o qual é reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados na rubrica de juros e proveitos equiparados.

j) *Valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito*. — Os valores mobiliários de terceiros recebidos em depósito encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais, ao valor nominal.

k) *Fundo de Garantia de Depósitos*. — Em Novembro de 1994 foi criado o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no regime geral das instituições de crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por portaria do Ministério das Finanças, foi efectuada através da entrega de numerário e de títulos de depósito e está a ser amortizada por duodécimos num período de 60 meses que terminou no exercício de 1999.

Ao abrigo do aviso n.º 4/96, de 20 de Setembro, do Banco de Portugal, este passou a fixar anualmente o limite (entre 0% e 75%) da contribuição anual a entregar ao Fundo de Garantia de Depósitos, até ao qual as instituições de crédito podem substituir o pagamento da referida contribuição pelo compromisso irrevogável de o efectuarem em qualquer momento que o Fundo o solicite, no todo ou em parte.

Nos exercícios de 1999 e 1998 o BTA e o CPP assumiram o referido compromisso irrevogável relativamente a 60% e 40% da contribuição anual, respectivamente.

l) *Despesas com custo diferido*. — De acordo com a Carta Circular n.º 32/98/DSBRE, de 23 de Novembro de 1998, o Banco de Portugal, veio permitir que os encargos suportados com a introdução do euro pudessem ser relevados como despesas com custo diferido, desde que a respectiva imputação a resultados ocorra até ao final do exercício de 2001. O Banco utilizou esta faculdade tendo, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 o montante de 250 milhões de escudos e 501 milhões de escudos, respectivamente, diferidos.

1.4 — Critérios valorimétricos:

Não se verificam interrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas em vigor.

1.5 — Diferenças de avaliação:

A avaliação efectuada no balanço não difere, das avaliações que têm por base o último preço de mercado, conhecido antes da data de encerramento do balanço.

1.6 — Participações e partes do capital em empresas coligadas:

A estrutura do Grupo de empresas em que o banco detém uma participação superior a 20%, pode ser resumida da seguinte forma:

Sector imobiliário:

Tottaurbe — Empresa de Administração e Construções, S. A., com sede na Av. da República, 43, 4.º, foi constituída em 13 de Fevereiro de 1964 com a denominação de Emaco — Empresa de Administração e Construções, S. A., tendo sido alterada a sua denominação em 14 de Outubro de 1991. Dedicar-se à compra e construção de Imóveis para revenda, urbanização e venda de terrenos e administração de propriedades.

Burgo — Fundiários, S. A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 34, 4.º-D, foi constituída em 12 de Abril de 1991 e tem por actividade o investimento, estudo, projecto, desenvolvimento, execução e comercialização de empreendimentos imobiliários e a aquisição para revenda de bens imóveis. Os principais accionistas desta sociedade são a Tottaurbe, a Douro, SGPS, S. A. e a Realmar, SGPS — Empreendimentos Imobiliários, S. A., com 25% do capital cada.

Benim — Sociedade Imobiliária, S. A., com sede na Rua do Norte, 19, foi constituída em 26 de Dezembro de 1990 e tem por actividade a compra e venda de prédios rústicos e urbanos, construção civil e loteamentos urbanos, administração de propriedades, indústrias hoteleira e similares, produção turística/desportiva e actividade agrícola, pecuária, silvícola, cinegética e agroturística.

Mermul — Mercados Múltiplos, S. A., com sede na Av. da República, 57, 1.º, tem por objecto social a compra e venda de bens imobiliários, urbanizações, edificações de prédios para revenda em terrenos próprios ou alheios e tudo o mais que se relacione com a actividade de promoção imobiliária e construção civil. O seu capital social, cujo valor é de 25 000 contos, é detido a 100% pelo Crédito Predial Português (CPP).

Sector financeiro:

Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., no final do ano de 1992, o Banco adquiriu, através da Bolsa, uma percentagem do capital de Crédito Predial Português aquando da reprivatização do mesmo. A sociedade com sede na Rua Augusta, 237, tem por objecto o exercício da actividade bancária, mas no âmbito da sua actividade como estabelecimento especial de crédito, a sociedade exercia as funções resultantes da sua natureza de instituição especializada em crédito imobiliário através da intervenção no fomento da construção civil e obras públicas e outras operações imobiliárias.

MC-Imovest — Sociedade Gestora Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A., com sede na Av. da República, 43, 1.º, foi constituída em 8 de Maio de 1987 e tem um capital social de 150 000 contos, sendo 73,5% propriedade do CPP e 26,5% da Comp. de Seguros — Mundial Confiança, S. A. O seu objecto exclusivo é a administração e a gestão do fundo de investimento imobiliário Imovest — representação de Imovest — Fundo de Investimentos Imobiliários.

Chemical — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com sede em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, 33, foi constituída em 14 de Maio de 1993, tem um capital social de 1 400 000 contos e tem por actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Tottafimo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., com sede na Rua Basílio Teles, 35, 6.º, foi constituída em 10 de Janeiro de 1992 e tem por objecto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento imobiliário, abertos ou fechados.

Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L., com sede na Praça 25 de Junho, 1.º, Maputo, Moçambique, foi constituída em 2 de Julho de 1966 e tem por objecto exclusivo o exercício da actividade bancária nomeadamente a realização de operações cambiais e de crédito a médio e longo prazo. O principal accionista é o Banco Totta & Açores, S. A., com 55,3% do capital social.

Totta & Açores International, Limited, com sede em New York, 590, Fifth Avenue, New York 10036, USA 0215, EUA, foi constituído em 12 de Outubro de 1993, ao abrigo da legislação vigente nas Ilhas Cayman, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária.

Totta & Açores Finance Ireland, Limited, com sede em IFSC House, Custom House Quay, Dublin 1, Ireland, foi constituído em 19 de Julho de 1996, tem por objecto a realização de investimento em valores mobiliários.

Totta & Açores Financing, Limited, com sede nas Ilhas Cayman, Grand Cayman, George Town, PO Box 309, tem o seu capital social representado por 6 000 000 de acções preferenciais com o valor de 25 dólares cada, integralmente subscrito e realizado, foi constituída

em 3 de Novembro de 1995, tem por objecto social o exercício da actividade financeira.

Pinto Totta International Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, foi constituída em 10 de Julho de 1997. Tem um capital social de 50 000 dólares, detido em partes iguais pelo Banco Totta & Açores, S. A. e pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., tem por objecto social o exercício da actividade financeira.

Totta Ireland, PLC (Public Limited Company), com sede em West Block Building, IFSC, Dublin 1, Ireland, foi constituída em 3 de Dezembro de 1997, tem por objecto o exercício da actividade financeira.

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, com sede na Praça da Independência, Caixa Postal 536, São Tomé e Príncipe é detido pelo BTA em 30% e tem por objecto o exercício da actividade bancária, foi constituído em 3 de Março de 1993.

Totta & Sottomayor, Inc., Newark, com sede, 46, Ferry Street, Newark, New Jersey, N. J. 07105, EUA, é detido em 50% pelo BTA, foi constituída em 19 de Outubro de 1989.

Totta & Sottomayor Ct Inc., Connec., com sede em 215 Church Street, Naugatuck, CT 06770, USA, é detido em 50% pelo BTA, foi constituída em 5 de Novembro de 1991.

Totta & Açores, Inc., San José, com sede em 1644 Alum Rock Avenue, San José, CA 951 16, é detida em 100% pelo Totta & Sottomayor, Inv., Newark.

Totta Nominees/London, com sede em 68, Cannon Street, London, é detido em 100% pelo BTA.

Totta & Açores (Brasil) Ltda., com sede na Av. Paulista, 1274, 14.º, S. Paulo, Brasil data de constituição em 22 de Julho de 1996, é uma filial do BTA, S. A., é detido em 99% por este.

Banco Totta Ásia, S. A., com sede em Macau, na Av. da Praia Grande, 429, Centro Comercial Praia Grande, 21.º, foi constituído em 30 de Setembro de 1999, e tem como objecto o exercício da actividade bancária.

Banco Internacional da Guiné-Bissau, S. A. R. L. (BIGB), foi constituído em 14 de Novembro de 1989 com a participação do Estado Guineense e de diversas instituições financeiras nacionais, incluindo o CPP. A participação do CPP no capital social deste Banco, que era de 17,5% no final de 1991, passou para 49% em 1992 não tendo esta participação até à data sofrido alterações.

O BIGB tem por objecto a realização de operações próprias de bancos comerciais no âmbito e em conformidade com as directrizes reguladoras da actividade bancária na Guiné-Bissau. Participam igualmente no BIGB, para além do CPP, o Estado Guineense com 26% e diversas entidades privadas locais.

Outras:

MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., com sede na Rua Basílio Teles, 35, 7.º, foi constituída por escritura em 6 de Novembro de 1995, sob a denominação de TottaPensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., tendo adoptado a denominação actual por escritura em 26 de Junho de 1998 e tem por objecto social a instituição, gestão, administração e representação de um ou mais fundos de pensões.

Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., com sede na Rua Laura Alves, 12, 3.º, foi constituída em 17 de Julho de 1992, e tem por objecto a comercialização de equipamentos e produtos de *software* e da respectiva assistência técnica, assim como a sua produção, consultadoria e formação, importação e exportação de serviços e produtos relacionados.

Tottatur — Viagens e Turismo, S. A., com sede em Lisboa, Rua Ivone Silva, 6, C, foi constituída por escritura em 17 de Julho de 1992, e tem por objecto o exercício das actividades próprias das agências de viagem e turismo, incluindo os serviços complementares permitidos por lei.

Finpetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, foi constituída em 13 de Fevereiro de 1992, tem por principal objecto financiar a Petrocontrol, SGPS, S. A., no âmbito da participação desta no capital da Petrogal — Petróleos de Portugal, S. A.

Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, L.ª, foi constituída em 30 de Julho de 1973, foi adquirida pelo BTA, o qual detém 25% do capital social, por liquidação de financiamentos a terceiros e tem por objecto principal a compra, venda e arrendamento de prédios ou partes destes, a urbanização de terrenos, a indústria hoteleira ou similares e a construção de edifícios de qualquer género.

SIH — Sociedade de Investimento Hoteleiro, SGPS, S. A., com sede na Rua Fernão Mendes Pinto, 46, 1400 Lisboa, foi constituída em 9 de Julho de 1992 e por objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, podendo prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades participadas com as quais celebre contratos de subordinação, o BTA detém 20% do capital social.

Os dados financeiros mais significativos, retirados das demonstrações financeiras das sociedades anteriormente indicadas em 31 de Dezembro de 1999 são:

(Em milhares de escudos)					
	Participação efectiva (percent.)	Total do activo	Situação líquida	Resultado líquido	Reavaliação das participações
Mc-Pensões	39,51	431 973	251 578	46 593	125 789
TOTTAUrbe	100,00	4 018 271	(2 722 964)	(245 014)	—
Crédito Predial Português	58,03	1 457 447 446	53 064 151	5 900 090	—
Mermul	58,03	185 534	(5 886)	(19 806)	—
MC-Imovest	42,65	807 301	762 017	145 730	—
TOTTAfimo	48,97	131 975	125 857	14 734	61 632
Eurociber	25,00	1 677 393	596 089	311 984	149 022
TOTTA Tur	46,51	17 582	5 954	(665)	2 769
Banco Standard Totta Moçambique, S. A. R. L.	55,32	35 053 340	5 028 160	638 306	—
Totta & Açores Internacional, Ltd.	100,00	493 431 281	200	—	—
Totta & Açores Financing, Ltd.	100,00	30 631 555	29 944 578	—	—
Totta Ireland PLC	100,00	52 457 224	52 066 710	1 014 590	—
Pinto Totta Internacional Finance, Ltd.	50,00	51 526 967	49 900 978	—	4 631
Totta & Açores Brasil, Ltda.	99,00	22 453	21 040	(37 330)	—
Totta & Sottomayor, Inc — Newark	50,00	147 747	94 013	(9 799)	32 841
Totta & Sottomayor, Ct. Inc — Connecticut	50,00	2 444	2 443	(874)	769
Totta & Açores Finance Ireland, Ltd.	100,00	7 627 596	7 610 668	92 844	—
Banco Totta Ásia, S. A.	99,92	20 552 414	2 526 163	33 633	—
Chemical — SGPS, S. A. (base consolidada)	50,00	439 771 131	23 404 917	3 495 170	11 702 459

1.7 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:

No ano de 2000 vencem-se as seguintes obrigações e outros títulos de rendimento fixo em base consolidada, constantes da rubrica 5 do activo:

	Títulos	
	Negociação	Investimento
Dívida pública portuguesa:		
Obrigações do Tesouro	—	2 002 406
De outros residentes:		
Obrigações de caixa	—	9 750 000
Outras obrigações	—	2 323 419
Outros títulos	—	9 788 260
Emissores públicos estrangeiros:		
Outros títulos	—	8 411
De organismos financeiros internacionais:		
Obrigações do Tesouro	—	100 868
De outros não residentes:		
Outros títulos	—	4 820 686
<i>Total</i>	—	28 794 050

1.8 — Créditos sobre empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o montante dos créditos sobre as empresas referidas no ponto 6 (excluídas as coligadas) encontra-se registado na seguinte rubrica do activo:

	1999	1998
Rubrica 2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	7 835	349 292
Rubrica 3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	129 629 747	120 554 879
Rubrica 4 — Créditos sobre clientes	27 651 381	5 594 595
Rubrica 5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	30 870 000	30 870 000

1.9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os principais créditos mantidos com empresas coligadas pelo Banco em mais de 20% e consolidadas pelo método de integração global, foram eliminados.

1.10 — Inventário da carteira de títulos:

A rubrica 5 inclui 1 240 886 milhares de escudos relativo a crédito e juros vencidos — Títulos de rendimento fixo.

1.11 — Imobilizações incorpóreas e corpóreas:

Movimentos e saldos do activo imobilizado, estão de acordo com o seguinte:

Movimentos e saldos do activo imobilizado, estado de acordo com o seguinte.										(Em euros)
Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transfe- rências	Amortizações do exercício	Regula- rizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 1999	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aqui- sições	Reaval. (líquido)						
Imobilizações incorpóreas:										
Trespases	320 228 221	200 850 081	—	—	—	106 742 646	—	—	12 635 494	
Despesas de estabelecimento	59 354 143	19 274 521	127 274	—	—	764 167	— 38 568 864	—	873 865	
Custos plurianuais	4 832 483 008	2 918 645 548	1 616 942 320	—	160 459 484	2 188 818 251	38 826 468	—	1 541 247 482	
Despesas de investig. e desenvolvim.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Sistemas de tratam. autom. de dados	1 581 498 094	980 220 505	918 368 662	—	— 1 869 279	646 134 670	24 334 037	17 053 443	878 922 896	
Despesas em edifícios arrendados	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outras	266 713	266 713	9 000 000	—	10 000 000	1 899 996	— 257 606	—	16 842 398	
Imobilizações corpóreas:										
Imóveis de serviço próprio	39 635 273 109	6 518 071 002	510 595 145	—	399 580 606	905 004 706	— 116 883 096	289 936 931	32 715 553 125	
Obras em imóveis arrendados	8 753 413 189	4 710 896 505	122 840 259	—	55 515 514	825 035 599	8 171 213	43 117 645	3 360 890 426	
Outros imóveis	82 732 546	3 580 211	—	—	—	5 256 922	5 101 737	29 264 348	49 732 802	
Equipamento	27 446 481 513	20 409 663 653	2 116 958 258	—	364 732 973	2 625 450 831	— 76 762 917	41 736 246	6 774 559 098	
Património artístico	209 871 377	3 127 090	361 482	—	—	—	7 736 336	794 849	214 047 257	
Imóveis em locação financeira	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Equipamento em locação financeira	33 921 977	22 259 734	—	—	—	10 068 338	—	—	1 593 905	
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Imobilizações em curso:										
Imobilizações incorpóreas	74 513 082	—	98 432 506	—	— 164 929 258	—	— 8 016 330	—	—	
Imóveis de serviço próprio	708 595 887	—	130 265 355	—	— 734 380 868	—	— 21 309 068	—	83 171 306	
Imóveis arrendados	151 160 495	—	115 271 295	—	— 72 430 030	—	—	—	194 001 761	
Outros Imóveis	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Equipamento	32 367 460	—	31 086 152	—	— 16 679 142	—	— 506 891	—	46 267 579	
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Adiantam. por conta de imobiliz.	114 091 830	—	35 739 168	—	—	—	— 97 489 072	—	52 341 926	
Totais	84 036 252 644	35 786 855 563	5 705 987 878	—	—	7 315 176 126	— 275 624 053	421 903 462	45 942 681 318	

Os movimentos e saldos do activo imobilizado, constam no modelo apropriado.

1.12 — Activos com carácter subordinado:

No existe balanço do BTA consolidado à data de 31 de Dezembro de 1999 existem títulos com carácter subordinado, incluídos na rubrica 5 do balanço.

1.13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Em 31 de Dezembro de 1999 e de 1998, os activos em base consolidada cedidos com acordo de recompra firma apresentam o seguinte detalhe:

	(Em milhares de escudos)	
	1999	1998
Títulos de depósito	52 227 706	16 299 760
Obrigações do Tesouro	82 212 227	—
Títulos	4 868 473	40 728 158
Crédito concedido	—	—
Outras operações	—	—
<i>Total</i>	139 308 406	57 027 918

Nas mesmas datas, estas operações foram reflectidos nas seguintes contas do passivo:

	1999	1998
Débitos p/com instituições de crédito	134 439 933	16 299 760
Débitos p/com clientes	4 868 473	40 728 158
<i>Total</i>	139 308 406	57 027 918

1.14 — Créditos sobre instituições de crédito e clientes — Prazos residuais:

Os montantes dos créditos, correspondentes às rubricas 3 e 4 do activo, desdobrados em função da sua duração residual (prazo que falta para o vencimento), são os seguintes:

Prazos	Créditos sobre instituições de crédito		Créditos sobre clientes	
	1999	1998	1999	1998
Até três meses	557 709 896	565 317 007	501 325 356	416 707 979
De três meses a um ano	48 139 069	240 357 929	359 561 342	257 123 650
De um ano a cinco anos	29 466 066	65 747 930	297 119 355	222 957 927
Mais de cinco anos	40 149 102	53 020 700	959 574 735	772 414 467
Duração indeterminada	—	—	—	—
	675 464 133	924 443 566	2 117 580 788	1 669 204 023
Créditos vencidos	4 683 635	5 217 258	69 910 616	83 087 855
<i>Total</i>	680 147 768	929 660 824	2 187 491 404	1 752 291 878

1.15 — Imobilizações corpóreas consolidadas:

a) Reavaliações do exercício:

Durante o primeiro trimestre de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o BTA e o CPP procederam à reavaliação do seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respectivo valor líquido em 5190 milhões de escudos e 4660 milhões de escudos, respectivamente. Em 1999 não foi efectuada qualquer reavaliação do imobilizado.

	Saldo no início do exercício	Reavaliações efectuadas	Transferência para capital	Saldo no fim do exercício
Imobilizações corpóreas	8 535 932	—	—	8 535 932
Imobilizações financeiras	—	—	—	—

b) Valor contabilístico das imobilizações corpóreas e financeiras:

O valor das imobilizações corpóreas que já foram objecto de reavaliação, no BTA e no CPP, ventilado pelo custo histórico, reavaliações efectuadas e amortizações acumuladas, apresenta-se assim:

	Custo histórico	Reavaliações efectuadas	Amortiz. acumul.
Imobilizações corpóreas	63 187	42 595	43 974
Imobilizações financeiras	—	—	—

Uma parte (40%) do acréscimo da amortização resultante das reavaliações registadas pelo Banco, não é aceite como custo para efeitos fiscais.

c) Não foram efectuadas quaisquer amortizações excepcionais resultantes de medidas de carácter fiscal.

1.16 — Imobilizações incorpóreas consolidadas:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Custos plurianuais	7 233 972	4 994 694
Despesas de investigação e desenvolvimento	2 967 786	2 323 810
Software	5 090 365	3 091 440
Trespases	320 228	320 228
Despesas de estabelecimento	2 558 231	2 363 358
Outras	19 265	267
Imobilizado em curso	14 941	138 814
<i>Total bruto</i>	<i>18 204 788</i>	<i>13 232 611</i>
Amortização acumulada	(14 040 338)	(9 437 553)
<i>Total líquido</i>	<i>4 164 450</i>	<i>3 795 058</i>

A rubrica de custos plurianuais inclui, essencialmente, gastos incorridos com trabalhos de consultadoria, nomeadamente no que se refere a novos sistemas de informação, e despesas com os aumentos de capital e alterações de estatutos.

1.17 — Correções no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal:

Não há correções introduzidas no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal.

1.18. Débitos para com instituições de crédito e clientes — Prazos residuais:

Os montantes das rubricas e sub-rubricas 1.b), 2.a), 2.bb) e 3.b) do passivo em 1999 e 1998, desdobrados em função da sua duração residual, são os seguintes:

1-b) Débitos sobre instituições de crédito, a prazo ou com pré-aviso:

Prazos	1999	1998
Até três meses	814 653 551	632 771 722
De três meses a um ano	97 963 751	201 453 840
De um ano a cinco anos	—	3 725
Mais de cinco anos	796 903	853 159
Duração indeterminada	—	—
<i>Total</i>	<i>913 414 205</i>	<i>835 082 446</i>

2-a); b); bb) Débitos para com clientes:

Prazos	Depósitos de poupança		Outros débitos		Débitos a prazo	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Até três meses	337 894 954	311 287 351	1 254 906 022	962 364 451	571 938 058	357 531 455
De três meses a um ano	396 460 493	435 625 940	273 862 657	382 587 218	273 862 657	382 587 218
De um ano a cinco anos	4 121 107	13 377 183	5 764 515	94 576 075	5 764 515	94 576 075
Mais de cinco anos	—	—	—	—	—	—
Duração indeterminada	—	—	—	—	—	—
<i>Total</i>	<i>738 476 554</i>	<i>760 290 474</i>	<i>1 534 533 194</i>	<i>1 439 527 744</i>	<i>851 565 230</i>	<i>834 694 748</i>

3-b) Débitos representados por títulos:

Prazos	Outros	
	1999	1998
Até três meses	6 935 284	471 139
De três meses a um ano	19 956 392	—
De um ano a cinco anos	5 000 000	5 000 000
Mais de cinco anos	4 865	4 865
Duração indeterminada	—	—
<i>Total</i>	<i>31 896 541</i>	<i>5 476 004</i>

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a rubrica de outros débitos a prazo, inclui as contas margem dos clientes relativas às operações de Futuros em que o BTA é intermediário. Nestas datas o seu saldo, quer individual quer consolidado, ascendia a 35 milhões de escudos e 191 milhões de escudos, respectivamente.

1.19 — Obrigações em circulação:

O BTA consolidado não tem obrigações em circulação, pelo que este ponto não lhe é aplicável.

1.20 — Débitos perante empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os principais débitos mantidos com empresas participadas pelo Banco em mais de 20% e consolidadas pelo método de integração global, foram eliminados, restando apenas os saldos recíprocos com as que foram consolidadas pelo método de equivalência patrimonial ou excluídas do perímetro de consolidação:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Rubrica 1 — Débitos para com instituições de crédito	51 971 094	53 411 975
Rubrica 2 — Débitos para com clientes	1 717 472	1 509 997
Rubrica 3 — Débitos representados por títulos	—	—
Rubrica 8 — Passivos subordinados	—	21 478 625

1.21 — Débitos para com empresas coligadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, os principais débitos mantidos com empresas participadas pelo Banco em mais de 20% e consolidadas pelo método de integração global, foram eliminados.

1.22 — Passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Data de emissão	Prazo	Valor nominal	Pagamento de juros	Montante
Títulos de Participação BTA/87	14-9-1987	10	1 000	Anualm. em 1 de Julho	737 686
Títulos de Participação CPP/88	28-11-1988	10	1 000	Anualm. em 1 de Novembro	5 000 000
Títulos de Participação CPP/89	6-11-1989	10	1 000	Anualm. em 1 de Junho	7.500.000
Obrigações de Cx. Subord. BTA/93	30-7-1993	5	1 000	Semestralm. em 1 de Fevereiro e 1 de Agosto	10 000 000
Obrigações BTA/95 Caixa Subordinada	16-5-1995	10	10 000	Semestralm. em 16 de Maio e 16 Novembro	8 250 000
Obrigações de Cx. Subord. BTA/96	10-7-1996	10	1 000	Semestralm. em 15 de Janeiro e 15 de Junho	15 000 000
Obrigações de Cx. Subord. CPP/92	15-7-1992	10	1 000	Semestralm. em 15 de Janeiro e 15 de Julho	15 000 000
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP	26-11-1997	Perpétua	1 000	Semestralm. em juros postecip. em 4 de Junho e 4 de Dez.	6 000 000
Recursos do Pinto Totta Internacional Finance — PTIF.	—	10	USD 25	Semestralm. em Agosto de 2007	24 945 500
Obrigações Perp. Subordinadas BTA	26-11-1997	Perpétuo	1 000	Semestral e postecipadam. em 4 de Junho e 4 de Dez. de cada ano, vencendo-se o 1.º cupão em 4 de Junho de 1998	6 000 000
<i>Total</i>					98 433 186

Descrição	Condições de vencimento antecipado	Condições de subordinação
Recursos PTIF	O PTIF poderá proceder ao reembolso, parcial ou total, das acções preferenciais mediante autorização do Banco de Portugal, a partir de Agosto de 2007 ao valor nominal, acrescido do dividendo mensualizado desde o último pagamento efectuado.	—
Títulos de Participação BTA/87	O BTA poderá, a partir do 10.º ano a contar da data de emissão, por sua iniciativa ou com acordo prévio, proceder ao reembolso dos títulos pelo valor nominal.	—
Títulos de Participação CPP/88	—	—
Títulos de Participação CPP/89	—	—

Descrição	Condições de vencimento antecipado	Condições de subordinação
Obrigações BTA/93	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do 10.º cupão inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, com um prémio de reembolso de 0,100% no 10.º cupão e 0,075% no 14.º cupão.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.
Obrigações BTA/95	Não aplicável.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.
Obrigações BTA/96	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do 11.º cupão inclusive, mediante autorização prévia do Banco de Portugal, com um prémio de reembolso de 0,100% no 11.º ao 14.º cupões e 0,075% do 15.º ao 19.º cupões.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.
Empréstimo Obrigacionista subordinado — CPP/92.	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo, total ou parcial, por redução ao valor nominal, a partir do vencimento do 20.º cupão, inclusive, e em qualquer vencimento de cada cupão seguinte, mediante auto-autorização prévia do Banco de Portugal.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário, o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações fica subordinado ao próprio pagamento de todos os demais créditos não subordinados sobre o emitente (incluindo os depósitos dos seus clientes). Nestes termos os pagamentos dos créditos verificados e reconhecidos aos detentores das obrigações, delas terem emergentes, só serão efectuados depois de terem sido liquidados na totalidade, os créditos sobre o mesmo Banco que tenham sido verificados ou reconhecidos.
Obrigações Perp. Subordinadas BTA	—	Em caso de falência ou liquidação do mutuário o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos sobre o emitente, incluindo dívida subordinada com prazo de vencimento tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os accionistas da sociedade.
Obrigações Perp. Subordinadas CPP	Poderá ser efectuado o reembolso antecipado do empréstimo, por opção do Banco, no vencim. do 14.º, 16.º e 18.º cupões. No caso de ser exercida opção de reembolso antecipado, as obrig. são pagas acima do valor nominal.	Em caso de falência ou liquidação do mutuário, o pagamento dos juros e do reembolso das obrigações a emitir fica subordinado ao pagamento prévio de todos os demais créditos sobre o emitente, incluindo dívida subordinada com prazo de vencimento, tendo, todavia, os respectivos detentores, prioridade sobre os nistas da sociedade.

Esta rubrica regista os títulos de participação, criados pelo Decreto-Lei n.º 321/85, de 5 de Agosto, cujo rendimento é composto por uma parte fixa e uma parte variável, e obrigações subordinadas cujas condições obedecem ao disposto no aviso n.º 9/90, de 5 de Julho, do Ministério das Finanças.

De acordo com o plano contabilístico estabelecido para o sector bancário em Portugal, estes títulos são considerados parte integral dos fundos próprios das Instituições emitentes.

1.23 — Compromissos:

Os compromissos assumidos pelo Banco encontram-se relevados em contas extrapatrimoniais e têm a seguinte composição:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Passivos eventuais:		
Garantias e avals prestados	266 313 994	265 659 282
Crédito documentários abertos	31 634 081	22 621 504
Fianças e indemnizações	14 690 304	46 250 485
Activos dados em garantia:		
Banco de Portugal	142 212 227	60 000 000
Contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos	2 264 000	1 115 000
Outros	19 726	19 726

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Contas crédito <i>stand by</i>	81 821	—
Aceites e endossos	46 421	30 211
Outros	1	1
<i>Total</i>	<u>457 262 575</u>	<u>395 696 210</u>
Compromissos:		
Linhas de crédito revogáveis	125 061 703	82 609 997
Linhas de crédito irrevogáveis	236 533 150	162 976 238
Facilidades de descobertos em conta	17 594 003	364 181
Operações a prazo	23 387 506	3 308 080
Resp. prazo cont. anuais para Fundo Garantia Depósitos	1 659 000	872 000
Outros	20 965	1
<i>Total</i>	<u>404 256 327</u>	<u>250 130 497</u>

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, a rubrica de activos dados em garantia correspondem essencialmente aos títulos de depósito — Série B dados em penhor ao Banco de Portugal como garantia do bom funcionamento do SPGT — Sistema de Processamento de Grandes Transacções e em 1999 inclui também obrigações do tesouro dadas em garantia de operações com acordo de recompra. Nestas datas, esta rubrica inclui ainda os 60% e 40% não pagos da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as linhas de crédito revogáveis do BTA incluem, principalmente, as linhas não utilizadas do cartão Totta-Gold que, nestas datas, ascendiam a 55 590 milhões de escudos e 30 312 milhões de escudos, respectivamente.

Para além dos passivos eventuais e dos compromissos, em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 existiam ainda os seguintes saldos relativos a outras contas extrapatrimoniais:

	1999	1998
Operações cambiais a prazo (<i>forward</i>):		
Compras	201 374	697 079
Vendas	199 060	709 055
Operações <i>swap</i> de moeda:		
Compras	33 396	264 842
Vendas	33 386	265 209
Operações <i>swap</i> de taxa de juro:		
Compras	464 823	162 506
Vendas	464 489	162 243
Operações a prazo sobre instrumentos financeiros (Futuros):		
De taxa de juro	4 367	93 406
De cotações	287	225
Operações a prazo de taxa de juro (FRAs) (posições compradoras e vendedoras):		
De cobertura	—	5 057
De negociação	703 847	3 668 967
Opções de moeda:		
Compradas	2 733	6 105
Vendidas	2 678	3 634
Opções de taxas de juro:		
Compradas	2 534	5 095
Vendidas	—	—
Opções de cotações:		
Compradas	20 050	—
Vendidas	—	—
Depósito e guarda de valores	1 909 172	958 614
Valores recebidos para cobrança	86 783	34 354

No decurso da sua actividade o Banco utiliza instrumentos financeiros para atender às necessidades de financiamento dos seus clientes e para reduzir a sua exposição ao risco.

Estes instrumentos envolvem, em diferentes medidas, risco de crédito. A exposição do Banco em termos de risco de crédito, no que se refere às garantias prestadas e aos compromissos irrevogáveis, consiste no montante, contratado destes instrumentos. Quanto às operações cambiais a prazo, *swaps* de moeda e taxa de juro e outros instrumentos similares, o montante contratado ou nacional não representa a exposição ao risco de crédito, sendo apenas um indicador do volume de operações.

1.24 — Pensões de reforma do BTA e CPP:

Relativamente ao pessoal do Banco, e em, conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho celebrado com os sindicatos, vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez, reforma antecipada e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo.

Considerando que os empregados do Banco se encontram abrangidos pela legislação geral da segurança social, o Banco suportará, na generalidade dos casos, apenas os complementos que, adicionados aos

montantes pagos pela segurança social, cubram as prestações fixadas no Acordo Colectivo de Trabalho.

Em 1988, o Banco, de acordo com o Decreto-Lei n.º 396/86, de 25 de Novembro, criou um Fundo de Pensões. Actualmente, este fundo destina-se a cobrir as responsabilidades do Banco relativamente a complementos de pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência que ocorram após 31 de Dezembro de 1988.

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BTA e CPP relativos a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A.

As responsabilidades por pensões em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, assim como a respectiva cobertura o seguinte detalhe:

(Em milhares de escudos)

	BTA		CPP	
	1999	1998	1999	1998
Estimativas das responsabilidades:				
Empregados no activo	1 564 329	1 482 268	17 879 879	17 213 005
Reformados e pensionistas	15 585 134	15 932 792	33 165 761	28 595 162
Reformados antecipadamente	23 015 265	18 022 637	—	—
<i>Total</i>	40 164 728	35 437 697	51 045 640	45 808 167

O valor patrimonial do Fundo, destinado a cobrir as responsabilidades acima mencionadas, em 31 de Dezembro de 1999, é:

	1999	1998	1999	1998
Cobertura das responsabilidades:				
Valores patrim. dos fundos, fornecidos pelas entidades gestoras	40 405 071	35 425 642	48 443 262	36 924 258
Conta a pagar ao Fundo de Pensões	—	—	—	48 606
Valor registado na conta extrapatrimonial	40 405 071	35 425 642	2 598 664	8 871 965
<i>Total</i>	40 405 071	35 425 642	51 044 926	45 844 829
Despesas com custo diferido	7 994 274	4 236 612	8 882 697	7 435 008

Em 1998 o Banco e o CPP utilizaram a faculdade permitida pelo aviso n.º 6/95, do Banco de Portugal, de 21 de Setembro, tendo registado em custos diferidos as contribuições que foi necessário efectuar para os fundos de pensões de forma a financiar integralmente o acréscimo das responsabilidades decorrentes de reforma antecipadas. O CPP já tinha também usado esta possibilidade de diferimento em 1996. Estas despesas são amortizadas num período de, aproximadamente, 10 anos e, em 31 de Dezembro de 1999, apresentam o seguinte detalhe:

(Em milhares de escudos)

	BTA	Empregados	CPP	Empregados
Contribuições efectuadas para os Fundos de Pensões:				
Em 1999	4 698 219	37 746	2 580 000	103 139
Em 1998	4 707 347	20 195	6 989 000	5 653
Em 1996	—	—	1 645 000	—
	9 405 566		11 214 000	
Amortização das despesas com custo diferido em 1999:				
Reformas antecipadas de 1999	469 822	—	263 415	—
Reformas antecipadas de 1998	470 735	—	703 896	165 000
	940 557	—	1 132 311	—
Amortiz. das despesas com custo diferido efect. em anos anteriores	470 735	—	1 198 000	—
Despesas com custo diferido em 31 de Dezembro de 1999	7 994 274		8 883 689	

As hipóteses adoptadas para o cálculo das responsabilidades por pensões, estão de acordo com as práticas seguidas pelas entidades bancárias em Portugal.

	BTA e CPP 1999 e 1998
Método actuarial	Unit Credit
Tábua de mortalidade	TV-73/77
Taxa de crescimento salarial (percent.)	3
Taxa de rendimento do Fundo (percent.)	6
Taxa de crescimento de pensões (percent.)	2

A estimativa das responsabilidades não considera os encargos com os serviços de Assistência Médico-Social (SAMS).

Na determinação das responsabilidades do BTA em 31 de Dezembro de 1997, relativas a reformas antecipadas efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1993 e que ainda aguardavam a respectiva aceitação por parte da segurança social, o estudo actuarial considera apenas o pagamento de complementos de pensões, no pressuposto de que a segurança social irá aceitar essas reformas antecipadas.

Em 1998 foi efectuado um estudo do nível de aceitação das reformas antecipadas pela segurança social nos últimos anos. Com base nos resultados deste estudo passou a considerar-se que a segurança social apenas aceita antes da idade normal de reforma 20% das reformas antecipadas efectuadas pelo BTA. No estudo actuarial efectuado com referência a 31 de Dezembro de 1999 aquela percentagem foi alterada para 10%.

O movimento nos fundos de pensões durante os exercícios de 1999 e 1998 foi o seguinte:

(Em milhares de escudos)

	BTA		CPP	
	1999	1998	1999	1998
Valor patrimonial no início do período	35 425 642	29 151 075	36 924 258	27 369 713
Contribuições	4 975 872	4 727 542	10 348 399	7 694 520
Rendimento líquido do Fundo	3 475 800	3 872 233	3 395 135	3 460 708
Pensões pagas	— 3 472 243	— 2 325 208	— 2 221 530	— 1 600 683
Valor patrimonial no final do período	40 405 071	35 425 642	48 446 262	36 924 258

1.25 — Provisões consolidadas:

O BTA em base consolidada apresenta no seu balanço as provisões abaixo indicadas, que respeitam integralmente os mínimos exigidos pelo aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, de 30 de Junho:

Descrição	Saldo do exercício anterior	Reforços	Reposições e anulações	Movimento		Transfe-rências	Diferença de câmbio e outras	Saldo do exercício
				Por reservas	Utilizações			
Para crédito de cobr. duvidosa e crédito vencido	64 411 071	21 744 084	(4 287 082)	(579 993)	(25 795 836)	(1 524 168)	425 783	54 393 859
Crédito de cobrança duvidosa	2 095 672	139 745	(914 977)	—	—	—	—	1 320 440
Aplicações em instituições de crédito no País	—	—	—	—	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito no estrang.	—	—	—	—	—	—	—	—
Crédito interno	2 017 948	91 678	(866 910)	—	—	—	—	1 242 716
Crédito ao exterior	—	48 067	(48 067)	—	—	—	—	—
Títulos	77 724	—	—	—	—	—	—	77 724
Devedores e outras aplic.	—	—	—	—	—	—	—	—
Crédito vencido	62 315 393	21 604 339	(3 372 105)	(579 993)	(25 795 836)	(1 524 168)	425 783	53 073 419
Aplicações em instituições de crédito no País	—	—	—	—	—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito no estrang.	4 222 956	1 960 127	(93)	—	—	(2 001 878)	(31 006)	4 150 106
Crédito interno	54 757 260	15 686 287	(2 460 389)	(579 993)	(24 757 045)	495 250	271 521	43 412 891
Crédito ao exterior	2 742 649	3 466 949	(830 270)	—	(1 038 791)	32 460	135 268	4 558 265
Títulos	585 312	483 013	(76 667)	—	—	(50 000)	—	941 658
Outros créditos vencidos ...	7 222	7 963	(4 686)	—	—	—	—	10 499
Depreciação de títulos	11 427 122	3 351 339	(2 331 524)	—	(63 090)	(20)	(23 496)	12 410 331
Negociação	169 909	555 414	—	—	—	(725 323)	—	—
Investimento	11 257 213	2 835 925	(2 331 524)	—	(53 090)	725 303	(23 496)	12 410 331
Risco-país	4 877 682	1 111 804	(3 395 144)	—	—	2 018 958	786 781	5 400 081
Aplicações em instituições de crédito no estrang.	862 035	207 134	(1 558 860)	—	—	4 266 511	480 761	4 257 581
Crédito ao exterior	3 511 546	779 553	(1 836 284)	—	—	(1 898 105)	226 205	782 915
Títulos	504 101	125 117	—	—	—	(349 448)	79 815	359 585
Outras	—	17 079	—	—	—	(17 079)	—	—
Outras aplicações	4 290 965	1 547 125	(1 305 874)	—	(197 000)	—	104 802	4 440 018
Imobilizações financeiras	2 941 275	398 334	(148 691)	—	—	20	—	3 190 938
Riscos gerais de crédito	20 080 559	22 408 534	(6 656 670)	—	—	(477 711)	(163 303)	35 191 409
Riscos de flut. de câmbios	884 753	1 677 809	(518 106)	—	(79 193)	—	(428 428)	1 536 835
Pensões de reforma e sobreav.	8 991 874	9 003	(765 301)	(5 508 000)	—	—	8 377	2 735 953
Para outros riscos e encargos	—	1 808 184	—	—	—	1 800 000	—	3 608 184
Para outros riscos	699 868	—	—	—	—	(30 090)	—	669 778
Riscos bancários gerais	2 000 000	3 076 394	(230 090)	—	—	(1 769 910)	—	3 076 394
<i>Total</i>	120 605 169	57 189 689	(19 638 482)	(6 087 993)	(26 125 119)	—	710 516	126 653 780

1.26 — Títulos de negociação e investimento e imobilizações financeiras:

O critério utilizado para distinguir os títulos de negociação daqueles que constituem investimentos e imobilizações financeiras baseou-se na intenção da compra.

Títulos de negociação:

São considerados títulos negociáveis aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda até um prazo que não poderá exceder seis meses.

Títulos de investimento:

São considerados títulos de investimento aqueles que são adquiridos com o objectivo de retenção por um período superior a seis meses, não estando, contudo, o interesse da sua manutenção associado à actividade do Banco.

Imobilizações financeiras:

Nestas rubricas são registadas as participações no capital de empresas em que o interesse da sua manutenção esteja ligado à sua actividade e, simultaneamente, se revistam de carácter duradouro.

São registadas todas as quotas e as participadas que atinjam 20% do capital social das empresas participadas.

1.26-A — Não existem operações dos títulos a vencimento que tenham sido alienados ou transferidos para títulos de investimento ou títulos de negociação, antes da data do respectivo vencimento.

1.27 — Despesas de custo diferido, proveitos a receber, receitas com proveito diferido e custos a pagar:

Saldos das seguintes contas em 31 de Dezembro:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Despesas com custo diferido	20 461 659	15 337 903
Proveitos a receber	29 457 228	27 954 077
Receitas com proveito diferido	1 551 556	2 534 817
Custos a pagar	35 049 129	29 920 459

1.28 — Títulos:

a) Os montantes ainda não imputados a resultados e respeitantes a:

	1999	1998
Títulos emitidos por valor inferior ao valor de reembolso	—	179 000
Títulos de Investimento adquiridos por valor superior ao seu valor de reembolso	60 344 996	2 706 728
Títulos de Investimento adquiridos por valor inferior ao seu valor de reembolso	102 247 680	14 034

b) Diferenças entre o valor de balanço e de mercado (cotação na Bolsa de Valores) para os títulos de investimento consolidados:

	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De dívida pública portuguesa:		
Custo de aquisição	148 592 148	194 749 855
Provisões constituídas	1 591 931	514 201
Valor do balanço	147 000 217	194 235 654
Mais-valias potenciais	660 000	1 887 000
Valor de mercado	147 660 217	196 122 654
De outros emissores públicos nacionais:		
Custo de aquisição	17 207 039	41 646 996
Provisões constituídas	6 639	146 692
Valor do balanço	17 200 400	41 500 304
Mais-valias potenciais	20 104	6 558
Valor de mercado	17 220 504	41 506 862
De emissores públicos estrangeiros:		
Custo de aquisição	7 318 108	24 249 848
Provisões constituídas	169 681	582 597
Valor do balanço	7 148 427	23 667 251
Mais-valias potenciais	2 868	197 574
Valor de mercado	7 151 295	23 864 825
De outros emissores:		
Custo de aquisição	278 715 852	209 981 088
Provisões constituídas	3 193 675	2 551 704
Valor do balanço	275 522 177	207 429 384
Mais-valias potenciais	302 012	474 479
Valor de mercado	275 824 189	207 903 863
Ações e outros títulos de rendimento variável:		
Custo de aquisição	45 229 984	45 598 015
Provisões constituídas	8 388 593	8 049 377
Valor do balanço	36 841 391	37 548 639
Mais-valias potenciais	1 071 338	120 016
Valor de mercado	37 912 729	37 668 655
Títulos próprios:		
Custo de aquisição	2 309 989	—
Provisões constituídas	—	—
Valor do balanço	2 309 989	—
Mais-valias potenciais	330 222	—
Valor de mercado	2 640 211	—

c) Diferenças entre o valor de balanço e de mercado (cotação na Bolsa de Valores) para os títulos de negociação consolidados:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:		
De dívida pública portuguesa:		
Valor de balanço	1 028 773	369 624
Mais-valias potenciais	1 863	22 190
Menos-valias potenciais	—	699
Valor de mercado	1 026 910	348 133
Acções e outros títulos de rendimento variável:		
Emitidos por residentes:		
Valor de balanço	—	5 445
Mais-valias potenciais	—	—
Menos-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	—	5 445
Emitidos por não residentes:		
Valor de balanço	—	—
Mais-valias potenciais	—	—
Menos-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	—	—
Títulos próprios:		
Valor de balanço	—	1 996 049
Mais-valias potenciais	—	—
Menos-valias potenciais	—	—
Valor de mercado	—	1 996 049

1 — 29 — Capital subscrito, reservas e resultados consolidados:

O movimento ocorrido nas rubricas de capital subscrito, reservas e resultados durante o exercício de 1999, foi a seguinte:

	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Capital subscrito	60 000 000	—	—	60 000 000
Prémios de emissão	33 588 571	—	—	33 588 571
Reservas	15 153 560	10 460 736	3 718 159	21 896 137
Reservas de reavaliação	8 535 932	—	—	8 535 932
Resultados líquidos:				
Em 1998	14 157 717	—	14 157 717	—
Em 1999	—	4 745 886	—	4 745 886
<i>Total</i>	131 435 780	15 206 622	17 875 876	128 766 526

O capital do Banco Totta & Açores, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, está representado por 60 000 000 de acções, com o valor nominal de 1000\$ cada, estando totalmente subscrito e realizado.

O CPP efectuou durante o exercício de 1999, uma contribuição para o Fundo de Pensões por reservas, no montante de 5508 milhões de escudos, a mesma não teve qualquer impacto nas reservas consolidadas, dado que o BTA aquando da aquisição do CPP constituiu por reservas uma provisão para fazer face às insuficiências existentes, tendo esta sido anulada durante o exercício de 1999.

Considerando a necessidade extraordinária de preparar o Grupo para os desafios da introdução do EURO e a passagem do milénio, bem como para a sua reorganização estratégica, na distribuição do lucro líquido de 1998 e 1997 a assembleia geral do BTA e do CPP destinaram 1181 milhões de escudos e 2500 milhões de escudos à criação de uma reserva especial de refocalização estratégica. Durante o exercício de 1999 e 1998 o BTA utilizou essa reserva na sua totalidade e o CPP utilizou 1800 milhões de escudos e 2068 milhões de escudos (1045 milhões de escudos e 1200 milhões de escudos, considerando a percentagem efectiva do BTA).

Em 1998, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro, o BTA e o CPP procederam à reavaliação do seu imobilizado corpóreo,

tendo aumentado o valor líquido em 5190 milhões de escudos e 4660 milhões de escudos, respectivamente.

O aumento do valor líquido do imobilizado que resultou destas reavaliações foi registado nas rubricas de reservas de reavaliação e reservas consolidadas, respectivamente.

Atendendo à insuficiência de provisões para a carteira de crédito e outros activos existentes à data de 31 de Dezembro de 1997, durante o primeiro semestre de 1998, o BTA obteve autorização do Banco de Portugal para a constituição de provisões adicionais no montante de 14 252 milhões de escudos, por contrapartida directa de reservas.

Durante o exercício de 1999 e 1998 foram recuperados alguns desses créditos, lendo as respectivas provisões sido igualmente anuladas por contrapartida de reservas, listas reposições ascenderam a 580 milhões de escudos e 1496 milhões de escudos, respectivamente.

1.30 — Partes de capital que confirmam direitos especiais:

Não existem em 31 de Dezembro de 1999, partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis e de títulos e direitos similares, que confirmam direitos especiais.

1.31 — Outros activos e outros passivos:

Estas rubricas tinham a seguinte composição em 31 de Dezembro de 1999 e 1998:

Outros activos:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Ouro	597 651	436 857
Outros metais preciosos, numismática medalhística	120 165	90 634
Outras disponibilidades:		
Vales de correio	114 291	344 466
Cupões e títulos sorteados	551	1 829
Outras	187 794	587 657
Devedores:		
Por bonificações a receber	7 185 388	11 175 388
Imposto sobre valor acrescentado — a recuperar	495 884	1 690 377
Por IRC a recuperar	1 428 740	45 667
Devedores diversos	4 442 341	2 919 950
Aplicações por recuperação de créditos:		
Imóveis	15 773 706	19 067 283
Equipamento	30 344	129 645
Outras	524 038	701 555
Devedores por operações sobre futuros e operações	15 035	144 750
Outras aplicações	1 107	1 111
Outras imobilizações financeiras	4 439 381	5 178 232
<i>Total bruto</i>	35 356 417	42 515 401
Provisões acumuladas	(5 151 821)	(4 922 139)
<i>Total</i>	30 204 596	37 593 262

Outros passivos:

	1999	1998
Fornecedores	1 377 535	683 010
Credores:		
Por valores a liquidar	578 067	323 908
Outros	17 574 541	8 524 210
Imposto sobre lucros a pagar	126 163	5 323 501
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	240 928	154 706
Retenção de impostos na fonte	1 805 817	2 437 084
Contribuições para a segurança social	428 863	463 076
Cobranças por conta de terceiros	156 607	151 049
Juros e dividendos a pagar	28 241	29 315
Contribuições para os SAMS	101 625	73 986
Contribuições para fundos de pensões	—	48 606
Outras exigibilidades	3 639	73 433
<i>Total</i>	22 422 046	18 285 684

A rubrica de bonificações a receber do Estado Português em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, ao nível das demonstrações financeiras consolidadas, corresponde ao valor de bonificações de juros relativas a prestações de empréstimos à habitação, calculadas de acordo com as disposições legais aplicáveis, e decompõe-se como segue:

	1999	1998
Bonificações reclamadas ao Estado e ainda não liquidadas	2 892	2 197
Bonificações processadas e não reclamadas, por não estarem vencidas	4 168	4 142
Bonificações vencidas e ainda não reclamadas	29	4 706
<i>Total</i>	7 089	11 045

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, as existências de imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos imóveis que integram a carteira de existências da Totturbe — Empresa de Administração e Construção, S. A. A provisão para outras aplicações inclui um montante de 277 milhões de escudos e 1236 milhões de escudos, respectivamente, para fazer face a perdas na realização destes imóveis.

1.32 — Fundos administrados por conta de outrem:

O Banco não administrava fundos, em 31 de Dezembro de 1999, no seu nome próprio, que sejam por conta de outrem, incluindo Fundos de Investimento.

1.33 — Lucros e prejuízos em operações financeiras:

É o seguinte o desdobramento das operações não vencidas no final do exercício:

(Em milhares de escudos)		
	Compra	Venda
Operações cambiais a prazo	201 374	199 060
Operações <i>swap</i> :		
<i>Swap</i> de moeda	33 396	33 386
<i>Swap</i> de taxa de juro	464 823	464 489
Contratos de opções:		
Opções de moeda	2 733	2 678
Opções de taxa de juro	2 534	—
Contr. a prazo de taxa de juro (FRA)	—	—

As rubricas A3 e B4 da demonstração de resultados tinham seguinte composição em 31 de Dezembro de 1999 e 1998:

	1999	1998
Lucros em operações financeiras:		
Difer. de reaval. da posição cambial	36 337 733	88 338 789
Difer. de reaval. da aplic. de títulos	1 496 912	5 223 239
Lucros e prov. em oper. extrapatrim.	8 600 263	8 864 186
Outros	246 478	98 015
Total	46 681 386	102 524 229
Prejuízos em operações financeiras:		
Difer. de reaval. da posição cambial	29 800 711	81 175 358
Difer. de reaval. da aplic. de títulos	3 799 896	3 187 001
Custos e prej. em oper. extrapatrim.	8 794 603	8 796 451
Outros	257 320	37 916
Total	42 652 530	93 196 726

1.34 — Quadro de pessoal:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o quadro de pessoal pertencente ao Grupo Totta, pode ser resumido como segue:

	1999	1998
Com funções específicas de enquadram.:		
Direcção	376	343
Chefias e gerência	1 187	1 258
Técnicos informáticos	249	271
Outros técnicos	710	680

	1999	1998
Sem funções específicas de enquadram.:		
Comerciais	2 587	2 607
Administrativos	1 290	1 294
Outros	352	221
Total	6 751	6 674

Este total reflecte o número de efectivos do BTA em Portugal, havendo que adicionar ainda um total de 327 em relação a 1999 (dos quais 299 nas sucursais e agências; 15 nos escritórios de representação e 13 nas filiais) e 306 em relação a 1998, nas sucursais do estrangeiro.

1.35 — Órgãos de administração e de fiscalização:

Relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, o montante das remunerações atribuídas em 31 de Dezembro de 1999 e 1998 foi de 950 348 milhões de escudos e 808 393 milhões de escudos, respectivamente, com o detalhe seguinte:

(Em milhares de escudos)		
	1999	1998
Remunerações atribuídas no exercício:		
Administração	935 705	777 378
Fiscalização	14 643	31 015
Total	950 348	808 393

Não existem quaisquer compromissos em matéria de pensões de reforma para com os antigos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

1.36 — Serviços de gestão e representação prestados a terceiros:

O Banco presta alguns serviços de gestão e de representação a terceiros, nomeadamente, na área de gestão de carteiras, mas os proveitos daí resultantes não têm dimensão significativa.

1.37 — Operações em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 1999 os activos e passivos expressos em moeda estrangeira, representavam aproximadamente, 22,5% e 21,7%, do valor global do activo e do passivo do Banco Totta & Açores, S. A., consolidado, correspondendo a 826 149 milhões de escudos e 789 879 de escudos, respectivamente.

1.38 — Proveitos:

Os proveitos registados nas rubricas B1, B2, B3; B4 e B7 da demonstração de resultados, ventilados por mercados geográficos, são os constantes do mapa abaixo:

	Europa			Outros continentes	
	Portugal	Off-shore	Outros	EUA	Outros países
B1) Juros e proveitos equiparados	146 385 679	5 950 100	25 155 710	16 464 196	4 425 218
B2) Rendimento de títulos	1 324 874	—	—	—	—
B3) Comissões	17 737 366	4 027	271 199	158 282	492 972
B4) Lucros em operações financeiras	39 293 478	2 531 167	1 148 546	17 832	3 690 363
B7) Outros proveitos de exploração	9 053 369	867	43 097	7 798	1 453 510
Total					
B1) Juros e proveitos equiparados	198 380 903				
B2) Rendimento de títulos	1 324 874				
B3) Comissões	18 663 846				
B4) Lucros em operações financeiras	46 681 386				
B7) Outros proveitos de exploração	10 558 641				

1.39 — Outros proveitos e custos de exploração, ganhos e perdas extraordinárias consolidadas:

Estas rubricas em base consolidada tinham a seguinte composição em 31 de Dezembro de 1999 e 1998:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
A) Custos:		
Rubrica 6 — Outros custos de exploração:		
Quotizações r donativo	204 574	169 901
Remuneração de títulos de participação	91 684	34 912
Outros	224 055	300 918
	<u>520 313</u>	<u>505 731</u>
Rubrica 11 — Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na venda de valores imobilizados	372 026	123 524
Menos-valias na venda de participadas	—	31
Juros e comissões de exercícios anteriores	—	588 551
Outras perdas de exercícios anteriores	4 270 114	3 356 029
Indemnizações por incumprimento de contratos	8 500	1 275
Valores roubados	175 794	822
Outras perdas extraordinárias	7 184 979	3 835 328
	<u>12 011 413</u>	<u>7 905 560</u>
B) Proveitos:		
Rubrica 7 — Outros proveitos de exploração:		
Proveitos de prestação de serviços	5 593 938	6 023 705
Reembolso de despesas	3 398 647	4 070 048
Outros	1 566 056	740 215
	<u>10 558 641</u>	<u>10 833 968</u>
Rubrica 9 — Ganhos extraordinários:		
Juros e comissões de exercícios anteriores	—	249 871
Outros ganhos de exercícios anteriores	3 917 493	1 649 004
Recuperação de juros no âmbito de reestruturação de dívidas	109 410	107 779
Mais-valias na realização de valores imobilizados	5 187 962	124 859
Recuperação de créditos incobráveis	6 842 533	1 701 034
Utilização da reserva de refocalização	2 981 132	3 249 274
Outros ganhos extraordinários	836 966	854 680
	<u>19 875 496</u>	<u>7 936 501</u>

1.40 — Passivos subordinados:

Durante o exercício de 1999 os encargos registados e pagos relativamente a esta rubrica têm a seguinte decomposição:

Os encargos suportados no exercício são desdobrados a seguir:

Descrição	Juros pagos	Custos imputados
Títulos de participação:		
BTA/87	28 832	23 852
CPP/88	201 871	189 828
CPP/89	391 451	324 785
Obrigações de caixa subordinadas:		
Emissão de 30 de Julho de 1993 — BTA	378 125	326 042
Emissão de 16 de Junho de 1995 — BTA	281 016	279 727
Emissão de 10 de Julho de 1996 — BTA	595 313	492 396
Emissão de 15 de Julho de 1992 — CPP	637 500	526 302
Obrigações perpétuas subordinadas (TOPS):		
Emissão de 26 de Novembro de 1997 — BTA	213 186	212 673
Emissão de 26 de Novembro de 1997 — CPP	213 186	212 673
Acções preferenciais:		
Emissão do TAF — aplicação no BTA em 31 de Dezembro de 1996	1 876 809	2 558 780
Emissão do PTIF — aplicação no BTA em 1 de Agosto de 1997	1 752 344	1 866 829

Durante o exercício de 1999, foram registados como encargos do exercício 7 013 887 milhares de escudos pagos encargos no valor de 6 569 631 milhares de escudos.

1.41 — Carga fiscal:

A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998	1997
Provisão para imposto	4 104 134	8 503 542	5 144 915
Imposto sobre o rendimento a receber	1 428 740	45 667	1 473 823
Imposto sobre o rendimento a pagar	126 183	5 323 501	2 893 608

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama. O Banco, para efeitos tributários, constituiu as suas provisões para créditos concedidos com base na legislação emitida pelo Banco de Portugal para os exercícios de 1999 e 1998.

Em 31 de Dezembro de 1999 e 1998, o Banco tem registada uma provisão sobre lucros a pagar no montante de 4 104 134 milhares de escudos e 8 503 442 milhares de escudos, respectivamente. O montante dos impostos correspondentes aos exercícios de 1999 e 1998 representam 46,4% e 37,5%, respectivamente, dos resultados antes de impostos.

1.42 — Incidência do imposto sobre rendimentos:

O imposto sobre lucros estimado para 1999, incidiu sobre as seguintes rubricas de resultados do exercício (milhares de escudos):

Resultados correntes	4 104 134
Resultados extraordinários	—

1.43 — Consolidação das contas do Banco noutra instituição:

As contas do Banco Totta & Açores, S. A., são incluídas nas contas consolidadas do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., com sede na Rua do Ouro, 28, Lisboa.

1.44 — Empresas filiais noutros estados membros da UE:

O Banco Totta & Açores, S. A., não tem empresas filiais instaladas noutros Estados-Membros da Comunidade Europeia, dispensadas da fiscalização e da publicação de demonstração de resultados.

1.45 — Operações em base consolidada de locação financeira:

Os montantes de locação financeira, com indicação da rubrica onde estão contabilizadas, são as seguintes (milhares de escudos):

	1999	1998
Rubrica 4 — Crédito sobre clientes	51 200	54 504
Rubrica 10 — Imobiliz. corpóreas (brutas)	105 683	210 702
Amortizações acumuladas	97 052	151 742

1.46 — Não existem montantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas e de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação (*netting across transactions*) a que refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

1.47 — Resultados sobre empresas coligadas e participadas:

O montante dos resultados, incluídos nas rubricas A1, A2, e A4 e B1, B3 e B7, sobre empresas coligadas, participadas directa ou indirectamente foram eliminados no processo de consolidação quando consolidadas pelo método de consolidação integral, mantendo-se os saldos com as empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, os quais são os seguintes (milhares de escudos):

	1999	1998
A) Custos:		
Rubrica 1 — Juros e custos equiparados	2 279 324	3 030 681
Rubrica 2 — Comissões	324 930	546 649
Rubrica 3 — Gastos gerais administrat.	1 215 843	859 533
B) Proveitos:		
Rubrica 1 — Juros e proveitos equipar.	6 665 519	6 565 802
Rubrica 2 — Comissões	1 628 604	1 427 939
Rubrica 3 — Outros proveitos de explor.	551	634

1.48 — Outras informações:

Na sequência do acordo celebrado em 11 de Novembro de 1999 entre o accionista de referência do Grupo Mundial-Confiança e o Banco Santander Central Hispano (BSCH), em 3 de Março de 2000 o BSCH adquiriu o controlo indirecto de 51,8% das acções representativas do capital social da Companhia de Seguros Mundial-Confiança, S. A (Mundial-Confiança). Esta participação indirecta na Mundial-Confiança, implica igualmente a titularidade indirecta de 53,05% do capital do BPSM, 94,38% do capital do BTA e 70,57% do capital do CPP.

Como resultado do acordo celebrado igualmente em 11 de Novembro de 1999 entre o BSCH e a Caixa Geral de Depósitos, S. A (CGD), em 5 de Abril de 2000 a CGD, através da Parbanca, SGPA, S. A., adquiriu ao BSCH a titularidade indirecta de 51,8% do capital da Mundial-Confiança e das suas participadas.

Posteriormente, no dia 7 de Abril de 2000 o BSCH, através da sua participada Santusa Holding, SL, adquiriu ao BPSM uma participação qualificada correspondente a 94,68% do capital social do BTA. Considerando as acções próprias detidas pelo Banco, a percentagem de participação corresponde a 95,55%.

Na mesma data, o BTA aumentou a sua participação qualificada no CPP de 58,03% para 70,66%, mediante aquisições em bolsa à Mundial-Confiança, ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A e ao mercado.

Em virtude da tomada de participação qualificada no BTA e no CPP, o BSCH informou que irá oportunamente e em conformidade com a lei, proceder ao lançamento da oferta pública de aquisição sobre as acções na titularidade dos accionistas minoritários dos dois bancos.

2) Os critérios valorimétricos aplicados às diversas rubricas das contas consolidadas bem como, os métodos de cálculo das provisões e amortizações e o método de conversão utilizado para os elementos das contas consolidadas originariamente em moeda estrangeira, são os mesmos que se aplicaram às contas individuais.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do BTA e das suas subsidiárias e associadas. Adicionalmente, foram efectuados alguns ajustamentos de consolidação de forma a corrigir a aplicação de alguns princípios contabilísticos.

Excepto conforme referido no parágrafo seguinte, a consolidação das empresas subsidiárias e associadas em que o BTA detém uma percentagem do capital superior a 50% e simultaneamente exerce o controlo sobre a gestão, foi efectuada pelo método de integração global. Os saldos e as transacções (e os correspondentes proveitos e custos) reciprocas entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias e associadas é apresentado na rubrica de interesses minoritários.

A consolidação das empresas subsidiárias e associadas que integram o Grupo Imobiliário, a das associadas com percentagem de participação inferior a 50%, foi efectuada pelo método da equivalência patrimonial (*equity method*). De acordo com este método, o valor destas participações financeiras é ajustado com base na percentagem do capital, reservas e resultados, equivalentes à participação efectiva do BTA no capital dessas empresas.

Os valores do trespasse, decorrentes da diferença entre o custo de aquisição e o valor patrimonial equivalente das empresas subsidiárias e associadas à data de aquisição, foram totalmente amortizados no ano de aquisição por contrapartida de reservas. Para efeitos de determinação do valor do trespasse incluído na aquisição de acções do CPP, foram efectuadas as correcções necessárias às demonstrações financeiras desta entidade de forma a apurar o valor efectivo dos seus capitais próprios à data de aquisição. Nessa data, as provisões registadas pelo CPP eram insuficientes para cobrir os riscos associados à carteira de crédito (incluindo crédito vencido) e de outros activos. Adicionalmente, verificaram-se insuficiências de provisões para o fundo de pensões nas demonstrações financeiras individuais do CPP.

As participações que não são objecto de consolidação — pelo método global ou pelo método de equivalência patrimonial — registam-se de acordo com o critério definido pelo Banco de Portugal, para o efeito.

3) O valor da rubrica de diferença de consolidação não foi amortizado, mas sim levado a reservas.

4) O Banco Totta & Açores, S. A., detém actualmente um conjunto considerável de participações financeiras, directas e indirectas, em vários sectores da economia, com especial relevo para as do sector financeiro.

O subgrupo das empresas imobiliárias é coordenado pela TottaUrbe, empresa de administração e construção, que abarca todo o tipo de actividades inerentes a este sector, como por exemplo a compra de imóveis para revenda, construção, administração de propriedades próprias ou alheias, assim como a prestação de serviços técnicos de administração e gestão às sociedades participadas ou outras.

Existe um terceiro subgrupo de empresas heterogéneas, cuja actividade vai desde a comercialização de equipamentos e produtos de *software*, às telecomunicações, consultadoria e formação, viagens e turismo.

Durante o exercício de 1999, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em 30 de Setembro a sucursal de Macau transformada em banco de direito local, denominado Banco Totta Ásia, S. A., o qual adquiriu todos os direitos e obrigações da sucursal. Em consequência desta transformação, o capital próprio do novo banco foi realizado através da transferência da totalidade dos activos e passivos da extinta sucursal, aos respectivos valores contabilísticos, passando o BTA a deter 99,91% do capital do novo banco;

Por escritura pública de 17 de Maio de 1999, realizou-se uma fusão por incorporação mediante a transferência global de património da sociedade Tottaleasing — Sociedade de Locação Financeira Mobiliária, S. A., para a Sociedade MC Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., extinguindo-se a sociedade incorporada e transmitindo-se a universalidade dos seus direitos e obrigações para a sociedade incorporante;

Aumento do capital do Totta Ireland Plc, em 818 milhões de escudos, totalmente subscrito e realizado pelo BTA;

Alienação de 300 acções do Banco Chemical Finance, S. A., 50% do capital do Totta & Açores, Inc. — Newark e Totta & Açores, Inc. — Connecticut ao Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.

Durante o exercício de 1999, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Sociedade Gestora de Imovest — Fundo de Investimentos Imobiliários, tem como denominação actual MC-Imovest — Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A.;

Banco Chemical Finance, S. A., tem como denominação actual Banco Totta & SottoMayor de Investimentos;

Totta & Açores, Inc. — Newark, tem como denominação actual Totta & SottoMayor, Inc. — Newark;

Totta & Açores, Inc. — Connecticut, tem como denominação actual Totta & SottoMayor, Inc. — Connecticut.

Durante o exercício de 1998, verificaram-se as seguintes alterações ao nível das empresas subsidiárias e associadas:

Em Janeiro de 1998, na sequência da oferta pública geral de aquisição de acções do CPP anunciada em 29 de Julho de 1997 pelo BTA, BPSM e Companhia de Seguros Mundial — Confiança, S. A., o Banco adquiriu 2 338 628 acções, tendo aumentado a sua participação no capital social do CPP em 7,09%;

Aquisição pelo CPP de 22,5% do capital da Sociedade Gestora de Imovest, S. A., tendo 5% sido adquirido à Companhia de Seguros Império, S. A., 12,5% ao Credit Lyonnais Portugal, S. A. e 5% ao Deutsche Bank de Investimento, S. A.;

Aquisição pela MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., em Maio de 1998, de 100% do capital da Evifina, SFAC, S. A., à Rentequipa — Comércio e Aluguer de Bens de Serviço, S. A.;

Aquisição, em Março de 1998, de 9% do capital da Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., ao D. Juan Beloso Garrido;

Aquisição pela MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., em Maio de 1998, de 10% do capital da MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A. à Compta, SGPS, S. A.;

Aumento de capital de 600 milhões de escudos da MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A., totalmente subscrito e realizado pela Chemical, SGPS, S. A.;

Aquisição em Novembro de 1998, pela Chemical, SGPS, S. A. das seguintes sociedades detidas pela TottaGespar — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A.:

TottaFinance — Sociedade Financeira, S. A.;

Siemca — Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.;

MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A. e as seguintes empresas participadas por esta sociedade:

MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.;

MC-Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.;

Tottagest — Sociedade de Gestão de Patrimónios, S. A.;

Sifta — Sociedade de Gestão do Fundo de Tesouraria Atlântica, S. A.;

MC-Gesta — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.;

Plurifundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S. A.;

Mc-Pensões — Sociedade de Fundos de Pensões, S. A.

Aumento de capital de 10 000 milhões de escudos do Totta Ireland Plc., totalmente subscrito e realizado pelo BTA.

Alienação, em Julho de 1998, da totalidade das acções representativas do capital social da TollaDealer — Sociedade Financeira de Corretagem, S. A., ao Banco de Negócios Argentaria.

Durante o exercício de 1998, foram alteradas as denominações sociais das seguintes empresas:

Deca, SGPS, S. A., tem como denominação actual MC — Gestão de Activos, SGPS, S. A.;

TottaFundos, S. A., alterou a sua denominação social para MC-Fundos — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S. A.;

Sottogest — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A., actualmente tem a denominação de Mc-Gaste — Sociedade Gestora de Patrimónios, S. A.;

Toltarent — Sociedade de Aluguer de Veículos, S. A., alterou a sua denominação para MC-Rent — Aluguer de Longa Duração, S. A.;

Tottapensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., tem como denominação actual, MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.;

Petropar — SGPS, S. A., alterou a sua denominação para MC — Gestão de Empresas de Crédito, SGPS, S. A.;

Tottafactor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A., alterou a sua denominação para MC-Factor — Sociedade Internacional de Aquisição de Créditos, S. A.;

CFI — Companhia Financeira Internacional, Sociedade Corretora, S. A., alterou para MC-Corretagem — Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A.;

Evifina, SFAC, S. A., alterou a sua denominação para MC-SFAC — Sociedade Financeira para Aquisição a Crédito, S. A.;

Tottaimo — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., alterou a sua denominação para MC-Loc — Sociedade de Locação Financeira, S. A.;

Sottoteasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., tem como denominação actual MC-Leasing, Sociedade de Locação Financeira, S. A.

Sector imobiliário:

TottaUrbe — Empresa de Administração e Construções, S. A., com sede na Av. República, 43, 4.º, foi constituída em 13 de Fevereiro de 1964 com a denominação de Emaco — Empresa de Administração e Construções, tendo sido alterada a sua denominação em 14 de Outubro de 1991. Dedicar-se à compra e construção de imóveis para revenda, urbanização e venda de terrenos e administração de propriedades.

Burgo — Fundiários, S. A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, 34, 4.º-D, foi constituída em 12 de Abril de 1991 e tem por actividade o investimento, estudo, projecto, desenvolvimento, execução e comercialização de empreendimentos imobiliários e a aquisição para revenda de bens imóveis. Os principais accionistas desta sociedade são a TottaUrbe, a Douro, SGPS, S. A. e a Realmar, SGPS — Empreendimentos Imobiliários, S. A., com 25% do capital cada.

Benim — Sociedade Imobiliária, S. A., com sede na Rua de S. José, 149-159, 1.º, foi constituída em 26 de Dezembro de 1990 e tem por actividade a compra e venda de prédios rústicos e urbanos, construção civil e loteamentos urbanos, administração de propriedades, indústrias hoteleira e similares, produção turística/desportiva e actividade agrícola, pecuária, silvícola, cinegética e agroturística.

Mermul — Mercados Múltiplos, S. A., com sede na Av. da República, 57, 1.º, tem por objecto social a compra e venda de imóveis, urbanizações, edificações de prédios para revenda em terrenos próprios ou alheios e tudo o mais que se relacione com a actividade de promoção imobiliária e construção civil. O seu capital social, cujo valor é de 25 000 contos, é detido a 100% pelo Crédito Predial Português (CPP).

Sector financeiro:

Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A., no final do ano de 1992, o Banco adquiriu, através da Bolsa, uma percentagem do capital de Crédito Predial Português aquando da reprivatização do mesmo. A sociedade com sede na Rua Augusta, 237, tem por objecto o exercício da actividade bancária, mas no âmbito da sua actividade como estabelecimento especial de crédito, a sociedade exercia as funções resultantes da sua natureza de instituição especializada em crédito imobiliário através da intervenção no fomento da construção civil e obras públicas e outras operações imobiliárias.

MC-Imovest — Sociedade Gestora Fundos de Investimentos Imobiliários, S. A., com sede na Av. da República, 43, 1.º, foi constituída em 8 de Maio de 1987 e tem um capital social de 150 000 contos, sendo 73,5% do mesmo, propriedade do CPP e 26,5% da Comp. de Seguros Mundial Confiança, S. A. O seu objecto exclusivo é a administração e a gestão do fundo de investimento imobiliário Imovest — Fundo de Investimentos Imobiliários.

Chemical — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., com sede em Lisboa, na Rua Barata Salgueiro, 33, foi constituída em 14 de Maio de 1993, tem um capital social de 1 400 000 contos e tem por actividade principal a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Tottafimo — Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S. A., com sede na Rua Basílio Teles, 35, 6.º, foi constituída em 10 de Janeiro de 1992 e tem por objecto social a administração, gestão e representação de fundos de investimento imobiliário, abertos ou fechados.

Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L., com sede na Praça 25 de Junho, 1, Maputo, Moçambique, foi constituída em 2 de Julho de 1966 e tem por objecto exclusivo o exercício da actividade bancária, nomeadamente a realização de operações cambiais e de crédito a médio e a longo prazos. O principal accionista é o Banco Totta & Açores, S. A., com 55,3%.

Totta & Açores International, Ltd., com sede em Agência de New York, 590, fifth Avenue, New York-10036, USA 0215, EUA, foi constituído em 12 de Outubro de 1993, ao abrigo da legislação vigente nas Ilhas Cayman, tendo como objecto social o exercício da actividade bancária.

Totta & Açores Finance Ireland, Limited, com sede em IFSC, House, Custom House Quay, Dublin 1, Ireland, foi constituído em 19 de Julho de 1996, tem por objectivo a realização de investimento em valores mobiliários.

Totta & Açores Financing, Limited, com sede nas Ilhas Cayman, Grand Cayman, George Town, PO, Box 309, tem o seu capital social representado por 6 000 000 de acções preferenciais com o valor de 25 dólares cada, integralmente subscrito e realizado, foi constituída em 3 de Novembro de 1995, tem por objecto social o exercício da actividade financeira.

Banco Internacional de Guiné-Bissau, tem por objecto o exercício do comércio bancário, tem um capital de 3 260 000 contos sendo o CPP detentor de 49% do mesmo, não tendo sido consolidado, por não haver possibilidade de obter as demonstrações financeiras em tempo útil e não transferir resultados.

Pinto Totta Internacional Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, foi constituída em 10 de Julho de 1997. Tem um capital social de 50 000 dólares, detido em partes iguais pelo BTA e pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., tem por objecto social o exercício da actividade financeira.

Totta Ireland Plc., com sede em West Block Building, IFSC, Dublin 1, Ireland, foi constituída em 3 de Dezembro de 1997, tem por objecto o exercício da actividade financeira.

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, com sede na Praça da Independência, Caixa Postal 536, São Tomé e Príncipe é detido pelo BTA em 30% e tem por objecto o exercício da actividade bancária, foi constituído em 3 de Março de 1993.

Totta & Sottomayor, Inc., Newark, com sede, 46, Ferry Street, Newark, New Jersey, NJ 07105, EUA, é detido em 50% pelo BTA, foi constituída em 19 de Outubro de 1989.

Totta & Sottomayor CT Inc., Connec., com sede em 215 Church Street, Naugatuck, CT 06770, USA, é detido em 50% pelo BTA, foi constituída em 5 de Novembro de 1991.

Totta & Açores, Inc., San José, com sede em 1644, Alum Rock Avenue, San José, CA 95116, é detida em 100% pelo Totta & Sottomayor, Inc., Newark.

Totta Nominees/London, com sede em 68, Cannon Street, London, é detido em 100% pelo BTA.

Totta & Açores (Brasil) Ltda., com sede na Av. Paulista, 1274, 14.º, S. Paulo, Brasil, data de constituição em 22 de Julho de 1996, é uma filial do BTA, S. A., é detido em 99% por este.

Banco Totta Ásia, S. A., com sede em Macau, na Av. da Praia Grande, 429, Centro Comercial Praia Grande, 21.º, foi constituído em 30 de Setembro de 1999 e tem como objecto o exercício da actividade bancária.

Outras:

MC-Pensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., com sede na Rua Basílio Teles, 35, 7.º, foi constituída por escritura em 6 de Novembro de 1995, sob a denominação de Tottapensões — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., tendo adoptado a denominação actual em 26 de Junho de 1998 e tem por objecto social a instituição, administração e representação de um ou mais fundos de pensões.

Eurociber — Tecnologias de Informação, S. A., com sede na Rua Laura Alves, 12, 3.º, foi constituída em 17 de Julho de 1992, e tem por objecto a comercialização de equipamentos e produtos de *software* e da respectiva assistência técnica, assim como a sua produção.

Tottatur — Viagens e Turismo, S. A., com sede em Lisboa na Rua Ivone Silva, 6-C, foi constituída por escritura em 17 de Julho de 1992, e tem por objecto o exercício das actividades próprias das agências de viagem e turismo, incluindo os serviços complementares permitidos por lei.

Finpetro — Sociedade Gestora de Participações Sociais, foi constituída em 13 de Fevereiro de 1992, e tem por principal objecto financiar a Petrocontrol, SGPS, S. A., no âmbito da participação desta no capital da Petrogal — Petróleos de Portugal, S. A.

Sulférias — Sociedade Imobiliária do Algarve, L.da, foi constituída 30 de Julho de 1973, foi adquirida pelo BTA, o qual detém 18% do capital social, por liquidação de financiamentos a terceiros e tem por objecto principal a compra, venda e arrendamento de prédios ou parte destes, a urbanização de terrenos, a indústria hoteleira ou similares e a construção de edifícios de qualquer género.

SIH — Sociedade de Investimento Hoteleiro, SGPS, S. A., com sede na rua Fernão Mendes Pinto, 46, 1400 Lisboa, foi constituída em 9 de Julho de 1992 e por objecto social a gestão de participações sociais, como forma indirecta de exercício de actividades económicas, podendo prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades participadas com as quais celebre contratos de subordinação. O BTA detém 20% do seu capital social.

Unicre — Cartão Internacional de Crédito e a SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A., são sociedades instrumentais nas quais o BTA detém participações financeiras, á semelhança do que acontece com as outras instituições do nosso sistema bancário, nomeadamente na Unicre (8,9%) e na SIBS (6,8%).

Previsão — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, foi constituída em Dezembro de 1988, com um capital inicial de 150 000 contos. O BTA foi accionista fundador, detendo actualmente a participação de 7,5% do capital, cujo valor é 200 000 000 de contos. A sociedade tem por objecto a gestão de fundos de pensões.

Norpedip e a Sulpedip — Sociedades de Desenvolvimento Regional, são detidas pelo BTA em 18%, pela actividade estratégica, que desenvolvem para o país.

Do conjunto de empresas que foram mencionadas apenas algumas foram incluídas no perímetro de consolidação e o critério de selecção baseou-se nos seguintes factores:

Participações da área financeira ou que têm alguma afinidade/complementaridade com actividades do BTA;

A participação é significativa, em termos de percentagem ou valor de aquisição;

A participação responde a interesses específicos, nomeadamente quando se inserem em sectores económicos considerados estratégicos/de ponta ou quando indiciam elevados padrões de rentabilidade.

5) Empresas filiais incluídas na consolidação:

Denominação social	Sede	Particip. efectiva (percent.)
TottaUrbe — Empresa de Admin. e Construção, S. A.	Rua Fernão Mendes Pinto, 46, 1400 Lisboa	100,00
Crédito Predial Português, S. A.	Rua Augusta, 237, 1100 Lisboa	58,03
Mernnil- Mercados Múltiplos, S. A.	Av. da República, 57, 1.º, 1050 Lisboa	58,03
MC-Imovest — Soc. Gest. Fundos de Invest. Imobil., S. A.	Av. da República, 43, 1.º	42,65

Denominação social	Sede	Particip. efectiva (percent.)
Banco Standard Totta de Moçambique, S. A.	Praça 25 de Junho, 1.º, Maputo, Moçambique	55,32
Totta & Açores International, Ltd.	Nova Iorque 590, fifth Avenue, New York, 10035 USA 02150-EUA	100,00
Totta & Açores Finance Ireland, Limited	IFSC-House, Custom House Quay, Dublin 1, Ireland	100,00
Totta & Açores (Brasil), Ltda.	Av. Paulista 1274, 14.º, S. Paulo, Brasil	99,00
Totta & Açores Financing, Limited	Ilhas Cayman, Grand Cayman, George Town, PO Box 309	100,00
Totta Ireland, Plc.	West Block, Dublin 1, Ireland	100,00
Banco Totta Ásia, S. A.	Macau, Av. da Praia Grande, 429, Centro Com. Praia Grande, 21.º	90,92

6) Empresas excluídas da consolidação:

Nenhuma das empresas foi excluída do processo de consolidação nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 36/92.

11) Repartição sectorial e geográfica:

A actividade geográfica do BTA está implantada em três continentes, a saber:

Europa	América	África
Londres Luxemburgo	Nova Iorque Grand Cayman	Guiné-Bissau Luanda

Ao nível individual o seu desenvolvimento assenta apenas no sector financeiro.

Ao nível da actividade do grupo a sua repartição desenvolve-se em diferentes áreas, como a financeira, a imobiliária e outras, já explicitadas no ponto 4 deste anexo. Quanto à repartição geográfica, a actividade das empresas filiais incluídas no grupo desenvolve-se basicamente em Portugal, havendo, no entanto, uma pequena percentagem de operações com países da Comunidade Europeia.

12) Número efectivo de trabalhadores:

	1999	1998
Com funções específicas e de enquadramento:		
Direcção	376	343
Chefias e gerência	1 187	1 258
Técnicos informáticos	249	271
Outros técnicos	710	680
Sem funções específicas e de enquadramento:		
Comerciais	2 587	2 607
Administrativos	1 290	1 294
Outros (inclui os contratados a prazo e os efectivos no estrangeiro)	679	527
<i>Total</i>	<i>7 078</i>	<i>6 980</i>

13) Efectivo médio de trabalhadores ao serviço de empresas consolidadas pelo método proporcional:

Não existem empregados nas empresas consolidadas pelo método proporcional.

14) A demonstração consolidada de resultados não reflecte quaisquer diferenças entre os encargos fiscais do respectivo exercício e dos exercícios anteriores, e os encargos já pagos ou a pagar relativamente aos mesmos.

15) Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização:

Relativamente aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, o montante das remunerações atribuídas em 31 de Dezembro

em 1999 e 1998, 950 milhões de escudos e 808 milhões de escudos, respectivamente, conforme detalhe apresentado no ponto 1.35.

16) Não existem adiantamentos e créditos, bem como compromissos tomados por conta dos membros dos órgãos de administração e fiscalização a título de uma garantia de qualquer espécie, quer por parte da empresa-mãe ou por uma empresa filial.

17) Todas as informações de natureza significativa que permitam uma apreciação correcta da situação financeira do Grupo foram relevadas, quer nas notas individuais quer nas consolidadas, ou ainda neste ponto, com referência à norma que o exija.

Carta n.º 235 do Banco de Portugal:

3.8 — O valor de *trespasse* (*goodwill*) relativo à aquisição do CPP e da DECA resulta de (milhões de escudos):

Trespasse do CPP:

Valor corrigido dos capitais próprios em 30 de Novembro de 1992	27 555
Insufic. de provisões para crédito e outros riscos	(6 117)
Insufic. de provisões para pensões de reforma	(14 464)
Outros ajustamentos — Custos plurianuais	(611)
Efeito fiscal dos ajustamentos — Imposto diferido	8 392
Valor dos cap. próprios em 30 de Nov. de 1992	14 755
Valor dos cap. próprios adquir. pelo B T A — 43,45%	6 411
Valor do custo da participação	18 808
Valor de tresp. relat. à aquis. das acções do CPP (1)	(12 397)

A determinação da insuficiência de provisões para crédito e outros riscos no CPP, foi realizada com base numa avaliação específica do valor de realização da carteira de créditos e outros activos em 30 de Novembro de 1992.

As provisões registadas pelo CPP durante o exercício de 1996 a nível das suas contas individuais, permitiram recuperar a totalidade de insuficiência de provisão para crédito e outros riscos, existentes à data de aquisição (milhões de escudos):

Trespasse da Deca:

Valor por livros dos capitais próprios adquiridos durante 1994	258
Valor dos capitais próprios adquiridos pela TOTTA Gespar — detida a 100% pelo BTA	256
Valor do custo da participação	1 429
Valor de trespasse relat. à aquis. das acções da Deca (2)	(1 173)
Valor de trespasse relativo à aquisição das acções das outras empresas objecto de consolid. integral (3)	(4 210)
Valor de trespasse relativo à aquisição das acções das empresas objecto de integração pelo método de equivalência patrimonial (4)	(383)
Diferença de primeira consolidação (1+2+3+4)	(18 163)

No decorrer do exercício económico de 1999, a evolução ocorrida na situação líquida das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Totta teve os seguintes reflexos ao nível das reservas consolidadas:

	1999	1998
Reservas do BTA em 31 de Dezembro	21 549	21 783
Diferença de primeira consolidação	(18 163)	(16 438)
Aquisição de 7,08% do CPP	—	(1 759)

	1999	1998
Dividendos recebidos	962	951
Evolução situação líquida das empresas integradas pelo MEP	2 985	1 365
Evolução situação líquida das empresas integradas pelo MCI	9 807	8 799
Provisões TottaUrbe	4 498	—
Outros	258	452
Reservas consolidadas em 31 de Dezembro	21 896	15 153
Reservas do BTA em 31 de Dezembro do ano anterior	15 153	23 627
Distribuição de lucros a empregados do CPP e outras	—	—
Transferências para reservas	9 825	8 686
Distribuição de dividendos a accionistas	(1 427)	(3 000)
Registo de provisões do BTA por utilização de reservas	580	(12 756)
Reservas de refocalização:		
CPP	—	2 704
BCF	—	383
Reservas de refocalização:		
BTA	(1 181)	(1 181)
CPP	(1 045)	(1 200)
Aquisição de 7,09% do CPP	—	(1 759)
Goodwill da integração do Totta & Açores Brasil	—	(101)
Goodwill da integração do BT Ásia	34	—
Diversos	(43)	(250)
Reservas consolidadas em 31 de Dezembro	21 896	15 153
Interesses minoritários:		
Crédito Predial Português, S. A.	21 193	19 844
Banco Standard Totta de Moçambique, S. A. R. L.	2 246	1 820
Totta & Açores Financing, Ltd.(acções preferenciais)	29 962	25 800
Outras	146	154
<i>Total</i>	53 547	47 618

Em 31 de Dezembro de 1999 foram efectuados alguns ajustamentos às demonstrações financeiras consolidadas, designadamente:

1.1) Nas demonstrações financeiras consolidadas a provisão para riscos gerais de crédito é calculada de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95 de 30 de Junho de 1995 e adequado à actividade específica de cada uma delas, conforme regulamentação do Banco de Portugal. No decorrer do processo de consolidação foram adicionadas as insuficiências determinadas no CPP, com base numa avaliação especificada qualidade da carteira de créditos. Em 31 de Dezembro de 1995 esse montante encontrava-se totalmente coberto.

Em 31 de Dezembro de 1999 procedeu-se à recuperação de cerca de 751 milhões de escudos, de insuficiência de provisões no CPP, líquida do efeito dos impostos diferidos.

O Conselho de Administração: *Eurico Silva Teixeira de Melo*, presidente — *António Mota de Sousa Horta Osório*, vice-presidente — *D. Matias Rodriguez Enciarte*, vice-presidente — *Carlos Manuel Tavares da Silva*, vice-presidente — *José Carlos de Brito Sítima*, vogal — *Nuno Manuel Oliveira Luz de Almeida*, vogal — *José Luís Pinto da Silva*, vogal — *José Luís Alvim Marinho*, vogal — *Nuno Manuel da Silva Amado*, vogal — *Eduardo José Stock da Cunha*, vogal — *José Manuel Alves Elias da Costa*, vogal — *Miguel de Campos Pereira de Bragança*, vogal — *Carlos Manuel Amaral de Pinho*, vogal. — O Director da Contabilidade, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução*. — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre o relatório de gestão do exercício de 1999 e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anexas do Banco Totta & Açores, S. A. (BTA), as quais compreendem os balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 1999, as correspondentes demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e

o respectivo anexo, documentos que evidenciam os seguintes totais (milhões de escudos):

	Individual	Consolidado
Balanço (activo líquido)	2 898 942	3 660 290
Cap. próprio (incl. o lucro do exercício)	125 022	128 767
Lucro do exercício	1 348	4 746

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração do BTA a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a sua posição financeira individual e consolidada, os correspondentes resultados das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de admi-

nistração do BTA, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos documentos de prestação de contas mencionados no ponto 1 acima apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira individual e consolidada do Banco Totta & Açores, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, bem como os correspondentes resultados das suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, e satisfaz, em todos os aspectos materialmente relevantes, os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

8 — *Ênfases.* — Sem afectar o parecer expresso nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as situações seguintes:

a) As assembleias gerais do BTA e da Companhia Geral de Crédito Predial Português, S. A. (CPP), realizadas em Março de 1998 e em Março de 1999, aprovaram as propostas dos seus conselhos de administração de distribuição dos lucros dos exercícios de 1997 e de 1998, que incluíam a aplicação de uma parte numa reserva especial para a refocalização estratégica dos bancos no quadro do Grupo, bem como para adaptação à introdução do euro e à passagem do milénio. A utilização desta reserva está a ser efectuada de forma consistente, por contrapartida de ganhos extraordinários, tendo os montantes utilizados no exercício a nível individual e consolidado ascendido a 1181 milhões de escudos e 2226 milhões de escudos, respectivamente (2981 milhões de escudos a nível consolidado antes de considerar a percentagem de participação efectiva do BTA no CPP). Esta metodologia de contabilização foi comunicada à entidade de supervisão aquando da utilização pela primeira vez deste procedimento a propósito das contas de 1998 (v. notas n.ºs 22 e 26 do anexo às demonstrações financeiras);

b) Devido a questões relacionadas com alterações nas aplicações informáticas e com as implicações da introdução do euro no BTA, em 31 de Dezembro de 1999, as contas de regularização activas e passivas do balanço individual e consolidado incluíam diversos movimentos em trânsito. Para fazer face a eventuais perdas que possam ocorrer quando forem identificados e regularizados aqueles movimentos, o Banco constituiu uma provisão para riscos bancários gerais de 3000 milhões de escudos, correspondente ao valor líquido devedor dos saldos cuja análise, em 31 de Dezembro de 1999, não se encontrava ainda concluída (v. ponto 4 do relatório do conselho de administração e notas n.ºs 13 e 27 do anexo às demonstrações financeiras).

c) Face à situação de instabilidade económica que se vive em África o CPP registou em 31 de Dezembro de 1999 uma provisão extraordinária para riscos e encargos, não aceite como custo para efeitos fiscais, no montante de 1880 milhões de escudos.

d) Conforme exposto no ponto 3 do relatório do conselho de administração e na nota n.º 30 do anexo às demonstrações financeiras, já no ano 2000, o Banco passou a ser maioritariamente detido pelo Banco Santander Central Hispano, S. A. Entretanto, o Banco aumentou a sua participação no CPP de 58,03% para 70,66% e celebrou um contrato com o Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., segundo o qual irá alienar a sua participação indirecta no Banco Totta & Sottomayor de Investimento, S. A., e na MC-Corretagem — Sociedade Corretora de Valores Mobiliários, S. A., e irá adquirir as partes de capital de que não é titular no que se refere às empresas associadas de gestão de activos, crédito especializado e outras, as quais se encontram discriminadas na nota n.º 30.

Lisboa, 12 de Maio de 2000. — Alves da Cunha, A. Henriques & A. Dias — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Duarte Assunção Dias.

Relatório e parecer do fiscal único

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, emitimos o nosso relatório e parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, apresentados pelo conselho de administração do Banco Totta & Açores, S. A., relativamente ao exercício de 1999.

Acompanhámos a gestão e o desenvolvimento da actividade do Banco, essencialmente através da leitura das actas das reuniões do conselho de administração e de contactos regulares com os membros deste órgão, bem como mediante a análise de toda a documentação, contabilística e de gestão que, de uma forma sistemática e organizada, nos foi remetida. Da administração e dos serviços do Banco e dos órgãos sociais e serviços das sociedades dependentes foram recebidos todos os esclarecimentos e provas que solicitámos. Contámos ainda com os resultados do trabalho da auditoria às contas efectuado por empresa especializada.

Da análise efectuada ao relatório do conselho de administração e às contas, individuais e consolidadas (balanços em 31 de Dezembro de 1999, demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa e correspondente anexo), considerámos tais documentos adequados à compreensão, quer da situação patrimonial do Banco no fim do exercício, quer do modo como se desenvolveram os seus negócios e se formaram os resultados.

Procedemos ainda à verificação do cumprimento das normas legais gerais e específicas aplicáveis, e das instruções emanadas pelo Banco de Portugal, não tendo detectado situações de incumprimento.

Na presente data emitimos o relatório anual de fiscalização, bem como a certificação legal das contas e relatório do auditor externo.

O fiscal único agradece ao conselho de administração e aos serviços a forma como sempre facultaram a informação e prestaram todos os esclarecimentos solicitados.

Parecer:

Em razão do exposto, o fiscal único é de parecer que estão reunidas as condições para que a assembleia geral aprove:

a) O relatório do conselho de administração e as contas, individuais e consolidadas, do exercício de 1999;

b) A proposta de aplicação de resultados formulada pelo conselho de administração no seu relatório;

Lisboa, 12 de Maio de 2000. — O Fiscal Único, Alves da Cunha, A. Henriques & A. Dias — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por José Duarte Assunção Dias.

Acta n.º 18 da assembleia geral

No dia 31 do mês de Maio do ano 2000, pelas 11 horas e 30 minutos, reuniu a assembleia geral anual do Banco Totta & Açores, S. A., Sociedade Aberta, no Centro Cultural de Belém, sala SIACA, na Praça do Império, em Lisboa. Presidiu aos trabalhos o Dr. Alberto Amorim Pereira, vice-presidente da mesa da assembleia geral. Secretariou a mesa a Dr.ª Maria Eduardo Henriques, secretária da sociedade.

Estiveram presentes os membros do conselho de administração, bem como o Dr. José Assunção Dias, em representação de Alves da Cunha, A. Henriques & A. Assunção Dias — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, fiscal único efectivo da sociedade.

Iniciada a reunião, o vice-presidente da mesa cumprimentou os accionistas presentes e todos os membros dos órgãos sociais.

Informou que já se havia assegurado de que se encontravam preenchidos todos os pressupostos legais e estatutários para a assembleia geral poder reunir e deliberar validamente, uma vez que se mostravam cumpridas as formalidades legais relativas à convocação e se dispunha de *quorum* confirmado pela lista de presenças, estando presentes ou representados accionistas detentores de 568 461 votos correspondentes a 94,74% do capital social do Banco.

Em seguida, leu os pontos da ordem do dia, constantes da convocatória e deu início aos trabalhos.

1 — Deliberar sobre o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentação de prestação de contas respeitantes ao exercício de 1999, bem como sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício:

O vice-presidente da mesa lembrou aos accionistas que dispunham do relatório e contas a discutir e votar neste ponto da ordem de trabalhos e dirigiu convite ao presidente do conselho de administração

para usar da palavra. O presidente do conselho de administração, eng. Eurico de Melo, depois de cumprimentar os accionistas, a presidência da mesa, o representante do fiscal único e os administradores presentes, teceu umas breves palavras em que recordou o passado distante e recente do Banco e antevendo um futuro promissor para a instituição saudou com um cumprimento amigo D. Emílio Botín e D. José Maria Amusátegui, co-presidentes do Banco Santander Central Hispano, actual accionista maioritário do Banco.

Ao completar 10 anos sobre o convite que lhe foi dirigido pelo Dr. Morais Leitão, em representação de D. Emílio Botín, para integrar o Grupo Santander, actualmente Santander Central Hispano, entendeu dever sublinhar a amizade dispensada por todos os colegas e colaboradores, tanto em Espanha como em Portugal, com referência muito especial ao Dr. António Horta Osório.

Reiterando o seu desejo de no futuro continuar a cultivar a amizade de todos e de procurar servir o Grupo, com o mesmo empenho e lealdade de sempre, solicitou à presidência da mesa, que fosse dada a palavra ao Dr. Miguel Bragança, para, relativamente a este ponto, tecer os comentários e prestar os esclarecimentos adequados. Tendo-lhe sido concedida a palavra, o Dr. Miguel Bragança começou por referir que, em relação à evolução do Banco Totta & Açores, em termos de consolidado, no passado ano, haveria que salientar alguns aspectos particularmente importantes. Assistiu-se a um crescimento considerável de volume de negócios e de crédito sobre clientes, evidenciado pelas contas do Banco, que revelam um crescimento de cerca de 26%, o que traduz um esforço forte por parte da instituição de manutenção de quota de mercado.

Em relação aos resultados verificou-se um decréscimo bastante substancial, basicamente explicado pelo esforço de provisionamento decorrente da convergência para os critérios de prudência seguidos por esta administração noutras instituições do Grupo e também, obviamente, pelo ambiente mais competitivo verificado no ano transacto, sobretudo ao nível do crédito hipotecário, com impacto na principal participada do Banco, o Crédito Predial Português, o que determinou uma redução das margens, com expressivo reflexo em termos consolidados, determinando que os resultados do exercício não tenham sido os normalmente registados no Banco, devido a um ambiente competitivo, particularmente adverso.

Concluiu referindo que o relatório se apresentava muito claro, com notas muito extensas, mostrando-se, contudo, inteiramente disponível para prestar quaisquer esclarecimentos aos accionistas.

Não tendo havido qualquer pedido de intervenção foi a proposta submetida a votação.

Concluída a votação sem qualquer abstenção ou voto contra, o vice-presidente da mesa considerou os relatórios e todos os documentos relativos a este ponto aprovados por unanimidade.

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados:

O vice-presidente da mesa leu a proposta apresentada pelo conselho de administração:

«Considerando que o resultado líquido do exercício, em termos individuais e referente ao ano de 1999, foi de 1 348 551 152\$25, e que o resultado líquido do exercício consolidado, em 1999 e atribuível ao BTA, foi de 4 745 885 704\$;

Considerando a necessidade de manter uma estrutura patrimonial ajustada ao projecto de crescimento do Grupo, o conselho de administração vem, nos termos do artigo 19.º dos Estatutos, propor a seguinte distribuição de resultados:

1 — 134 855 115\$ para reserva legal;

2 — 1 213 696 037\$25 para reservas livres.»

Relembrando que a proposta constava da p. 57 do relatório, pelo que já seria certamente do inteiro conhecimento dos accionistas e atendendo a que não surgiu qualquer pedido de intervenção, submeteu a proposta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade:

O vice-presidente da mesa leu o teor da proposta do Banco Santander Central Hispano:

«O Banco Santander Central Hispano, propõe à assembleia geral do Banco, a realizar no dia 31 de Maio de 2000, que aprove um voto de confiança nos órgãos da administração e de fiscalização do Banco Totta & Açores, S. A. e em cada um dos seus membros.»

Não tendo surgido qualquer pedido de intervenção, foi a proposta submetida à votação e aprovada por unanimidade.

4 — Proceder à ratificação de cooptação de administradores:

Foi lido o teor da proposta apresentada pelo conselho de administração:

«O conselho de administração propõe à assembleia geral a ratificação da cooptação de administradores, para o triénio de 1998-2000, nos seguintes termos:

Eng. Eurico Silva Teixeira de Melo, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 8 de Fevereiro de 2000, designado presidente do conselho de administração em reunião do citado órgão de 12 de Abril de 2000.

Dr. António Mota de Sousa Horta Osório, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 21 de Janeiro de 2000, designado vice-presidente do conselho de administração e presidente da comissão executiva em reunião do citado órgão de 12 de Abril de 2000.

Dr. Nuno Manuel da Silva Amado, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 21 de Janeiro de 2000.

Dr. Eduardo José Stock da Cunha, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 8 de Fevereiro de 2000.

Dr. José Manuel Alves Elias da Costa, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 8 de Fevereiro de 2000.

Dr. Miguel de Campos Pereira de Bragança, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 8 de Fevereiro de 2000.

Dr. Carlos Manuel Amaral de Pinho, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 12 de Abril de 2000.

D. Matias Rodriguez Inciarte, cooptado administrador em reunião do conselho de administração de 10 de Maio de 2000 e designado vice-presidente do conselho de administração na mesma reunião.»

Finda a leitura, o vice-presidente prestou à assembleia um breve esclarecimento sobre o significado legal da cooptação e da obrigatoriedade de sujeitar tais deliberações a ratificação da assembleia geral, conforme preceitua o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais, acrescentando que as cooptações processadas constam das pp. 14 e 15 do relatório do conselho de administração distribuído aos accionistas.

Não tendo surgido qualquer pedido de intervenção, foi a proposta submetida à votação e aprovada por unanimidade.

5 — Deliberar sobre o aumento do número de membros do conselho de administração e eleição de novos administradores:

Embora constasse da ordem do dia, não surgiu qualquer proposta, explicou o vice-presidente da mesa, donde, por falta de objecto, não haver lugar a qualquer discussão ou votação, devendo passar-se, de imediato, ao ponto seguinte, o que foi feito.

6 — Eleição do presidente da mesa da assembleia geral:

Foi lido o teor da proposta do accionista maioritário:

«O Banco Santander Central Hispano, face à renúncia do presidente da mesa da assembleia geral, eleito para o triénio 1998-2000, vem propor, à assembleia geral de accionistas, a eleição em sua substituição e para conclusão do triénio em curso, o Dr. José Manuel Galvão Telles.»

A não surgir qualquer pedido de intervenção, foi a proposta submetida à votação e aprovada por unanimidade.

7 — Recomposição da comissão accionista prevista no artigo 21.º do contrato social:

Foi lida a proposta do accionista Banco Santander Central Hispano:

«O Banco Santander Central Hispano, na sua qualidade de accionista do BTA, propõe à assembleia geral do Banco Totta & Açores, S. A., a realizar no dia 31 de Maio de 2000, a recomposição da comissão de accionistas (comissão de vencimentos) prevista no artigo 21.º dos Estatutos, para o triénio 1998-2000, face à renúncia formulada pelos membros eleitos em assembleia geral do Banco realizada em 30 de Março de 1998.

Para o efeito, propõe a seguinte recomposição:

Eng. Eurico Silva Teixeira de Melo.
Dr. António Horta Osório.
Banco Santander Central Hispano.»

Concluída a leitura, o vice-presidente lembrou em que consiste a comissão a eleger, complementando que os membros anteriormente eleitos haviam renunciado. Informou, ainda, que posteriormente o proponente, como pessoa colectiva que é, procederá à designação do respectivo representante para o efeito, nos termos legais. Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

8 — Deliberar sobre a aquisição e alienação de acções e obrigações próprias:

Foi lida a proposta do conselho de administração:

«Considerando que,

a) A lei prevê, dentro de certos condicionalismos e limites, a possibilidade de aquisição de acções e obrigações próprias;

b) Num contexto do desenvolvimento do mercado de capitais, se entende que ao Banco Totta & Açores, S. A., não deve ser cerceada a possibilidade de, nos termos legais, adquirir e alienar as suas próprias acções e obrigações;

c) Tal possibilidade confere maior maleabilidade e diversificação na gestão dos capitais próprios, com os horizontes da globalização dos mercados,

Propõe-se que a assembleia geral de accionistas do Banco Totta & Açores, S. A.:

1 — Que o Banco Totta & Açores, S. A., directamente por si, ou por sociedade sua dependente, possa adquirir, nos termos previstos nos artigos 317.º, 319.º, 325.º-A, 325.º-B e 354.º do Código das Sociedades Comerciais, acções e obrigações próprias até ao limite e dentro do prazo máximo legalmente estabelecido;

2 — Que o Banco Totta & Açores, S. A., possa alienar, na modalidade de venda, as mesmas acções e obrigações próprias por si detidas dentro do prazo máximo legalmente permitido;

3 — Que as aquisições e alienações de acções próprias se façam em Bolsa pela contrapartida fixa do respectivo valor de cotação do momento;

4 — Que as aquisições e alienações de obrigações próprias se passem a fazer a um valor mínimo de 85% do valor da cotação no momento e a um valor máximo que seja o maior entre a cotação em Bolsa e o respectivo valor nominal.»

Não tendo surgido qualquer pedido de intervenção, foi a proposta submetida a votação e aprovada por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos e antes de encerrar a reunião, o vice-presidente da mesa deu a palavra, a seu pedido, ao presidente da comissão executiva, Dr. António Horta Osório, para se dirigir à assembleia.

Depois de agradecer à presidência da mesa, o Dr. Horta Osório dirigiu-se aos accionistas, começando por lhes agradecer, em seu nome pessoal e dos restantes membros da comissão executiva, a confiança neles depositada para o exercício em curso.

Seguidamente, em nome do Banco Santander Central Hispano, informou estar em curso uma oferta pública de aquisição sobre o Banco Totta & Açores, a realizar, aliás, por imperativa determinação legal, referindo que representará uma satisfação para o Banco oferente a manutenção dos accionistas minoritários, embora reconhecendo-lhes toda a legitimidade para procederem à venda, se assim o preferirem.

Sublinhou ser disposição do oferente, como consta do aviso prévio, a manutenção do título à cotação, concluída que seja a oferta pública de aquisição, tendo acrescentado que, mesmo a não haver um *free float* significativo não há intenção de retirar o Banco de cotação.

Concluída a intervenção do Dr. Horta Osório, o vice-presidente da mesa agradeceu a todos os accionistas a sua presença, felicitou o recém eleito presidente da mesa a quem significou o prazer de colaborar em assembleia próxima e formulou os melhores votos à administração para a consecução dos objectivos que se propõe alcançar, dando por encerrada a sessão de que foi lavrada a presente acta, que vai ser assinada pelo vice-presidente da mesa e pela secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Alberto Amorim Pereira*, vice-presidente — *Maria Eduardo Henriques*, secretária da sociedade.

3000221166

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750